

*Ieda Maria Alves
Ana Maria Ribeiro de Jesus
Bruno Oliveira Maroneze
Luciana Pissolato de Oliveira
Eliane Simões Pereira
(Organizadores)*

OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS



VOLUME I

OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

Volume I

Ieda Maria Alves
Ana Maria Ribeiro de Jesus
Bruno Oliveira Maroneze
Luciana Pissolato de Oliveira
Eliane Simões Pereira

(Org.)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo

São Paulo
2009

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
São Paulo, novembro de 2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: Profa. Dra. Suely Vilela

VICE-REITOR: Prof. Dr. Franco Maria Lajolo

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

VICE-DIRETOR: Prof. Modesto Florenzano

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL: Ieda Maria Alves - USP

Ana Maria Ribeiro de Jesus – PG/USP

Bruno Oliveira Maroneze – PG/USP

Luciana Pissolato de Oliveira – PG/USP

Eliane Simões Pereira – PG/USP

CAPA: Luciana Pissolato de Oliveira

DIAGRAMAÇÃO: Ana Maria Ribeiro de Jesus, Eliane Simões Pereira

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

E82 Estudos lexicais em diferentes perspectivas [recurso eletrônico] / organizado por Ieda Maria Alves ... [et al.]. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2009.

255 p.

Trabalhos apresentados durante o 4. Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no período de 16 e 17 de novembro de 2008.

Modo de acesso : World Wide Web: www.fflch.usp.br/dlcv/neo.

ISBN 978-85-7506-172-5 (on-line)

1. Lexicologia (estudos). 2. Neologismos lexicais. 3. Lexicografia. 4. Léxico. 5. Morfologia (linguística). 6. Terminologia. I. Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas. II. Alves, Ieda Maria. III. Jesus, Ana Maria Ribeiro de. IV. Maroneze, Bruno Oliveira. V. Oliveira, Luciana Pissolato de. VI. Pereira, Eliane Simões.

CDD 413.028
469.798

SUMÁRIO

Apresentação	
Ieda Maria Alves.....	06
▪ Siglo XXI: nuevos tiempos, nuevas palabra, nuevas conceptualizaciones, nuevos códigos	
<i>Sara Álvarez Catalá</i>	08
▪ Lexicografia e História: o Dicionário Histórico do Português do Brasil - séculos XVI, XVII E XVIII	
<i>Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa</i>	23
▪ Buscando um novo método para seleção e interpretação de dados em Morfologia Histórica	
<i>Mário Eduardo Viaro</i>	39
▪ Afijos marcadores de intensidade: sufixação versus prefixação	
<i>Ieda Maria Alves</i>	62
▪ Empréstimos linguísticos e identidade cultural	
<i>Nelly Medeiros de Carvalho</i>	73
▪ O léxico na perspectiva discursiva	
<i>Helena Nagamine Brandão</i>	81
▪ Análise do léxico na perspectiva funcionalista	
<i>Maria Célia Lima-Hernandes</i>	96
▪ Aspectos da variação terminológica em português no domínio da Astronomia	
<i>Ana Maria Ribeiro de Jesus</i>	107
▪ Estudo da significação do sufixo -agem em vocábulos do século XX	
<i>Anielle Aparecida Gomes Gonçalves</i>	120
▪ Substantivos neológicos abstratos derivados de adjetivos no português brasileiro contemporâneo	
<i>Bruno Oliveira Maroneze</i>	135
▪ O sufixo -mento: análises de seus bloqueios e sufixos concorrentes	
<i>Érica Santos Soares de Freitas</i>	144
▪ <i>Losango Cáqui</i> : a paulicéia e o soldado da República	
<i>Eliana Maria Azevedo Roda Pessoa Ferreira</i>	163
▪ Análise de termos da Economia no Brasil: uma perspectiva diacrônica	
<i>Eliane Simões Pereira</i>	171

- As formações metafóricas na denominação de termos técnico-científicos
Luciana Pissolato de Oliveira..... 183
- O fenômeno da polissemia na constituição do léxico da língua: pressupostos teóricos
Luizane Schneider Jorge Bidarra..... 194
- Dicionário terminológico da Nanociência e da Nanotecnologia: resultados parciais
Manoel Messias Alves da Silva..... 201
- Neologia lacaniana: proposta de equivalentes
Patrícia Chittoni Ramos Reuillard..... 221
- Estudo dos processos de formação morfológica e das relações de significação na terminologia da Economia Internacional
Thaís Lobrigate Pinto..... 240
- Dicionários de línguas brasileiras em forma de dissertações e teses
Vitória Regina Spanghero Ferreira..... 246

APRESENTAÇÃO

Ieda Maria Alves

Desde dezembro de 2005, o Projeto TermNeo (*Observatório de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo*) realiza o colóquio *Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas*, que cumpre o objetivo de apresentar distintos aspectos dos estudos lexicais por meio de conferências, mesas-redondas e comunicações de trabalhos realizados ou em fase de elaboração.

Os estudos aqui reunidos, que constituem uma seleção dos trabalhos apresentados no IV Colóquio *Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas*, realizado em 16 e 17 de novembro de 2008 (prédio de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), representam diversas facetas dos estudos relativos ao Léxico, focado não só como centro de análise mas também como um dos componentes da análise linguística.

As conferências ministradas representam aspectos sincrônicos e diacrônicos do Léxico. Em seu estudo intitulado *Siglo XXI: nuevos tiempos, nuevas palabras; nuevas conceptualizaciones, nuevos códigos*, Sara Álvarez Catalá apresenta considerações sobre os fatores que condicionam o aparecimento de unidades lexicais neológicas, na língua espanhola, procurando apontar caminhos que propiciem o emprego mais frequente de formas vernaculares representativas da história do idioma. Em *Lexicografía e História: o Dicionário Histórico do Português do Brasil - séculos XVI, XVII E XVIII*, Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa expõe o conceito de dicionário histórico e os princípios de elaboração do *Dicionário Histórico do Português do Brasil* (DHPB).

Os textos referentes à mesa-redonda *Léxico em diacronia e em sincronia* expõem diferentes aspectos relativos à formação de palavras. Mário Eduardo Viaro, em *Buscando um novo método para seleção e interpretação de dados em Morfologia Histórica*, apresenta a metodologia desenvolvida pelos pesquisadores do *Grupo de Morfologia Histórica*, por ele coordenado, que visa a resolver questões referentes à diacronia, como a derivação e a produtividade de determinados morfemas, bem como a delimitação dos limites morfêmicos. O estudo de Ieda Maria Alves, intitulado *Afixos marcadores de intensidade: sufixação versus prefixação*, integra diacronia e sincronia, procurando revelar como o emprego de prefixos e sufixos intensivos foi sofrendo mudanças, observadas a partir da segunda metade do século XX. Nelly Carvalho de Medeiros, no texto *Empréstimos linguísticos e identidade cultural*, discute o conceito de empréstimo vinculado à identidade cultural da língua receptora, tecendo considerações sobre o caráter político e por vezes impositivo desse fenômeno linguístico.

Os estudos apresentados na mesa-redonda *O Léxico em diferentes perspectivas* representam duas interfaces estabelecidas pelos estudos lexicais. O texto de Helena Nagamine Brandão, sobre *O léxico na perspectiva discursiva*, apresenta reflexões sobre o tratamento que a Análise do discurso dá ao Léxico, considerando que a palavra, sendo

polissêmica, pode abrigar vários sentidos e conotar ideais e valores opostos. Maria Célia Lima-Hernandes, em *Análise do léxico na perspectiva funcionalista*, enfoca, do ponto de vista da Gramática Funcional, dois casos explicáveis pelo processo de lexicalização, um processo de mudança linguística que renova o léxico das línguas: verbos-suporte e reduplicações.

Outras perspectivas dos estudos lexicais são também apresentadas.

Diferentes trabalhos enfocam as línguas de especialidades, em diversas abordagens: a perspectiva variacionista, em *Aspectos da variação terminológica em português no domínio da Astronomia*, de Ana Maria Ribeiro de Jesus; a perspectiva terminográfica, em *Dicionário terminológico da Nanociência e da Nanotecnologia: resultados parciais*, de Manoel Messias Alves da Silva; a perspectiva tradutória, em *Neologia lacaniana: proposta de equivalentes*, de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard; a metáfora na formação de termos, em *As formações metafóricas na denominação de termos técnico-científicos*, de Luciana Pissolato de Oliveira; a terminologia da Economia, nos trabalhos de Thaís Lobrigate Pinto (*Estudo dos processos de formação morfológica e das relações de significação na terminologia da Economia*) e de Eliane Simões Pereira (*Análise de termos da Economia no Brasil: uma perspectiva diacrônica*).

Outras abordagens dos estudos lexicais enfatizam aspectos da sufixação: *Substantivos neológicos abstratos derivados de adjetivos no português brasileiro contemporâneo*, de Bruno Oliveira Maroneze, *Estudo da significação do sufixo -agem em vocábulos do século XX*, de Anielle Aparecida Gomes Gonçalves e *O sufixo -mento: análises de seus bloqueios e sufixos concorrentes*, de Érica Santos Soares de Freitas; da polissemia: *O fenômeno da polissemia na constituição do léxico da língua: pressupostos teóricos*, de Luizane Schneider e Jorge Bidarra; da neologia literária: *Losango Cáqui: a paulicéia e o soldado da República*, de Eliana Maria Azevedo Roda Pessoa Ferreira; da lexicografia de línguas indígenas: *Dicionários de línguas brasileiras em forma de dissertações e teses*, de Vitória Regina Spanghero Ferreira.

Estes trabalhos, que analisam múltiplas facetas dos estudos lexicais, permitem, ainda, vislumbrar outros caminhos a serem explorados, pois o Léxico pode ser sempre estudado a partir de diferentes teorias e diferentes perspectivas.

Novembro de 2009

SIGLO XXI: NUEVOS TIEMPOS, NUEVAS PALABRAS, NUEVAS CONCEPTUALIZACIONES, NUEVOS CÓDIGOS

Sara Álvarez CATALÁ
Universidad de la Republica
fdtraduc@fder.edu.uy

RESUMEN: Partiendo de la base de la Neología (tanto de la neología denominativa como la neología estilística o expresiva) como indicador de la vitalidad interna de una lengua para producir palabras nuevas a través de mecanismos de creación, formación o adopción de préstamos, así como de indicador espejo de los aspectos sociolingüísticos y psicolingüísticos que inciden en las innovaciones léxicas, en el presente trabajo se expondrán los factores que determinan al presente la notoria proliferación de formas neológicas, ya sea a través de procedimientos autóctonos de creación de palabras por parte del hablante nativo o a través de la importación de novedades foráneas. Dichos factores y elementos psico y socioculturales concomitantes - de todos los cuales se ofrece profusa ejemplificación-comprenden: a) el efecto de la globalización como agente introductor y vehicular de los llamados "préstamos crudos" que ante la exponencialidad de su número y la omisión o renuencia a ponerles coto mediante formaciones neológicas alternativas con medios vernáculos, conduce indefectiblemente a una segunda colonización cultural y lingüística; b) la lógica expansión de la currícula estudiantil en el macrocampo científico-técnico-tecnológico que ha afectado y reducido los espacios de las áreas humanísticas, recortando sensiblemente los espacios otrora dedicados al estudio y cabal conocimiento de la lengua propia nacional, lo que redundo en la creación de formas neológicas agramaticales o simplemente transgresoras de las reglas de formación de palabras (RFP); c) la impronta de la neología estilística (expresiva o apreciativa) en el mundo actual, como reflexión-espejo de una cultura global donde prima la imagen dinámica con efecto de impacto psicológico y con un rasgo dominante de intensificación o hiperbolización comúnmente empleado en la difusión mediática; d) las nuevas tecnologías de la información y la revolución operada por los medios digitales y textos electrónicos de interconexión persona-persona y persona-máquina y los resultantes lenguajes abreviados, generadores del léxico "ultraneológico" de nuestro tiempo; e) el concepto de derechos humanos y su plasmación en las relaciones entre lengua y sociedad, fiel reflejo de la conciencia social de una comunidad, ejemplificada en la terminología del mensaje sociopolíticamente correcto y del discurso de género; f) la irrupción de las llamadas tribus urbanas, producto de la territorialización de la sociedad en ámbitos de exclusión, verdaderos enclaves culturales con rituales, prácticas, códigos y lenguaje distintivos, enmarcando un sentido de pertenencia e identificación grupal. Tras la recensión de estos factores de invasión de formas neológicas como recursos de innovación léxica - innovación necesaria en cuanto a la actualización y revitalización enriquecedoras de la lengua propia, pero negativa y desestabilizadora en

cuanto a su proliferación indiscriminada y ruptura con el fondo patrimonial de la lengua y el respeto por sus marcas identitarias - se propone insistir en la fidelización del hablante nativo con su idioma materno, dotándolo desde su escolarización hasta su inserción universitaria de un conocimiento léxico más satisfactorio para su formación como hombre consciente de su tradición lingüística y cultural y, a la vez, la implantación de una política de planificación lingüística y de normalización terminológica que con el necesario equilibrio proponga, en la búsqueda de equivalencias para los neotérminos, vías y procedimientos de adaptación léxica a la lengua propia, o bien creación de nuevas expresiones y nuevos significados con medios vernáculos, conforme a criterios de corrección o propiedad lingüísticas.

PALABRAS-CLAVE: Neología; Formación de palabras; Sociedad.

Abordaremos esta exposición sobre estudios lexicales desde la perspectiva de la Neología, la rama de la Terminología que estudia la creación e introducción de voces o giros nuevos (neologismos) de creación reciente o tomados recientemente de otra lengua, o bien de toda acepción nueva de palabras ya existentes y formalmente codificadas, incorporadas al registro de una lengua general o de un lenguaje de especialidad.

Las causas que motivan la creación de estas unidades léxicas o recursos lingüísticos nuevos permiten distinguir dos tipos de neología. El primer tipo, **la neología denominativa o neología léxica**, se refiere a la necesidad de nombrar conceptos o realidades nuevas (teléfono celular, células madre, blog, ortorexia, hipermnesia, firma digital, parque eólico, equinoterapia, transgénico). Puede tener un origen terminológico, y más tarde extenderse al léxico común. El segundo tipo, **la neología estilística (expresiva o apreciativa)**, tiene por objeto la búsqueda de expresividad u originalidad en el discurso. Más allá del análisis lingüístico de estas creaciones, se deben considerar necesariamente los factores extralingüísticos, tales como el contexto cultural y la realidad social e histórica en que emergen (corralito, colchón bank, hipermegafascista, amigovio, valijagate, todólogo, electoralitis).

Partiendo de la base de la Neología (tanto de la neología denominativa o léxica como la neología estilística o expresiva) como indicador de la vitalidad interna de una lengua para producir palabras nuevas a través de mecanismos de creación, formación o adopción de préstamos, así como de indicador espejo de los aspectos sociolingüísticos y psicolingüísticos que inciden en las innovaciones léxicas, en este artículo se expondrán los factores que determinan al presente la notoria proliferación de formas neológicas, ya sea a través de procedimientos autóctonos de creación de palabras por parte del hablante nativo con recursos del fondo patrimonial de la lengua, o a través de la importación de novedades foráneas que no siempre responde a necesidades denominativas, sino a causas de permisividad, negligencia o esnobismo.

Dichos factores y elementos psico y socioculturales concomitantes comprenden:

- a) el efecto de la globalización como agente introductor y vehicular de los llamados “préstamos crudos” que ante la exponencialidad de su número y la omisión o renuencia a ponerles coto mediante formaciones neológicas alternativas con medios vernáculos, conduce indefectiblemente a una segunda colonización cultural y lingüística, y progresiva e insensiblemente a una diglosia;
- b) la lógica expansión de la currícula estudiantil en el macrocampo científico-técnico-tecnológico que ha afectado y reducido los espacios de las áreas humanísticas, recortando sensiblemente los espacios antes dedicados al estudio y cabal conocimiento de la lengua propia nacional, lo que redundará en la creación de formas neológicas agramaticales o simplemente transgresoras de las reglas de formación de palabras (RFP);
- c) la impronta de la neología estilística (expresiva o apreciativa) en el mundo actual, como reflexión-espejo de una cultura global donde prima la imagen dinámica con efecto de impacto psicológico y con un rasgo dominante de intensificación o hiperbolización comúnmente empleado en la difusión mediática;
- d) las nuevas tecnologías de la información y la revolución operada por los medios digitales y textos electrónicos de interconexión persona-persona y persona-máquina-persona y los resultantes lenguajes abreviados, generadores del léxico “ultraneológico” de nuestro tiempo;
- e) el concepto de derechos humanos y su plasmación en las relaciones entre lengua y sociedad, fiel reflejo de la conciencia social de una comunidad, ejemplificada en la terminología del mensaje sociopolíticamente correcto y en la terminología y neología del discurso de género;
- f) la irrupción de las llamadas tribus urbanas, producto de la territorialización de la sociedad en ámbitos de exclusión, verdaderos enclaves culturales con rituales, prácticas, códigos y lenguaje distintivos, enmarcando un sentido de pertenencia e identificación grupal.

Pasemos a considerar ahora cada uno de los factores determinantes mencionados precedentemente.

a) Efecto globalización. A este respecto, el estatus político de una lengua de cultura se refleja precisamente en su capacidad de actualización de las necesidades denominativas de sus hablantes, a través de la frecuencia de uso y la generalización de sus procesos y recursos de neologización.

Siguiendo la línea marcada por Cabré (2000) en lo referente a la posibilidad de medición del grado de vitalidad interno de una lengua a través del análisis de la frecuencia de utilización de sus procesos y recursos de neologización, observamos que cada proceso y cada recurso representan

valores diferentes ordenados en un "eje de vitalidad" cuyo polo de máximo vigor lo ocuparían aquellos procesos genuinos del sistema que utiliza sus propios recursos para la creación de nuevas unidades (prefijación, sufijación, composición, composición culta, sintagmación, conversión, truncamiento, etc.), en tanto el polo de mínima vitalidad estaría representado por la incorporación de préstamos no adaptados, los llamados "préstamos crudos". Así, en dicho eje se daría una gradación ascendente en cuanto a vitalidad a partir del préstamo no adaptado con comportamiento pasivo por parte de la comunidad receptora, el grado intermedio o sea el préstamo adaptado fonética o gráficamente, y por último el préstamo adaptado gráfica, fonética y morfológicamente, lo que supone la participación activa de la comunidad hablante.

En lo referente a la incorporación de préstamos llamados *crudos*, la lengua española ha perdido en los últimos años cuatro batallas simbólicas frente al arrollador aluvión de neología foránea por emergencias denominativas en el campo científico-técnico, vehiculadas a través de la lengua inglesa, la interlingua de nuestro tiempo, y ante el cual no hemos sabido reaccionar a tiempo proponiendo alternativas con medios vernáculos. Los neologismos por préstamo que nos vencieron fueron por su orden: el dúo *hardware-software*, el imprescindible *e-mail*, el poderoso *marketing* y el omnipresente *mouse*. A mitad de camino, enfrentando otra eventual derrota, la inversión de las iniciales siglares de disco compacto, escritas y pronunciadas a la manera inglesa, *CD* (cidi).

Tampoco se trata ciertamente de dramatizar el préstamo o neologismo de cúneo foráneo que demuestra que la lengua está viva y es obra de todos los que la hablan, pues uno de los procesos de su actualización y revitalización consiste precisamente en la incorporación de neologismos emergentes de necesidades denominativas, como lo demuestra la introducción de voces nuevas a lo largo de la historia de la lengua desde sus orígenes. Pero debe tenerse en cuenta que el préstamo es por naturaleza desestabilizador, pues se pasa del enriquecimiento lexical a la colonización lexical según el solo parámetro del número de préstamos. Su frecuencia indiscriminada conduce indefectiblemente al monolingüismo funcional de la lengua dominante frente al empobrecimiento, estancamiento y progresiva falta de credibilidad de la lengua propia.

Pero atención: enriquecimiento lexical a través de fecundación controlada y con engendros lingüísticos conformes a la matriz de la lengua receptora; es decir, con adecuación a las normas morfofonológicas de formación de palabras de la lengua en la que se insertan.

¿Qué actitud asumir, entonces?

Pues ni etnocentrismo radicalizado ni actitud de desaprensivos turistas lingüísticos.

En el contexto actual de la globalización, ¿cómo concienciar o sensibilizar a los hablantes, frente al peligro en ciernes de la contaminación, si no hibridación, de su propia lengua?

Solo mediante la adopción de una política de planificación lingüística y de normalización terminológica que proponga, en la búsqueda de equivalencias para los neotérminos, vías y procedimientos de adaptación léxica a la lengua materna, ya sea mediante operaciones de traducción,

adopción de expresiones de la lengua extranjera (préstamos preferentemente adaptados a los moldes morfofonológicos de la lengua), adaptación semántica (calcos), o bien creación de nuevas expresiones y nuevos significados con medios vernáculos, conforme a criterios de corrección o propiedad lingüísticas.

b) Deterioro creciente en la enseñanza-aprendizaje del idioma materno. Por un cúmulo de motivos que nos llevaría tiempo considerar, es públicamente constatable el deterioro actual del estudio del lenguaje en nuestra enseñanza oficial, con el consiguiente empobrecimiento en el empleo del mismo por parte de nuestros educandos.

Se entiende por esto, no solo un descuido en la trasmisión de los aspectos normativos (tipográficos, ortográficos, sintácticos, estilísticos) sino también, y sobre todo un abandono de la reflexión acerca de los contenidos que ponen de manifiesto la índole significativa (productora de sentido) del lenguaje. Es fundamental, pues, el acercamiento a la noción de "norma" en tanto que elemento regulador imprescindible de una institución social.

Las actuales mediciones de aprendizaje realizadas por ANEP (Administración Nacional de Educación Pública en mi país) y las pruebas internacionales como PISA revelan que nuestros alumnos tienen serias dificultades con su lengua materna. La opinión dominante entre los docentes universitarios es que los estudiantes que llegan desde la enseñanza media son masivamente incapaces de producir textos bien escritos.

A pesar de estas falencias, subsisten en Uruguay fortalezas educativas que aún resisten en el país y que, si bien alicaídas, mantienen y preservan la idiosincrasia y el nivel cultural - hoy con tendencia a ingresar en zona de riesgo - del lenguaje de los uruguayos.

¿Cómo lograr revertir esta situación, hoy generalizada, a los parámetros de competencia lingüística del no tan lejano pasado?

A través de un sistema oficial de enseñanza en todos sus niveles que fidelice al hablante con su idioma materno y con el respeto de sus marcas identitarias, dotándolo de un conocimiento léxico más satisfactorio. En las palabras de Urrutia Cárdenas (*apud* M. Lang, 1990) "con el fin de evitar el peligro, es necesario intensificar entre otras medidas la "asistencia y educación lexicogenésica" para que el sentido lingüístico de los usuarios y de los creadores de formas neológicas esté más atento y dispuesto a las posibilidades de neologización del español, contribuyendo, de esta manera, a la formación de un hombre consciente de su tradición y de sus posibilidades históricas en el mundo".

En los tiempos que corren, ya sea por ignorancia, omisión o prescindencia de las normas gramaticales y morfofonológicas, hallamos con frecuencia neologismos creados a partir de palabras y procedimientos morfosintácticos del fondo patrimonial de la lengua, pero con total desconocimiento de las correspondientes RFP que los originaron.

Ejemplos: precuela - oscarizar - tecnicatura - paralímpico - estanflación - hitera. Una vez erróneamente consolidados en el uso, se torna difícil desarraigados.

¿Agramaticalidad? ¿Creación por analogía? ¿Transgresión de las RFP? ¿Nuevos usos o nuevas reglas?

Al presente el Observatori de Neologia del Institut Universitari de Lingüística Aplicada de la Universitat Pompeu Fabra está llevando a cabo un análisis sistemático de la descripción de las reglas de formación de palabras de las gramáticas - características de la base, características de los formantes, características de los eductos -, cuyos resultados permiten hablar de un fenómeno de aparición de nuevas reglas, modificación de reglas ya existentes o transgresión de la literalidad de una RFP.

Pues si todo se justifica por el proceso analógico, es casi seguro que a través de sucesivas y aparentemente incontroladas analogías, el relajamiento morfosintáctico resultante llevaría a la desvirtuación de las reglas combinatorias en los procesos de formación de palabras y a la eventual anomia semántica.

Estos neologismos contravendrían las RFP pero son fácilmente inteligibles, y de aquí que habrá o bien que estudiar su agramaticalidad porque no responden a la regla que los produjo, o bien deberían ser justificados por otros medios. En el proceso de composición, prefijación o sufijación las bases lexicales combinadas no respetan ciertos principios de compatibilidad necesarios para asegurar que la unidad resultante esté bien formada.

Es por ello que la neología puede aportar a la lingüística y a la lexicología una reflexión sobre las insuficiencias de algunos modelos teóricos a la hora de dar cuenta de la creatividad léxica y de la necesidad de contar con una base empírica sólida para el estudio de la formación de palabras.

c) De la neología estilística o expresiva. En el marco de la dinámica de la neología estilística o expresiva, y dentro de ella la morfología apreciativa, en el que la detección de "nuevas reglas" de formación de constructos neológicos constituiría una prueba de plena vitalidad lingüística en la gramática del hablante, inscribimos como ejemplo, en los eductos por composición culta, la pervivencia y uso revitalizador del formante culto *mega-*, en la categorización de innovación léxica no prototípica, de gran productividad y ocurrencia en la neología apreciativa de nuestras lenguas modernas. Su extendido uso actual constituiría, aparentemente, una transgresión de los principios de semántica combinatoria que rigen el núcleo lexical tradicional en los compuestos léxicos precedidos por dicho formante, con predominio de su carácter connotativo ⁽¹⁾.

Más allá del análisis lingüístico de estos nuevos usos, se deben considerar necesariamente, como ya hemos dicho, los factores extralingüísticos tales como el contexto cultural y la realidad social e histórica en que emergen. A este respecto, la productividad lexicogenésica y frecuencia de uso del formante culto *mega-*, con indudables signos de

expansión en el registro mediático relevado por las tres Antenas del Cono Sur - y su altísimo número de registros y ocurrencias en la tipología de composición culta -, obedece a su poder de plasmación gráfica del concepto de *máximum* o *súmmum* como ideal de valoración en los tiempos modernos, acorde con los parámetros socioeconómicos de mensurabilidad competitiva y de la ecuación *tamaño / fuerza = poder / éxito* imperantes hoy en día. A ello se suma la clara connotación de hiperbolización y de función lúdico-evaluativa que evoca -fácilmente decodificable por el lector o receptor - en la formación de los compuestos que integra.

El radical griego *mega-* ha sufrido un proceso de resemantización desde su significado original de cuantificador escalar de precisión específica en LSP al significado presente de formante culto de carácter intensificador metafórico en LG - de gran expresividad y productividad en neología apreciativa - al adjuntarse a bases léxicas de temática no especializada y, por lo tanto, no prototípicas de las unidades de medición a las que natural y previsiblemente desde el punto de vista del hablante se anexaba originariamente.

En las fuentes periodísticas relevadas por las tres antenas neológicas del Cono Sur, figuran en todas ellas unos pocos neologismos por composición culta en el campo científico-técnico, tales como *megabit* y *megapíxel*, con algún educto a mitad de camino como *megadimensión* de carácter apreciativo, pero la tendencia avasalladora es hacia los valores actuales de intensificación metafórica del formante, en principio fundamentalmente en el campo económico: *megaproyecto* (con las variantes gráficas *mega-proyecto* y *mega proyecto*), *megaproducción*, *megaplan*, *megaconsorcio*, *megafusión*, *megabanco*, *megaconcesión*, *megaempresa*, *megamercado*, *megafábrica*, *megafraude*, *megalavado*, *megaobra* (*mega obra*)*, entre otros; y posteriormente, de amplia difusión en todas las áreas sociales y ya con evidente carácter lúdico-evaluativo: *megacandidata*, *megacrack*, *megaestrella*, *megastar*, *megaplantón*, *megaburdel*, *megamillonario*, *megafiesta*, *megafestejo*, *megacargo*, *megashow*, *megastand*, *megashopping**, entre otros.

En un registro de constructos neológicos en España, hallamos este compuesto ilustrativo de máxima hiperbolización, de gran expresividad y por cierto muy original, en el que al formante prefijal intensivo del tamaño *mega* - se le refuerza con otro formante prefijal culto de la cualidad, *hiper-*: *hipermegafascista*, adjetivo, FPRE, en el siguiente contexto:

*Es una universidad tan *hipermegafascista* que prohíbe a sus alumnos que lleven barbas o el cabello largo. N, N, 9A, la base "megafascista" también es neológica, EP, 16/03/2003, SDG, 30, 13/02/2004, mba, 13/02/2004, mba.*

Como corolario de lo expuesto, transcribimos un actualísimo registro de constructo culto, recogido recientemente por la antena uruguaya con el formante *mega-*, claramente ilustrativo de su vigencia en la neología apreciativa con el plus de su carácter lúdico-evaluativo:

*"Una Punta del Este en la que se baten récords en metros cuadrados construidos y por construir. En la que se anuncian *megaproyectos*,*

**megapuertos*, *megaapartamentos*, *megaurbanizaciones*.
Megadisparates? ... ¿Alguien se ha puesto a pensar que lo que hace única a Punta del Este es su mansedumbre pueblerina y su naturaleza prodigiosa que aún sobrevive al cemento?” U1, Ciud, 29/02/ 2008, sac.*

Otro ejemplo de gran productividad lexicogenésica y frecuencia de uso con clara connotación hiperbolizante en el español rioplatense actual, fundamentalmente en el registro oral y coloquial, es el prefijo latino *re-* con carácter de intensificador antepuesto a bases nominales, adjetivas y adverbiales. La brevedad y concisión de este prefijo brinda gran utilidad como respuesta a una mayor velocidad en la dinámica expresiva y a la preferencia por un lenguaje sintético de impacto efectista, acorde con los nuevos estilos de vida. Se ilustra con ejemplos extraídos de contextos periodísticos registrados por las tres Antenas Neológicas del Cono Sur en los años 2004-2006 y otros de reciente aparición en la prensa uruguaya del año 2008.

d) Las nuevas tecnologías de la información. El desarrollo exponencial de las ciencias de la información y la revolución operada por los medios digitales y textos electrónicos de interconexión persona-persona y persona-máquina crean nuevas formas de comunicación y nuevos lenguajes, aunando economía de la expresión, inmediatez y brevedad. La escritura que reproduce la oralidad y la variante coloquial en nuevas fórmulas morfosintácticas (acortamientos, apócope, abreviaciones, siglas, truncamientos, elipsis) relanzan nuevos diálogos y nuevos espacios que obviamente requieren ser renovados e innovados como respuesta a una mayor velocidad en la expresión y agilidad de comunicación. Vivimos la era de los e-mails o correles, chats o chateos, mensajes de texto o SMS y *blogs* que generan a su vez el lenguaje *ultraneológico* del presente. El desarrollo y proliferación de estos soportes informáticos ha provocado la aparición y propagación de neologismos con el fin de nombrar situaciones anteriormente desconocidas.

Ejemplificaremos con el neotérmino *blog* y derivados. *Blog* < **web** + *log*, acuñado por Jorn Barrer en 1997, es un espacio web compuesto por textos ordenados cronológicamente, provenientes de uno o varios autores, en el que se puede participar como usuario o como visitante. Constituye una especie de discusión abierta, un foro, en el que se puede exponer lo que se piensa sobre temas de interés. El uso extendido del *blog* ha dado lugar a gran cantidad de términos con él relacionados:

- *Bloggero* = escritor de publicaciones para formato de *blog*.
- *Blogorrea* = muchas entradas de poco interés para mantener activo el *blog*.
- *Blogosfera* = la totalidad de los *blogs*.
- *Moblog* = *blog* escrito y desarrollado desde algún dispositivo móvil.
- *Vlog* = *blog* que se compone principalmente de vídeos.

- *Weblografía* = bibliografía tomada de los recursos de la red.
- *Webinar* = seminario vía web.

Se ilustra a continuación con el ejemplo de un certamen inédito de cuentos hiperbreves a través del teléfono celular, con inesperada cantidad y calidad de respuestas - 41.642 mensajes - que generó en Uruguay múltiples lecturas sobre la relación entre tecnología y cultura. Tan copiosa participación podría tener su explicación, a juicio de los organizadores, en las fortalezas educativas que aún resisten en el país y como prueba de que aun los medios más inesperados pueden ser viables para la creación artística.

e) Los DD.HH. y el discurso sociopolíticamente correcto. Para la sociolingüística, disciplina que estudia las relaciones entre lengua y sociedad, resulta de particular interés el estudio del lenguaje en cuanto manifestación y síntoma de la vida comunitaria y de sus necesidades expresivas emergentes de realidades sociopsicolingüísticas del momento.

Pues la lengua, nuestra común identidad cultural no es meramente el código morfofonosintáctico con el que nos comunicamos, sino el modo de vehicular nuestra pertenencia a una cultura y una civilización y el instrumento del pensamiento mediante el cual expresamos nuestro derecho a ser y pensar lo que honestamente queremos ser y pensar. A través de ella se asimilan muchas de las reglas sociales indispensables para nuestra convivencia, y a través de sus símbolos y sus filtros se aprende a ver el mundo, a nosotros mismos, a los otros, y a la asignación de valores. Pues si bien la lengua en si misma puede ser calificada como neutra, no lo es el habla y las situaciones discursivas específicas a través de las cuales nos comunicamos a todos los niveles de interacción en nuestra diaria convivencia. Así, pues, el lenguaje utilizado en cada instancia de comunicación trasunta siempre una ideología subyacente y una visión particular de la sociedad y de la cultura de una comunidad, fiel reflejo de nuestra conciencia social. A través de sus símbolos y filtros se aprende a ver el mundo, a nosotros mismos, a los otros, y a internalizar y vivir el concepto de derechos humanos en franca oposición a toda marca descalificadora de discriminación, marginación o exclusión.

En este contexto, el discurso sociopolíticamente correcto, plasmación de la construcción social de la realidad, trasunta una ideología subyacente, ya sea consciente o inconscientemente expresada, explícita o subliminalmente adoptada, y una visión particular de la cultura de una nación.

Brindaremos a continuación algunos ejemplos de la terminología del discurso sociopolíticamente correcto en el habla de los uruguayos, extraídos del importante acervo terminológico reunido a través de nuestra experiencia personal, testimonios de personas encuestadas, legislación vigente y registros de prensa de amplia difusión, que comprenden innovaciones léxicas, formaciones neológicas, exhumación de arcaísmos, asignación de

nuevos significados a significantes conocidos, formaciones metafóricas y tropológicas.

ÁREA JURÍDICA

Ley de caducidad de la pretensión punitiva del Estado *por* Ley de Amnistía

Proyecto de Ley de Defensa de la Salud Reproductiva *por* Ley de Despenalización del Aborto

Proyecto de Ley de Testamento Vital *por* Control de Eutanasia

Ley de Humanización del Sistema Carcelario *por* Ley de Cárceles

COMPEN (Complejo Penitenciario) *por* COMCAR (Complejo Carcelario)

Ley 16095 sobre Discapacitados (discapacitados intelectuales, auditivos, visuales, motrices) o personas con capacidades diferentes

POLÍTICAS SOCIALES

No podríamos pasar por alto aquí la importancia que tuvieron en el colectivo social uruguayo, las consecuencias de la crisis económica que sobrevino a partir del año 2002, cuyos efectos aún perduran y que generara una sensación de pérdida colectiva en todos los estamentos sociales. Ello llevó a una visión lúcidamente crítica de la cruda realidad nacional, y a una mayor empatía y actitud solidaria frente a la común adversidad, lo cual, lógicamente dejó su impronta en la lengua, a saber: surgimiento de nuevos términos para la denotación de “pobres” y “pobreza”, definición de indicadores de pobreza, proyecto de ley sobre políticas de superación de la pobreza y rediseño de las políticas sociales asistenciales.

Empoderamiento (calco del inglés “empowerment”) *por* habilitación o potenciación de la mujer

Programa de Integración de Asentamientos Irregulares *por* cantegriles (cantes), villas miseria, barrios de ratas

Grupos NBI o Índice NBI (necesidades básicas insatisfechas) *por* extrema pobreza

Hurgadores *por* juntapapeles, cartoneros, bichicomes.

En este caso se da la posibilidad de recuperar una palabra del fondo antiguo de la lengua, ya desusada, incorporándole un nuevo significado:

hurgón = instrumento de hierro para revolver y atizar la lumbre > *hurgar* = revolver o menear cosas en el interior de algo; escarbar entre varias cosas > *hurgador* (por metonimia).

Recolector de residuos *por* basurero

GÉNERO

En cuanto al discurso de género, hemos constatado avances en nuestra sociedad, si bien resta aún mucho por hacer. En el marco de los estudios de género, nuestro objetivo es incentivar la desactivación y reprobación del discurso sexista y de discriminación androcéntrica, explícita o subliminal. El término acuñado de "sexismo lingüístico", espejo y consecuencia del sexismo social, en el que el discurso hegemónico refleja la antigua forma patriarcal de dominio social masculino, constituye la "incorrección sociopolítica" del tema género.

Es una realidad que sin la necesaria discusión e interacción de mecanismos complejos de respeto por la diversidad y las diferencias, incluyendo la proscripción de presunciones y prejuicios sociales, el lenguaje se convierte irremisiblemente en bastión de poder.

Y es por ello que nuestro objeto sea procurar inculcar, paralela y complementariamente, conciencia lingüística y conciencia política, por medio de estrategias de tematización pública, concientización y divulgación con respecto al factor socializador y antidiscriminatorio de un discurso sociopolíticamente correcto, a través de una necesaria política lingüística que vertebre los esfuerzos de educadores, académicos, lingüistas, mediadores lingüísticos y comunicadores sociales. Para ello se necesita información, responsabilidad y compromiso. Es menester educar y sensibilizar.

Nuevos tiempos, nuevas palabras. Nuevas conceptualizaciones, nuevos códigos.

Valores a inculcar: conciencia lingüística y conciencia política.

Insumos requeridos: información, responsabilidad y compromiso.

Abogamos, pues, por una política de planificación u orientación neológica en el ámbito hispanohablante que observe un sano y sensato equilibrio entre la normalización prescriptiva que se inclina hacia el casticismo dogmático, y la dinámica vital del uso lingüístico y la libertad creadora de los hablantes, representados en el otro extremo por los liberales de la lingüística, al punto de ignorar los parámetros de corrección en aras del mero entendimiento.

En su ensayo titulado "Deontología y Ética del Lenguaje, Eugenio Coseriu desgrana con su proverbial rigor analítico y precisión conceptual, las actitudes antiéticas en cuanto a los criterios de *corrección* y *ejemplaridad* idiomática representados por liberales y puristas respectivamente, y refuta

la posición de los aun más liberales que rechazan toda sujeción a la norma y sostienen que el lenguaje es actividad libre. Para Coseriu estos últimos equivocadamente entienden la libertad idiomática como arbitrio, no como libertad, y considera su actitud antidemocrática por cuanto no observan la dimensión deóntica del deber ser de la lengua, ignorando que el respeto por dicha dimensión deóntica representa la ética del hablante, la ética respecto al hablar. Pues, dice el Maestro, la lengua corresponde, en cada caso, al ser histórico de cada hablante; no le es impuesta sino que le pertenece, y por tanto hablar de acuerdo con la tradición de la comunidad es un deber del hablante, precisamente porque es un deber consigo mismo, un compromiso consigo mismo, con su propio ser histórico.

d) El fenómeno de la neotribalización – las tribus urbanas. Tribu urbana designa la emergencia de un vínculo social específico (común entre las tribus) que ambienta la constitución de un espacio simbólico con una coherencia propia (diferente en cada caso), desde donde los integrantes son capaces de devolver a la sociedad la indiferencia de la que suelen ser víctimas por parte de ella (Filardo, 2002). Las jergas utilizadas por las tribus suponen la definición de algunos cambios específicos en los sistemas semánticos comunes al medio, sin llegar a constituir una ruptura del continuo lingüístico.

En el seno de cada una de las tribus se manejan expresiones que las diferencian entre si y respecto del resto de los jóvenes en general, constituyendo una especie de jerga de segundo grado encapsulada en el marco más amplio de las jergas juveniles comunes. Esto no solo es relevante en el ámbito del lenguaje oral, sino que tiene particular importancia en el terreno del lenguaje gestual, que muchas veces va acompañado del atuendo utilizado por cada grupo tribal. “Más concretamente la tribu urbana se podría ver como un nuevo espacio que posibilita al joven miembro un sentimiento de pertenencia, el ‘sentirse’ y ‘ser’ parte de un todo cognoscible.” (Filardo, 2002). Así, la tribu funciona como mecanismo de identificación de semejantes y de segregación de diferentes.

Resulta llamativo que en este mundo globalizado, donde aparentemente se da el predominio de una sola cultura aparezcan estas manifestaciones culturales novedosas que son las tribus urbanas que funcionan muchas veces como espacios de resistencia a la imposición de una cultura hegemónica homogeneizadora (Filardo, 2002).

Así, asistimos a la proliferación de tribus urbanas integradas por *rollingas, cumbieros, góticos, hardcore punks, emos, veganos, electrónicos, raperos, rockeros, skaters, rollers, bikers, malabares, hiphopers, glams y ravers*, “islas o enclaves culturales y de consumo” (Achugar, 2002), donde cada vez más la sociedad se territorializa en ámbitos de exclusión pero también de diversidad.

Tras la recensión de estos factores de invasión de formas neológicas como recursos de innovación léxica -innovación necesaria en cuanto a la actualización y revitalización enriquecedoras de la lengua propia, pero negativa y desestabilizadora en cuanto a su proliferación indiscriminada y

ruptura con el fondo patrimonial de la lengua y el respeto por sus marcas identitarias - se propone insistir en la fidelización del hablante nativo con su idioma materno, dotándolo desde su escolarización hasta su inserción universitaria de un conocimiento léxico más satisfactorio para su formación como hombre consciente de su tradición lingüística y cultural y, a la vez, la implantación de una política de planificación lingüística y de normalización terminológica que con el necesario equilibrio proponga, en la búsqueda de equivalencias para los neotérminos, vías y procedimientos de adaptación léxica a la lengua propia, o bien creación de nuevas expresiones y nuevos significados con medios vernáculos, conforme a criterios de corrección o propiedad lingüísticas.

Aunemos esfuerzos y propósitos, terminólogos, neólogos, académicos, lingüistas, educadores, traductores, mediadores lingüísticos y comunicadores sociales, para guiar a nuestros jóvenes educandos y futuros profesionales, técnicos y ciudadanos todos, en sentir la lengua propia como rasgo identitario común, creciendo juntamente con ella y a través de ella, respetándola y vivenciándola en todas sus manifestaciones, y aportándole ciertamente los bríos jóvenes de la innovación y renovación, a la par que la patriótica responsabilidad de su preservación patrimonial.

NOTAS

⁽¹⁾ A esse continuum tem sido preferido o seguinte: corpo > pessoa > objeto > (atividade) > espaço > tempo > processo > qualidade. Essa predileção se justifica na necessidade da categoria de *tempo* para se desenvolver um *processo*.

BIBLIOGRAFÍA

ACHUGAR, H.; RAPETTI, S.; DOMINZAIN, S.; RADAKOVICH, R. **Imaginarios y consumo cultural. Primer Informe nacional sobre consumo y comportamiento cultural**. Uruguay: Trilce, 2002.

ÁLVAREZ CATALÁ, S. (ed.) **El estado del arte de la terminología y la neología en Uruguay**: ponencias y trabajos. Jornada realizada en Unión Latina, Montevideo. 24 de junio de 2004.

BOSQUE, I.; V. DELMONTE. **Gramática descriptiva de la lengua española**. Tomos 1, 2 y 3. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Antártica/Empuries, 1993.

CABRÉ, M. T. La neología com a mesura de la vitalitat interna de les llengües. En: CABRÉ, M.T.; FREIXA, J.; SOLÉ, E. **La neologia en el tombant de segle**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2000.

_____. et al (2002). Evaluación de la vitalidad de una lengua a través de la neología: a propósito de la neología espontánea y de la neología planificada. In: **Lèxic i Neología**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2002.

_____. FREIXA, J.; SOLÉ, E. A la limite des mots construits possibles. En: **Lèxic i Neología**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2002.

COSERIU, E. **Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje**. Madrid: Gredos, 1977.

_____. Deontología y ética del lenguaje. En: **Actas del Congreso Internacional de Didáctica y Metodología para el Desarrollo de la Lengua Materna**, 18 – 20 de agosto de 1994. Montevideo: Sociedad de Profesores de Español del Uruguay.

FILARDO, V. (coord). **Tribus urbanas en Montevideo. Nuevas formas de sociabilidad juvenil**. Montevideo: Trilce, 2002.

GUTIERREZ RODILLA, B. **La ciencia empieza en la palabra**. Barcelona: Península, 1998.

LANG, M. F. **Formación de palabras en español. Morfología derivativa productiva en el léxico moderno**. Madrid: Cátedra, 1990.

LÁZARO MORA, F. Afijación apreciativa. En: VARELA, S. (ed.) **La formación de palabras**. Madrid: Taurus, 1993.

MALKIEL, Y. El análisis genético de la formación de palabras. En: VARELA, S. (ed.) **La formación de palabras**. Madrid: Taurus, 1993.

MANGUEL, A. **Historia de la lectura**. Buenos Aires: Emecé, 2005.

MARCOS MARÍN, F. Los cuantificadores: los numerales. En: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

SÁNCHEZ LOBATO, J. (coord) **Saber escribir**. Madrid: Instituto Cervantes, 2006.

SÁNCHEZ LOBATO, C. Los cuantificadores: clases de cuantificadores y estructuras cuantificativas. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

VALLÈS, T. (2002) La productividad morfológica en un modelo dinámico basado en el uso y en los usuarios. En: **Lèxic i Neología**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2002.

VARELA, S. (ed.) **La formación de palabras**. Madrid: Taurus, 1993.

VARELA, S.; MARTÍN GARCÍA, J. La prefijación. En: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

DICCIONARIOS

BAILLY, A. **Dictionnaire grec-français**. Paris: Hachette, 1950.

CHANTRAINE, P. **Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots**. Paris: Klincksieck, 1968.

COROMINAS, J. **Diccionario etimológico de la lengua castellana**. Madrid: Gredos, 1976.

DICCIONARIO de uso del español de América y España. Barcelona: Editorial SPES, 2003 (en Cd-Rom).

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA **Diccionario de la lengua española**. XXII ed. Madrid: Espasa Calpe, 2001.

SEBASTIÁN YARZA, F. **Diccionario griego-español**. Barcelona: Sopena, 1972.

LEXICOGRAFIA E HISTÓRIA: O DICIONÁRIO HISTÓRICO DO PORTUGUÊS DO BRASIL - SÉCULOS XVI, XVII E XVIII

Clotilde de Almeida Azevedo MURAKAWA
Faculdade de Ciências e Letras – UNESP
jtm.jau@uol.com.br

RESUMO: O Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII (DHPB) foi idealizado e construído o seu modelo pela Prof^a Maria Tereza Camargo Biderman, no âmbito do programa Institutos do Milênio (MCT/CNPQ). Dentro de uma tipologia de dicionários, o DHPB se enquadra entre os dicionários históricos e registra as mudanças semânticas que as unidades lexicais sofrem ao longo de um período de tempo, com base em uma ampla documentação textual relativa aos três séculos do Brasil Colônia. Da reunião de textos da mais variada natureza e gênero, foi construída uma base informatizada de dados que permite, através das ferramentas computacionais como UNITEX 2.0 e Philologic e seus motores de busca, a extração das unidades acompanhadas de seus contextos, informação bibliográfica e total de ocorrências no banco. A partir daí, a equipe de redatores do DHPB, formada por docentes de várias universidades do país, elaboram cada verbete que irá constituir o DHPB. Neste trabalho, organizado em três partes, apresentamos: 1) conceitos e opiniões sobre o que se considera um dicionário histórico; 2) a constituição do *corpus* do DHPB e sua relação com a História; 3) alguns aspectos da prática lexicográfica do DHPB, através de exemplos de verbetes. O DHPB deverá conter uma nomenclatura de 10.000 palavras.

PALAVRAS-CHAVE: *Corpus*; Diacronia; Lexicografia.

INTRODUÇÃO

O dicionário, como é sabido, “é uma obra de consulta que consiste numa descrição atomística do léxico” (PORTO-DAPENA, 2002, p.42). Segundo o autor da citação, o dicionário é determinado por 4 fatores: 1) o número e a extensão de suas entradas ou lemas; 2) o modo de estudá-las; 3) a organização que se dá a elas; 4) o suporte da sua descrição. O Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB), pertencendo à classe dos dicionários históricos, opera no léxico do português um recorte de 3 séculos correspondente ao período do Brasil Colônia.

Para melhor ordenar esta apresentação, organizamos este texto em 3 partes, a saber: 1) posições de alguns lexicógrafos sobre o dicionário

histórico, seu conceito e seu objeto de estudo; 2) a constituição do *corpus* do DHPB e sua história; 3) alguns aspectos da prática lexicográfica, ressaltando pontos interessantes da redação dos verbetes.

DICIONÁRIO HISTÓRICO E DICIONÁRIO DIACRÔNICO

A denominação dicionário histórico para rotular certo tipo de obra lexicográfica não é consensual entre teóricos da lexicografia contemporânea.

Porto Dapena (2002, p.51) usa a terminologia dicionários diacrônicos e os subdividem em históricos e etimológicos. Para o autor, o dicionário histórico deve se ocupar da história das palavras, isto é, desde o 1º momento em que a palavra aparece na língua até o momento atual ou de seu desaparecimento. Já o dicionário etimológico volta sua atenção para a origem das palavras ou como diz Porto Dapena (2002, p.51) “para a sua pré-história”. Desta forma, o dicionário histórico em seu sentido estrito deve apresentar algumas características específicas: 1) ser geral e exaustivo e não apresentar nenhum tipo de restrição em sua microestrutura, representada por todas as palavras pertencentes às diferentes épocas de uma língua; por esta razão deve estar baseado em textos que autorizem ou testemunhem a existência delas em largo período de tempo; 2) ter sua atenção voltada para a datação, ou seja, quando apareceu pela 1ª vez na língua; 3) construir o processo evolutivo das palavras, submetendo as diferentes acepções a uma ordenação histórica ou histórico-genética.

Na visão de Campos Souto e Perez Pascual (2003), o dicionário histórico se encaixa no quadro dos chamados dicionários diacrônicos que têm por objetivo examinar a evolução histórica do léxico de uma determinada língua. Tais obras diacrônicas se subdividem, segundo os autores em tesouros ou “thesauri”, históricos, etimológicos e cronológicos. Como o objeto de estudo neste texto é o DHPB, detemo-nos apenas nas considerações dos lexicógrafos sobre o dicionário histórico.

São os dicionários históricos os que registram as mudanças que ao longo do tempo “experimentam as palavras com o apoio de uma rica documentação testemunhal; são eles dicionários de língua com um método histórico” (2003, p.63). O dicionário histórico pode ainda ser conhecido com base em 4 modelos diferentes: dicionário histórico de evolução semântica, que apresenta com detalhe as mudanças de significado das unidades léxicas; dicionário sincrônico-diacrônico onde a história do léxico é dividida em períodos cronológicos; o 3º tipo, o dicionário histórico documental que examina de forma conjunta a história da palavra sem se preocupar com o nascimento, desaparecimento ou mudança nas acepções; e um 4ª e último tipo, coordena o diacrônico com um critério normativo que separa em período “áureo” de uma língua e em períodos que antecedem ou seguem o período “áureo”, como é o caso do Dictionnaire de la langue française (1863-1873) de Émile Littré.

Com uma posição mais radical, chegando a afirmar que “o dicionário histórico é aberrante mas útil”, Rey-Debove (1984, p.67) concebe o dicionário como uma obra que deve ter por nomenclatura todas as palavras de uma língua desde a sua origem, registrando as palavras mais usadas e desusadas, e “para as palavras em uso, contém o conjunto dos sentidos arcaizados e dos sentidos atuais. Essa óptica histórica provoca a informação sobre a etimologia, ou origem da palavra” (1984, p.67).

O dicionário histórico, para a lexicógrafa francesa, não descreve uma língua real, mas reúne palavras de todas as épocas e que não funcionam sistematicamente. Talvez por isso o considere aberrante. Quanto à sua utilidade, justifica Rey-Debove que o vocabulário passivo das pessoas cultas pode, por um lado, recuar muito no tempo; e por outro lado, se o dicionário de língua é um dicionário de tradução nele deve-se registrar palavras desconhecidas e que muitas vezes tais palavras desconhecidas são as palavras mais antigas.

Destas breves considerações, concordâncias e discordâncias sobre os conceitos e métodos utilizados para se elaborar um dicionário histórico, impõe-nos analisar o que Biderman (1984, p.12) pensava, há 24 anos atrás sobre um dicionário histórico. O excerto abaixo deixa claro o que pensava a idealizadora do DHPB:

Existem vários tipos de dicionários históricos. Há um que se baseia no vocabulário e na língua de determinada época histórica. São exemplos desse tipo os vários dicionários sobre a Idade Média que possuem algumas línguas européias. [...]. Este tipo de dicionário é muito útil na leitura de obras datadas das épocas históricas a que eles se consagram. (BIDERMAN, 1984, p.12).

Mais adiante Biderman completa seu pensamento:

Outro tipo de dicionário histórico é o panorâmico, muitas vezes rotulado de etimológico. Sendo elaborado a partir da perspectiva da língua contemporânea, ele se ocupa dos estágios anteriores do idioma remontando à origem das palavras; tenta acompanhar a evolução histórica dos vocábulos, assinalando pari passu as datações de cada um deles. (BIDERMAN, 1984, p.13).

Tinha a autora, já à época em que escreveu o artigo de onde foram extraídos os excertos acima, uma posição sobre o que deveria ser um dicionário histórico, posição que hoje está respaldada por lexicógrafos contemporâneos como os anteriormente mencionados.

Diante das considerações sobre conceitos e critérios que orientam os dicionários históricos, podemos definir o Dicionário Histórico do Português do Brasil como um dicionário que registra as mudanças que as palavras sofrem no decorrer do tempo com o apoio de uma vasta documentação textual referente a 3 séculos da história do Brasil Colônia. Tem, entretanto, objetivos específicos: 1) reunir numa obra de consulta o léxico da língua portuguesa que, no período em questão, **fixou suas raízes vindo a**

constituir o repositório lexical do português do Brasil. É o DHPB um dicionário de língua com um método histórico; 2) registrar as unidades lexicais substantivos, adjetivos e verbos que compõem a nomenclatura do dicionário; 3) extrair dos contextos inseridos no banco de dados, todas as acepções que a palavra-entrada ou lema possui, acompanhadas do contexto e de completa informação bibliográfica; 4) registrar a data mais antiga que, no conjunto de todos os documentos que compõem o banco de dados, a palavra-entrada possui. A datação, de acordo com Matoré (1968, p.23) é interessante na medida em que revela uma modificação ocorrida na história de uma civilização. As palavras, completa o autor, “não caem do céu, elas aparecem na sua hora”.⁽¹⁾ (tradução nossa).

Segundo Welker (2004, p.54), é importante fazer uma distinção entre o dicionário diacrônico que mostra desde o seu início as ocorrências das palavras até o presente, e o chamado dicionário histórico que “arrola os lexemas achados nos textos de determinado estágio da história de uma comunidade lingüística”.

É neste último aspecto que se enquadra o Dicionário Histórico do Português do Brasil.

O CORPUS DO DHPB E A SUA HISTÓRIA

Não foi por acaso que demos o título Dicionário e História a este texto.

A constituição do banco de dados do DHPB, pode-se dizer, “começou do nada”, ou seja, não houve, em língua portuguesa, nenhuma obra dessa natureza, que servisse de orientação e modelo para que ele tivesse seu começo. Na prática lexicográfica é ponto pacífico e acordado a influência de um dicionário sobre outro; há um *continuum* de informação lexical que é transmitido de obra para obra. O saber lexicográfico passa de uma época para outra, e de uma obra para outra. Tal *continuum* não aconteceu com o DHPB.

Muito embora haja dicionários históricos do mesmo feitio que o DHPB construídos em outras línguas, em especial nas românicas, nada havia em língua portuguesa. Esta afirmação se refere ao modo como ele foi concebido por Maria Tereza Biderman – no âmbito do programa Institutos do Milênio (MCT/CNPq) – construído sobre uma base informatizada, a partir de textos dos mais variados gêneros e sub-gêneros relativos ao Brasil em seus 3 séculos de vida colonial.

O banco de dados começou a ser construído a partir da “carta de achamento do Brasil”, de Pero Vaz de Caminha, escrita em 1º de maio de 1500. Este documento em transcrição feita por Jaime Cortesão, em edição de 1943, da Coleção Clássicos e Contemporâneos, foi o que deu início ao banco. A data-limite para a inserção dos textos foi considerado o ano de 1808, quando da vinda da família real portuguesa para o Brasil.

A partir de então, a busca em arquivos, bibliotecas públicas e particulares, no Brasil e no exterior, principalmente em Portugal, feita pela

Prof^a. Maria Tereza e sua equipe foi sistemática, localizando material impresso e manuscrito, e obras raras que foram sendo digitalizadas para ocuparem lugar no banco de dados. Foi neste ponto que a Lexicografia se aliou à História. A coletânea de documentos na sua grande maioria, é considerada “histórica”, nas duas acepções principais do adjetivo: 1) relativo à História do Brasil; 2) digno de figurar na História.

Assim, foram sendo inseridas obras dos missionários viajantes, na sua maioria jesuítas; diários de navegação, como o de Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa; cartas de sesmarias; roteiros descritivos da flora e fauna brasileiras; cartas e sermões do Pe.Vieira e de outros oradores sacros, que aqui no Brasil se fixaram; obras e documentos que tratam do Estado do Grão Pará, durante a era pombalina; obras sobre a nobiliarquia paulistana; atos de câmaras municipais; documentos cartoriais; autos de devassas feitos durante a Inconfidência Mineira; processos; inventários; testamentos; constituições dos bispados no Brasil; regimentos militares; obras sobre medicina, farmácia, agricultura, etc., e muitas outras, num conjunto que pode ser chamado de “monumental” para os fins a que foi proposto.

Há que se destacar que muitos desses documentos são obras raras, outros são manuscritos inéditos que sofreram transcrição para serem integrados ao banco de dados, e outros mais são obras em sua 1ª edição, que precisaram ser digitalizadas, pois devido à sua raridade e importância não poderiam ser submetidas a qualquer processo de reprodução. É o caso, por exemplo, de *Cultura e Opulencia do Brasil por suas drogas, e minas*, escrita sob pseudônimo de André João Antonil, que embora tenha recebido várias edições, algumas recentes, teve sua 1ª edição confiscada por ordem do Rei D. João V, poucos dias depois de sua publicação em 1711. Escrita pelo jesuíta João Antonio Andreoni, natural da Toscana, Itália, *Cultura e Opulencia* foi proibida por conter informações que poderiam atizar a cobiça de aventureiros em busca do ouro brasileiro ou mesmo da sua produção de açúcar. Esta obra em sua edição *princeps* foi digitalizada na Biblioteca Pública de Évora, Portugal, que é a depositária de um dos poucos volumes que escaparam ao confisco real.

Não tão rara, mas de suma importância para o conhecimento das transações comerciais estabelecidas entre o Brasil e a Metrópole em Lisboa, é a obra *Negócios Coloniais*, conjunto de 1792 cartas trocadas entre Francisco Pinheiro – rico comerciante português que tinha negócios com a Colônia – e seus correspondentes no Brasil. As cartas são todas da 1ª metade do século XVIII e constituem “um dos momentos mais significativos de evolução da economia brasileira, quando a exploração das minas de ouro propiciou oportunidades notáveis para o comércio com o império colonial português no Atlântico”; palavras do Prof. Delfim Neto que prefaciou a obra, cuja compilação e tratamento dado à correspondência de Francisco Pinheiro foi do Prof. Luís Lisanti. *Negócios Coloniais* foi publicada em 1973 em 5 volumes sob os auspícios do Ministério da Fazenda do Brasil e da Fundação Calouste Gulbenkian, além de outros órgãos de fomento brasileiros que colaboraram com a edição.

Das 1792 cartas, foram selecionadas para o banco de dados aquelas que saíram do Brasil para Lisboa, e não todas, dado ao grande volume da correspondência. *Negócios Coloniais* (1973) reúne apenas a

correspondência de Francisco Pinheiro ligada ao Brasil e à parte tocante à África.

No que diz respeito às obras de literatura brasileira, passaram a integrar o banco de dados as obras do período do Barroco e Arcadismo.

Construído o banco de dados, atualmente com 8 milhões e 50 mil ocorrências e com sede no laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP em Araraquara, os redatores, utilizando-se de ferramentas computacionais como o Unitex 2.0 e o Philologic, elaboram a redação dos verbetes.

O DHPB deverá ter uma nomenclatura formada por 10.000 entradas, obtidas através de listas de frequência que permitem que os redatores, por meio de motores de busca das ferramentas computacionais adaptadas para o projeto, localizem cada unidade lexical e suas acepções nos mais variados contextos do banco de dados construído.

A PRÁTICA LEXICOGRÁFICA ADOTADA PARA O DHPB

A definição lexicográfica constitui o elemento central do verbete e ela deve ser elaborada a partir dos contextos que são extraídos do banco de dados. Além dos aspectos teórico-lexicográficos que devem orientar a redação da definição, seguindo uma tipologia definicional, há que salientar que todas as acepções, ou seja, todos os valores polissêmicos que o lema apresente nos diversos contextos, devem vir acompanhados dos referidos contextos e da abonação completa.

Destaca-se também que para a definição de unidades lexicais referentes à flora e fauna brasileiras, estabeleceu-se que nenhuma terminologia científica deve ser adotada no lugar do “gênero próximo” e da “diferença específica”. O contexto, muitas vezes, dá orientação para o redator, pois um número representativo de relatos de viagem integram o banco de dados e as descrições das plantas e dos animais do Brasil são uma constante.

Como já foi dito anteriormente, a datação revela uma modificação ocorrida na história de uma civilização e o DHPB optou por registrar esse dado. O verbete sempre é encerrado com o contexto que registra a datação mais antiga encontrada no banco, identificando o documento que registrou a unidade. Esta não é, entretanto, a datação que determina o uso da unidade pela 1ª vez na língua, mas apenas identifica o documento que a registrou com um determinado conteúdo semântico.

Expressões sintagmáticas, locuções e variantes gráficas também integram a informação no verbete. As expressões sintagmáticas e as locuções podem ser extraídas dos contextos através do motor de busca do Philologic, denominado KWIC. Ele evidencia tais unidades e seus contextos. E as variantes gráficas, podem ser obtidas através do motor Busca por similaridades, também do Philologic.

Como já mencionamos anteriormente, na prática lexicográfica é ponto acordado a influência de um dicionário sobre outro; há um *continuum*

de informação lexical que é transmitido de obra para obra. Por essa razão, alguns dicionários da língua portuguesa como Bluteau (1712), Morais Silva (1789 e 1813), Fr. Domingos Vieira (1871/1874), Pinto (1832) e Caldas Aulete (1881) representando os séculos XVIII e XIX, servem de referência para a elaboração dos verbetes. Já no século XX, são consultados: Candido de Figueiredo (1925), Laudelino Freire (1943), Nascentes (1961/1967), e Morais Silva, em 12 volumes (1949/1959), além das edições de Aurélio e Houaiss (2001), que mesmo sendo obras mais recentes, sempre oferecem subsídios para auxiliar na redação dos verbetes.

Do elenco dos dicionários mencionados cabe, uma especial nota sobre o Diccionario da Língua Brasileira de autoria de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832 pela Typographia Silva, em Ouro Preto. Esta obra pertence ao acervo do Arquivo Público Mineiro, de quem se obteve autorização para ser digitalizado e passar a integrar o acervo de obras lexicográficas do DHPB.

A informação enciclopédica que deve ser evitada em dicionários de língua, tem lugar no DHPB quando um fato da história colonial brasileira merece ser destacado, como por exemplo, a entrada **tribunal**, ao definir o sintagma **Tribunal da Relação**, registra em nota uma breve informação sobre o referido tribunal e sua atuação no Brasil.

Da prática lexicográfica que é empregada no DHPB, alguns aspectos podem ser, aqui, exemplificados e vão evidenciar a importância das informações lingüísticas contidas nos mais diferentes verbetes⁽²⁾:

1) Significados que estão, hoje, em desuso e que estão documentados nos contextos:

Corrupção

1. Decomposição da matéria.

[...] feita em postas, se coze em agoa com sal, depois se come, como qualquer carne, ou peixe; mas porque neste país predomina logo a **corrupção** nos peixes, e carnes, se obvia á este damno, assando-as sobre braza em grelhas, [...].

FRANCISCO ANTÔNIO DE SAMPAIO (1971) [1782], CASCAVEL (COBRA DE) () [word count] [A00_1770 p.54].

3. Alteração na pronúncia de uma palavra na língua gerando outra palavra.

Consta d'esta sesmaria que o nome foi posto pelos indios ao morro, e não á Fortaleza, a qual o tomou do tal outeiro, ou para melhor dizer, do sitio onde ella foi edificada, ao qual se havia já communicado o appellido do morro: nós dizemos Bertioaga por **corrupção** do nome composto Buriquioca.

FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS (1920) [1767], MEMORIAS PARA A HISTORIA DA CAPITANIA DE S. VICENTE HOJE CHAMADA DE S. PAULO () [word count] [A00_0169 p. 120].

Plantação

1. Ato de criação ou fundação de um povoado, vila, cidade.

e nesta ocasião é que se falla no Rio do Ouro, que é o Aguaríco, como fica a meu parecer demonstrado : e no auto de **plantação**, e posse se não trata da Aldêa do Ouro, como erradamente o supõe Condamine, [...]

FRANCISCO XAVIER RIBEIRO DE SAMPAIO, (1856) [1737], EXTRACTO DA VIAGEM QUE EM VISITA E CORREIÇÃO DAS POVOAÇÕES DA CAPITANIA DE S. JOSÉ DO RIO NEGRO, FEZ O OUVIDOR, E INTENDENTE GERAL DA MESMA, FRANCISCO XAVIER RIBEIRO DE SAMPAIO, NOS ANOS DE 1774 E 1775 () [word count] [A00_0853 p. 112].

Antena

1. Verga comprida que se prende ao mastro do navio onde se fixam as velas.

Ao outro dia, ainda que deixarão huma náu tão maltratada que se foi ao fundo, desampararão a empresa, e sahirão do porto mui maltratadas, sem **antenas**, e as náus furadas por muitas partes, e mais de cinquenta homens mortos, e quatorze feridos.

FREI VICENTE DE SALVADOR (1888) [1627], LIVRO QUARTO - DA HISTORIA DO BRASIL DO TEMPO QUE O GOVERNOU MANOEL TELLES BARRETO ATHE A VINDA DO GOVERNADOR GASPARE DE SOUZA - CAPITULO PRIMEIRO - DE COMO VEIO GOVERNAR O BRASIL MANOEL TELLES BARRETO, E DO QUE ACONTECEO A HUMAS NÁUS FRANCEZAS, E INGLEZAS NO RIO DE JANEIRO, E S. VICENTE () [word count] [A00_2037 p. 108].

Cangalhas

2. Armação de metal com lentes que se prende nas orelhas descansando sobre o nariz; óculos.

Montado em nédia mula vem um Padre, Que tem de Capelão as justas honras: Formou-se em Salamanca; é homem sábio: Já do Mistério do Pilar um dia Um sermão recitou, que foi um pasmo; Labregão no feitio, e meio idoso, Tem olhos encovados, barba tesa, Fechadas sobranceiras, rosto fusco, **Cangalhas** no nariz. Ah! quem dissera, Que num corpo, que tem de nabo a forma Havia pôr os Céus tão grande caco!

TOMÁS ANTÔNIO GONZAGA [n.d.], CARTA 1a [A00_1213 p. 56].

Canhão

2. Extremidade da manga da farda que desce até a mão, principalmente quando é dobrada para fora ou tem uma tira de cor diferente.

Huma Companhia de Familiares, farda encarnada, ferro, canhão, bandas, e gola verde, galão amarello. Todos estes corpos se compoem de homens brancos alem dos quaes há tãobem os seguintes corpos. 7.º O primeiro Regimento de Melicianos Pardos; farda azul, forro e bandas encarnado, gallão, Golla, e **canhão** amarello. 8.º Segundo Regimento dos mesmos, farda azul. **canhão** gola e bandas encarnado forro, e galao amarello.

LUIZ DOS SANTOS VILHENA [1801], CARTA VIGESIMA SEGUNDA [A00_0894, p. 823].

Amazona

1. Cor verde amarelada.

Goyaba, arvore mediana, semelhante em folhas e flôr as Masseiras; o seu fructo fica descripto no araçá. Ha desta tres qualidades: branca, vermelha e **amazona**: a branca passa por melhor e depois della a amazona; de todas porem se faz o doce de que faltei já; quando porem amadurecem são muito propensas a criar bicho e com preferencia a vermelha. LUIZ DOS SANTOS VILHENA (1921) [1801], CARTA VIGESIMA: () [word count] [A00_0846 p. 750].

2) Expressões sintagmáticas não mais usuais:

Ferida fresca

Ferida recente ainda com sangue

[...] o oleo que ali se estila; chamam-lhe os portuguezes balsamo por se parecer muito com o verdadeiro das vinhas de Engaddi; serve muito para **feridas frescas**, e tira todo sinal, cheira muito bem,[...].

PADRE FERNÃO CARDIM (1980) [1585], I - DO CLIMA E TERRA DO BRASIL - E DE ALGUMAS COUSAS NOTAVEIS QUE SE ACHÃO ASSI NA TERRA COMO O MAR. () [word count] [A00_0749 p. 37].

Ferida velha

Ferida já ulcerada e resistente a tratamento.

Da mesma farinha da carimá se faz uma massa que posta sobre **feridas velhas** que tem carne podre lh'a come toda, até que deixa a ferida limpa; [...].

GABRIEL SOARES DE SOUSA (1938) [1587], DA AGRICULTURA DA BAHIA - (PARTE SEGUNDA - TITULO 4) () [word count] [A00_0180 p. 193].

Herdeiro forçado

Aquele que não pode ser deserdado, exceto nos casos marcados por lei.

Antonio Borgez defunto que faleceo junto a Igreja de nosa senhora da Vila Velha que porquanto o dito defunto ao tempo de seu falecim.^o nam tinha **herdeiro forçado**, e he necessario para comprimento de seus legadoz [...].

JOÃO BATISTA CARNEIRO (DEZEMBRO DE 1944) [1706], PAPEL DE REMATAÇAM QUE SE FEZ A ALEIXO CABRAL DA FAZ.DA DE ANTO BORGEZ A QUAL COMO PASASE A ESTE CONV.TO A ELLE SE ENTREGOU ESTE PAPEL O QUAL HE O SEGUINTE. () [word count] [A00_1501 p. 53].

Escrava de leite

Mulher que alimenta a criança não sendo ela seu próprio filho.

[,...] me respondeu que havia parido naquele lugar, e que o sangue era do parto; perguntando-lhe mais pela criança que parira, me disse que um grande golpe d'água d'água que por ali corria da chuva, pela regueira de um carro, lha havia levado para baixo. Piquei então o cavalo depressa para

acudir à criança, que não percesse, e achei-a meia morta, atravessada na mesma regueira, aonde tivera mão dela a raiz de uma árvore. Fí-la recolher logo por um meu escravo, e depois, sendo entregue a outra **escrava de leite**, para lho haver de dar, viveu e chegou a ser grande.

AMBRÓSIO FERNANDES BRANDÃO (1966) [1618], DIÁLOGO SEXTO - COSTUMES DOS NATURAIS () [word count] [A00_1586 p. 195].

Mar leite

Tranqüilo, sem muitas ondas.

[...] ao cantar do gallo, de uma paragem que chamam Coouassú, e passando costas e bahias arriscadissimas, por achar o **mar leite** em todas ellas, chegou aos ultimos de fevereiro de 1684 com felicissima viagem ao porto do Collegio do Maranhão, [...].

PADRE. JOÃO FELIPPE BETENDORF (1910) [1699], em branco () [word count] [A00_0520 p. 365].

Tiro de canhão

Medida de distância; a distância onde alcança um tiro de canhão.

Ver tiro.

[...] ha nesta restinga quatro fortalezas, e vem a ser quazi no seu principio em Olinda fica a fortaleza do Queijo, que para pouco serve, e presta; seguese a de S. Antonio de Buraco muito boa e forte quadrangular na distancia do **tiro de canhão** se segue a fortaleza de S. João Baptista do Brum mais forte e que monta para mais de sincoenta pessas cruzando com o forte Picão, [...]

LUIZ DOS SANTOS VILHENA [1801], CARTA VIGESIMA SEGUNDA [A00_0894 p. 815].

Mar oceano

Mar grande; o oceano Atlântico

ate emtestar cõ o estreito de Magalhaës e da bãda do sul cõfina cõ os espanhoes e cõ m^ta gente que no meo fica naõ tratada nẽ conhecida O **Mar oceano** he o q' deuide Angola e cõguo e cabo de boa esperãça os quais lhe ficaõ de Rosto e seu oposito e polla bãda da terra dentro a deuide [...].

FRANCISCO SOARES (1966) [1591], COISAS NOTÁVEIS DO BRASIL - MANUSCRITO DECOIMBRA () [word count] [A00_0065 p. 79].

3) Expressões sintagmáticas pouco usuais atualmente:

Pessoa de obrigação

Pessoa da família ou da casa.

[...] e a de quinto as três partes para o engenho e as duas para o lavrador e a de meias tanto a uma parte como a outra; mas o partido de meias se faz raramente, por ser de pouco proveito para o engenho, salvo se é a **pessoa**

de obrigação ou a lavrador que tenha as canas em terras suas próprias. Mas sempre, de qualquer maneira que seja, a partilha dos meles, que são retames e batidos,[...]

AMBRÓSIO FERNANDES BRANDÃO [1618], DIÁLOGO TERCEIRO - EM QUE SE TRATA DAS MERCANCIAS DO AÇÚCAR, PAU, ALGODÃO, MADEIRA [A00_1583 p. 88].

Ver do peso

Aquilo que é vendido por peso medido em balanças públicas.

Marcos Teixeira, perante elle appareceo sem ser chamado Francisco de Sãopaio Aranha, christão velho, de ydade de trinta e sinquo annos ou mais, casado e morador nesta cidade defronte das casas d'El Rey e juiz do **ver do pezo** do pau do Brazil.

MANOEL MARINHO (1936) [1618], LIVRO DAS DENUNCIÇÕES QUE SE FIZERÃO NA VISITAÇÃO DO SANTO OFFICIO Á CIDADE DO SALVADOR DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS DO ESTADO DO BRASIL, NO ANNO DE 1618 - FRANCISCO SAMPAIO ARANHA CONTRA SIMÃO DE LEÃO [A00_0942 p. 157].

4) Significado hoje empregado em linguagem colloquial:

Vergonhas *s.f.pl*

Os órgãos sexuais do ser humano; as partes pudendas.

[...] herdarem do estado da inocência que nelles esta tão corrupta e danada que contra toda a ordem da natureza por mera sensualidade folgão de andarem nus sem nunhuma cobertura athe em suas vergonhas couza que parece os próprios animais brutos estranhos.

TEXTO APÓCRIFO (1996) [1585], CAPÍTULO PRIMEIRO () [word count] [A00_2537 p. 3].

5) Expressões sintagmáticas registradas e ainda hoje em uso:

Papel pardo

Espécie de papel de cor parda que serve para fazer embrulho e para coar líquido.

[...] tudo fe mifture em vazilha vidrada , e fe mexa com espatula de páo fempre para huma banda por espaço de huma hora; e depois^,fe coe por **papel pardo** ralo, e fe lance em vidro bem tapado, [...]

LUIS GOMES FERREIRA (1735) [1735], DA MISCELLANIA DE VARIOS REMEDIOS, AÍM EXPERIMENTADOS, E INVENTADOS PELO AUTOR, COMO ECOLHIDOS DE VARIOS PARA DIVERFAS ENFERMIDADES. () [word count] [B00_0031 p. 121].

Papel mataborrão

Espécie de papel absorvente utilizado para absorver tinta e para coar líquido.

[...] fomentada se cobrirá com alguma pelle de bicho macia, como de lontra, ou outra semelhante, ou com **papel mataborraõ**, e baeta por cima, que fique a parte bem livre do frio: isto se fará tres, ou quatro vezes cada dia. He remedio que inventey, e experimentey com bom successo em hum braço [...].

LUIS GOMES FERREIRA (1735) [1735], DOS SEGREDOS, OU REMEDIOS PARTICULARES, QUE O AUTOR FAZ MANIFESTOS PARA UTILIDADE DO BEM COMMUN.. () [word count] [B00_0034 p. 340].

Legítimo herdeiro

Aquele que é chamado à sucessão por força da lei.

[...] porém como eram muitos sempre escaparam alguns, dos quaes alega ser descendente, e **legítimo herdeiro** o sobredito levantado Nicolao I, o qual se tiver adestrado os seus vassallos na formalidade, e disciplina [...].

PE. JOÃO DANIEL (1976) [1757], PARTE SEGUNDA - CAP. 16º - NOTÍCIA DE ALGUMAS NAÇÕES EM PARTICULAR () [word count] [A00_1847 p. 262].

Universal herdeiro

[...] pelo que declaro que desde o dia que os ditos Reuerendos Padres de Saõ Bento meus Legitimos e **uniuersais herdeiros** e testamenteiros tomarem posse das ditas heranças me mandaram dizer dos rendimentos delas outra Capella por minha alma [...].

desconhecido (DEZEMBRO DE 1945) [1645], TESTAMENTO DE MARIA ROIZ DE OLIVEIRA EM QUE NOS DEIXOU TRES MORADAS DE CASAS SOB RADADAS AO GUINDASTE E OUTRAS DEIXAS COM ENCARGO DE CERTAS MISAS COMO DELE CONSTA E FOI C. SADA COM ANTº FRZ () [word count] [A00_1521 159].

Nota; atualmente, usa-se com o adjetivo posposto: herdeiro universal.

6) Significados pouco usuais atualmente:

Rancho

2. Grupo de pessoas reunidas para um determinado fim.

Que guerras não tenhamos; pois a termos algum acampamento, que constanja a saírem da praça os Regimentos, Há de haver bom trabalho, em conduzir-se o **rancho** de crianças em jacazes. Há de também haver despesa grande, em levar-se uma tropa de mulheres,

TOMÁS ANTÔNIO GONZAGA (2000) [1863], CARTA 9a [A00_1221 p. 188].

3. Companhia de soldados e marinheiros reunidos para comerem juntos.

[...] se os soldados soubessem o para que se toca a recolher, se houvesse cuidado em fazer **rancho** nos quartéis e não se deixassem lazarar de fome os soldados, mantendo-se das imundas viandas que pelas ruas comprão às

negras, se finalmente houvesse a economia militar que tanto se recommenda [...]

LUIZ DOS SANTOS VILHENA (1921) [1802], CARTA SETIMA: [A00_0409 p. 268].

7) Locução desusada

De maravilha

Raras vezes.

Escrevi a V. R. acerca dos saltos que se fazem nesta terra, e **de maravilha** se acha cá scravo que nom fosse tomado de salto, e hé desta maneira: que fazem pazes com hos Negros para lhe trazerem a vender o que tem, e por engano enchem os navios delles e fogem com elles; e alguns dizem que o podem fazer por os Negros terem já feito mal aos christãos.

P. MANUEL DA NÓBREGA (1956) [1549], CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES, BAÍA 9 DE AGOSTO 1549 () [word count] [A00_0002 p. 121].

8) Tipos de contextos que auxiliam na redação dos verbetes:.

Ajurucuráo

Ajurucuráo — Estes papagaios são formosissimos: são todos verdes, têm hum barrete, e colleira amarella muito formosa, e em cima do bico humas poucas de pennas de azul muito claro, que lhe dão muito lustre, e graça; têm os encontros das azas vermelhos, e as pennas do rabo de vermelho, e amarello salpicadas de azul. PADRE FERNÃO CARDIM (1980) [1585], I - DO CLIMA E TERRA DO BRASIL - E DE ALGUMAS COUSAS NOTAVEIS QUE SE ACHÃO ASSI NA TERRA COMO O MAR. () [word count] [A00_0749].

Mata capoeira

Mata pequena, de pouca extensão.

[...] nem em todas as paragens a mesma abundância mas só em certos tempos do ano, e nas **matas capoeiras**, isto é pequenas. O seu efeito peor é que quando os querem tirar do corpo, por estarem fortemente agarrados, [...]

PE. JOÃO DANIEL (1976) [1757], PARTE PRIMEIRA - CAP. 25º - DAS SEVANDIJAS TERRESTRES DO MESMO RIO () [word count] [A00_1827 p. 172].

9) Empréstimo estrangeiro.

Formação podinguica

Conglomerado geológico formado de calhaus ou de outros fragmentos rolados.

Descido o morro, fui examinar o rio Verde, onde vi e colhi algumas granadas vermelhas, que os naturaes chamam rubins, as quaes se achavam

nas itaipavas entre a arêa ; a **formação podinguica** d'estas itaipavas promette ouro com conta : [...].

MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA (1869) [1805], DIARIO DE UMA VIAGEM MINERALOGICA PELA PROVINCIA DE S. PAULO NO ANNO DE 1805: PELO CONSELHEIRO MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA () [word count] [A00_0747 p. 530].

Nota: podinguica é adjetivo derivado de podinga ou pudingue. Este, por sua vez, é empréstimo do inglês pudding.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de fechar este texto, traduzimos um pequeno excerto de Antoine Meillet em seu *Linguistique Historique et Linguistique Générale* (1938, vol II, p.224) em que o lingüista afirma:

Os fatos de vocabulário refletem os fatos de civilização. Do mesmo modo que os elementos de civilização são suscetíveis de passar de um povo a outro, as palavras de civilização se emprestam de uma língua a outra. (MEILLET, 1938, p.224).⁽³⁾ (tradução nossa).

Seguindo a linha de pensamento do lingüista francês, podemos afirmar que o *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, com sua abrangência de 3 séculos de Brasil Colônia, estará arquivando o inventário das unidades lexicais que vieram trazidas pelos portugueses no período mencionado e constituíram o fundo lexical do português do Brasil.

Resgatando, finalmente, a importância da história para a constituição do DHPB, cabem aqui as palavras de Robert Martin⁽⁴⁾ (1969, p.50): "Uma língua de cultura reflete nela própria a riqueza de seu passado e é traí-la ignorar a sua profundidade histórica". (tradução nossa).

Deixo com este texto, minha eterna homenagem à memória de quem idealizou e estabeleceu o modelo do DHPB: Prof.^a Maria Tereza Camargo Biderman.

NOTAS

⁽¹⁾ Les mots ne tombent pas du ciel, ils apparaissent à leur heure, et la date de leur naissance (que les linguists appellent une datation) est intéressante dans la mesure où elle révèle une modification survenue dans l'histoire d'une civilisation. (MATOREÉ, 1968, p. 23-24).

(2) A numeração nos contextos indica a ordem que as acepções têm nos verbetes.

(3) Les faits de vocabulaire reflètent les faits de civilisation. De même que les éléments de civilisation sont susceptibles de passer d'un peuple à un autre, les termes de civilisation s'empruntent d'une langue à une autre. (A. MEILLET 1938, p. 224)

(4) Une langue de culture reflète en elle la richesse de son passé, et c'est la trahir que d'en ignorer la profondeur historique (R. MARTIN, 1969, p. 50)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, M. T. C. A Ciência da Lexicografia. **Alfa**, 28 (supl.), p.1-26, 1984.

CAMPOS SOUTO, M.; PEREZ PASCUAL, J. I. El diccionario y otros productos lexicográficos. In: MEDINA GUERRA, A. M. (coord.). **Lexicografía española**. Madrid: Ariel, 2003. p. 53-78.

MARTIN, R. Le Trésor de la Langue française et la méthode lexicographique. **Langue Française**, 2, p. 45-55, 1969.

MATORÉ, G. **Histoire des dictionnaires français**. Paris: Librairie Larousse, 1968.

MEILLET, A. **Linguistique historique. Linguistique générale**. Tome II, Paris: Librairie Klincksieck, 1938.

PORTO DAPENA, J. Á. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco Libros, S.L., 2002.

REY-DEBOVE. J. Léxico e dicionário. Trad. Clóvis Barleta de Moraes. **Alfa**, 28 (supl.), p. 45-69, 1984.

WELKER, H. A. **Dicionários: uma pequena introdução à Lexicografia**. Brasília: Thesaurus Editora de Brasília Ltda, 2004.

OBRAS DE REFERÊNCIA

AULETE, F. J. C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. 2 vol.

BLUTEAU, R. **Vocabulário portuguez e latino** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 10 vol.

FIGUEIREDO, C. **Novo dicionario da língua portuguesa**. Lisboa: Portugal-Brasil. Sociedade Arthur Brandão, 1925. 2 vol.

FREIRE, L. **Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: A Noite, 1939-1943. 5 vol.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

NASCENTES, A. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1961-1967. 4 vol.

PINTO, L. M. S. **Dicionario da língua brasileira**. Ouro Preto: Tupographia Silva.

SILVA, A. M. **Dicionario da lingua portugueza**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 vol.

_____. **Dicionario da língua portugueza**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. 2 vol.

_____. **Grande dicionário da língua portuguesa**. 10.ed. CARDOSO JR. Augusto Moreno; MACHADO, José Pedro (Org.), Lisboa: Editorial Confluência, 1949-1959. 12 vol.

VIEIRA, F. D. **Grande dicionario portuguez ou Thesouro da língua portuguesa**. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes. 5 vol.

BUSCANDO UM NOVO MÉTODO PARA SELEÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS EM MORFOLOGIA HISTÓRICA

Mário Eduardo VIARO
Universidade de São Paulo
gmhp@usp.br

RESUMO: A morfologia, apesar de ser o elemento principal das gramáticas tradicionais, não se desenvolveu como parte separada dos estudos da linguagem a não ser em meados do século XIX. Dado seu caráter descritivo, padece de uma ausência de teorias formadas com base dedutiva, como é o caso da sintaxe. O caráter indutivo da morfologia transparece na dificuldade em se estabelecerem generalizações e nas tentativas de eliminação das exceções. O estudo sincrônico fundado no estruturalismo recebeu, no século XX, apoio tardio do gerativismo, que se volta para a incorporação da morfologia em diversos modelos, muitos dos quais, mais recentemente, adotam a abordagem histórica. O *modus operandi* no tratamento do elemento histórico, contudo, entra amiúde em conflito com pressupostos dos modelos sincrônicos, não por incompatibilidade, mas por falta de uma metodologia explícita. Com base nas pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Morfologia Histórica (<http://www.usp.br/gmhp>) apresenta-se uma metodologia desenvolvida perante os problemas empíricos dos pesquisadores e em discussões das reuniões, ocorridas em 2006, constantes de um manual, a partir do qual se decidem alguns problemas que envolvem claramente o aspecto diacrônico, como a derivação e a produtividade de determinados morfemas, bem como a delimitação dos limites morfêmicos.

PALAVRAS-CHAVE: Língua portuguesa; Diacronia; Morfologia; Semântica; Sufixos.

INTRODUÇÃO

Antônio Geraldo Cunha foi um pioneiro em língua portuguesa, quando decidiu trabalhar com a datação das palavras em português. Antes dele, José Pedro Machado (1952-1959) também fez o mesmo e, embora seu dicionário abonasse os dados de maneira bastante farta, indicou, preferentemente, o século das primeiras ocorrências e, mais raramente, o ano. Já se vêem algumas datações específicas no dicionário etimológico de Cunha (1982), mas principalmente no seu dicionário etimológico de palavras de origem tupi (1978) emerge parte do extenso trabalho que teve, o qual ainda espera uma publicação. Para a língua espanhola, dispomos de

Corominas (1954-1957), mas nada parecido existe publicado em português: a pesquisa de Cunha encontra-se sob a forma de fichas, na Casa Rui Barbosa/ Rio de Janeiro. Apesar das publicações parciais na década de 80 e de 90, a maioria dos seus dados ainda não são facilmente disponíveis, com exceção dos que aparecem no dicionário de Houaiss e Villar (2001).

A questão da data, presente há muito tempo em dicionários ingleses, franceses e italianos (onde há, até mesmo, datação para acepções das palavras), apesar de parecer secundária ao leigo, é de suma importância para os estudos linguísticos históricos. Por vezes se argumenta, contrariamente a esse estudo, que a data constante dos dicionários rarissimamente é, de fato, a data da invenção da palavra, uma vez que isso só pode de fato ocorrer com neologismos recentes. No mais das vezes, trata-se de uma data dependente de *corpora*. Desse modo, é possível retroagi-la, à medida que se investigam ou se descobrem novos textos. Julgamos, porém, que as datas constantes no dicionário *Houaiss* são um ótimo ponto de partida para investigações parciais, muito embora haja lacunas enormes em alguns séculos (sobretudo os não investigados por Cunha) e ausência de datas específicas para o século XX, paradoxalmente o menos estudado de todos. Muitas pessoas conhecem a existência de uma ou mais datas "erradas" no *Houaiss*, uma vez que afirmam conseguir retroagir, com seus próprios *corpora*. Essas leituras descompromissadas com a pesquisa histórico-linguística, infelizmente, não geram informação, visto que não é coletada de maneira sistemática e verificada pelos especialistas. O dicionário *Houaiss*, não pretendendo ser, de fato, um dicionário etimológico, apesar da longa e inédita discussão etimológica que promove em cada verbete, não dispõe de abonações, como ocorre com o dicionário de José Pedro Machado. O ideal seria que juntássemos as datas mais recuadas com suas respectivas abonações, para todas as palavras do português em um único banco de dados, que gerasse uma obra exaustiva. Mas ainda a opinião cética poderia reagir indagando sobre o porquê disso. Defendendo a sua importância, sabemos que a data, como dito, não revela o nascimento da palavra, mas o fato de ela já existir naquela época de sua abonação. Com base nessas informações, por exemplo, Väänänen (1985) conseguiu reconstruir boa parte da sincronia pretérita do latim vulgar. Para o português, entrevê-se algo parecido, de forma ainda incipiente, na obra de Teyssier (1980). Fora disso, todo o trabalho de história da língua e de reconstrução de etapas torna-se mera erudição, a qual, apesar de ser válida e importante, não esclarece muito.

O CORPUS

Isso posto, surge o problema dos *corpora*. Como as datações, essas coletâneas trabalhosas são muitas vezes tratadas como propriedade individual (a despeito de haver muitas vezes investimento de órgãos públicos de pesquisa). Hoje em dia, a forma mais democrática de disponibilizar os *corpora*, sem dúvida, é, no entanto, a rede internacional de computadores *internet*. A própria rede passa a ser um imenso *corpus* com a desvantagem de sua imensa mobilidade. É possível abonar, mas a ausência

de datas específicas dificulta o trabalho de datação: as palavras podem ficar décadas *online*, mesclando o novo com o velho, numa pancronia caótica. Na verdade, hoje em dia, praticamente tudo pode ser encontrado por meio de buscadores, como o *Google*. Além disso, muitos *sites* constituem verdadeiros mecanismos de pesquisa.

À guisa de um exemplo, recentemente, surgiu-me a dúvida sobre a origem da expressão *quintos dos infernos*. É desnecessário informar aqui o quão fantasiosas têm sido as soluções para os étimos de expressões portuguesas. Sem valermo-nos de nenhum *corpus* estabelecido, com uma pesquisa rápida no *corpus* do Português de Mark Davies & Michael J. Ferreira (www.corpusdoportugues.com) e no *books google* (<http://booksgoogle.com>), foi possível descobrir que a expressão já teve outras formas e, possivelmente outros significados.

"Olha, permitta Deos, que se eu cazar com Ariadna, que berrando va a minha alma parar aos **quintos infernos** a fazer filhozes com Plutão" (Antonio José da Silva - Labirinto de Creta, 1739)

"outra gaitada, orelha baixa, orelha cahida, o homem he os meus peccados, o homem he mole como papas, oh Maria Pinheira he mouca, o diabo lho disse ao ouvido, os **quintos infernos**, orcey as contas, o diabo he negro, o bom do homem, olhando para o norte se corre direito, oh mão trabalho, oh tá tá como o frade he preluxo, outro galo lhe cantára" (Manoel José de Paiva - Enfermidades da língua portuguesa 1759)

Dessa forma, a expressão passa a ter uma datação precisa (1739) e aponta para uma forma original sem a preposição com a qual estamos acostumados. Aparentemente, permaneceu assim por bom tempo: a expressão "*vai para os quintos infernos*" aparece ainda na *New Portuguese Grammar*, de Antonio Vieira (1811) e em *A Portuguese and English grammar*, de P. Babad (1820). As gramáticas, como se depreende em Noll (2008), são boas fontes para datação e outros fenômenos linguísticos do português.

A forma "*quintos dos infernos*" (no plural e com a preposição) talvez remonte ao começo do século XIX, mas, aparece apenas pela primeira vez na pág. 59 da "Tormenta" de Menotti del Picchia (1932). A partir de então, começa a ficar mais frequente (Rocha Martins 1936, p. 154, Joaquim Gomes Monteiro & Antonio da Costa Leão 1944; Silveira Bueno 1944, p. 328). Todas essas datas, como dito, são pistas: uma investigação cuidadosa deveria ir às fontes (mas, muitas vezes, são difíceis de localizar ou indisponíveis de outra maneira).

A variante "*quinto dos infernos*" (no singular e com preposição) é, aparentemente ainda mais recente, começando a surgir na segunda metade do século XX (Mauricio do Valle Aguiar, 1965; Chico Anísio 1975, p. 41).

Há ainda a variante "*quintas infernos*" (se não se trata de erro de grafia), constante no dicionário galego-castelhano de Eladio Rodríguez-

González, de 1958: “*Mandar a un ós quintos infernos, enviarle en hora mala. || Os quintas infernos, lugar muy profundo o muy alejado*”.

Suposições etimológicas sobre essas expressões são muito frequentes. A primeira ideia que pode vir à cabeça são os círculos infernais de Dante, mas o quinto inferno não é o mais longínquo, nem o mais terrível. Ademais, explicar a passagem da expressão com tal etimologia cultíssima para algo do nível coloquial é pouco convincente: não porque seja impossível ocorrer (há tantas outras inegáveis, sobretudo provenientes da Bíblia), mas porque seria uma exclusividade do português (inexiste no próprio italiano, salvo engano). Curiosamente, se isso fragiliza o étimo, por outro lado, pressupõe um maior conhecimento clássico dos portugueses em relação às línguas de outras nações europeias, dando azo a ufanismos pouco convenientes e desarrazoados que depõem contra o estudo científico das etimologias.

A segunda etimologia corrente relaciona a expressão ao antigo imposto *quinto*. Se por um lado, a datação mais antiga disponível reforça esse étimo, por outro, a estrutura da expressão aparentemente informa o anacronismo. Podemos pensar que o imposto não era bem-vindo e, por isso, era referido como os *infernos*, mas convém lembrar que as abonações mostram uma maior antiguidade da forma não-preposicionada, o que faz imaginar que *infernos* é o núcleo do sintagma e *quintos*, adjunto adnominal. A forma plural *quintos* também é muito mais antiga do que a mesma expressão no singular, permitindo-nos classificar essa segunda etimologia como menos provável que a primeira.

De qualquer forma, não há uma explicação para essa expressão (como não há para a maioria delas, malgrado a pululação de títulos sobre o assunto) e isso pode parecer frustrante, mas é o preço da cientificidade. Essas explicações não podem ser feitas apressada- ou anacronicamente. Do ponto de vista científico, só podemos datar, reconstruir formas específicas e sistemas inteiros, mas com muita cautela podemos reconstruir significados. Quanto ao estudo da signficante, é comum dizer que a fase científica da linguística histórica tenha começado no século XIX, contudo, quanto ao significado, está ainda por nascer.

O EXEMPLO DAS PALAVRAS DERIVADAS POR SUFIXAÇÃO

Mais difícil que a reconstrução do significado é a reconstrução da sua diacronia. Aparentemente as palavras já nascem polissêmicas. A monossemia é sem dúvida uma abstração e nunca a encontraríamos, nem se recuássemos ao início da fala humana. De fato, é uma ilusão criada pelo método dedutivo. O signo não nasceu para a monossemia, pelo contrário, o ser humano só fala por ter criado um mecanismo simbólico. Talvez somente os nomes próprios, como se discute em ontologia, têm a prerrogativa de – às vezes – serem construídos para apontar para referentes reais em vez de para o significado, entendido necessariamente como socialmente construído.

Morfemas – no sentido estruturalista – possuem, nesse sentido, um significado. Embora um radical muitas vezes não tenha vida independente senão complementado por outros morfemas que o reorganizem num sistema, disporá de um significado adquirido diacronicamente, tanto no sentido da passagem de uma geração a outra, durante sua aquisição, quanto no sentido da própria vida de cada indivíduo que – com maior ou menor êxito – o modifica. O mesmo se pode dizer de morfemas gramaticais, apesar de um pouco mais resistentes.

O português, juntamente com grande parte das línguas indo-europeias, dispõe de um complexo sistema de sufixação derivacional. Seu uso na formação lexical é tão frequente que imaginamos ser universal. No entanto, há tempos se sabe que nem todas as línguas humanas possuem sufixos derivacionais. Também a manifesta polissemia apresentada na sufixação portuguesa não é algo que ocorra tão evidentemente com outras línguas que possuem sufixos (como o turco). E do ponto de vista dos próprios sufixos, nem todos têm o mesmo comportamento. No entanto, esses três pressupostos (a universalidade da sufixação, a polissemia intrínseca e o comportamento comum) são amiúde subentendidos nos modelos preponderantemente dedutivos. A razão disso repousa numa postura generalizante com relação aos sufixos, a qual tem suas raízes na gramática tradicional e não foi suficientemente superada.

Fundado em reuniões desde 2005, o Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP) conta com diversos pesquisadores, cujo primeiro e principal objeto foi detalhar como as mudanças semânticas de *cada* sufixo derivacional em português se processam ao longo do tempo. Objetivou-se, portanto, uma abordagem semântica e histórica. Observam-se esses fenômenos linguísticos sob uma ótica estritamente indutiva e empírica.

O grupo compõe-se atualmente dos seguintes pesquisadores responsáveis pelo *corpus* e pelas análises particulares de cada sufixo: os professores Dr. Mário Eduardo Viaro (FFLCH *-eiro*, coordenador), Dra. Valéria Gil Condé (FFLCH *-eria*, *-aria*), o pós-doutorando Zwinglio Oliveira Guimarães-Filho (IF), os mestrandos Alice Pereira dos Santos (*-ão*, *-arro*, *-orro*, *-aço*, *-uço*, *-udo*, ex-bolsista IC/Fapesp), Anielle Aparecida Gomes Gonçalves (*-agem*, *-igem*, *-ugem*, bolsista Fapesp), Lisângela Simões (*-idade*), Vanderlei Gianastácio (*-ismo*), Viviane Barduzzi (*-oso*), as mestres Andréa Lacotiz (*-ança*, *-ença*, *-ância*, *-ência*) e Érica Santos Soares de Freitas (sufixos *-ção*, *-mento*), a doutoranda Nilsa Areán-García (*-ista*, *-ístico*, bolsista FAPESP) e as alunas de graduação Mônica Yuriko Takahashi (*-ada*, ex-bolsista FAPESP e RUSP), Juliana Bianchi Leone (bolsista FAPESP), Juliana Silva Lins (ex-bolsista RUSP), Leandro Mariano (IF) e Rafael Augusto Galdino Venega (*-asco*, *-esco*, *-isco*, *-osco*, *-usco*).

METODOLOGIA

Desde as primeiras reuniões do grupo, além dos pressupostos acima apresentados, algumas preocupações consensualmente foram entendidas como comuns, de modo que algumas soluções prévias servem de norte a

todos os pesquisadores, garantindo assim homogeneidade com relação aos problemas a ser investigados. Por meio de planilhas e listas exaustivas extraídas de dicionários, preenchem-se campos referentes às seguintes indagações:

a) qual a palavra analisada?

Neste campo, simplesmente, entra o vocábulo que *supostamente* possui o sufixo devido à sua terminação. Um planilha com o sufixo *-eiro*, por exemplo, é composta exclusivamente de palavras terminadas em *-eiro*, *-eira*, *-eiros*, *-eiras* ou como elemento não final (*-eirinho*, *-eirice*, *-eireiro*, *-eirar* etc.) mas, por cautela – para não se fazerem generalizações indevidas – não entram nela palavras com outros sufixos, ainda que com a mesma etimologia (no caso, tanto *-eiro* quanto *-ário* são formas divergentes). Observou-se que quando o sufixo não é final, muitas vezes, conservam-se características semânticas antigas extremamente desejáveis à pesquisa (pois revelam uma etapa anterior à nova sufixação que ocupa posição final), contudo sua depreensão é mais complexa, pois as listagens automáticas não as revelam rapidamente e os buscadores se tornam ainda menos eficientes por listarem elementos da raiz (numa busca automática por *-eir-* por exemplo, aparecem palavras como *beirada*), sendo necessário coletá-los um a um, razão pela qual normalmente ocupam uma etapa mais avançada de investigação. O GMHP já coletou todas as palavras supostamente sufixadas constante no dicionário *Houaiss*.

b) de qual sufixo se trata?

É sabido que há dois fenômenos importantes detectados em linguística histórica: a convergência e a divergência. Muitas palavras com uma determinada *terminação* não possuem necessariamente o mesmo *sufixo*. Dessa forma, nem toda palavra terminada em *-eiro* tem de fato um sufixo *-eiro*, sob o ponto de vista diacrônico. Pode ocorrer uma coincidência de formas: o tupi *makaxéra* gerou *macaxeira*, no entanto, a terminação *-éra* em tupi não é um sufixo, diferentemente de *pereira*, por exemplo. Nesse caso, a palavra *macaxeira* não se analisa. O caso da convergência de formas é bastante intrigante, sobretudo para o fenômeno da etimologia popular, não sendo impossível haver convergência semântica posterior paralelamente à convergência formal. Outros sufixos portugueses se formaram por meio da convergência de dois ou mais sufixos latinos. Distinguir o sufixo típico de eventuais casos convergentes, por meio da origem, torna-se o primeiro passo para estabelecer a genealogia das mudanças semânticas. Também a divergência é importante e motivada sobretudo pelo cultismo. Desse modo, podemos dizer que *-orius* e *-arius*, em algumas palavras, *convergem* em dois sufixos *-eiro* homônimos, cuja *mescla semântica* está longe de ser excepcional, da mesma forma que o *-arius* latino se *diverge* em *-ário* e *-eiro* em português, cujo *paralelismo*

semântico também se pôde detectar. Separar os dois *-eiro* no primeiro caso e juntar os dois sufixos provenientes de *-arius* no segundo afigura-se um passo metodológico importante.

c) qual a classe morfológica do resultado?

A palavra resultante da sufixação pertence a uma ou mais classes morfológicas. Elas precisam ser discriminadas, para saber se se trata de um sufixo nominalizador, adjetivador, verbalizador ou adverbializador. O mesmo sufixo pode ter várias funções. O GMHP entende que essa *função* está estritamente ligada às classes morfológicas e, como tal, não esgotam o *valor semântico* do sufixo, de modo que se distinguem *função* e *significado* do sufixo. Essa distinção é feita com maior ou menor clareza, dependendo do sufixo envolvido. Normalmente sufixos formadores de abstratos deverbais, por exemplo, se voltam exclusivamente para a função, enquanto outros, como o *-eiro* formador de nomes de árvores frutíferas, além de nominalizadores, possuem uma carga semântica própria. Prova disso é que formam substantivos concretos, cujo *gênero*, no sentido aristotélico (ou hiperônimo, no jargão linguístico), se deve mais ao sufixo do que ao radical. Por exemplo, *pedreiro* é uma profissão por causa de *-eiro* e não um mineral (se pensarmos sempre que o radical, no caso, *pedr-*, é, por definição, o núcleo do significado da palavra).

d) qual o étimo da palavra?

Trata-se de uma etapa extremamente importante, uma vez que se investiga, quando possível, a palavra que deu origem ao vocábulo. No caso de derivação formada em português, separa-se a base primitiva sobre a qual a derivada se formou. Assim, de *mangueira*, extrai-se *manga*. Já no caso de palavras vindas do latim, independentemente de a fonte ser segura ou reconstruída, trabalha-se com o étimo da palavra e não com o radical. Assim, *cavaleiro* não viria de *cavalo*, mas do latim *caballarius* da mesma forma que *pereira* provém de um hipotético latim **piraria*. O resultado da análise semântica dessa decisão mostra produtividades iniciadas em distintas sincronias, como já apontamos em outros trabalhos (Viaro, 2007a).

O mesmo ocorre com os empréstimos. No caso de palavras vindas de outras línguas, acrescenta-se, numa planilha de dados para manipulação, uma sigla segundo o padrão internacional ISO 639-2 (<http://www.loc.gov/standards/iso639-2/englangn.html>) juntamente com o étimo. Assim, *bastonada*, que vem do francês *bastonnade* é indicado como *fre-bastonnade*.

Propôs-se que, se não houver certeza da etimologia, o campo fosse deixado em branco. Nos casos de raiz determinável, mas sem associação direta a uma palavra existente em português, latim ou outra língua,

convencionou-se anotar apenas o radical, ainda que vazio. Dessa forma, para *carpinteiro*, o étimo preferível é *carpint-* e não *carpintaria*, uma vez que ficaria inexplicada a subtração de um sufixo por outro. Também o étimo de *correria* seria *corr-* e não *correr*, pois o elemento interfixal *-er-* não é de todo esclarecido.

Quando houvesse caso de convergência com palavras sem sufixos (como o caso de *macaxeira*, acima descrito), convencionou-se que este campo ficaria vazio.

e) qual é o processo de transmissão?

Para refinar as informações acima, é preciso saber se a palavra é de fato vernácula ou é um empréstimo e no caso de provir do latim, de qual variedade específica (popular, clássico, medieval ou científico). A separação da pergunta *d* e *e* tem fins estatísticos.

Apesar de existir uma prática tão antiga quanto abusiva de disporem-se os étimos latinos sempre no acusativo, somente os termos em latim popular mereceriam ser assim indicados (ou com apócope do *-m* ou não), uma vez que formas cultas, medievais e científicas não passaram pelas mesmas regras fonéticas das formas populares e, portanto, deveriam ser indicadas no nominativo. A facilidade de padronização conduz a leituras errôneas com relação à transmissão. Quando não se sabe exatamente qual foi o processo de transmissão por causa da indefinição das leis fonéticas, ou não se pode supor qual foi, preferiu-se a indicação no *nominativo*, mesmo para os casos dos termos semi-eruditos.

f) qual é o grau de certeza dessa etimologia?

A ideia do grau de certeza etimológico aparece em Jespersen (1922, p. 307, nota 1): "*It is of course, impossible to say how great a proportion of the etymologies given in dictionaries should strictly be classed under each of the following heads: (1) certain, (2) probable, (3) possible, (4) improbable, (5) impossible – but I am afraid the first two classes would be the least numerous*" (cf. Viaro 2007b).

O emprego tradicional do asterisco, em linguística histórica, ou de pontos de interrogação, tem ambiguidade indesejável numa pesquisa que se pretende mais cautelosa.

Quando o étimo existir de fato em documentos e a ele apenas se aplicam as leis fonéticas para explicar a *forma* da palavra portuguesa, dizemos que ele é *seguro*, ainda que o *significado* da palavra em questão se tenha modificado. Nessa categoria estaria, portanto, tanto a palavra *sensível*, que viria do nominativo *sensibilis*, com o mesmo sentido, quanto

cavaleiro, que viria do acusativo *caballarium*, que tinha significado distinto (vide *g*).

Diz-se que o étimo é *hipotético*, quando reconstruído a partir do português e das outras línguas em que foi difundido (românicas ou não). Quanto maior o número de línguas envolvidas nessa reconstrução (excluído o caso de divulgação por empréstimo), mais próximo do seguro esse étimo estará. Igualmente seguro é o caso dos étimos provenientes de línguas marginais, reforçado pela falta de contato entre as línguas, o que impediria a hipótese do empréstimo. Assim, um étimo reconstruído a partir apenas do português é pouco seguro, pois a reconstrução corre o risco de ser *ad hoc*. Outro, feito sobre o português e espanhol, seria um pouco mais seguro, mas contra ele está o íntimo contato das línguas. Um outro, formado a partir do português e francês não tem segurança maior do que entre espanhol e português, pois, apesar do contato ser menor, a influência cultural do francês acabou transpondo fronteiras. Já um étimo formado a partir do português e romeno está mais próximo do seguro do que do hipotético. Obviamente, em todos esses casos, a semântica influencia muito o julgamento e não só línguas românicas devem ser levadas em conta (o basco, o albanês, o árabe, o inglês, por exemplo, são, muitas vezes, decisivos, pois importaram palavras do latim ou do romance).

Diz-se que o étimo é *duvidoso* quando é necessária a aplicação de leis fonéticas irregulares seja na base seja no sufixo a partir de um termo documentado. A questão semântica novamente não se coloca aqui.

Por outro lado, diz-se que o étimo é *incerto* quando, além de leis fonéticas irregulares, é preciso trabalhar com formas reconstruídas.

g) qual o grau de certeza do significado?

Para analisar melhor os casos, o significado é separado do significante, de modo que se verifica, também separadamente, se o significado do termo analisado é *idêntico* ou *distinto* ao do étimo. Dessa forma, o étimo *sensibilis* acima mencionado não tem o mesmo *status* do de *caballarium*, uma vez que o significado de *sensibilis* praticamente não mudou em *sensível*, já *caballarium* e *cavaleiro* têm significados distintos: o termo *caballarius* em latim seria o "criador/ escudeiro de cavalos (de má qualidade)". No caso de palavras hipotéticas, duvidosas e incertas, podem-se também separar – do ponto de vista do significado – reconstruções *transparentes* (auto-explicativas) das *obscuras* (menos convincentes).

h) a palavra é analisável?

Dada uma palavra com um suposto sufixo, impõe-se a questão da *analisabilidade*. Há contudo, muitos casos especiais:

Sob nossa ótica, diz-se que uma palavra é *analísável*, se se trata do étimo esperado (no caso de *-eiro*, um vocábulo latino derivado em *-arius/ -arium*). Dessa forma, mesmo casos em que haja alguma intermediação de outra língua são consideradas analisáveis. Por exemplo, as palavras *estrangeiro* e *ligeiro* vêm do francês, mas o sufixo francês *-er* dos seus respectivos étimos equivalem a *-arius*, portanto, trata-se de verbetes analisáveis. Não interessa se *estrang-* ou *lig-* são “assemânticos” do ponto de vista sincrônico. O mesmo ocorre quando o étimo remeter à terminação *-ero* do castelhano ou a *-aio* do italiano, por exemplo.

Obviamente, surgem situações em que há certa dúvida. São comuns palavras com mais de um étimo dentre os quais um deles contém a condição de analisabilidade e os outros, não. Também alguma dúvida surge, vez ou outra, quando a origem do étimo é desconhecida. Todos esses casos merecem análise minuciosa e não uma tomada de decisão imediata nos preenchimentos das planilhas. Não se devem excluir as demais hipóteses sem a verificação necessária, com o mero objetivo, por exemplo, de se obter percentuais.

Para o GMHP, uma palavra *não* seria analisável, portanto:

a) se contiver falsos sufixos, ou seja, possui terminação convergente. A palavra *cadeira* < *cathedram* não se trata de um composto em *-arium*, portanto, não tem um sufixo *-eiro*. Essas palavras, contudo, não são rechaçadas *in limine*, uma vez que podem reforçar o molde formal, causando curiosas convergências semânticas, devido ao fenômeno da sincronia. Entram aqui não só palavras de origem latina, mas também indígena, africana, árabe, cuja terminação lembre a do sufixo (como *tupi makaxéra* > *macaxeira*). Obviamente as que, de fato, têm o sufixo estudado sobre uma raiz de origem indígena, africana ou árabe são analisáveis;

b) se for composta por prefixação recente e se a palavra tiver significado facilmente componível por meio de uma paráfrase que reflita mera soma do prefixo+palavra restante (normalmente têm esse comportamento algumas palavras prefixadas com *ante-*, *in-* ou *i-*, *des-*, *co-*, *sobre-*, *sob-*, *contra-*, *anti-*, *semi-*). Por exemplo: *insensível*, que facilmente se compõe de *in+sensível* por meio de uma paráfrase negativa $in[x = \text{“que não é x”}$.

Apesar desse recorte, o GMHP está consciente de que a palavra *insensível* tem uma história independente de *sensível*, mas concentra esforços atualmente no estudo dos sufixos, cuja diacronia é menos conhecida. Portanto, admite-se que palavras formadas por prefixação analisável sincronicamente sejam formadas *depois* das suas equivalentes não-prefixadas. Contudo, são consideradas analisáveis as palavras formadas com prefixação antiga, cuja decomposição não seja uma mera soma do prefixo+palavra restante: uma palavra como *imposição*, por não ser parafraseada facilmente como *in+posição*, é considerada analisável;

c) se a palavra for composta a partir de outros radicais (gregos, latinos ou vernáculos), como *hortifrutigranjeiro* e *agroecologia*. Em alguns casos, sob uma ótica sincrônica é comum afirmar que um sufixo se mescla a um radical, como *-meria*, *-logista* ou *-gráfico*, formando uma nova unidade. Não é a nossa postura a respeito do assunto;

d) se a palavra for composta por justaposição do tipo *abóbora-de-carneiro*. Este recorte só se justifica pela necessidade de datação dos significados do sufixo. Obviamente palavras compostas por justaposição têm datação distinta de suas correspondentes simples (e muitas vezes o significado da palavra altera-se de forma substancial, como em *pé-de-moleque*). São analisáveis, no entanto, palavras que acrescentaram sufixo sobre uma base justaposta (como em *roupa-velheiro*, a partir de *roupa velha*). Também ocorre o caso de o elemento que leva o sufixo não aparecer como palavra independente. Quando, por exemplo, não se encontra o termo isoladamente, também se deve analisar (por exemplo, no dicionário Houaiss não há o termo **gameleiro*, embora haja dois verbetes compostos dele: *sapo-gameleiro* e *bem-te-vi-gameleiro*);

e) palavras com variação ortográfica ou regional. Nesse caso, analisa-se a forma mais antiga e excluem-se, por recorte, as outras. No caso de as variantes não serem datadas, é preciso escolher uma delas, sob a qual as demais ficariam referidas, até maior esclarecimento. Por exemplo, se há *camerlengo* e *camarlengo*, analisa-se apenas a primeira, por exemplo. O mesmo para variações de interfixos: *cajazeiro/ cajazeira*. Também casos de prótese ou aférese ocorrem: *arruaceiro/ ruaceiro*. São consideradas ambas analisáveis, contudo, as palavras que possuem sufixos distintos, ainda que sinônimas: *sambeiro/ sambista*. Quando existirem sinônimos sem sufixo, obviamente só as formas sufixadas têm sido consideradas analisáveis: *bilimbeiro/ bilimbi*, *araçazeiro/ araçá-de-coroa*, *babeiro/ babadouro/ flor-de-babado*. Também são analisáveis os casos de sinônimos com bases distintas: *sinceiro/ salgueiro*. Portanto, em *cachamorreiro/ cachaporreiro/ caceteiro* apenas duas formas são analisáveis (*cachamorreiro*, por exemplo, e *caceteiro*);

f) reduplicações (do tipo *cheira-cheira*), as quais seguem a mesma regra dos compostos;

g) homônimos gerados por simplificação de formas justapostas, que são tratados como homônimos normais. Dessa forma, *bombardeiro* tem dois homônimos. O primeiro é analisável, já o segundo remete a *besouro-bombardeiro* e é excluído pela regra (e). Ou seja, é apenas uma redução de uma justaposição. O mesmo com *fuzileiro*, que pode ser uma redução de *fuzileiro naval*;

h) flexões (plurais de nomes e formas verbais diferentes do infinitivo);

i) palavras de origem obscura ou totalmente desconhecida.

Todos esses recortes e exclusões devem, contudo, ser feitos com cautela. Observando as etimologias fornecidas pelo *Dicionário Houaiss*, verifica-se que o verbete *tombeiro* não remete a nenhum verbete, não tem etimologia, mas, no corpo do texto, se diz que é o mesmo que *tambeiro*: será, portanto, nessa palavra que a investigação deverá ser feita. *Calaceiro* não tem etimologia, mas o radical é reconhecido como o mesmo de *calaçaria*. É analisável. *Alperceiro* remete a *damasqueiro*, portanto é analisável, mas *albergeiro* também remete a *damasqueiro* e entre os sinônimos há *alperceiro*. Assim, *albergeiro* e *alpercheiro* podem ser considerados variantes de *alperceiro*. O verbete *rinhadeiro* remete a *rinha*, mas entre seus sinônimos estão *rinhedeiro* e *renhideiro*, portanto, se apenas *rinhadeiro* é analisável, os demais serão variantes. O mesmo ocorre com *baageiro* e *bageiro*: ambos remetem a *guapuruvu*, mas é claro que ambos são variantes da mesma forma. A escolha é arbitrária: *baageiro* será analisável e *bageiro* será variante. *Abaldeiro* não remete a *albardeiro*, contudo é variante (informação que se obtém apenas no verbete *desastrado*). *Tafoneiro*, além de remeter a *atafoneiro*, tem outras acepções que são bem distintas de *atafoneiro*, mesmo assim, apenas um é analisável. O mesmo ocorre entre *flecheiro* e *frecheiro*. O verbete *tenreiro* remete a *novilho*. Nos "sinônimos" encontra-se *terneiro*. *Embondeiro* viria do quimbundo *mbondo* e remete a *baobá*, mesmo assim, é analisável, pois é nome de árvore. O *-eiro* que se acrescenta à palavra do quimbundo é sem dúvida o sufixo. O mesmo com *lagumeiro*, que remete a *olmo* e tem origem obscura.

i) há outros elementos de formação?

Reconhecidos o radical e o sufixo, pode haver outros elementos presentes na formação da palavra (sufixos mais internos, prefixos, interfixos, vogais e consoantes de ligação, formas anômalas de sufixos). Trabalhando com o sufixo *-dade*, o pesquisador que depare com *indecomponibilidade* deve observar que ele também serve para os prefixos *in-*, *de-*, *com-* e *-ível*. O vocábulo *verdoengo* forma-se com o sufixo *-engo*, mas também com a vogal de ligação *o*. O étimo de *Sengo* é **senicum*, portanto, deve ser analisado juntamente com *-ico* e não com o sufixo *-engo*.

j) qual a difusão da palavra?

É preciso verificar se o *étimo* gerou palavras além do português. Assim, se ocorre no português e galego, trata-se de uma palavra provavelmente formada no noroeste ibérico (ou apenas conservada ali), se ocorre no português, galego, espanhol e catalão, teve uma difusão em toda Península Ibérica. Importante é verificar se há palavras cognatas que ocorrem nas outras línguas ibero-românicas (e no basco), com exceção do português e do galego. Outras palavras têm distribuição em línguas românicas fora da Península Ibérica (por conservação ou por empréstimo) e até fora da România (inglês, alemão, russo, japonês etc.). Nada deve ser descartado quando se investiga o *étimo* de uma palavra, mas os empréstimos precisam ser colocados dentro de uma cronologia o mais correta possível.

l) qual a paráfrase da palavra?

Importantíssimo para entender o significado do sufixo é traduzir a palavra na forma de uma paráfrase, inserindo nela o elemento presente no radical. Para evitarem-se deduções que possam conduzir a algum anacronismo, a paráfrase deve ser feita sobre o *significado inicial* da palavra, ainda que não seja o sentido mais corrente hoje em dia (às vezes de fato, não existe mais) e sobre a *língua de origem*, pois parafrasear em português palavras provenientes ou decalcadas de outras línguas seria falsear os dados. Portanto, a palavra deve ser parafraseada com o valor semântico do radical presente no momento de sua primeira abonação (ou por meio da reconstrução do sistema) em latim, francês etc. Palavras com radical opaco não são parafraseáveis, exceto se se conhece seu significado no momento de sua formação. Deve-se distinguir claramente o *significado da palavra* (que sofre mudanças semânticas por metáfora, metonímia, ampliação, restrição etc.) do *significado do sufixo* (que nos interessa). Um verbete não-parafraseável será, portanto, também não-analisável.

Entenda-se, nos casos seguintes, X como uma base lexical (sobretudo nominal) e V como uma base especificamente verbal (com ou sem preposições de sua regência). Evitaram-se paráfrases com os termos "coisa", "relacionado com", "ato", "produto" e, sempre que preciso, utilizou-se o termo antecedente dos relativos quando o núcleo semântico da palavra fosse o sufixo, como: "pessoa que V", "objeto que V", "que mora em X", "que vem de X", "que segue o ensinamento de X", "que pertence a X", "X de má qualidade", "grande quantidade de X", "que lembra um X", "próprio de X", "que V muito", "que frequenta X", "que se ocupa com X", "que V", "que pensa como X". Esse é o primeiro passo. Contudo, ao agruparem-se as palavras, o significado do sufixo será uma abstração feita sobre essas paráfrases, de modo que o significado sufixal "que V (algo)" deve ser entendida como um deverbal (como, por exemplo *lavadeira*, em que algo = "roupa" não está expresso e, por isso, está entre parênteses), por outro lado, "que (V) X" quer dizer que o verbo se subentende e se trata de um denominal que faz as vezes de complemento do verbo reconstruído (é o

caso, por exemplo, de *pedreiro*, em que V = “trabalhar com”, não-expresso). Para mais exemplos, cf. Viaro (2007a).

Assume-se, portanto, que cada verbete tem três tipos de significado: *o significado da base* (quando for detectável), *o significado do sufixo* e, por fim, *o significado da palavra toda*. Interessa ao GMHP apenas o significado do sufixo, uma vez que o significado da palavra caracterizaria uma pesquisa de lexicologia ou de semântica histórica e não de morfologia histórica. Um exemplo aparentemente esclarecedor é o caso de *barbeiro*, que tem a base *barb-* à qual se agrega o sufixo *-eiro* para criar um novo significado, portanto, *barb-* tem um significado do radical (“conjunto de pêlos específico”) independente do *significado do sufixo -eiro*, a saber, “(pessoa) que (V) X” (em que V = “trabalha com”) e, por fim, *barbeiro* tem um terceiro significado, *o significado da palavra*, independente, mas que no seu significado primeiro é a soma das duas partes. A existência desse terceiro significado fica mais claro quando se verifica que sua transformação semântica independe dos significados do radical e do sufixo, assim, *barbeiro* passa a ser um “mau condutor” (por metonímia, extraído do significado básico agentivo Usando o símbolo >> para transformações semânticas, distinguindo-se assim de > tradicionalmente indica transformações no nível do significante, teríamos: “que trabalha com *barbas* (usando navalha)” >> “que corta com navalha” >> “que corta” >> “que corta os outros no trânsito”) ou ainda o inseto hemíptero reduvídeo *Triatoma infestans* (Klug, 1894) transmissor do protozoário *Trypanosoma cruzi* (Chagas, 1909) “que trabalha com *barbas*” >> “que trabalha com rostos” >> “que pica os rostos”.

Dessa forma, ao se determinar que a palavra *ciclista* vem do francês *cycliste*, é preciso investigar como ela foi formada *em francês* e não criar uma paráfrase fantasiosa em português (por meio de formar primitivas como “bicicleta” ou “ciclo”). A palavra *tortura* vem do latim: seria errôneo criar paráfrases sincronicamente a partir de *torto*. Deve-se investigar como foi sua criação *em latim*. A palavra *poupança* pode ter o significado de “nádegas”, mas é significação secundária. Não entra na paráfrase pois é mudança do significado da palavra e não do sufixo. A palavra *barraquista* vem claramente de *barraco* ou de *barraca*, mas significa “aquele que negocia com seringueiros trocando a borracha extraída por gêneros alimentícios; dono dos manjôbais”. É preciso uma investigação muito grande (e por vezes frustrante) para separar os três significados numa palavra derivada, mas a falta de cautela pode conduzir a etimologias fantasiosas. Seria preferível julgá-las como não-paráfraseáveis a fazer isso (cf. *grileiro*). A postura historiofóbica pode gerar soluções contraditórias, uma vez que a migração de termos tradicionais da morfologia derivacional como “primitivo” e “derivado” não se coaduna a uma perspectiva sincrônica radical, como ocorre em Rocha (1998). Não obstante surjam paradoxos patentes na própria gramática tradicional, chega a ser mais coerente por não se pretender sincrônica, mas a cada passo apontar para pancronias. Rocha, contudo, descarta *in limine* o estudo histórico, taxando seus conceitos de irrelevantes, embora muitas vezes apele para eles (ao agrupar os sufixos alomorfêmicos, ao falar de produtividade e em outras passagens). O racionalismo com que supostamente fundamenta sua postura, por exemplo, à pág. 156 e deixa claro à pág. 189, ao afirmar que

“(a perspectiva diacrônica) *não traz o menor proveito para a análise descritiva da língua*”, aparentemente está mais próximo do dogmatismo, segundo a terminologia corrente da Teoria do Conhecimento e da Filosofia da Ciência. A competência lexical média do falante é um construto dedutivo útil para várias investigações, mas não combina com a pesquisa indutiva aqui exposta. Com certeza é questionável como qualquer outra postura e está longe, portanto de ser um ponto seguro de partida para a investigação sufixal, como já se entrevê nos estudos de Malkiel (1970). Os agrupamentos baseados em mais de um usuário da língua são, a nosso ver, mais científicos do que os formados pela experiência particular do linguista-falante, que é falha na tentativa de detectar o significado do sufixo, como será visto no item *n*.

Por outro lado, os hiperagrupamentos dos significados dos sufixos (como considerar árvores como agentivos, tanto quanto as profissões) se deve meramente a uma falta de método ou à historiofobia, sobretudo nas correntes linguísticas após a década de 50 do século XX, as quais têm postura dedutiva e reducionista. O falante nativo, ponto central e decisivo desses modelos, paradoxalmente, não hesitaria em definir uma *mangueira* como “uma árvore que produz mangas” e não como um agentivo (“um ser gerador de mangas”).

A mesma confusão presente nessa perspectiva teórica da linguística entre a visão de mundo (conhecimento particular) e o objeto estudado (apreendido pela ciência) faria biólogos afirmarem que baleias são peixes ou então que insetos evolutiva- e fisiologicamente distintos, mas com formas parecidas (segundo a percepção e o juízo humano e individual), se tratam da mesma espécie no famoso mimetismo de Bates entre as cobras-corais falsas e verdadeiras ou curiosidades de convergência evolutiva como os *Mantidae* e os *Mantispidae*, insetos de ordens diferentes, apenas para citar alguns poucos exemplos.

Só por meio do conhecimento histórico dos seres vivos se pôde organizar e classificar os objetos de estudo da biologia, a ponto de haver a mesma base (antes inexistente) para todas as discussões inevitáveis, desde o séc XVIII. Na linguística, isto ainda está longe de ocorrer, embora haja permanentemente o mito de um iconoclasta sobre-humano qualquer na figura deste ou daquele autor, o qual teria modificado completamente a concepção anterior. As preocupações da linguística sempre foram variadas e inúmeras e, desde o final do séc. XIX, a ânsia de partir abruptamente de uma linguística indutiva e particular para uma linguística dedutiva e geral (Paul, Courtenay, Kruszewski, Saussure), em vez de acrescentar, serviu também para negar as formas anteriores (sobretudo a partir de Hjelmslev e, mais profundamente, com os pós-Chomskyanos), atravancando mais o seu desenvolvimento do que, de fato, o promovendo. Fora o Alfabeto Fonético Internacional, consensualmente utilizado por todas as correntes, não há nenhuma base para discussão, nenhum órgão para organizar o que se discute e abundam as opiniões fundamentadas sem base epistemológica. Perante esse cenário, a solução do significado triplíce das palavras derivadas, depreendidos no momento exato da sua derivação, se tem revelado uma alternativa razoável e correta.

m) qual o significado do sufixo?

Uma vez feita a paráfrase da palavra em questão e, posteriormente, estabelecidas as descrições parafrásticas mais abstratas, é possível agrupar inúmeros casos em categorias semânticas específicas. O grupo optou por um código trilitere, inspirado em Rio-Torto (1998, p. 83-132), aplicável também para prefixos, como se pode ver.

O código corresponde ao *significado inicial do sufixo* (não da palavra), independente do fato de a língua de formação ser o português ou não. No caso em que o valor inicial do sufixo for totalmente obscuro, marcou-se com três pontos de interrogação, isto é: ????. No caso de não haver alteração alguma entre base e palavra sufixada, usa-se 000.

a) CLASSES RELACIONAIS

1. PSS (< *posse*) para paráfrases "que tem X", "que possui X" (-*ico*, -*ado*, -*ento*, -*oso*, -*il*, -*íaco*, -*udo*);
2. GEN (< *gentílico*) para as paráfrases "que é originário/proveniente de X", (-*io*, -*íaco*, -*ão*, -*eiro*, -*eno*, -*eu*, -*ês*, -*ita*, -*aico*, -*eta*, -*ino*, -*oto*, -*ano*, -*ense*);
3. SEM (< *semelhança*) para as paráfrases "que tem semelhanças com X", "que evoca X", "que tem propriedades de X" (-*isco*, -*esco*, -*il*, -*engo*);
4. TIP (< *tipicidade*) para as paráfrases "que é típico de X", "que é próprio de X", "que é característico de X", "que pertence a X", "situação em que há X", "situação em que se (V) X", "que está na posição (de) X" (-*esco*, -*ário*, -*al*, -*ada*, -*ico*, -*ar*, -*eiro*);
5. FIL (< *filiação*) para as paráfrases "que é adepto de X", "que é simpatizante de X", "que é partidário de X", "que crê que se deve V" (-*ista*, -*ico*, -*ano*);
6. ATV (< *atividade*) para a paráfrase "atividade associada a X", "ideologia associada a X", "filosofia associada a X", "sistema associado a X" (-*ário*, -*eiro*, -*ão*, -*ista*, -*ia*, -*ismo*);
7. LOC (< *local*) para "local onde há X", "local em que se (V) X" (-*al*, -*il*, -*eiro*, -*aria*);
8. VEG (< *vegetal*) para "planta que produz X" (-*eiro*);
9. DOE (< *doença*) para "doença associada a X" (-*eiro*);

- 10.QNT (< *quantidade*) para os coletivos e outros *nomina quantitatis* "conjunto de X", "quantidade de X" (-agem, -ada, -ame, -edo, -io, -aria, -ugem) ;
- 11.QNL (< *quantidade locativa*) para "quantidade contida em X" (-ada, -eiro);
- 12.RCP (< *recipiente*) para "que contém X" (-eiro, -al, -ário);
- 13.EVN (< *evento*) para "evento localizado em X" (-ada);
- 14.TAX (< *taxonomia*) "táxon cujo gênero-tipo é X", "mineral associado a X", "substância química associada a X" (-áceo, -ídeo, -íneo, -ita, -ato, -eto, -ito, -ico, -oso);
- 15.ESS (< *nomina essendi*) para abstratos formados a partir de paráfrase como "que é X", o fato de (X) ser X", "propriedade de (X) ser X" ou para modais do tipo "que pode V", "que deve ser X", "que pode ser X", "que merece ser X" (-dade, -ência, -idão, -ice, -ude, -ez, -ado, -aria, -ato, -ato, -eira, -eza, -ia, -ismo, -ude, -ume, -ura, -vel)
- 16.MOD (< *modo*) para advérbios parafraseados como "de modo X" (-mente);
- 17.CPR (< *comparação*) vide valores avaliativos abaixo.
- 18.DIM (< *dimensão*) vide valores avaliativos abaixo.

b) CLASSES DE AÇÃO

1. AGE (< *agentivo*) para a paráfrase "pessoa que V", "pessoa que V (X)" ou "pessoa que (V) X", "pessoa que gosta de (V) X", "pessoa que exerce atividade relacionada com X" , "pessoa que (V em) X" (-or, -eiro, -udo);
2. LCA (< *local da ação*) para a paráfrase "local onde se V" (-ório, -or, -nte, -aria, -mento, -ouro);
3. INS (< *instrumento*) para "instrumento (com) que (se) V", "instrumento (com) que (se) V (o X)" (-eiro) (-ouro, -ório);
4. MOV (< *movimento*) para *nomina actionis* (vide Rio Torto 1998: 119-120) que envolvam apenas o deslocamento de um ser ou se referem ao próprio deslocamento: "o fato de V", "ação de V", "processo de V" (-ada, -mento, -ção, -agem);
5. TRS (< *transitivo*) para *nomina actionis* (*id. ibid.*) em que há apenas um agente e um paciente: "o fato de V", "ação de V", "processo de V" (-mento, -ção, -agem) ou "transformar (X) em X", "ação de transformar (X) em X", "ação de (V) X em", "ação de V X (em X)", "ação de causar X" (-ar, -izar, a...-ar, es-

...ar, a-...-mento, em-...-ção, -ficar, -ecer, -ear); idem para golpes, tanto "golpe praticado com X", "golpe praticado em X" (-ada);

6. RES (< *resultado*) para *nomina actionis* (*id. ibid.*) em que há grande número de elementos envolvidos na ação ou nas ações: "o fato de V", "ação de V", "processo de V", "estado decorrente de V" (-ada, -mento, -ção, -agem, -ança), mas também: "alimento preparado com X" (-ada) e "substância extraída de X" (-ina);

c) CLASSES ORIENTACIONAIS

1. INT (< *interior*) "V para dentro", "V para fora", "ação de V para dentro", "ação de V para fora" (*im-*, *es-*, *intro-*, *extra-*);
2. SUP (< *superior*) "V para cima", "V para baixo", "ação de V para cima", "ação de V para baixo" (*super-*, *sub-*);
3. FRN (< *frontal*) "que está em frente de X", "que está atrás de X", "que V para trás", "que V para frente" (*pro-*, *re-*, *retro-*);
4. LAT (< *lateral*) "que está ao lado de X" (*a-*);
5. ENT (< *entre*) "que está entre dois X", "que está no meio de vários X" (*inter-*, *entre-*);
6. PRX (< *proximidade*) "V para perto", "V para longe", "ação de V para perto", "ação de V para longe" (*a-*, *dis-*, *com-*, *trans-*);

d) CLASSES LÓGICAS E QUANTITATIVAS

1. NEG (< *negação*) para "que não é X" (*a-*, *im-*, *des-*);
2. DES (< *desfazer*) para "deixar de V" ou "ação de deixar de V" (*des-*);
3. NUM (< *número*) para "(ação de) V outra vez" ou noções numerais exatas ou quantidades vagas (*re-*, *multi-*, *pluri-*, *uni-*, *bi-*, *tri-*, *quadri-*, *mono-*, *tetra-*, *cento-*, *quilo-*).

e) VALORES AVALIATIVOS:

Observou-se que, semanticamente, tais valores independem do significado nuclear do sufixo, como que formando um elemento à parte. Muitas vezes esse elemento se torna o único significado do

sufixo. Para estes casos, portanto, acrescentam-se símbolos >, <, + e - às siglas já apresentadas. A sequência XXX significa qualquer código trilitere. Exemplos:

1. XXX< para pejorativo (paráfrase: "X ruim": *-inho, -ão*);
2. XXX> para ameliorativo (paráfrase "X bom")
3. CPR+ para superlativos (paráfrase: "muito X": *-íssimo, -érrimo, -aço, -ão, super-, hiper-*);
4. CPR- para pequena intensidade adjetival (paráfrase: "um pouco X": *-onho, -inho, -ito*)
5. RES+ para ação intensa ou para ação frequente (paráfrases: "que V com frequência/ repetidamente" *-itar, -inhar*);
6. RES- para ações pouco intensas (*-iscar*);
7. QNT+ para grande quantidade (paráfrase: "que tem muito": *-udo*);
8. QNT- para o caso de *nomina unitatis* (Rio-Torto 1998:125) (*-eiro*);
9. PSS+ para a paráfrase "que tem X grande/intenso" (*-udo, -uço*);
10. PSS< para a paráfrase "que tem X ruim" (*-udo, -ão, -inho*);
11. PSS> para a paráfrase "que tem X bom" (*-udo, -ão, -inho*);
12. DIM+ para aumentativo (paráfrase "X grande": *-aço, -ão, -arro, -orra, mega-, super-, ultra-, arqui-, supra-, hiper-*);
13. DIM- para diminutivos (paráfrase "X pequeno": *-inho, -ito, -ela, -iço, -icho, -im, -éu, -ote, -ucho, -acho, -ola, -ete, mini-*);
14. São possíveis construções como XXX<+.

Alguns exemplos de aplicação:

- A palavra *chuveiro*, levando em consideração a "experiência do falante" (nome dado ao principal instrumento de trabalho de uma postura sincrônica radical) é, ao mesmo tempo, analisável e não-paráfraseável, por paradoxal que isso pareça ser: é possível, pelo método de comutação estruturalista, observar que há um sufixo e um radical (cf. *chuv-inha, nevo-eiro*), no entanto o falante nativo inventará inúmeras paráfrases improdutivas e inconsistentes com *chuva* para poder justificar seu radical e atingir o significado do sufixo

-eiro em questão (uma solução idiossincrática seria, por exemplo, "algo que parece X"). A verdade é que *chuveiro*, no momento de sua criação, significava apenas "chuva forte" e o significado de seu sufixo é "X forte" (XXX+), assim como *nevoeiro*, *aguaceiro* etc. Esse uso da palavra *chuveiro* é antigo (atestado como único nas abonações mais antigas, do séc. XVI), mas também moderno em variantes regionais. Embora respeite, portanto, a experiência de alguns falantes (na maior parte das vezes, não-linguistas), é ignorada, por não gozar do *status* da "língua comum" (leia-se variante de prestígio), paradoxo somente perdoável para uma postura normativa. A transformação semântica "chuva forte" >> "crivo do bocal por onde sai a água" >> "ducha" ocorre no *significado da palavra* e não no *significado do sufixo*, como o caso de *barbeiro* acima citado.

- A palavra *jumento* "certo mamífero equídeo" vem do latim *jumentum* "besta de carga", que, por sua vez vem do latim arcaico *iouxmenta* (CIL I² 1), no qual, evidentemente há um sufixo associado ao radical *jug-/ jung-* "jugo, atrelar". Segundo Ernout & Meillet (2001), remontaria a **youg-s-men-to-m*, sendo o significado do sufixo "aquilo com que se V (o animal)". Por metonímia, o significado da palavra passou a referir-se ao animal em que se atrela o jugo. O sentido inicial perdeu-se e o atual não interessa, pois o sufixo está irreconhecível. Neste caso, a planilha será preenchida como *ins*. Se o sentido latino se mantivesse em português (o que não acontece), viria em maiúscula: *INS*. Se o sentido latino não se tivesse mantido, mas se tivesse desenvolvido um outro, por ex. *LOC* (seja em latim, seja em português), deveria vir indicado *ins.LOC*.
- Uma palavra como *fumatório* é, segundo o Houaiss, um ACT, mas o pesquisador verifica (em *corpora* ou pelo *Google*) que seja também *LOC*. Nesses casos, indica-se, na planilha, da seguinte forma: *ACT.loc*. A metodologia requer confirmação e não apenas "imaginar" que tenha esse sentido, com base na "competência de falante".
- Outros exemplos: *feijoada RES*, *feijãozada QNT+*, *abrilada EVN*, *belenzada EVN*, *joelhada GLP*, *joelhada TRS*, *facada TRS*, *tacada TRS*, *baianada TIP*; *vilório DIM<-*; *loucura ESS*; *amplificar TRS*; *banhista FIL*, *santista GEN.FIL*, *caçoísta AGE*, *marxista FIL*; *marxismo ATV*; *saleiro RCP*; *baciada QNL+*; *barbudo PSS+*; *barbona DIM+*; *beleza ESS*; *alistamento RES*; *boazuda ESS.000>*; *carrinho DIM-*; *formigueiro LOC.QNT+*, *laranjeira VEG*, *cegueira DOE*, *verdadeiro ESS*, *cafeeiro TIP*, *carroceiro ATV*, *fazendeiro ATV*, *caseiro TIP.ATV*, *faladeiro ATV+*, *fofoqueiro ATV+*, *tornozeleira INS*, *aguaceiro TIP.QNT+*, *besteira TIP.RES<*, *batucada RES+*

CONCLUSÃO

Há inúmeras posturas com relação à depreensão dos significados dos sufixos. Há inclusive os que lhe negaram qualquer significado. Outros

imaginam que a comutação resolve o problema, o que é desmentido com o trabalho de Malkiel com os interfixos, que parte de formas menos didáticas e mais corriqueiras de formações sufixais. Outros ainda não aceitam a condição especial dos interfixos e apenas os julgam parte de alomorfes de sufixos. Outros, por outro lado, imaginam que formam parte do radical. Onde fica de fato *-avi-* em uma palavra como *canavial*? Junto com *can-* (alomorfe *canav-* do radical {*can*}) ou junto com *-al* (alomorfe *-avial* do sufixo {*al*})? De qualquer forma, os interfixos perturbam a concepção didática de signo, uma vez que têm significante, mas não significado. O mesmo ocorre, por exemplo, com as vogais temáticas nas segmentações do tipo *cant-a-r*. Não nos esqueçamos de que os linguistas americanos não costumam distinguir sufixos e desinências, o que complica ainda mais a definição de *sufixo*.

Também a transformação de classes promovida pelos afijos é um problema e nem sempre se pode determinar com clareza se um sufixo, numa determinada palavra já construída, gerou um derivado deverbal ou denominal: é possível afirmar com certeza se *alfinetada* vem de *alfinete* ou de *alfinetar*?

O próprio conceito de “derivação” goza de maior ou menor elasticidade, se incluirmos as derivações regressivas entre elas. Isso para não falarmos dos prefixos, que oscilam, segundo os autores, entre composição e derivação. O inventário dos prefixos e a própria definição de *prefixo* também depende sobretudo de modelos e pressupostos assumidos pelos autores.

O consenso entre linguistas de determinados credos dá-nos mais segurança, mas não convence de que estamos diante de uma atitude científica, pois se ignora irrefletidamente toda a formação da gramática tradicional em que subjazem e, por isso, a cada momento, os modelos precisam de soluções *ad hoc* para manterem-se, o que, sem dúvida, os fragilizam. Precisamos, na verdade, de definições e de uma base epistemológica segura (Hegenberg, 1974). Desse ponto de vista, a proposta do GMHP deve ser entendida, não como uma conciliação de linhas (que só é possível quando as linhas têm pressupostos praticamente idênticos), mas de uma proposta específica com pressupostos próprios, assumindo, por um lado, o inegável fator diacrônico da língua e, por outro, partindo dos dados, ou seja, tomando uma atitude assumidamente indutiva.

Não se trata de um novo modelo, muito menos de uma teoria, termos tão mal-empregados por quem desconhece a Teoria do Conhecimento (cf. Hegenberg, 1969; Hessen, 1980), mas de uma metodologia rumo a um primeiro nível de abstração de um problema espinhoso e sem soluções por enquanto, haja vista que os sufixos distam tanto entre si quanto um sufixo e um radical. Um sufixo como *-eiro* significando “árvore que produz X” tem comportamento muito distinto de outro *-eiro* qualquer, a ponto de frequentemente serem chamados de homônimos. Na produtividade do *-eiro* formador de árvores, o derivado combina muitíssimas vezes em gênero com sua base: *rosa* → *roseira*, *abacate* → *abacateiro* (o que não ocorria nos derivados mais antigos: *figo* → *figueira*). Essa diversidade de comportamentos deve ser recuperada para que repensemos se é válida a

mesma denominação *sufixo* para todos os elementos derivacionais pospostos à raiz vocabular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COROMINAS, J. **Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana**. Madrid: Gredos, 1954-1957.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1989. [1ª ed 1978]

ERNOU, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue latine**. Paris: Klincksieck, 2001. [1ª ed 1932].

HEGENBERG, L. **Explicações científicas: introdução à filosofia da ciência**. São Paulo: Herder, 1969.

_____. **Definições: termos teóricos e significado**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1974.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. Trad. Antônio Correia. Coimbra: Arménio Amado, 1980. [1ª ed Bonn:Ferd. Dümmers, 1926].

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JESPERSEN, O. **Language: its nature, development and origin**. London: George Allen & Unwin, 1954. [1ª ed 1922].

MACHADO, J. P. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Confluência, 1972. [1ª ed 1952-1959].

MALKIEL, Y. Generic analyses of word formation. In: SEBEEK, T. A. (Ed.) **Current trends in Linguistics**. Paris: Mouton, 1970.

NOLL, Volker. **O português brasileiro: formação e contrastes**. Trad. Mário E. Viaro. São Paulo: Globo, 2008. [1ª ed Heidelberg:Winter, 1999].

RIO-TORTO, G. M. O. S. **Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos**. Diss. doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993.

_____. **Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português**. Porto: Porto ed, 1998.

_____. et al (Org). **Verbos e nomes em português**. Coimbra: Almedina, 2004.

ROCHA, L. C. A. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Trad. Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa, 1990. [1ª ed Paris:PUF, 1980].

VÄÄNÄNEN, V. **Introducción al latín vulgar**. Trad. Manuel Carrión. Madrid: Gredos, 1985. [1ª ed Paris:Klincksieck, 1981].

VIARO, M. E. Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos eiro/eira na língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et al (Org.) **Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007a. p. 45-84.

_____. Reconstrução lexical do português paulista. **Revista do Gel**, 4, p. 39-53, 2007b.

AFIXOS MARCADORES DE INTENSIDADE: SUFIXAÇÃO VERSUS PREFIXAÇÃO

Ieda Maria ALVES
Universidade de São Paulo
iemalves@usp.br

RESUMO: Nos trabalhos que temos efetuado sobre a neologia lexical no português brasileiro contemporâneo com base em *corpora* jornalísticos, a derivação prefixal tem-se revelado o processo mais produtivo, constituindo 29% das unidades lexicais neológicas. Dentre esses neologismos, os formados por prefixos marcadores de intensidade são os mais numerosos. A grande produtividade da derivação prefixal intensiva pode ser explicada pela concorrência que sufixos intensivos passaram a sofrer, a partir da década de 70, pelos prefixos marcadores de intensidade, muitos deles denotativos, anteriormente, de posição. Neste texto, apresentamos características dessa concorrência, demonstrando que o emprego de sufixos aumentativos e diminutivos, contemporaneamente, ocorre sobretudo por meio de novos valores semânticos que o uso imprime a esses afixos.

PALAVRAS-CHAVE: Intensidade; Prefixação; Sufixação.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A expressão da intensidade, na língua portuguesa, pode manifestar-se por diferentes maneiras.

Nos nomes, o significado do radical pode representar diversas nuances intensivas, não raro susceptíveis de gradação: adjetivos *grande/enorme, pequeno/ínfimo*; substantivos *colosso/grandezza, pequenezza*. Advérbios em *-mente*, derivados de nomes adjetivos, podem atuar como intensificadores de adjetivos: *extraordinariamente, extremamente*. Além dos advérbios em *-mente*, outros advérbios também podem intensificar adjetivos e verbos, a exemplo de *bastante, muito*.

Neste trabalho, enfatizamos o papel exercido por afixos sufixais na intensificação de nomes. Observamos como prefixos e sufixos, ao atuarem

como intensificadores, podem apresentar concorrência, cujas causas abrem novas perspectivas de estudos.

AFIXOS INTENSIVOS SEGUNDO A TRADIÇÃO GRAMATICAL

Em trabalho anterior (Alves, 2009), argumentamos que a expressão da derivação intensiva no português brasileiro era expressa sobretudo por meio de afixos sufixais, especialmente *-íssimo*. Esta constatação, além de corresponder a nossa competência de falante do português brasileiro, baseia-se também na tradição gramatical e em alguns estudos sobre neologia lexical.

A *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra (1985), no capítulo dedicado à *Derivação e composição*, aborda os sufixos aumentativos e diminutivos, mostrando que a prefixação intensiva é manifestada apenas em relação a alguns prefixos que denotam “posição” e, secundariamente, “excesso”, como os de origem latina (*sobre, sob-* (*so-*), *sub-* (*sus-*, *su-*), *super-*, *supra-*) e de origem grega (*arqui-* (*arque-*), *hiper-*, *hipo-*). O mesmo é observado na *Moderna gramática portuguesa* (1999), de Evanildo Bechara. Mesmo o gramático Eduardo Carlos Pereira, que procura agrupar os prefixos e os sufixos “em famílias ideológicas, em vez de estudá-los em ordem alfabética, como geralmente fazem os gramáticos” (1958, p. 183), apresenta a expressão da *intensidade*, expressa por ele como *aumento* e *diminuição*, relativamente apenas aos afixos sufixais.

Trabalhos baseados em *corpora* jornalísticos (cf. Pereira, 1983, 1984; Alves, 1994), no entanto, mostram que a expressão da intensidade revela-se, cada vez mais, por meio da derivação prefixal, em detrimento da derivação sufixal e permitem concluir que, contemporaneamente, a expressão da intensidade é predominantemente expressa por afixos prefixais. Esses afixos são representados por prefixos tradicionais do português, alguns dos quais exprimiam anteriormente “posição” (*super-*, *sub-*, *hiper-*) e também por elementos que vão assumindo uma função prefixal em contextos da língua geral, tanto de caráter aumentativo, a exemplo de *tri-* (*trifeliz*, *trilegal*), como de caráter diminutivo, exemplificados por *nano-* (*nanoestupidez*). Concluimos, no trabalho já citado (2009), que o português brasileiro apresenta uma expressão da intensidade por meio de prefixos e que cada prefixo intensivo exerce uma função específica, resultante de suas características morfológicas, semânticas e pragmáticas.

SUFIKAÇÃO INTENSIVA CONTEMPORÂNEA

Neste trabalho, os dados que apresentamos são extraídos do projeto *TermNeo* (*Base de neologismos do português brasileiro contemporâneo*), doravante *Base*, projeto de caráter lexicológico que coleta unidades lexicais neológicas em um *corpus* jornalístico desde janeiro de 1993. Os dados da *Base* foram inicialmente constituídos a partir dos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Globo* (G) e das revistas *IstoÉ* (IE) e *Veja* (V), observados segundo um sistema de amostragem (um veículo por semana): jornal *O Globo* – primeiro domingo do mês; revista *IstoÉ* – segunda semana do mês; jornal *Folha de S. Paulo* – terceiro domingo do mês; revista *Veja* – quarta semana do mês.

Em sua primeira fase, correspondente a janeiro de 1993 a dezembro de 2000, foram coletadas 13 572 unidades lexicais neológicas, com frequência variada, que correspondem a 24 578 ocorrências. Como *corpus de exclusão*, princípio metodológico estabelecido por Boulanger (1979) que é tomado para a determinação do caráter neológico ou não neológico de uma unidade lexical, foram considerados os seguintes dicionários de língua: Ferreira (1986) – para o *corpus* correspondente ao período de 1993 a 1999; Ferreira (1999) – para o *corpus* coletado em 2000; Weiszflog (1998) – para o *corpus* coletado em 1999 e 2000. No âmbito do Projeto, são ainda considerados como integrantes do *corpus de exclusão* os vocabulários ortográficos publicados pela Academia Brasileira de Letras, que, embora não sejam dicionários de língua, apresentam em sua macroestrutura um grande número de unidades lexicais que não integram outros repertórios: Academia Brasileira de Letras. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* (1981) – para o *corpus* correspondente ao período de 1993 a 1997; Academia Brasileira de Letras. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* (1998) – para o *corpus* coletado em 1999; Academia Brasileira de Letras. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* (1999) – para o *corpus* coletado em 2000.

A partir de 2006, uma parceria estabelecida com pesquisadores do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC), da USP de São Carlos, tem possibilitado o desenvolvimento de ferramentas computacionais que realizam a coleta semi-automática de neologismos, com o uso de léxicos informatizados, desenvolvidos pelo grupo, como *corpora de exclusão*.

Essas ferramentas, disponíveis em www.nilc.icmc.usp.br/~thiago/neologismo.html, possibilitaram a expansão do *corpus* de análise, que passou a integrar as edições *online* das revistas *IstoÉ* (IE) e *Veja* (V) (desde janeiro de 2001), *Época* (E) (desde janeiro de 2003) e dos jornais *O Estado de S. Paulo* (ESP) e *Folha de S. Paulo* (FSP) a partir de janeiro de 2001. A coleta semi-automática de neologismos é complementada por um *corpus de exclusão* composto pelas versões eletrônicas dos seguintes dicionários: Ferreira (1999) e Weiszflog (1998) – para o *corpus* coletado a partir de 2001; Houaiss e Villar (2001) – para o *corpus* coletado a partir de 2002 e Academia Brasileira de Letras. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* (2004) – para o *corpus* coletado a partir de 2005. Desse modo, a partir do momento em que um

candidato a neologismo é registrado em um desses repertórios (léxicos informatizados e dicionários eletrônicos), não mais é considerado de caráter neológico. Os neologismos referentes a essa coleta semi-automática estão sendo integrados à *Base*, o que possibilita que uma parte deles já seja objeto de análise.

De acordo com os dados da *Base*, a derivação prefixal revela-se o processo mais produtivo dentre os processos de formação de unidades lexicais neológicas, correspondendo a 29% das unidades coletadas. A derivação sufixal, por sua vez, corresponde a 10% dos neologismos registrados.

Dentre os prefixos coletados, os intensivos e os negativos são os mais produtivos. Os sufixos intensivos não se apresentam muito frequentes, observando-se uma assimetria entre prefixos e sufixos em relação à expressão da intensidade: prefixos intensivos revelam-se cada vez mais frequentes – *super-*, *mega-*, *mini-*, *micro-*, *sub-*; já os sufixos intensivos não constam entre os mais empregados. O prefixo intensivo de caráter aumentativo mais empregado é *super-*, provavelmente por associar-se a todo tipo de base morfológica (substantivos, adjetivos, verbos e até advérbios) e por não conhecer restrições semânticas ao prefixar-se a essas bases. Dentre os de caráter diminutivo, *mini-* é o que apresenta mais ocorrências¹.

O sufixo intensivo de caráter aumentativo mais frequente é *-ão*, seguido de *-aço*.

-ão apresenta sempre o significado de “muito grande, excessivo”, mas também denota diversas nuances significativas, de acordo com a base a que se associa. Desse modo, o *Provão*, o Exame Nacional de Cursos, não era apenas uma prova grande, mas uma “prova aplicada a um grandíssimo número de formandos de várias áreas com o objetivo de avaliar os cursos de graduação da Educação Superior”; o *Timão*, uma das denominações do Sport Club Corinthians Paulista, é um “time grandioso por seus feitos e pelo número de sua torcida”:

A Escola de Engenharia de São Carlos não apareceu na reportagem "O rosto do ensino superior" (30 de abril), que tratou dos resultados do <Provão> do MEC. (V, 29-10-97)

Em visita ao Brasil, o casal imperial japonês. Akihito e Michiko, esteve em São Paulo na quinta-feira, 5 e foi assistir, no Morumbi, à final do campeonato Paulista. Viram o <Timão> porque o Corinthians consagrou-se campeão. (IE, 01-06-97)

-Aço, sufixo formador de derivados aos quais imprime as noções básicas de “grandeza, coleção” (*ricaço*) e de “intensidade” (*canhonaço*, *pistolaço*), que, não raro, assumem uma conotação irônica ou pejorativa, apresenta um emprego acentuado a partir de um fato histórico que ocorreu no Chile, em 1973, quando as classes alta e média começaram a protestar contra o governo socialista de Salvador Allende, criando o *cacerolazo*.

Decalcado como *caçarolaço* em português, o *cacerolazo* logo depois originou *panelaço*, de modo que o sufixo *-aço* deu também origem a vários derivados que, além do valor denotativo de “grandeza” (*beijaço*, *pacotaço*, *tarifaço*), assumiram o valor semântico de “barulho forte e repetitivo”, como *apitaço*, *barulhaço*, *buzinaço* (cf. Alves, 2004):

Um dia encostei-o na parede, tasquei-lhe um <beijaço> e saí. (E, 09-07-07)

/.../ no mesmo dia em que os deputados da oposição promoveram um <apitaço> de meia hora no plenário para barrar a tramitação da emenda sobre a reforma administrativa, o *Jornal Nacional* divulgou as negociações do presidente da Comissão de Arbitragem do futebol brasileiro, Ivan Mendes. (IE, 14-05-97)

-Íssimo, que já foi o sufixo mais empregado para marcar a intensidade no português brasileiro, é ainda empregado junto a adjetivos, sobretudo os qualificadores. Apresentamos apenas algumas ocorrências em que o sufixo junta-se a substantivos (*ex-campeoníssimo*):

O CD do <ex-campeoníssimo> Roberto Carlos (lançado no finalzinho de 2004) foi o sétimo disco mais vendido de 2005 – cerca de 250 000 cópias. (V, 18-01-06)

e a adjetivos classificadores (*paulistaníssimo*, *primeiríssimo*)²:

Na vida familiar e na carreira, o oncologista <paulistaníssimo> do Brás sempre esteve às voltas com o universo dos doentes terminais, tema do aguardado *Por um Fio*, que chega às livrarias nesta semana. (E, 06-08-04)

Mas como este se passava em Macondos empoeiradas, e o livro de DeLillo trata de um futuro já instalado no <primeiríssimo-mundo>, talvez fosse mais apropriado catalogar Cosmópolis como uma fantasia extravagante sobre o surrado tema do fim do sonho americano. (V, 25-06-03)

Dentre os sufixos intensivos de caráter diminutivo, *-ito* e *-inho* são os mais frequentes. Além do caráter denotativo de “pequenez”, os dois sufixos podem imprimir caráter pejorativo às unidades lexicais neológicas que constituem, a exemplo de *macaquito* e de *mallandrinha*³:

Afora a importação acrítica de pacote estrangeiro, sem a necessária redução sociológica, os <"macaquitos"> tecnocráticos de Brasília esquecem uma advertência prudente de que os modelos tributários estrangeiros podem dar certo nos países de origem, onde a realidade é outra. (FSP, 19-10-97)

Sérgio Mallandro deve achar que os telespectadores da TV brasileira, que acaba de completar 50 anos, são otários. Suas pegadinhas são fajutas e forjadas. Aliás, toda a atração é uma farsa do começo ao fim. As "brigas" entre suas <"mallandrinhas"> são ridículas. (FSP, 15-10-00)

Formações com *-inho* revelam também, associada à pequenez, uma especificidade relativamente à palavra-base. É o caso de *telinha*, pequena tela, que corresponde à tela da televisão:

Aos 8 anos, ela debutou na <telinha> como a namorada do personagem Bacana no seriado "Armação ilimitada". (G, 06-12-98)

-Eta, outro sufixo denotativo de intensidade diminutiva, imprime, na maior parte de suas formações, caráter jocoso aos nomes a que se agrega:

Ao contrário dos seus pares, Miguel Sanches Neto não escreve <croniquetas> que, sob o disfarce de uma linguagem aparentemente experimental, são vendidas como contos ou romances. (V, 24-08-05)

SUFIXAÇÃO *VERSUS* PREFIXAÇÃO

A análise dos dados neológicos revela que prefixos e sufixos nem sempre são empregados isoladamente junto a uma base; ao contrário, podem apresentar reiterações de sentido.

Observa-se esse emprego em *minigarrafinha* e *microssunguinha*, em que a intensidade diminutiva é expressa simultaneamente pelo prefixo *mini-* e pelo sufixo *-inho* e pelo prefixo *micro-* e pelo sufixo *-inho*, respectivamente:

Ao recuperar baboseiras pop como os ioiôs de chocolate e as <minigarrafinhas> de Coca-Cola, almanaques e outros produtos do gênero roubam a dignidade da moda passada e a inteligência da época atual. (V, 28-06-06)

Como alguém dançando tecno de <microssunguinha> /.../
(E, 26-06-03)

De maneira contrária, com o emprego de *supersaldão* e *supercreditação*, a intensidade aumentativa é reiterada pelo prefixo *super-*, acompanhado pelos sufixos *-ão* e *-aço*, de maneira respectiva:

Não perca tempo, APROVEITE nossas ofertas em Fogões, Refrigeradores, Freezers, Lavadoras e Secadoras a preços excepcionais. <Super Saldão> (tít.) (FSP, 02-10-97)

<SUPER-CREDITAÇÃO> PONTO FRIO BONZÃO (tít) (G, 06-10-96)

A junção de mais um afixo a uma base nem sempre cumpre o papel de reiterar o mesmo valor semântico.

O prefixo *super-*, o mais usado dentre os que denotam intensidade aumentativa, co-ocorre, não raras vezes, com o sufixo diminutivo *-inho*, a exemplo de *superbaratinho*, *superbonzinho*, *superpobrinho*:

"Todas as minhas amigas perguntaram onde eu comprei e logo imitaram", diz. Carolina Siqueira, 14 anos, também virou adepta da novidade. "O mais legal é que é <superbaratinho> e muito fácil de aplicar." (IE, 11-11-98)

Para salvar a pele dos alienígenas, contudo, vem aí, o <superbonzinho> John Sayles: ele está esteirizando e vai dirigir "Brother termine", uma adaptação do livro de Patrícia Anthony sobre a raça extraterrestre que sofre o diabo quando emigra para a Terra. (G, 07-04-96)

Eles formaram a facção dos <"superpobrinhos"> e já disseram só confiar um no outro. (V, 18-02-04)

Essa co-ocorrência de *super-* com um afixo diminutivo é também observada na unidade lexical *supermicrofibra*, em que *super-* intensifica

microfibra, por sua vez formada com o prefixo *micro-*, de caráter diminutivo:

Tem alça em ziguezague, detalhes de cristais, <supermicrofibra> (quase duas vezes mais fina que a microfibra) e até, quem diria, sutiã com hidratante. (V, 20-08-03)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, em que apresentamos alguns dados sobre afixos de caráter intensivo, permite-nos concluir que, se contemporaneamente, a expressão da intensidade é predominantemente expressa por afixos prefixais, os afixos sufixais continuam sendo utilizados para expressar valor aumentativo ou diminutivo, acrescido frequentemente de outro valor semântico.

Os dados revelam que a mesma base pode expressar a intensidade aumentativa ou diminutiva ora com um prefixo, ora com um sufixo, a exemplo de *superapartamento/apartamentação* e de *miniapartamento/apartamentozinho*:

A Receita Federal descobriu que outro juiz, também de São Paulo mas de um tribunal federal, é dono de um <superapartamento> em Miami. (V, 17-10-01)

Aliás, um <apartamentação>, pelo qual pagou 1,3 milhão de reais, comprometendo-se com prestações de 24.000 reais, o dobro de seu salário. (V, 23-07-03)

A polícia austríaca encontrou uma espécie de <miniapartamento> por trás da porta que supostamente trancou por 24 anos uma mulher mantida em cativeiro e abusada sexualmente por seu próprio pai. (FSP, 27-04-08)

Dependendo da indenização, compram um <apartamentozinho> na cidade, trampolim real ou imaginário para uma vida melhor. (V, 09-08-06)

Estes exemplos, em que prefixos e sufixos intensivos estabelecem concorrência, permitem-nos fazer algumas observações.

O uso de um afixo seria aleatório, por parte do falante? Ou seria determinado por algum fator, como a ordem em relação ao radical, o grau de formalidade desse afixo, ou mesmo seu desgaste, causado pela frequência de seu emprego?

Dois estudos da década de 80 (Cutler, Hawkins e Gilligan (1985) e Hawkins e Gilligan (1988)) procuram explicar, em função da ordem de morfemas, a preferência pelo emprego de sufixos em algumas línguas. O primeiro, que combina considerações psicolinguísticas (morfemas iniciais e finais são mais salientes do que morfemas internos de uma unidade lexical), conclui que a preferência por sufixos é condicionada pelo fato de os usuários das línguas preferirem empregar primeiramente radicais e em seguida os afixos, daí resultando uma utilização maior de afixos de caráter sufixal. O outro estudo, que leva em consideração cerca de duzentas línguas, considera que as línguas que seguem a ordem VO (verbo-objeto) e línguas Pr + NP (preposição precede sintagma nominal - *in the room*) apresentam prefixos e sufixos; um grande número de línguas que seguem a ordem OV (objeto-verbo) e NP + Po (sintagma nominal precede posposição - *the room in*) empregam apenas sufixos:

Languages with VO and / or Pr + NP word orders in their syntax regularly have prefixes and or suffixes in their morphology. But in a suggestively large number of cases, languages with OV and / or NP + Po have suffixes only. (Hawkins; Gilligan, 1988, p. 219)

Outros fatores, como o grau de formalidade que o afixo imprime à unidade lexical derivada, podem também contribuir para a sua escolha. Dentre os exemplos que citamos, *-aço* sugere mais informalidade do que o prefixo *super-*. E o uso intenso de um afixo, que, não raro, pode torná-lo polissêmico, pode explicar o caráter por vezes pejorativo de *-inho*, quando comparado com o prefixo *mini-*.

Estas considerações constituem apenas caminhos para outros estudos que permitam explorar as escolhas dos falantes do português brasileiro entre prefixos e sufixos intensivos.

NOTAS

(1) Sobre a análise dos prefixos intensivos, remetemos a Alves (2009).

(2) Adjetivos que “colocam o **substantivo** que acompanham em uma subclasse, trazendo em si uma indicação objetiva sobre essa subclasse” (Neves, 1999, p. 186).

(3) Devido à possibilidade de ocorrência praticamente irrestrita do sufixo – *inho* junto a nomes, são consideradas neológicas, neste trabalho, as unidades lexicais em que o sufixo denota outro valor semântico além de “pequenez”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Bloch, 1981.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Academia, 1998.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1999.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2004.

ALVES, I. M. **Neologismo. Criação lexical**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. A unidade lexical neológica: do histórico-social ao morfológico. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. p. 77-88.

_____. A derivação prefixal intensiva no português brasileiro: a formação de um campo prefixal. In: HWANG, A. D.; SILVA, O. L. da (Org.). **Linguagens em Interação III: estudos do léxico**. Maringá: Clichetec, 2009. p. 13-31.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BOULANGER, J.-C. Néologie et terminologie. **Néologie en Marche**, 4, p. 9-127, 1979.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUTLER, A.; HAWKINS, J. A.; GILLIGAN, G. The suffixing preference: a processing explanation. **Linguistics**, 23, p. 723-58, 1985.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Novo Aurélio Século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HAWKINS, J. A.; GILLIGAN, G. Prefixing and suffixing universals in relation to basic word order. **Lingua**, 74, p. 219-259, 1988.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PEREIRA, E. C. **Gramática expositiva**. 113. ed. São Paulo: Nacional, 1958.

PEREIRA, R. F. **Neologismos na mensagem publicitária**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Assis). Assis, 1983.

_____. A prefixação neológica no vocabulário da propaganda contemporânea. **Alfa**, 28 (supl.), p. 127-134, 1984.

WEISZFLOG, W. **Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

EMPRÉSTIMOS LINGUÍSTICOS E IDENTIDADE CULTURAL

Nelly Medeiros de CARVALHO
Universidade Federal de Pernambuco –UFPE
nellycar@terra.com.br

RESUMO: A palavra é o fenômeno ideológico por excelência, diz Bahktin, em *Marxismo e Filosofia da linguagem*. Sendo assim, a adoção de uma palavra estrangeira revela-se como algo mais que uma simples escolha formal. Seguindo essa linha, alguns linguistas consideram toda importação de termos uma intrusão de uma cultura exógena onde a neutralidade inexistente, pois traz consigo um precipitado de valores que interfere e modifica a cultura importadora. Na relação entre duas línguas, faladas por povos diferentes, a língua-fonte é a que influencia na imposição de um termo, e a que o recebe é a língua receptora. A coexistência entre ambas tende a modelar o léxico da receptora por um recorte analógico do mundo objetivo, de acordo com os traços da língua-fonte. O fenômeno não é causado apenas pela vizinhança territorial, nem é apenas linguístico. É resultado da ascendência de uma nação sobre a outra no campo em que se dá o empréstimo.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Léxico; Empréstimos linguísticos.

COLONIZAÇÃO E CULTURA

As relações entre fenômenos deixam marcas na língua. Lembra Alfredo Bosi que as palavras cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*. *Colo* significava eu moro, eu ocupo. Um herdeiro era o *íncola* e o *inquilinnus* o que mora em terra alheia. *Agrícola* era quem trabalhava a terra. *Colo* é a raiz de *colônia*, e *colonus*, o que cultiva a propriedade em lugar do dono. O *íncola* era o morador e dono. Quando migrava tornava-se *colono*. Passando de *colo*, presente imediato, ação e poder, para as formas nominais do verbo, *cultus* e *culturus*, o sentido vai elastecendo. *Cultus* resulta da ação do *colo*. O *ager cultus* era o roçado. *Cultus*, substantivo, era o culto dos mortos, por aproximação ao cultivo da terra. De *cultum*, supino de *colo*, deriva outro particípio *culturus*, o que se quer trabalhar, o que se quer cultivar. Aplica-se ao trabalho do solo, mas também a qualquer trabalho do ser humano com efeito cumulativo. É o conjunto de práticas,

técnicas, símbolos valores que se devem transmitir às novas gerações, para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. A educação é o momento institucional marcado do processo.

A terminação em *urus* dá forma a uma idéia de futuro e vai tomando o sentido de condição de vida mais humana, digna de almejar-se. Cultura supõe uma consciência grupal operosa e operante que partindo do presente planeja o futuro. Tem a dimensão de projeto. Aproxima-se de *colo* enquanto trabalho e distancia-se polemicamente de *cultus*. A ação colonizadora reinstaura e dialetiza as três ordens: do cultivo, do culto e da cultura.

IDENTIDADE CULTURAL

O conceito de identidade cultural diz respeito à conexão entre indivíduos e estrutura social. O mundo das representações, do qual a língua faz parte, tem uma dinâmica própria mas sofre influência da base material da sociedade. Nestas representações é que surgem os conceitos de *visão do mundo*, *concepções*, *mentalidade*, presentes na forma de comunicação.

A função social das representações é assegurar a dominação de uma classe por outra, violência simbólica que também acontece entre nações, gerando o dominante e dominado, com base no poder político e econômico, definindo o mundo segundo seus interesses.

A identidade social e cultural é a categoria que define como os indivíduos se inserem no grupo e como eles agem, tornando-se sujeitos sociais. Define, também, a forma como o indivíduo incorpora o mundo material a partir da experiência e projeta essa incorporação como construção simbólica.

Essa noção de identidade evoluiu junto com as transformações sociais que se acentuaram na segunda metade do século XX. Houve uma transição do nacionalismo para a chamada *globalização*, quando tudo passa a fazer parte do *mercado*, mercado esse dominado pelas potências mais poderosas. Com a *globalização*, pela circulação planetária de informação e cultura, criou-se uma área comum de referência, onde as identidades específicas vão perdendo os contornos.

Com a evolução dos meios de comunicação, o indivíduo não fica isolado no seu *locus*, porém tem condições de receber e consumir bens reais ou simbólicos produzidos em outras culturas, incorporando a seu cotidiano valores de realidades distantes, fenômeno denominado por teóricos como *desterritorialização*. Desta forma, enfraquecem-se os vínculos com a comunidade mais próxima, junto com as noções de regionalismo e nacionalismo. A adoção indiscriminada de termos estrangeiros, provenientes da cultura que domina os *mass media*, torna-se uma consequência natural.

Isto não significa que o empréstimo é um fenômeno recente.

Sem dúvida, esteve sempre presente na história das línguas através de contatos fortuitos ou prolongados. Na atualidade, contudo, tomou outro rumo, intensificou-se, pelas condições acima expostas.

Os alemães têm uma nomeação para os empréstimos (intraduzível) que, ao fazer a distinção, poderá servir para especificar esse fato; *Lehnwort* para o termo já incorporado há muito tempo, um fato histórico; *Fremdwort* para o empréstimo recém-entrado, um fato contemporâneo. Apesar disso, a linha divisória não é sempre fácil de traçar. Nenhuma língua moderna é tão simples nas suas escolhas que um conjunto de categorias possa descrevê-las exaustivamente.

CONCEITO LINGUÍSTICO DE EMPRÉSTIMO

O processo de empréstimo é interessante até pelo nome adotado. Tomado de outra língua, não há obrigação de restituí-lo.

Trata-se da adoção por parte dos falantes de uma língua, de termo de outra, por perceberem alguma lacuna ou inadaptação para nomear algo, no acervo lexical da língua que falam. Cada falante tenta reproduzir esses modelos linguísticos importados para superar as novas situações. Nessa tentativa de reprodução de modelos encontrados em outro sistema, nem sempre o falante tem consciência do que está a fazer.

Duas espécies de atividade contribuem para o empréstimo, substituição e importação, definidas em termos de comparação entre o modelo e a reprodução.

Nomes (sobretudo substantivos) encabeçam a lista dos empréstimos em todas as línguas, seguidos à distância por verbos e sufixos; sons e desinências só em raros casos. O aparato gramatical resiste às mudanças extra-sistêmicas por ser o menos material e o mais formal dos componentes da língua.

Haugen (1972), ao analisar as substituições morfêmica e fonêmica, considera os seguintes tipos de empréstimos:

Loanwords- sem substituição morfêmica;

Loanblends- com substituição parcial;

Loanshifts- com substituição completa.

Os *loanblends* incluem os hibridismos, podendo ser derivados (goleiro) ou compostos (nota-release) e os *loanshifts*, as traduções, calques e empréstimos semânticos (computador) podendo surgir homônimos (truque) e sinônimos (teledetecção/ sensoriamento remoto).

Confundindo um pouco o quadro esboçado surgem os empréstimos indiretos (mídia), os interdialetais (escalão *-upgrade*) e a influência da forma escrita, com a falta de correspondência entre os sons das letras na língua-fonte e na língua importadora, explicada por alguns autores como problemas de soletração (*spelling*).

Os empréstimos fonológicos praticamente inexistem dada a dificuldade de reprodução de fonemas entre as línguas. Cristo em japonês é percebido e produzido como Kirisito. Ciao (italiano), pañuelo (espanhol), ballayage (francês) não alcançam, entre os falantes do português brasileiro, um nível de realização aceitável para os padrões da língua-fonte. Pizza é uma exceção.

Haugen (1972) reforça a análise feita com essa observação: "Ouvindo uma palavra estrangeira desconhecida, tratamos de descobrir nela um complexo de nossas representações fonológicas e de decompô-la em fonemas de nossa língua materna de acordo com nossa lei de grupamento de fonemas."

David Crystal (1985) detalhou a classificação elaborada por Haugen (1972), da seguinte forma:

Loanwords – importação de forma e significado com adaptações ao sistema fonológico: leiaute, chute.

Loanblends – o significado é adotado, mas apenas parte da forma é da língua-fonte: Barrashopping, funkeiro.

Loanshifts – o significado é importado, mas a forma é nativa: deletar, computador.

Loan translations – a tradução é feita item por item: sky-scraper /arranha-céu.

Nas classificações citadas, o aspecto sociocultural não é abordado, como também outros aspectos puramente linguísticos. Assim pode-se observar no processo de adoção uma grande tendência às formas convergentes, onde são reduzidos ao denominador comum de uma forma, palavras vindas de idiomas diversos: capão (port/ tupi); truque (inglês, francês, alemão, espanhol).

PALAVRAS INTERNACIONALIZADAS

Merecem especial destaque as palavras ditas internacionalizadas. Essas palavras voam sobre as fronteiras linguísticas e políticas e aterrissam tranquilamente no *campo inimigo*. Podem ser reformuladas ou não na escrita, mas na fala, são adaptadas ao gosto do freguês, como frila, mídia, frisa. Até mesmo *snob*, *biônico*, *handca*, *garçon*. Esta é uma categoria de palavras que são comuns em todas as línguas ocidentais. Tem forma e

significado praticamente iguais em línguas várias, embora sejam pronunciadas de modos bem diferenciados. Um bom exemplo é *psicologia* e com ela os nomes de quase todas as ciências e de muitas práticas científicas e técnicas. *Música, cinema, universidade, bar, esporte*, com algumas mudanças nas línguas mais divulgadas, junto com *pizza, bug, hamburguer, status quo, ultimatum, rock, omnibus* (com a terminação do ablativo transformada em substantivo-bus), termos da informática e de muitas outras atividades globalizadas..

Sérgio Corrêa da Costa, em *Palavras sem Fronteiras*, listou 3000 dessas palavras, sendo, para surpresa geral, 1420 de origem francesa e 1050 de origem inglesa, resquícios de quando a primeira era a podem adquirir um sentido diferente da língua-fonte: língua da cultura. Em terceiro lugar vem o latim, em quarto o italiano e em quinto o espanhol, apesar de ser falado em mais de 30 países. O português, que segundo Décio Pignatari, não contribui para a língua internacional desde o fim do século XVI, aparece com 13 contribuições, vindo a maioria do Brasil: *sertão, favela, samba, cerrado, macumba* estão entre elas. Mas, no momento já constam também do vocabulário internacionalizado *novela, cachaça, caipirinha, Pitu, rodízio*, referente a atividades e produtos onde o brasileiro revela-se competente. Só assim a nomeação é adotada e respeitada.

As palavras inglesas elencadas são de uso recente, relacionadas a negócios, cultura de massa, esportes e ciência. As francesas são abstratas, ligadas a correntes de pensamento, estados de espírito e juízos de valor, além de, obviamente, referirem-se às artes e cultura clássicas.

No seu livro mais recente, *A Revolução da linguagem*, David Crystal (1985) afirma que a tal revolução está apoiada num tripé: o inglês como língua universal (apoiada na globalização), a internet e a extinção em massa de línguas. Desses, apenas o último não é controverso: mais de seis mil línguas no planeta estão em vias de extinção, algumas no Brasil.

Crystal (1985) afirma que nenhuma língua teve o alcance do inglês de hoje, a partir da década de 90, nem o Latim, na Roma Imperial. Pra ele a internet é uma revolução como foi a invenção da imprensa pois não se enquadra nos padrões da escrita nem da fala. É muito cedo para tirar conclusões, muitos dizem.

TIPOLOGIA DAS LÍNGUAS

A receptividade de uma língua a empréstimos é função inversa de sua sistematização.

A partir dos critérios de classificação dos empréstimos, foi elaborada por Otakar Voadlo (1938) uma **escala de receptividade** que tem uma correlação com a estrutura da língua receptora. Com base na

escala elaborada, o autor classificou as línguas em homogêneas, amalgamadas e heterogêneas.

Nas primeiras, sendo homogêneas, o empréstimo permanece segregado como termo não-nativo, tendo como exemplo, o checo.

As amalgamadas são receptivas a empréstimos de sistemas com estrutura semelhante; entre estas estão as línguas de origem latina. Portanto, o português tem uma certa permeabilidade para o empréstimo.

As heterogêneas são receptivas a termos estrangeiros, integrando-os e adaptando-os a sua estrutura. Teria como exemplo o inglês, língua saxônica, cujo léxico é constituído de mais de 60% a 70% de itens lexicais latinos e que recorre ao latim sempre que necessita formar novos termos. É uma língua colocada em alta na **escala de receptividade**.

Intuindo este caráter simplificador da língua inglesa, Gilberto Freyre (2000) afirmou, no seu livro *Inglêses no Brasil*: "A mais simples das línguas modernas é o inglês. Quase sem gramática, tende a aproximar os homens- função genuinamente angélica - enquanto as línguas de gramáticas diabolicamente complicadas tendem a separá-los. Sua gramática é quase um peixe sem espinhas para a boca dos meninos das quatro partes do mundo".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Heidegger, o idioma é o ser, ou melhor, a língua é a casa do ser. Por isso, a intromissão exagerada de outra língua apaga as experiências compartilhadas e acumuladas pela comunidade de fala, tornando-as impessoais. A língua materna seria a última identidade que resta, quando as demais foram perdidas.

Os empréstimos, de acordo com Robins (1997), estão entrando em uma língua todo tempo, mas sua frequência e suas fontes são temporariamente atingidas por fatores políticos e outros que resultam de contatos culturais restritos de uma ou outra espécie.

A nossa língua portuguesa vive, como as demais, em permanente elaboração, e o modo de forjá-la é, ao mesmo tempo, forjar cultura. Na medida em que é veículo de novas experiências e valores, precisa adequar-se para permanecer como instrumento de comunicação, o que determina a necessidade de empréstimos. Isto, contudo, não pode significar uma forma de tutela, trazendo na raiz o preconceito da superioridade cultural da língua-fonte em relação à língua importadora. O prestígio das línguas dos países dominantes tem por base questões extralinguísticas, ou seja, políticas e econômicas. O falante da língua importadora compara seu *saber* e seu *poder* com o falante da língua-fonte e dispõe-se a aceitar os termos dessa última, reconhecendo-lhe a superioridade.

O inglês é o veículo da globalização que faz manter a preferência ao ter que optar entre um termo inglês e outro vernáculo, mesmo que seja desnecessário por ter o português um equivalente.

Um termo que se instala é mais que um grupo fônico ou um conjunto de letras. É um signo com um sentido, um referente e suas pressuposições. Mais que um ato linguístico, é um ato cultural, uma tentativa de impor uma visão de mundo à comunidade. É impor um modo de ver e, através da língua, agir.

Apesar de ser um fato incontestável a interpenetração das línguas e culturas, com a conseqüente adoção de empréstimos, Antonio Houaiss (1983) afirmou que "se uma língua recebe empréstimos sempre de outra, sem diversificar, ela se torna cada vez mais diferente de si mesma, descaracterizando-se".

O tratamento a ser dado aos empréstimos, penso, não está em proibir-se ou coibir o seu uso: as "viagens" que empreendem as palavras estão na dependência direta dos "balanços" das relações inter-nações e escapam ao domínio estritamente linguístico. Por outro lado, não me parece convir deixar-se a língua vernácula ser usurpada no seu direito de expressão e de emprego de soluções que oferece à designação de fatos e coisas do mundo biossocial.

O caminho talvez esteja na preferência, prioridade, para a língua portuguesa no encontrar os caminhos que o idioma nacional oferece sem, porém, deixar-se tomar de xenofobia, que emperre o desenvolvimento ou dificulte o aprendizado em decorrência da recusa à absorção de termos e formas não vernáculas. A incorporação crítica e não a absorção acrítica entendo ser o caminho pois, na verdade, a questão é uma questão linguística e político-cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. **Neologismo. Criação lexical**. São Paulo: Ática, 1990.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo. 3 ed. Companhia das Letras, 1996.

CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos em língua portuguesa**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

COSTA, S. C. **Palavras sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CRYSTAL, D. **A dictionary of Linguistics and Phonetics**. New York: Basil Backwell, 1985.

FREYRE, G. **Ingleses no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

HAUGEN, E. The Analysis of linguistic borrowing. In: **Essays**. California: Stanford University Press, 1972.

HOUAISS, A. **Crise na nossa língua de cultura**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

JUNQUEIRA, L. Identidade, representações e mudança social. In: **Identities**. Recife: Universitária, 1999.

ROBINS, R. H. **Linguística geral**. Porto Alegre: Globo, 1997.

VOCADLO, O. Some observations on mixed languages. In: **Actes du IV Congrès Internationale de Linguistes**, 169/76. Copenhague, 1938.

O LÉXICO NA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Helena Nagamine BRANDÃO
Universidade de São Paulo
hnbrandao@uol.com.br

RESUMO: Esta comunicação tem por objetivo refletir sobre o tratamento que a Análise do discurso dá ao léxico. Partimos do pressuposto teórico de que a linguagem é constitutivamente heterogênea e a palavra é por definição polissêmica, isto é, pode abrigar vários sentidos e conotar esquemas (ideais, valores, crenças) semanticamente opostos. Empregada por grupos diferentes, ela muda de sentido, conforme seja utilizada por um ou por outro grupo. É conhecida a afirmação de Pêcheux de que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”. A desambiguação do sentido se dá levando em conta as condições de produção do discurso de que a palavra faz parte. Condições entendidas não só como a situação imediata da enunciação (eu-tu-aqui- agora), mas também o contexto sócio-histórico-ideológico de produção do discurso. A triagem da polissemia se faz também pela própria estrutura do discurso, analisando seu sistema de paráfrases sinonímicas, as escolhas lexicais operadas, as tonalidades valorativas que as afetam. Sob essa perspectiva discursiva, analisamos um texto opinativo de jornal que qualificamos como pertencente ao gênero epidítico da crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso; Léxico; Polissemia.

INTRODUÇÃO

Iniciarei a exposição focalizando o objeto da Análise do Discurso, isto é, caracterizando o que é o discurso. Podemos definir discurso como toda atividade comunicativa entre interlocutores; atividade produtora de sentidos que se dá na interação entre falantes. O falante/ouvinte, escritor/leitor são seres situados num tempo histórico, num espaço geográfico; pertencem a uma comunidade, a um grupo e por isso carregam crenças, valores culturais, sociais, enfim a ideologia do grupo, da comunidade de que fazem parte. Essas crenças, ideologias são veiculadas, isto é, aparecem nos discursos. É por isso que dizemos que não há discurso neutro, todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem. Às vezes, esses sentidos são produzidos de

forma explícita, mas na maioria das vezes não. Nem sempre digo tudo que penso, deixo nas entrelinhas significados que não quero tornar claros ou porque a situação não permite que eu o faça ou porque não quero me responsabilizar por eles, deixando por conta do interlocutor o trabalho de construir, buscar os sentidos implícitos, subentendidos. Isso é muito comum, por exemplo, nos discursos políticos, no discurso jornalístico, e mesmo nas nossas conversas cotidianas.

O DISCURSO: CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS

Apresentarei, a seguir, alguns aspectos definidores (Maingueneau, 2004) daquilo que estamos chamando de discurso e que condicionam modos de dizer, modos de enunciar.

- 1) O discurso deve ser compreendido como algo que ultrapassa o nível puramente gramatical, lingüístico. O nível discursivo apóia-se sobre a gramática da língua (o fonema, a palavra, a frase), mas nele é importante levar em conta também (e sobretudo) os interlocutores (com suas crenças, valores), a situação (lugar e tempo geográfico, histórico) em que o discurso é produzido.
- 2) No nível do discurso, o falante/ouvinte, escritor/leitor devem ter conhecimentos não só do ponto de vista lingüístico (dominar a língua, as regras de organização de uma narrativa, de uma argumentação etc.), mas também de conhecimentos extra lingüísticos: conhecimento para produzir discursos adequados às diferentes situações em que atuamos na nossa vida; conhecimentos de assuntos, temas que circulam na sociedade; conhecimento das finalidades da troca verbal e para isso são importantes a imagem que faço de mim, da minha posição, a imagem que tenho das pessoas com quem falo, imagens que vão determinar a maneira como devo falar com essas pessoas.
- 3) O discurso é contextualizado. Isto é, do ponto de vista discursivo, toda frase (ou melhor, enunciado) só tem sentido no contexto em que é produzido. Assim, um mesmo enunciado, produzido em momentos diferentes (quer seja pelo mesmo sujeito ou por sujeitos diferentes) vai ter sentidos diferentes e, portanto, pode corresponder a discursos diferentes.
- 4) O discurso é produzido por um sujeito – um EU que se coloca como o responsável pelo que diz (de forma explícita como num diário de adolescente ou implícita como no discurso da ciência) e é em torno desse sujeito que se organizam as referências de tempo e de espaço. Ex: no enunciado: “Hoje, meu depoimento será

sobre a infância vivida na casa de minha avó”, os termos “hoje”, “meu”, “minha” devem ser entendidos em relação ao sujeito que fala e que se coloca como *eu* do discurso. E esse sujeito que fala assume uma atitude, um determinado comportamento (de firmeza, dúvida, opinião) em relação àquilo que diz (usa para isso recursos da língua como: *infelizmente, talvez, certamente, na verdade, eu acho*) e em relação àquele com quem fala (explicitamente por expressões do tipo *Você, caro leitor*, ou escolhendo os termos adequados ao seu nível sócio-cultural, usando uma linguagem mais informal, gírias ou linguagem mais formal de acordo com a situação).

- 5) O discurso é interativo, pois é uma atividade que se desenvolve, no mínimo, entre dois parceiros (marcados lingüisticamente pelo binômio *Eu-Você*). A conversação é o exemplo mais evidente dessa interatividade: os parceiros monitoram a sua fala de acordo com a reação do outro. No discurso escrito, o locutor está também preocupado com seu leitor, a ele dirigindo-se explicitamente (como em “meu caro leitor”) ou procurando uma linguagem adequada a ele (um livro de literatura infantil, um guia médico para pais leigos em assuntos médicos têm toda uma linguagem voltada para o público que se quer atingir) ou utilizando-se de estratégias de discurso para se defender, antecipar a contra argumentação do leitor.
- 6) O discurso é uma forma de atuar, de agir sobre o outro. Quando prometemos, ordenamos, perguntamos etc., praticamos uma ação pela linguagem (um ato de fala) que tem por objetivo modificar uma situação. Por ex., o “eu te batizo X” pronunciado pelo padre numa cerimônia de batismo muda a situação da pessoa no quadro da religião católica; numa passeata, um cartaz com o enunciado “Não à corrupção” visa modificar comportamentos de pessoas envolvidas nesse ato e mostra a atitude de indignação daqueles que levam esse cartaz.
- 7) O discurso trabalha com enunciados concretos, falas/escritas realmente produzidas (e não idealizadas, abstratas, como as frases da gramática) e os estudos que se fazem deles visam descrever suas normas, isto é, como funciona a língua no seu uso efetivo.
- 8) Um princípio geral rege o discurso: o princípio do dialogismo. Quando falamos nos dirigimos sempre a um interlocutor; mesmo num monólogo (quando falamos com nós mesmos), num diário, criamos uma personagem (um outro eu) com quem imaginariamente dialogamos.
- 9) Mas o discurso é também dialógico porque quando falamos ou escrevemos, dialogamos com outros discursos, trazendo a fala do outro para o nosso discurso. Isso se faz de forma explícita usando, por ex., o discurso direto, indireto, indireto livre ou colocando palavras, enunciados (do outro) entre aspas ou itálico. Mas podemos fazer isso também de forma implícita, sem dizer quem

falou (e aquele que ouve ou lê, tendo o mesmo conhecimento de quem escreve ou fala vai entender o que está em questão, daí a importância da leitura, da ampliação do conhecimento de mundo, do conhecimento enciclopédico). Isso acontece, por ex., quando usamos um provérbio, um ditado popular, nas paródias, nas imitações, nas ironias etc.

- 10) Por causa desse caráter dialógico da linguagem, dizemos que o discurso tem um efeito polifônico. Isto é, porque meu discurso dialoga com outros discursos, outras vozes nele estão presentes, vozes com as quais concordo (e vêm reforçar o que eu digo) ou vozes das quais discordo total ou parcialmente. O discurso é polifônico, heterogêneo porque é sempre atravessado, habitado por várias outras vozes.
- 11) Todo discurso se constrói numa rede de outros discursos; em outras palavras, numa rede interdiscursiva. Nenhum discurso é único, singular, mas está em constante interação com os discursos que já foram produzidos e estão sendo produzidos. Nessa relação interdiscursiva (com outros discursos), quer citando, quer comentando, parodiando esses discursos, disputa-se a verdade pela palavra numa relação de aliança, de polêmica ou de oposição. É nesse sentido que se diz que o discurso é uma arena de lutas em que locutores, vozes, falando de posições ideológicas, sociais, culturais diferentes procuram interagir e atuar uns sobre os outros.

A ANÁLISE DO DISCURSO

Atualmente o estudo da língua sob a perspectiva discursiva está bastante difundido, havendo várias correntes teóricas. Vamos nos ocupar de uma dessas tendências, aquela que ficou conhecida como “escola francesa de análise do discurso” (que costuma ser abreviada AD). Ela surgiu na década de 60 na França, país que tinha forte tradição escolar no estudo do texto literário, influenciando posteriormente estudiosos brasileiros. A década de 60 foi um período bastante agitado do ponto de vista político e cultural tanto no nosso país como lá fora: no Brasil, por ex., tivemos os festivais da MPB (onde se revelaram grandes talentos como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa etc.), as manifestações políticas contra a ditadura militar (golpe de 1964); na França, houve o movimento estudantil de 1968 em que os estudantes universitários saíram às ruas pedindo reformas no ensino. A análise do discurso francesa procurou entender esse momento político analisando os discursos que foram então produzidos; ela se debruça inicialmente sobre os discursos políticos com posição bem marcada (discurso de esquerda X de direita). Para analisar esses discursos, a AD, definida inicialmente como “o estudo lingüístico das condições de

produção de um enunciado” não se limita a um estudo puramente lingüístico, isto é a analisar só a parte gramatical da língua (a palavra, a frase), mas leva em conta outros aspectos externos à língua, mas que fazem parte essencial de uma abordagem discursiva: os elementos históricos, sociais, culturais, ideológicos que cercam a produção de um discurso e nele se refletem; o espaço que esse discurso ocupa em relação a outros discursos produzidos e que circulam na comunidade.

Assim, para a AD, a linguagem deve ser estudada não só em relação ao seu aspecto gramatical, exigindo de seus usuários um saber lingüístico, mas também em relação aos aspectos ideológicos, sociais que se manifestam através de um saber sócio-ideológico. Para a AD, o estudo da língua está sempre aliado ao aspecto social e histórico.

Um conceito fundamental para a AD é, dessa forma, o de **condições de produção**, que pode ser definido como o conjunto dos elementos que determina a produção de um discurso. No sentido mais restrito, diz respeito à situação de enunciação imediata que compreende o eu/tu-aqui-agora; no sentido mais amplo, compreende o contexto histórico, social e ideológico, o lugar de onde falam os interlocutores, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando. São aspectos que devem ser levados em conta quando procuramos entender o sentido de um discurso.

O discurso é um dos lugares em que a ideologia se manifesta, isto é, toma forma material, se torna concreta por meio da língua. Daí a importância de outro conceito fundamental com que a Análise do Discurso trabalha, o de **formação ideológica**. O discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente. Falar, por ex., do lugar de presidente (da República, do Congresso, de uma associação qualquer) é veicular um saber reconhecido e legitimado pela maioria (quando eleito democraticamente) e, por isso, gerador de poder; uma relação de poder se estabelece (de forma clara ou sutil) entre patrão-empregado, entre professor-aluno, entre diretor-professor e mesmo entre amigos ou pares e que se manifesta na forma como um fala com o outro. O discurso é como um jogo estratégico que provoca ação e reação, é como uma arena de lutas (verbais, que se dão pela palavra) em que ocorre um jogo de dominação ou aliança, de submissão ou resistência, o discurso é o lugar em que se travam as polêmicas. Podemos definir formação ideológica como o conjunto de atitudes e representações ou imagens que os falantes têm sobre si mesmos e sobre o interlocutor e o assunto em pauta. Essas atitudes, representações, imagens estão relacionadas com a posição social de onde falam ou escrevem, tem a ver com as relações de poder que se estabelecem entre eles e que são expressas quando interagem entre si. É nesse sentido que podemos falar em uma formação ideológica colonialista, uma formação ideológica capitalista, neoliberal, socialista, religiosa etc.

Uma formação ideológica pode compreender várias formações discursivas em relações de polêmica ou de aliança. Temos, por ex., a ideologia colonizadora (no Brasil do século XIX) compreendendo várias formações discursivas como a escravagista, a pró-abolição da escravatura, a pró-imigração etc. Cada formação discursiva reúne um conjunto de enunciados ou textos marcados por algumas características comuns

(lingüísticas, temáticas, de posição ideológica). A **formação discursiva** se define pela sua relação com a formação ideológica, isto é, os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica. A formação discursiva determina “o que pode e deve ser dito” pelo falante a partir do lugar, da posição social, histórica e ideológica que ele ocupa. Por ex., os militantes de um mesmo partido político devem ter um ideário comum e linguagem comum; quando alguém passa a falar algo que não está de acordo com esse ideário, ele é considerado um dissidente e convidado a sair ou mesmo ser expulso do partido.

Mas por causa do **princípio do dialogismo** que subjaz a toda atividade de linguagem, toda formação discursiva traz dentro de si, outras formações discursivas com que dialoga, contestando, replicando ou aliando-se a elas para dar força a sua fala. Por outro lado, um mesmo enunciado pode aparecer em formações discursivas diferentes, acarretando com isso sentidos diferentes conforme a posição sócio-ideológica de quem fala. Isso porque apesar de a língua ser a mesma gramaticalmente, ela não é a mesma do ponto de vista discursivo, isto é, da sua realização, do seu uso, por causa da interferência desses fatores externos: quem fala, para quem se fala, de que posição social e ideológica se fala. O discurso está sempre atravessado pela **subjetividade**; não há discurso neutro, todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem. E aqueles que se dizem neutros, como os discursos da ciência, que procuram apagar as marcas da inscrição do sujeito que fala, constituem apenas um simulacro da objetividade.

De acordo com os princípios da AD, podemos dizer que o sujeito do discurso apresenta as seguintes características:

- a) é essencialmente marcado pela historicidade. Isto é, não é o sujeito abstrato da gramática, mas um sujeito situado na história da sua comunidade, num tempo e num espaço concreto;
- b) é um sujeito ideológico, isto é, sua fala reflete os valores, as crenças de um momento histórico e de um grupo social;
- c) não é único, mas divide o espaço do seu discurso com o outro na medida em que orienta, planeja, ajusta sua fala, sua atividade enunciativa, tendo em vista seu interlocutor e também porque dialoga com a fala de outros sujeitos (nível interdiscursivo);
- d) sua fala/escrita apresenta efeito polifônico: porque no seu discurso outras vozes também falam; o sujeito se forma, se constitui na relação com o outro, com a alteridade. Isto é, da mesma maneira que tomo consciência de mim mesmo na relação que tenho com os outros, o sujeito do discurso se constitui, se reconhece como tendo uma determinada identidade na relação com outros discursos produzidos, com eles dialogando, comparando pontos de vista, divergindo etc.

Como o texto é uma forma de concretização do discurso, para produzir ou ler, compreender um texto, tenho que levar em conta as suas condições de produção, que envolvem não só a situação imediata (quem fala, a quem o texto é dirigido, quando e onde se produz ou foi produzido), mas também uma situação mais ampla em que essa produção se dá: que valores, crenças os interlocutores carregam, que aspectos sociais, históricos, políticos, que relações de poder determinam essa produção. Assim, para produzir/compreender um texto tenho que ter não só conhecimentos lingüísticos (conhecer o vocabulário, a gramática da língua, isto é, suas regras morfológicas e sintáticas) mas também tenho que ter conhecimentos extra lingüísticos (conhecimento de mundo, enciclopédico, históricos, culturais, ideológicos de que trata o texto) que me permitirão dizer a que formação discursiva pertence e a que formação ideológica está ligado.

O LÉXICO: SENTIDO LITERAL X POLISSEMIA

Na perspectiva discursiva, parte-se do pressuposto teórico de que a linguagem é constitutivamente heterogênea e a palavra é por definição polissêmica, isto é, pode abrigar vários sentidos e conotar esquemas (ideais, valores, crenças) semanticamente opostos: ela pode mudar de sentido conforme seja utilizada por grupos diferentes.

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe "em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas [...]. Poderíamos resumir essa tese dizendo: **as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam**, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às **formações ideológicas** [...] nas quais essas posições se inscrevem" (PÊCHEUX, 1975/1988, p. 160).

Se a palavra é polissêmica, plurissignificativa, a desambiguação do sentido se dá levando em conta as condições de produção do discurso, a formação discursiva em que esse discurso se inscreve e a formação ideológica a que se filia. Balizada por esses aspectos, a triagem da polissemia se faz pela análise da própria estrutura linguística do discurso; e o estrato linguístico de maior evidência num texto e, por conseguinte, de acesso bastante profícuo para a exploração e construção do seu sentido é o

léxico em que se analisam as escolhas lexicais operadas, seu sistema de paráfrases sinonímicas, as estratégias polissêmicas em jogo, as tonalidades valorativas que as afetam. Ao definir o que considera ser formação discursiva, Pêcheux, reitera:

[A formação discursiva é] “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). Isso equivale a afirmar que **as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...] as formações discursivas representam `na linguagem` as formações ideológicas que lhes são correspondentes.**” (PÊCHEUX, 1975/1988, p. 160-1).

Dessa forma, no uso, uma mesma palavra pode ter sentidos diferentes de acordo com a formação discursiva e ideológica em que se inscreve; é necessário estar atento ao jogo polissêmico que mascara, sob a aparência do mesmo, o outro sentido ou os sentidos indesejáveis. Voltemos às palavras de Pêcheux:

[...] se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes [...] conforme se refiram a esta ou àquela formação discursiva, é porque uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem **um** sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (PÊCHEUX, 1975/1988, p. 161).

Por outro lado, por um processo ideológico (geralmente velado), palavras/ expressões diferentes podem encobrir o mesmo sentido num jogo estratégico de relações parafrásticas, mascarando uma espécie de “monofonização”.

De modo correlato, se se admite que as **mesmas** palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras expressões e proposições **literalmente diferentes** podem, no interior de uma formação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’, o que representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido.” (PÊCHEUX, 1975/1988, p. 161).

LÉXICO E CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

O texto abaixo ilustra de forma exemplar as artimanhas da linguagem no jogo semântico-discursivo de construção de sentido:

“Estatização”, palavra polêmica

Washington – Banqueiros e governos falam de “injeção de recursos” e “compra de ações” de instituições financeiras encrocadas. Evita-se sempre a expressão “estatização”. É um tabu como era no passado falar em público a respeito de alguém com câncer. Românticos de Cuba reclamam dessa novilíngua do poder – apenas com razão parcial, pois é necessário ponderar as nuances do atual cenário.

Do ponto de vista linguístico, o termo “estatização” está correto. Se um banco privado passa a ser controlado pelo governo, torna-se uma entidade estatal.

Mas há também a carga ideológica dentro da expressão. Quando nos países socialistas houve estatização, tratava-se de medida para a vida toda. Pelo menos essa era a intenção de soviéticos e seus satélites durante décadas no século passado. Ou seja, ao dizer simplesmente “EUA estatizam bancos” conta-se só metade da história.

Engana-se quem imagina a Casa Branca tomada por neobolcheviques, capitulando aos ensinamentos de Marx. Na realidade, não há o menor sinal de uma política para aumentar a presença do Estado na economia de maneira perene. Nenhum integrante da equipe econômica norte-americana defende a estatização eterna das instituições bancárias agora socorridas.

A idéia do pacote de George W. Bush é tentar salvar o capitalismo. Se for necessário torrar dinheiro público, cumpra-se. Passada a turbulência, o movimento será de vender de volta todos os bancos para a iniciativa privada. [...]

(Fernando Rodrigues, Folha de S. Paulo, 13/10/2008, caderno A, p.2)

Sem ser linguista, mas um usuário proficiente da língua, proficiência aguçada por uma competência jornalística, o autor distingue os sentidos de “estatização” do ponto de vista linguístico (o dicionarizado) e do ponto de vista discursivo, isto é, levando-se em conta os aspectos extra-linguísticos (as condições sócio-político-ideológicas) em que o termo está sendo empregado no contexto atual.

No fundo, o que o jornalista quer mostrar é que o termo “estatização” é uma palavra polêmica porque seu sentido varia conforme a

formação discursiva e a formação ideológica a que remete (marxista ou capitalista). Como se trata de descrever o que ocorre no cenário econômico capitalista, o uso do termo tem sido evitado e em seu lugar usam-se expressões eufemísticas como “injeção de recurso” e “compra de ações”. Essa opção lexicais é criticada por aqueles que vêm na substituição mera encenação parafrástica para um mesmo fenômeno (estatização). O locutor, no entanto, mostra o matiz semântico que diferencia a estatização dos marxistas e esta alegada “estatização” : na verdade, não se trata de estatização, no sentido original do termo, pois a estratégia política do governo americano é “tentar salvar o capitalismo”. Mostra, portanto, que o mesmo termo não tem o mesmo sentido para uma e outra formação discursiva.

Passemos à análise de outro texto: O Porquinho Lobão ⁽¹⁾ – Vinícius Torres Freire (Folha de S. Paulo, 13/01/2008 - ver anexo). Aristóteles, ao analisar o discurso do ponto de vista da retórica, distingue três gêneros conforme as circunstâncias em que são pronunciados: gênero deliberativo, dirigido a um auditório a quem se aconselha ou dissuade sobre algo útil ou prejudicial; gênero judiciário em que o orador acusa ou defende algo injusto ou justo; gênero epidítico, discurso de elogio ou repreensão/crítica versando sobre atos do cidadão.

Como exemplar do gênero epidítico da crítica, analisaremos esse texto focalizando as escolhas lexicais tendo em vista a construção de efeitos de sentido que amplificam as virtudes ou os vícios da personagem e encenam os valores que representam. A amplificação, própria do discurso epidítico em geral, é uma estratégia fundamentalmente argumentativa e não mera questão formal de estilo. Na retórica epidítica, o orador deve esforçar-se para trazer fatos que devam ser convincentes aos olhos do auditório. É preciso provar para persuadir e para isso deve mostrar e demonstrar as boas ou más ações do objeto, pois as ações são a manifestação das virtudes ou dos vícios das pessoas.

Vejamos como se dá, por meio das escolhas lexicais, o processo da amplificação neste texto de crítica. Logo no início (final do 2º parágrafo), temos a referência ao jargão policial *capivara* em substituição à *folha corrida* expedida pela polícia. Esse deslocamento lexical é uma estratégia de rebaixamento do objeto do discurso. Se no epidítico do elogio a amplificação tem como objetivo enaltecer, engrandecer o objeto do discurso, no epidítico da crítica a estratégia é diminuir, rebaixá-lo, sublinhando suas más ações e, conseqüentemente, seu mau caráter. Assim, em vez de currículo como conviria a um postulante ao cargo de Ministro de Estado, o jornalista usa o termo *folha corrida*, mas apenas como explicitação (vejam o uso dos parênteses) do termo do jargão policial *capivara*, que é o único adequado para o caso. O deslizamento lexical

currículo (implícito) --) folha corrida --) capivara

tem como efeito de sentido desqualificar, degradar a personagem em foco:

“Lobão terá de provar sua *resistência*. Abocanhará o ministério de Minas e Energia se, durante tal prazo de carência, agentes de Lula,

lobistas inimigos ou jornalistas não descobrirem sua *capivara* (folha corrida, em jargão policial).”

No desenvolvimento do texto, segundo os moldes do gênero currículo, enumeram-se as atividades exercidas pela personagem Edson Lobão, objeto do discurso. Essas atividades são encenadas de tal forma que se nos apresentam como verdadeiros malfeitos, vícios, desvios de conduta e têm como efeito provocar, por acumulação crescente, uma reação emocional que amplia progressivamente o sentimento de repulsa em relação a Lobão e, conseqüentemente, leva o leitor a aderir ao sentimento de indignação do locutor.

Esse sentimento provoca no leitor uma percepção não do algo **extraordinário**, daquilo com que se deve comungar porque eticamente consensual como seria no discurso do elogio, mas a percepção disfórica do **absurdo**, de uma tópica fora do lugar, inconcebível que nos leva, leitores, a interrogar: Como um indivíduo com essa folha policial, isto é, *capivara*, pode exercer um cargo de Ministro de Estado?

Para provocar essa percepção, concorrem além da enumeração dos malfeitos constantes da *capivara*, outras estratégias que, atuando numa espécie de rede semântica, reforçam, ampliam esse efeito de sentido de repulsa-indignação. São elas: as escolhas lexicais, as comparações/metáforas, a ironia cáustica e detratora.

CAMPO DAS ESCOLHAS LEXICAIS: PALAVRAS PEJORATIVAS

Com a função de rebaixar, desqualificar a personagem, o locutor faz uma seleção de termos e expressões que podem ser agrupados essencialmente no campo lexical das palavras pejorativas, que estão onipresentes ao longo de todo o texto como indicado nos negritos:

- As glórias da carreira de um **agregado-mor do coronelato do Maranhão** e quase-ministro da **falta de luzes** da era lulista (Lead).
- [...] Lobão é um desses **mortos-muito-vivos** que brotam dos **cemitérios do progresso político brasileiro**, sempre irrigados pelo **eterno acordeão conservador** que governa o país. (Final do 3º parágrafo).
- Lobão brotou das **campas** de José Sarney, onde deveriam **jazer adeptos de ditaduras e pefelês e peemedebês chupins** em qualquer governo. É **vassalo no coronelato** do Maranhão, Estado de

miséria revoltante que o sarneysismo infunde em **horror africano** faz quatro décadas. (4º parágrafo).

- Por falar em **feudos**, Lobão é município do Maranhão: o povoado de Ribeirãozinho foi rebatizado com **nome atroz** de “Governador Edson Lobão”, progressista urbe cuja renda per capita não passa de metade da renda da rica capital, São Luís. (5º parágrafo).
- **Ex-deputado anônimo da falange ditatorial**, Lobão ficou conhecido do auditório ao se transformar em **um dos “três porquinhos”**, como eram chamados os senadores do PFL (Democratas) que em 1989 **inventaram, a candidatura** Sílvio Santos à Presidência da República. Depois desse **fiasco semi-golpista**, Collor eleito, Lobão aderiu por um tempo a esse **enxovalhador da República**. (7º parágrafo).
- Já governador, foi **acusado por um bandido do escândalo do Orçamento e chamado à CPI**. Nunca se provou se tinha a ver com os anões do Orçamento, mas na CPI Lobão não soube explicar a **engorda de seu patrimônio, fazenda que fora inflada também por emissoras de rádios**, como as distribuídas na **farra fisiológico-coronelista** do governo Sarney. (8º parágrafo).
- [...] De suas idéias, a mais famosa foi a **defesa da legalização do jogo do bicho e dos cassinos**. (Final do 9º parágrafo).

Essas palavras ou expressões contribuem, pela sua repetição ou contigüidade semântica, para a coesão depreciativa que se quer construir visando a um efeito argumentativo.

CAMPO LEXICAL DAS COMPARAÇÕES/ METÁFORAS: REBAIXAMENTO, DESQUALIFICAÇÃO

Em relação às comparações, além do jogo com figuras das histórias infantis lobo-Lobão-lobista, três porquinhos-porquinho Lobão, a que remete o título do artigo, o texto abre utilizando-se de metáforas para construir um ambiente, um clima selvagem para descrever o cenário político nacional:

- Lula **deixou Lobão ao relento**. Antes de se tornar ministro, Edson Lobão será submetido **ao ritual de passagem dos ministeriáveis** de Lula. Ficará as **noites de provação pré-ministerial como que fora da choça tribal, exposto ao sereno, à sanha de anacondas, formigas assassinas ou mosquitos da febre amarela, como nos filmes D** sobre silvícolas africanos ou amazônicos. (1º parágrafo).

- Lobão terá de provar sua resistência. **Abocanhará** o ministério de Minas e Energia se, durante tal prazo de carência, agentes de Lula, **lobistas inimigos** ou jornalistas não descobrirem sua **capivara**. (2º parágrafo)
- Lobão, enfim, será **uma azeitona da farofa peemdebista-lulista** que recheia o **peru de Minas e Energia**. Apesar de **Lobão ter sido um dos porquinhos**, o **toucinho da Energia** ora está **nas mãos dos corsários do PMDB** que se **aboletaram** em Furnas, os quaaais têm como grande projeto dirigir o fundo de pensão da empresa, essa **grande fonte de energia**. Candidato ao papel de **ameixa-passada dessa farofa** há Jader Barbalho, que em sua volta furtiva ao poder, pelas **mãos de Lula**, quer também nomear **peixões elétricos**. (10º parágrafo).

Há uma presença forte de analogias que remetem ao universo da zoologia e ao universo das coisas: em vez da antropomorfização que eleva o animal ou a coisa à categoria da pessoa, o que temos é um processo inverso, de animalização ou coisificação cujo efeito de sentido é o de rebaixamento, reforçando a desqualificação

CAMPO LEXICAL DA IRONIA: O ETHOS SARCÁSTICO

Há alguns momentos pontuais no texto que poderíamos apontar como diretamente irônicos:

- As **glórias** da carreira de um agregado-mor [...] (lead)
- Tanto faz [...] se Lobão tivesse sido **engenheiro de hidrelétricas na caatinga ou o rei do biodiesel do babaçu** de seu Maranhão.(parágrafo 3)
- Lobão é município no Maranhão: povoado [...] rebatizado com o nome atroz de *Governador Edson Lobão*, **progressista urbe** cuja renda per capita não passa de metade da renda da rica capital, São Luís. (parágrafo 5)
- Mas Lobão já viveu, sim, **uma rica experiência energética**. (parágrafo 6)

Trata-se de uma ironia de tom sarcástico com poder altamente destrutivo. Essencialmente polifônica, coloca em cena duas vozes: uma na superfície lingüística que parece dizer uma coisa aparentemente positiva e outra com que dialoga e carrega o sentido objetivado, mas não dito claramente porque expressa um ponto de vista absurdo, insustentável. O

ethos irônico e sarcástico do locutor contamina todo o ambiente textual visando a disseminar entre os leitores a idéia de que o criticado é anti-modelo, representa o desvio de comportamento, o elemento desagregador da comunidade, que deve ser rejeitado. O efeito de sentido é o de algo trágicômico.

CONCLUSÃO

As considerações aqui tecidas e a análise desses textos mostram como o léxico pode ser trabalhado numa perspectiva discursiva. Mostra que, no uso efetivo, contrapondo-se a uma visão monofonizadora da língua, não há um sentido literal, fixo, em que as palavras significam sempre a mesma coisa, indiferentemente, nas diversas modalidades de manifestações discursivas. Essencialmente, mostra que a palavra é polissêmica, ela muda de sentido conforme o posicionamento sócio-histórico-ideológico assumido pelo sujeito em conformidade com a formação discursiva de onde fala. Como uma teoria crítica da leitura, a contribuição da Análise do Discurso é mostrar que a leitura, os modos de ver/ler a realidade, não é um processo mecânico de decodificação de um sistema linguístico (gramática + léxico), mas é um processo dialógico em que o leitor, numa atitude responsiva, dialoga com o texto, respondendo aos desafios de interpretação que ele impõe.

NOTAS

⁽¹⁾ Texto escrito logo após a indicação do senador Edson Lobão para ocupar o Ministério das Minas e Energia. Como de praxe, para assumir o cargo, o candidato deveria se submeter a uma sabatina no Congresso. A indicação, entretanto, causou mal-estar entre setores da sociedade pelo seu passado e experiência na área em que deveria atuar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTOTE. **Rhétorique** (Livre I). Texte établi et traduit par Médéric DUFOUR. Paris: Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1960.

BRANDÃO, H. H. N. Análise do discurso: um itinerário histórico. In: PEREIRA, Helena B. C.; ATIK, M. L. G. **Língua, Literatura, Cultura em diálogo**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do discurso**. 2.ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Trad. (Coord.) Fabiana Komesu. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Trad. Freda Indursky. Campinas: Ponte, Cap.II: Do discurso ao interdiscurso, 1989.

BRANDÃO, H. H. N. **Termos-chave da análise do discurso**. Trad. Márcio V. Barbosa; M. Emília Amarante T. Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRANDÃO, H. H. N. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. Souza-e-Silva; Décio, Rocha. São Paulo: Cortez Ed, 2001.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975/1988.

PERNOT, L. **La rhétorique de l'éloge dans le monde gréco-romain**. Paris: Institut d'Études Augustiniennes/Centre Nacional du Livre. Tomo I e II, 1993.

ANÁLISE DO LÉXICO NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Maria Célia LIMA-HERNANDES
Universidade de São Paulo - USP
mceliah@usp.br

RESUMO: O objetivo desta intervenção é destacar de um quadro abrangente de modelos de análise do léxico os contrastes derivados da perspectiva da Gramática Funcional (GF). Após a apresentação dos pressupostos básicos e dos mecanismos que funcionam como gatilho de mudança, apresenta-se o estudo de dois casos específicos explicáveis pelo processo de lexicalização, aqui concebido como um processo de mudança linguística que renova o léxico das línguas. Trata-se de verbos-suporte e de reduplicações, fenômenos que permitirão explicitar os desafios de uma análise que pode redundar, em termos de graus, num dos pólos do *continuum* gramaticalização > lexicalização. Recorro a pressupostos teóricos de Dik (1997) e Brinton e Traugott (2005). Também discutirei a análise de Brocardo et al (2008) além de resultados de pesquisas desenvolvidas no bojo do Grupo de Pesquisa (USP/CNPq) "Mudança Gramatical do Português - Gramaticalização".

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo; Léxico; Gramaticalização.

INTRODUÇÃO

Para tratar da perspectiva da gramática funcional, considero importante uma retomada de alguns princípios e pressupostos básicos do funcionalismo. As idéias que aqui apresento podem ser lidas nas *Teses* do Círculo Linguístico de Praga (CLP), de que me faço eco já quando assumo que a língua deve ser entendida como um sistema funcional que atende a dois objetivos: comunicar e expressar. O CLP assume que a intenção do locutor fundamenta seu discurso.

Veremos que essa idéia é justamente a que une todas as correntes funcionalistas contemporâneas. *Função* equivale à variedade de emprego, ao modo de realização e aos efeitos comunicativos decorrentes. Muitos funcionalistas têm investido no entendimento dos modos de realização, mas poucos têm tratado dos efeitos comunicativos.

Comparando o funcionalismo linguístico contemporâneo com as abordagens formalistas – estruturalismo e gerativismo –, podemos dizer que o funcionalismo concebe a linguagem como um instrumento de interação social e os linguistas que adotam essa abordagem alimentam o

interesse de investigação linguística para além da estrutura gramatical, buscando no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua (cf. CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003, p. 29).

As idéias funcionalistas de Givón (1995) sobre a linguagem permitem depreender algumas condições são imprescindíveis a essa abordagem: linguagem é atividade sociocultural; estruturas estão a serviço de funções cognitivas e comunicativas; mudança e variação estão sempre presentes; o sentido é contextualmente dependente e não-atômico; as categorias não são discretas; a estrutura é maleável e não-rígida; as gramáticas são continuamente emergentes.

Em maior ou menor grau, todos os linguistas funcionalistas descentralizam a sintaxe. Alguns, inclusive, a deslocam para a periferia da produção, como pista necessária à descrição do processo, como o resultado que permite resgatar o processo, e a descrição sintática combina-se com circunstância discursiva e contextos específicos de uso. Assim, os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e interdependentes.

Alguns mecanismos têm se revelado produtivos, numa abordagem funcionalista, para a descrição de fenômenos linguísticos nos dois últimos séculos. Um deles é o princípio da marcação⁽¹⁾, que prevê três critérios principais para a distinção entre categorias marcadas e categorias não-marcadas, em um contraste gramatical binário:

- a) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) que a estrutura não-marcada correspondente;
- b) distribuição de frequência: a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a estrutura não-marcada correspondente;
- c) a complexidade cognitiva: a estrutura marcada tende a ser cognitivamente mais complexa do que a estrutura não-marcada correspondente. Incluem-se fatores como esforço mental, demanda de atenção e tempo de processamento.

O contexto pode ser relevante para um item ser marcado ou não-marcado; também o fluxo de atenção e o estatuto informacional completam esse grupo de mecanismos relevantes para os sintaticistas funcionalistas.

Vale lembrar que as regularidades observadas no uso interativo da língua são depreendidas a partir da análise das condições discursivas em que se verifica o uso.

A contribuição de Dik (1997) resgata muito do que persistiu de importante na produção do CLP acrescido dos desenvolvimentos das ciências cognitivistas. Para o funcionalista holandês a descrição de línguas naturais deve seguir um modelo pragmático e psicologicamente adequado. O autor entende por **pragmáticas** aquelas instâncias em que fatos linguísticos estão a serviço de objetivos comunicativos em interações verbais; e por **psicológico**, o grau em que a descrição linguística é compatível com o que é conhecido sobre processos mentais incluídos na interpretação e na produção da expressão linguística.

Uma tentativa de sintetizar esse modelo foi o seguinte esquema de interação verbal de Dik (1997, p. 410):

Informação pragmática do falante

Informação pragmática do interlocutor

Formas do Falante:

Construtos do Interlocutor:

Intenção

..... antecipa→

interpretação

←.....reconstrói

Expressão linguística

Para compreender essa proposição, há que se ter em mente o modelo cognitivista que prevê em cada lado da situação comunicativa a atuação de memórias de longo e de curto termo.

A memória de longo-termo seria a instância arraigada ao uso geral numa língua. Dela fariam parte o conhecimento que falante e interlocutor possuem antes de iniciar um evento comunicativo específico.

No que se refere ao léxico, tema de interesse neste colóquio, equivale a um conhecimento linguístico dos predicados da língua, suas propriedades semânticas e morfossintáticas, e sua mútua inter-relação, entretanto não somente esse conhecimento dá conta da situação comunicativa.

Junta-se a esse conhecimento o **gramatical** (conhecimento das regras e princípios que definem as estruturas gramaticais subjacentes à língua em que se pretende comunicar, e suas regras e princípios através dos quais estruturas podem ser expressas). Mas também conhecimento de predicados e de gramática não seriam suficientes para o êxito da comunicação.

Há o mais ritualizado domínio de conhecimento, o pragmático (conhecimento das regras e princípios – máximas, convenções – que governam o uso adequado de expressões linguísticas numa interação verbal). Dizer, por exemplo, “prazer”, numa situação comunicativa remete a uma ritualização de apresentações em cujo item lexical, em muitos casos, pouco contribui para a compreensão da situação vivenciada pelo falante.

Ainda integrando a memória de longo-termo, a esses conhecimentos são agregados ainda o conhecimento não-linguístico: **a.** referencial (conhecimento sobre entidades – pessoas, coisas, lugares, etc.), **b.** episódico (conhecimento sobre estados-de-coisas: ações, processos, posição, estados de entidades) e **c.** geral (conhecimento sobre regras e princípios (leis e tendências que governa o mundo e mundos possíveis).

O conhecimento de curto-termo diz respeito à própria situação comunicativa, aos interactantes de específica situação comunicativa, válidos exclusivamente para o evento ou situação comunicativa em curso (por exemplo, quem são as pessoas que compõem aquele evento, em que situação, quem é o centro dêitico da produção, quem são os referentes naquelas situações, etc.).

O LÉXICO A PALAVRA E A SITUAÇÃO DE USO

Segundo Brinton e Traugott (2005, p. 9), o léxico “é entendido como uma lista finita de formas historiadas e suas possibilidades de combinação⁽²⁾. O léxico de uma língua abarcaria, então, o conjunto das palavras lexicais e o das palavras gramaticais ou funcionais, para utilizar os termos mais correntes na Linguística.

Nos estudos funcionalistas, a distinção entre categorias lexicais e categorias gramaticais deve ser lida em termos de sua gradiência. Também a distinção entre diacronia e sincronia assim deve ser compreendida. A correlação mais comum entre variação/sincronia e mudança/diacronia também não se sustenta nos estudos funcionalistas pós-CLP.

Assim é que, nos estudos de gramaticalização, somos impelidos a reconhecer que as preposições (integrada ao conjunto das palavras gramaticais ou funcionais classicamente) não se traduzem num conjunto homogêneo quanto à sua função. Há preposições mais gramaticais (como *de*) e há preposições mais lexicais (como *com*). Somos mesmo obrigados a reconhecer que uma mesma preposição pode desenvolver funções mais gramaticais do que outras. É assim que um dos padrões funcionais da preposição *de* pode codificar posse (carro *da* Maria), enquanto outro pode simplesmente codificar seu papel gramatical (preciso *de* descanso).

Seguindo raciocínio similar, Ross (1972, *apud* BRINTON e TRAUGOTT, 2005, p. 16) mostra que itens lexicais podem ser analisados em termos de sua gradiência. Exemplifica com as diferenças de comportamento entre as palavras *casa* e *lar*. A primeira teria mais propriedades nominais do que a segunda. Voltarei a casos como esses mais adiante.

Como forma de controle dessa gradiência, lidamos com a noção de frequência (*type* and *token*). Frequência *type* pode ser correlacionada com *produtividade*⁽³⁾. O controle dessas frequências nos permite identificar a correlação com algum gênero textual específico, como demanda de situações comunicativas reais, ou mesmo indício de que novos deslizamentos funcionais se operaram. No grupo de Pesquisa (USP/CNPq) “Mudança Gramatical do Português”, empregamos o rótulo “padrão funcional” para segmentar os vários tipos de usos numa ordem hipoteticamente justificada pelo grau de abstratização previsto em Heine, Claudi e Hünemeyer (1991): pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade⁽⁴⁾.

No CLP (Teses, *apud* Fontaine, 1978, p. 26), a palavra, sob o ponto de vista de sua função, foi concebida como o resultado da atividade linguística denominadora. E para que sua finalidade seja levada a termo, os usuários da língua recorrem a processos de derivação, composição e de combinação fixa de palavras. Entretanto a não-arbitrariedade do signo é evidente quando os falantes recorrem a palavras velhas para atribuir funções novas, ao que Werner e Kaplan⁽⁵⁾ chamaram de *princípio de exploração de velhas formas*, e a que Labov (1972), chamou de *princípio do uniformitarismo*.

Para a compreensão e análise da palavra, funcionalistas apelam para o contexto de emprego, para a combinação de signos linguísticos e não-

linguísticos (como gesto, força elocucionária, convicção etc.). É porque quanto mais ritualizado for um item/estrutura, mais abstratizado será, incorporando elementos a serem pressupostos e/ou inferidos, é que funcionalistas têm dado relevância à frequência.

Foi o que fez Bybee (2003), ao explicar que a abstratização dessas expressões seriam fruto da alta frequência de uso. Inspirou-se nas idéias de Haiman (1994) sobre: a) **habituação** – que resultaria da repetição e esgotamento de um objeto ou prática cultural de sua força e frequência de seu significado original⁽⁶⁾; b) **automatização** (de sequência ou unidades) – que teria como efeito o uso em bloco em determinado contexto; c) **redução da forma** – que ocorreria com o enfraquecimento e reorganização de uma série antes entendida como uma série de informações; d) **emancipação** – que provocaria a passagem de funções mais instrumentais para funções mais simbólicas inferidas de um contexto específico.

Quanto ao método, não se pode explanar um item ou um fato linguístico sem que se faça referência ao sistema a que pertence, nem à relação dialética entre sincronia e diacronia (arcaísmos, neologismos), posto que a perda ou ganho de uma função redundará no rearranjo do sistema (LIMA-HERNANDES, 2005) ou multissistema (CASTILHO, 2006), conforme a perspectiva assumida. Do mesmo modo, são mobilizadas propriedades e especificidades de cada categoria para a descrição, como é o caso de verbos serem analisados quanto ao aspecto, modo, tempo, pessoa.

A comparação entre línguas não-aparentadas é um marco nos estudos funcionalistas. A correlação dos desenvolvimentos do indivíduo usuário da língua e da evolução da língua também tem merecido destaque, pois têm permitido um avanço significativo na teoria funcionalista e em seus métodos de análise.

ESTUDOS DE CASOS CATEGÓRICOS E MARGINAIS

Muitos são os trabalhos que questionam o fato de que gramaticalização possa explicar a passagem de verbos plenos a verbos-suporte (ou verbos leves). Brocardo et al (2008) hipotetizam que esse processo de mudança possa ser explicável por uma deformação regulada pelas construções em que esses verbos ocorrem e não por um processo de gramaticalização.

Um grande problema no estudo do desenvolvimento de verbos-suporte é justamente o contato com diacronias distintas e a interpretação ancorada no século XXI. Muito do que é percebido no trabalho de Brocardo et al (2008) como verbo-suporte para qualquer brasileiro poderia ser uma sequência simples de verbo + argumento interno / complemento oblíquo ou mesmo um satélite, como demonstrado por Spaziani (2008) em: *estou saindo fora*, *joguei fora o lixo*, dentre outros.

A discussão que está subjacente a esse problema é o contexto discursivo-pragmático ou, como queria Dik (1997), a bagagem pragmática do falante, inacessível hoje em sua totalidade para linguistas.

A insatisfação com o binarismo ou mesmo com as categorias discretas pode ser ilustrada com os seguintes exemplos:

- (1) Não aconteceu nada, não! **Vim** aqui avisar para ir buscar ela no hospital. (PEUL -J 06)
- (2) ...único possível nas atuais circunstâncias mas também o preferido por mim...eu realmente... talvez pela circunstância em que viajo... **venha a preferir** o avião sobre outro meio... (NURC, D2 - inquérito 255, inf. 303)
- (3) O que se passa na cabeça de uma menina dessa depois de heras na praia, ela nem conhecia, ela ficou dando mole, aí **veio conversou**, ela tinha um filho, aí deixou com uma dona que parecia ser mãe dela, aí foi numa boa. (PEUL/R-10)
- (4) Aí eu corri, não é? Ele **veio... correu** atrás de mim. (PEUL/C-33)
- (5) tenho se bem que eu acho que eu conheço pouco a cidade né?... por exemplo se eu for **comparar com...** (D2-343, p.7)
- (6) conforme o caminho que ele faz ele.... passaria em cima de PRÉdio... tanto que houve aquela... **blá blá blá** aí de::... desapropria ali o colégio::... ah:: não (D2-343:417)
- (7) eu acho que ele falava **tanto tanto tanto** e eu o admirava muito (D2-360, p. 1519)
- (8) F: [Acho que aqui **fora** é melhor prá se trabalha] do que funcionário público, funcionário público tem que manda. Veja bem meu caso na área de educação (Peul- r-9)
- (9) As motivações externas baseiam-se na relação entre a coisa significada e a forma significante **fora** do sistema linguístico. (ANJOS, E D - Dissertação p-190)
- (10) Rogério responde para naninha: Não tive um pior momento, não tive um conflito. Acho que este horário meio doido, dormir tarde, almoçar tarde, deu uma alterada. Mas **fora** isso, não tive nada de ruim (<http://videochat.globo.com/GVC/ arqinvo/O..GO6244-3362.00.html>)
- (11) bebemos as mesmas bebidas, rimos das mesmas piadas. Esta será a minha única turnê no ano”, diz o simpático inglês. “Decidi tocar porque amo o Brasil e os brasileiros. Eles parecem gostar de mim, também. **Fora que** o tempo na Inglaterra nesse período do ano é horrível”, justifica, gargalhando.⁽⁷⁾ (<http://txt.jt.com.br/editorias/2007/01/26/var-1.94.12.20070 126.1.1.xml>)
- (12) Marcinho continua pensando na vida, na mãe que a esta hora já está levantando para ir **buscar o pão** que será dividido entre os quatro irmãos, todos mais novos do que ele. (CARLINHOS, 2006 In: www.autores.com.br)
- (13) Movido, então, pela solidariedade crítica, **busca promover**, de modo responsável, a beneficência, a justiça e a igualdade, tendo como consequência a construção da cidadania. (PENTEADO et al, 2005 In: Revista Bioética vol.13 nº01)

Fazendo referência ao trabalho de Bernardo (2008) e aos exemplos de números (1) a (4), notemos que os padrões funcionais do verbo *vir* evidenciam um deslizamento que vai de um verbo pleno seguido de seu locativo (exemplo 1) a um verbo quase-auxiliar, compondo uma locução

verbal (exemplo 2). Os dois outros casos (exemplos 3 e 4) seriam marginais em relação aos rótulos clássicos. Em (3), há um verbo quase-serial, que apresenta duas ações formalmente serializadas, V1 ainda se mantém semanticamente atuante, havendo de fato um deslocamento espacial do sujeito. Em (4), há um caso de verbo serial, já que o deslocamento espacial se dá por conta de V2, e V1 sinaliza apenas uma tomada de decisão. Fica a questão: seria um caso de lexicalização? Seria um caso de gramaticalização? Poderia ser, na verdade, um ou outro a depender da análise empreendida pelo linguista.

Deslocando para o centro de observação o trabalho de Defendi (2008) e os exemplos (5) a (7), notamos que reduplicação pode ser explicável por gramaticalização, como em (5), com a repetição da preposição *com* no verbo e na posição regencial, embora possa ser explicada por lexicalização em outros casos, como em (6). As estratégias para emprego da reduplicação (ou redobro) em português também atingem o âmbito discursivo-conversacional, se tomarmos como exemplo (7), em que há uma intensificação expressa.

Spaziani (2008) ratifica o percurso de gramaticalização apresentado em Martelotta & Silva (1996): espaço > tempo > texto. Nesse sentido, concorda com o que dizem os autores acerca da função de orientação argumentativa gerada em enunciados que apresentam usos como esses codificados. É o que demonstra com a passagem do item *fora* de advérbio (exemplo 8) a preposição (9) e, depois, a marcador discursivo-conversacional, no exemplo (10) e a operador que sinaliza a apresentação de um argumento irrefutável (exemplo 11).

No trabalho de Barroso (2008), revela-se a às vezes inextrincável ligação entre gramaticalização e gêneros discursivos. Os resultados da análise o levaram a afirmar que o verbo *buscar* pleno vincula-se freqüentemente a gêneros textuais que impliquem textos tipificados como relatos narrativos (exemplo 12), enquanto esse mesmo verbo num padrão de uso quase-auxiliar (ou auxiliar semântico) vincula-se a gêneros textuais acadêmicos, que incluem textos de tipo argumentativo (exemplo 13).

Lidar com as intenções⁽⁸⁾ e efeitos a partir de materiais linguísticos tem sido uma busca cada vez mais intensa para os funcionalistas. Se pensarmos que as intenções, quando codificadas linguisticamente, assumem uma forma elaborada e compartilhada historicamente para aquela finalidade, então mais relevante ainda torna-se a interface com gêneros discursivos para compreender a mudança linguística. Para Bakhtin (2003, p. 268):

Os gêneros discursivos são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos.

Conforme já evidenciado em Barroso (2008) com o estudo sobre o verbo *buscar*, muitas vezes um padrão funcional de um item/estrutura se especializa em formas textuais fixas⁽⁹⁾. É na tentativa de lidar com essa

questão que aqui na USP temos, desde 2007, constituído amostras de língua falada e escrita em situações diversas de usos:

a) Amostra Pinel: Compõem essa amostra prontuários médicos de pacientes, cartas pessoais, cartas comerciais, receituários, termos de avaliação médica e de avaliação psicológica, questionários preenchidos por familiares ou acompanhantes. Recobre a primeira metade do século XX;

b) Amostra Fidelino de Figueiredo: Compõem essa amostra cartas pessoais e acadêmicas recebidas pelo catedrático fundador da cadeira de Literatura Portuguesa, na FFLCH-USP, correspondente ao período que recobre a década de 30 até meados da década de 60;

c) Amostra de Concursos Acadêmicos: Compõem essa amostra provas de concursos de professores titulares e livre-docentes, relatórios de bancas arguidoras, atas de concursos, atestados médicos e algumas provas e pareceres referentes ao século XX;

d) Amostras DEOPS: Compõem essa amostra dossiês em que se encontram relatórios de espionagem, cartas censuradas, conversas telefônicas transcritas, recortes de jornais, fotografias, dentre outros ainda em edição. Refere-se ao século XX.;

e) Amostra de Língua Falada Culta: Compõem essa amostra transcrições de entrevistas, conferências, palestras, debates, outorga de títulos a eméritos, mesas-redondas, reuniões de departamento em que os falantes são professores da Universidade de São Paulo ou figuras ilustres da Cidade de São Paulo no século XXI.

Acreditamos que, olhando para o uso, teremos condições de identificar as funções. As palavras não podem, por conseguinte, ser tomadas como objeto à parte de sua situação de produção. São as condições de produção pistas para o desvendamento das intenções do falante; são os construtos do interlocutor pistas para se chegar à interpretação desse mesmo interlocutor. A codificação sintática é presente e necessária, posto que é o material a ser dissecado pelo funcionalista, mas é apenas ponto de partida para investigações da demanda mais complexa do processamento mental.

NOTAS

(1) O princípio da marcação ganhou evidência na linguística estrutural desenvolvida pela Escola de Praga.

(2) "lexicon is understood broadly as a finite list of stored forms and the possibilities for combining them." (p. 9)

(3) Haspelmath (2002) prefere o termo regularidade.

(4) A esse continuum tem sido preferido o seguinte: corpo > pessoa > objeto > (atividade) > espaço > tempo > processo > qualidade. Essa predileção se justifica na necessidade da categoria de tempo para se desenvolver um processo.

(5) Citados por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991).

(6) Aplicando à gramaticalização, podemos afirmar que a repetição gera enfraquecimento da força semântica. Poderíamos pensar que a repetição de eventos prescinde de repetição linguística.

(7) O exemplo foi colhido do Jornal da Tarde, pois não foram encontrados exemplos no corpus do PEUL que se encaixassem na definição exposta (http://txt.jt.com.br/editorias/2007/01/26/var-1.94.12.20070_126.1.1.xml)

(8) Labov (2001), lidando com o processo social de mudança linguística fônica, parte do princípio de que o entendimento da estrutura linguística passa pela compreensão da situação comunicativa à luz das intenções dos interlocutores: "an understanding of linguistic structure and behavior requires a prior understanding of the intentions of the speaker". (p.xv)

(9) Esse seria um contra-argumento para que tratássemos de intenções. Alerta a Profa. Mariângela Rios de Oliveira (UFF), em contato pessoal, para a rotinização que demandaria uma forma ritualizada em gêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROSO, P. H. O. **Vias de abstratização do verbo BUSCAR no português brasileiro culto**: interface entre gramaticalização e gêneros do discurso. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, 2008.

BERNARDO, K. V. **Estruturas serializadas no português do Brasil**: a gramaticalização de VIR e VIRAR e sua identificação como verbo serial. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, 2008.

BRINTON, L. J.; TRAUGOTT, E. C. **Lexicalization and language change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BROCARD, M. T.; CORREIA, C. N.; CAETANO, M. C.; PEREIRA, S. C.; COSTA, M. L. PROGRAMMA – Processos de gramaticalização em português europeu. **Estudos Linguísticos**, Lisboa: CLUNL, p. 19-31, 2008.

BYBEE, J. **Mechanisms of change in grammaticalization**: the role of frequency. Disponível em: <http://www.unm.edu/~jbybee/mechofchng.htm>, 2006. Acesso em: 20/06/2006

CASTILHO, A. T. Proposta funcionalista de mudança linguística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na constituição das línguas. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z. (Org.). **Para a história do Português Brasileiro**: novos dados, novas análises Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, v. 6 (1), 2006. p. 223-296.

CUNHA, M. A. F.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. **Pressupostos teóricos fundamentais**. In: CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Org.) **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FAPERJ /DP&A, 2003.

_____.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Org.) **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FAPERJ /DP&A, 2003.

DIK, S. **The theory of functional grammar. Part 2: complex and derived constructions**. Editado por Kees Hengeveld. Berlim/Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 1997.

DEFENDI, C. L. **A reduplicação no português culto falado em São Paulo: possível gramaticalização?** Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, 2008.

FONTAINE, J. **O círculo linguístico de Praga**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

HAIMAN, J. Ritualization and the development of language. In: Wm. Pagliuca (ed.), **Perspectives on grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1994. 3-28.

HASPELMATH, M. **Understanding Morphology**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

HEINE, B. ; CLAUDI, U. ; HUNNEMEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework.** Chicago: University Press, 1991.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns.** Pennsylvania: University Press, 1972.

LIMA-HERNANDES, M. C. P. **A interface Sociolinguística/Gramaticalização:** estratificação de usos de tipo, feito, igual e como – sincronia e diacronia. Tese de doutoramento. Campinas: Unicamp, 2005.

MARTELOTTA, M. E.; RODRIGUES, L. Gramaticalização de *então*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. (Org.) **Gramaticalização no português do Brasil:** uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996. p. 221-236.

SPAZIANI, L. **A gramaticalização do item fora no português do Brasil:** a unidirecionalidade do processo. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – São Paulo: Programa de Filologia e Língua Portuguesa/Universidade de São Paulo, 2008.

ASPECTOS DA VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA EM PORTUGUÊS NO DOMÍNIO DA ASTRONOMIA ⁽¹⁾

Ana Maria Ribeiro de JESUS
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
anaself@usp.br

RESUMO: É tendência dos domínios de especialidade, assim como algumas correntes da Terminologia, considerar que a homogeneidade terminológica seja fundamental para se evitar ruídos de comunicação entre especialistas e para facilitar a busca de informações bibliográficas. Por outro lado, a variação é um fenômeno natural que traz enriquecimento para as linguagens de especialidade, se analisado do ponto de vista dos lingüistas, e o conhecimento dos termos populares é condição básica para a comunicação especialista – leigo. Partindo desses pressupostos, julgamos de extrema importância a variação terminológica estar presente em nosso projeto de Doutorado, intitulado “Vocabulário trilingüe de Astronomia: tratamento da neologia e variação”, atingindo, assim, não somente astrônomos e estudantes de Astronomia, mas também o público leigo em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia; Socioterminologia; Variação terminológica; Astronomia.

INTRODUÇÃO

Assim como as unidades lexicais da língua geral, os termos das áreas de especialidade estão sujeitos à variação, quer no tempo, quer no espaço, quer na sociedade, uma vez que as línguas de especialidade são um subconjunto da língua geral. A Ciência produz termos que denominam idéias aprofundadas e complexas ao conhecimento popular. Este, conseqüentemente, está mais aberto à utilização das variantes terminológicas que orbitam tais termos de difícil assimilação. De fato, como afirma Aubert (1996a, p. 11), “a comunidade de usuários das linguagens de especialidade, tanto quanto a comunidade e a língua em geral, não constitui um todo uniforme, mas se subdivide em grupos variados, com necessidades, pressupostos e motivações também variados”. Por isso, é inevitável que “as diferenças de ordem sociocultural, aliadas àquelas vinculadas ao ponto de vista e à motivação, venham a gerar usos lingüísticos distintos, introduzindo, desse modo, a variação terminológica” (idem).

É tendência dos domínios de especialidade, assim como algumas correntes da Terminologia, considerar que a homogeneidade terminológica seja fundamental para se evitar ruídos de comunicação entre especialistas e para facilitar a busca de informações bibliográficas. Por outro lado, a variação é um fenômeno natural que traz enriquecimento para as linguagens de especialidade, se analisado do ponto de vista dos lingüistas, e o conhecimento dos termos populares é condição básica para a comunicação especialista – leigo. Partindo desses pressupostos, julgamos de extrema importância a variação terminológica estar presente em nosso projeto de Doutorado, no qual analisamos a terminologia da Astronomia. Para dirimir as dúvidas relativas aos termos da área, contamos com o auxílio do Prof. Dr. Jacques Lépine, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas – IAG/ USP.

Trabalhar com tipos diferentes de *corpora* favorece o aparecimento de casos em que mais de um termo designa o mesmo objeto ou fenômeno. No caso de nossa pesquisa, contamos com um *corpus* especializado (obras científicas de Astronomia) e um *corpus* de divulgação (revistas destinadas ao público amador). Este último, em especial, favorece a observação de alguns processos de formação de unidades neológicas e, mesmo estas, também já surgem, muitas vezes, ao lado de variantes. Alpízar-Castillo (2002) explica que não é raro que tais termos tenham existência anterior aos científicos. O fenômeno da variação geralmente se dá no nível pragmático / discursivo, e não conceptual, ou seja, a diferença entre dois termos variantes entre si não é o conceito que eles designam, mas a situação de uso desses termos.

Desse modo, notamos que, como enfatiza Cabré (1996), a observação do uso real que os especialistas dos domínios técnicos e científicos fazem dos termos “revela que um conceito pode ser expresso (e de fato quase sempre o é) por várias denominações, que variam em função dos parâmetros dialetais, comunicativos e estilísticos que, em menor grau que na comunicação geral, rege também a comunicação especializada”.

Os termos variam de acordo com os níveis de língua e são influenciados pelas situações de comunicação. Assim é o *Princípio da Variação* estabelecido por Cabré (1999):

Este princípio é universal para as unidades terminológicas, apesar de admitir diferentes graus segundo as condições da situação comunicativa. O grau máximo de variação da terminologia seria composto pelos termos das áreas mais banalizadas do saber e os que seriam utilizados no discurso de registro comunicativo de divulgação da ciência e da técnica; o grau mínimo da variação seria próprio da terminologia normalizada por comissões de especialistas; o grau intermediário, a terminologia usada na comunicação natural entre especialistas. (CABRÉ, 1999, p. 85).

Podemos representar as colocações de Cabré em um gráfico imaginário, como a seguir:

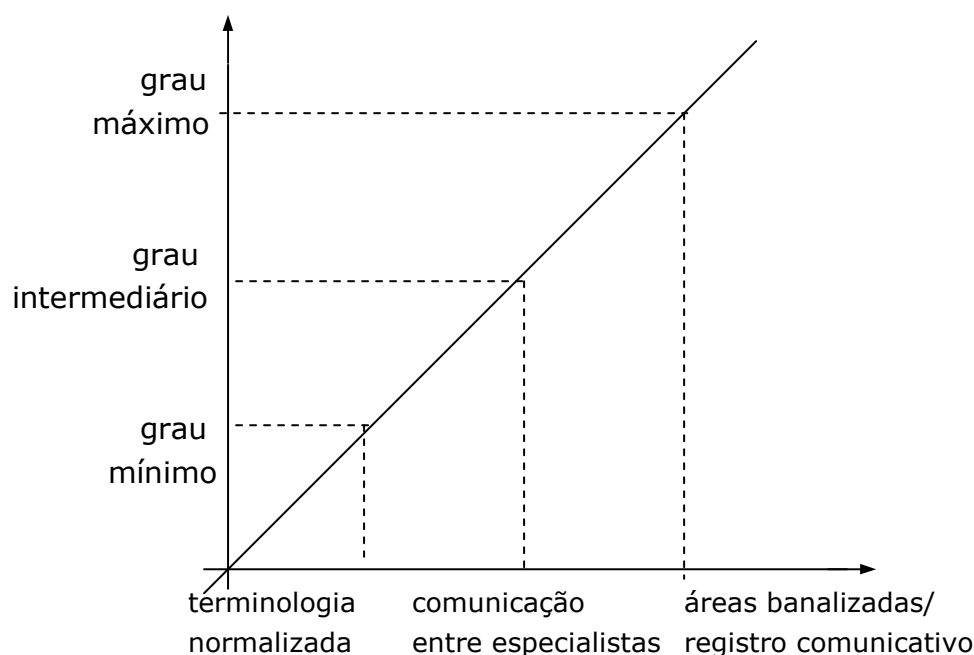


Figura 1: Demonstração gráfica do *Princípio da Variação*

Na figura acima, o eixo vertical representa os graus de variação e o eixo horizontal é referente às unidades terminológicas nas diferentes condições de situação comunicativa.

A inclusão das variantes lexicais em um dicionário especializado é importante para todos os usuários, sejam esses especialistas, leigos, tradutores ou outros, pois, assim, encontram mais opções de entradas e podem escolher o termo mais adequado à sua necessidade. Com o avanço da pesquisa terminológica, cada vez mais ampliada no quadro da Terminologia moderna, as concepções mais puristas estão sendo, dessa forma, superadas.

No momento em que a variação terminológica se fez presente nos textos especializados, a rigidez com que a clássica Teoria Geral da Terminologia (TGT) tratava tais textos passou a ser questionada. Krieger (2001) estabelece uma relação entre os estudos da variação emergentes e a univocidade lingüística que era proposta pela Terminologia tradicional:

As aplicações e os estudos da terminologia têm efetivamente demonstrado a impropriedade do princípio da homogeneidade lingüística que desconsidera, entre outros aspectos, a variação terminológica e o próprio funcionamento sinonímico de alguns termos em diferentes comunicações especializadas. Ao mesmo tempo, vale observar que a crença na invariância denominativa e conceitual fundamenta-se no princípio da universalidade da ciência, sendo também reveladora de uma concepção positivista sobre a produção do conhecimento. Além disso, os vocabulários especializados dessas novas áreas científicas e tecnológicas valem-se, em larga medida, do chamado léxico comum da língua, diferenciando-se das ciências fundadoras que instituíram

seus termos com grande número de formantes greco-latinos. (KRIEGER, 2001).

O não-reconhecimento da variação terminológica como um fenômeno lingüístico natural e a proposta de estabelecimento do princípio da univocidade do signo terminológico eram determinados pela perspectiva de normalização adotada pela TGT. Boulanger (1995) afirma que, com a idéia de univocidade, buscava-se retirar do termo seu direito à variação, com relação aos aspectos semânticos e formais, além de não se reconhecer a polissemia como natural e nem a sinonímia como pertinente:

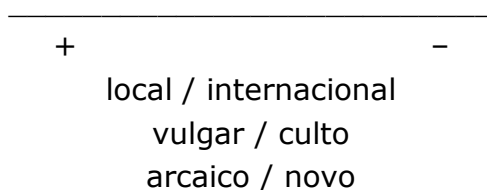
Esse reducionismo lexical era buscado: é evidente que o esforço pela "univocidade" tinha como objetivo acabar com a multiplicidade das situações e das variações de comunicação a uma situação singularizada e simplificada ao máximo. (Boulanger, 1995, p. 196).

Rousseau (1996) concebe a variação terminológica como um fenômeno natural que o terminólogo deve levar em conta. Entretanto, acredita que haja ainda muito trabalho aos pesquisadores dos diversos tipos de discursos especializados, das diferentes circunstâncias de comunicação, assunto ainda insuficientemente explorado na opinião do autor (ROUSSEAU, 1996, p. 25).

Embora o léxico permita uma manifestação visível da variação, Cabré (1996) lembra que nem todos os tipos de variação existentes na língua atingem o léxico. No que concerne a esse nível de análise lingüística, para a autora as variantes mais usuais produzidas em cada um dos "parâmetros de variação" (dialetais, comunicativos e estilísticos) são:

1. do ponto de vista dos dialetos geográficos encontramos no léxico variantes como: localismos, comarcalismos, regionalismos, internacionalismos etc.
2. do ponto de vista dos dialetos sociais: cultismos, popularismos, vulgarismos, léxico infantil, gíria etc.
3. do ponto de vista dos dialetos temporais: arcaísmos, neologismos etc. (CABRÉ, 1996).

Nos três casos, as variantes podem ser descritas, segundo Cabré, em um eixo de gradação situado entre os pólos + e - :



Rey (1979) propõe uma hierarquização das terminologias que vai do mais abstrato ao mais concreto e que, segundo Auger (2001, p. 187),

“permite medir a ‘tolerância’ à variação”. Rey propõe a seguinte classificação hierárquica:

Tipologia	Característica	Exemplo
a. Nomenclaturas científicas	oriundas de classificações sistêmicas; admitem uma sinonímia bem controlada.	/ para litro, <i>Ag</i> para prata
b. Terminologias científicas	oriundas da teorização de conceitos e sua organização nas ciências; admitem uma sinonímia relativa que se exprime por uma variação inter-teórica.	Terminologia da Engenharia
c. Terminologias técnicas	oriundas da elaboração de novas tecnologias; admitem sinônimos totais, mas são o alvo predileto dos normalizadores.	Terminologia hidráulica (encanamento)
d. Terminologias de jargões profissionais	oriundas de grupos socioprofissionais e limitadas a esses grupos (próximas aos idioletos); são, por natureza, permeáveis à variação.	<i>neo</i> (neoplasia, tumor maligno em Medicina)
e. Terminologias publicitárias	oriundas da democratização da tecnologia e dos imperativos do consumo; admitem uma multiplicidade de designações.	<i>a boa, a nova</i> (cervejas)

A terminologia estudada no presente trabalho (Astronomia) enquadra-se no item b da proposta de Rey. Como demonstra o autor, as terminologias científicas constituem o segundo nível “menos atingido” pelo fenômeno da variação. Esta, entretanto, não deixa de ocorrer.

Entendemos ser importante estabelecer uma distinção entre variante e sinônimo. Rousseau (1996) aborda o tema, esclarecendo que as variações terminológicas

vão bem além do fenômeno mais conhecido da sinonímia. Com efeito, se, como é admitido geralmente em Terminologia, os sinônimos são termos intercambiáveis em um mesmo domínio e nas mesmas circunstâncias de comunicação, não se pode aplicar ao fenômeno da variação a mesma grade de análise que no caso da sinonímia. Resta encontrar uma metodologia da variação terminológica, tanto para sua descrição quanto para seu tratamento em contexto de organização. (ROUSSEAU, 1996, p. 26).

Notamos, nas palavras de Rousseau que, mesmo havendo distância entre sinonímia e variação, é incipiente a metodologia de estudos

variacionistas em Terminologia para que essa distinção possa tornar-se mais categórica.

Faulstich (1997) distingue sinônimo de variante, estabelecendo entre os dois fenômenos uma relação de *concorrência* e *coocorrência*. Para essa autora, na descrição de terminologias, duas formas que denominam a mesma referência e que, por conseguinte, possuem a mesma definição, tendem a ser, muitas vezes, classificadas como sinônimos.

No entanto, um *sinônimo terminológico* é uma entidade de *coocorrência* contextual, enquanto que uma *variante terminológica* é, a nosso ver, uma forma *concorrente*, lingüística ou exclusiva de registro, que corresponde a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente num contexto determinado (FAULSTICH, 1997, p. 144).

Entendemos que, para a autora, quando em relação de sinonímia, os termos tendem a ser intercambiáveis no mesmo contexto; as variantes, por sua vez, tendem a concorrer entre si, sendo utilizadas de acordo com a preferência ou outros critérios, em contextos diferentes. Julgamos, entretanto, que não é conveniente estabelecer esta correlação sinônimo-coconcorrente e variante-concorrente de forma precisa. A nosso ver, a sinonímia é o fenômeno no qual há vários termos para um mesmo conceito (em oposição à polissemia) e, a partir daí, a variação ocorre de acordo com o nível de língua.

Para Auger (2001, p. 204), a variação no nível do significante provoca a sinonímia, enquanto que no nível do significado a variação provoca a polissemia.

VARIANTES EM PORTUGUÊS NO DOMÍNIO DA ASTRONOMIA

As variantes lingüísticas são determinadas por um fenômeno propriamente lingüístico, ou seja, as variantes são motivadas por questões internas à língua. Subdividimos esse grupo nas seguintes categorias: variantes morfológicas, variantes ortográficas, variantes lexicais e variantes sintáticas. As variantes extralingüísticas são as que ocorrem no âmbito do uso dos termos, caracterizadas por serem culturalmente marcadas, de acordo com o nível de língua e de discurso em que o termo ocorre. Fazem parte desse grupo as variantes populares, empréstimos e cultismos. Nos próximos itens demonstraremos como esse grupo de termos se apresenta no domínio da Astronomia.

a. Variantes morfológicas

São aquelas que apresentam, na estrutura dos termos, alteração de ordem morfológica, sem que o conceito se modifique. Em Astronomia, são comuns os sufixos *-eiro*, *-mento*, *-ico*, e radicais como *extra-*, *exo-*, *geo-*, dentre outros. A alternância entre eles em um par de termos provoca a

variação morfológica. A lista abaixo apresenta alguns exemplos encontrados em nossa pesquisa:

Termo	Variante
cratera	crateramento
envelope convectivo	convecção
espículo	espícula
meteorito condrito	meteorito condrítico
modelo cosmológico	modelo cosmogônico
planeta extra-solar	exoplaneta
satélite pastor	satélite pastoreiro
tempestade magnética	tempestade geomagnética

b. Variantes ortográficas

Essa é a classe de variantes que apresentam alguma diferença na grafia. Classificamos nesse tipo de variantes também as siglas, muito comuns na designação de tipos de galáxias e de outros objetos celestes constituídos de sintagmas compostos. Vejamos os exemplos abaixo:

Termo	Variante(s)
cometa periódico	P/
diagrama Hertzsprung-Russel	diagrama H-R
estrela T Tauri	estrela T-Tauri
galáxia elíptica	E, En
galáxia espiral	S
galáxia gigante	cD
<i>Low Ionization Nuclear Emission Region</i>	LINER
Núcleo Ativo de Galáxia	NAG
planeta extra-solar	planeta extrassolar, planeta extrasolar, planeta extra-solar
protoestrela	proto-estrela
<i>quasi-stellar radio source</i>	quasar
quinta essência	quintessência
Radioastronomia	rádio-astronomia
radiogaláxia	rádio-galáxia
Região de Linhas Estreitas	RLE
Região de Linhas Largas	RLL

superaglomerado de galáxias	de	super aglomerado de galáxias
supergranulação		super-granulação
supernova tipo I		SN tipo I

c. Variantes sintáticas

Dois termos complexos são variantes sintáticas quando sua construção sintagmática é alterada. De acordo com Boutin-Quesnel (1985, p. 12) são as variantes caracterizadas por um conectivo diferente, como ocorre, por exemplo, com o par de termos *galáxia barrada*, *galáxia com barra*. Para que um termo seja classificado nesse tipo de variação, deve, necessariamente, ser complexo ou composto por justaposição com hífen, ou seja, não pode ser um termo simples, deve ter mais de um elemento. No caso de *galáxia barrada*, o segundo elemento (*barrada*) funciona como adjetivo; em *galáxia com barra*, temos em *com barra* um adjunto adnominal. Esse tipo de fenômeno ocorreu em outras variantes do domínio da Astronomia. Alguns exemplos são:

Termo	Variante
aglomerado estelar	aglomerado de estrelas
atmosfera planetária	atmosfera dos planetas
campo de radiação estelar	campo de radiação associado às estrelas
galáxia barrada	galáxia com barra
mancha solar	mancha do Sol
morte estelar	morte das estrelas
rotação galáctica	rotação da galáxia

d. Variantes lexicais

A estrutura do termo que sofre esse tipo de variação, da mesma forma que a anteriormente descrita, deve ser complexa. Nessas variantes, um dos elementos é substituído por outro, é omitido (elipse lexical) ou, ainda, muda de posição, sem que o conceito do termo se altere. Os dois primeiros tipos – substituição e elipse – são os que mais se manifestaram nos termos em português do domínio com o qual trabalhamos. Seguem alguns exemplos:

- Substituição de um ou mais elementos:

Termo	Variante(s)
aglomerado de galáxias	grupo de galáxias
aglomerado estelar	cúmulo estelar
asteróide	objeto transnetuniano

transnetuniano	
bojo central	bojo galático
camada radiativa	zona radiativa
cauda do Tipo II	cauda de poeira
cometa novo	cometa de longo período
disco galático	disco estelar
Era das Partículas Leves	Era dos Léptons
Era das Partículas Pesadas	Era dos Hádrons
estrela binária	estrela dupla
estrela binária aparente	estrela dupla aparente
estrutura interna do Sol	interior do Sol
galáxia espiral não-barrada	galáxia normal
Grande Muralha	Grande Parede
granulação solar	granulação fotosférica
matéria escura	matéria faltante
matéria observada	matéria luminosa , matéria visível
meteorito ferroso	meteorito metálico
objeto compacto	estrela compacta
planeta joviano	planeta gigante
raio de buraco negro	raio de Schwartzchild
superaglomerado local	supercúmulo local
Universo aristotélico	cosmologia aristotélica

- Elipse lexical:

Termo	Variante(s)
aurora polar	aurora
buraco negro estelar	buraco negro
Cinturão Principal de Asteróides	cinturão de asteróides
corpo menor do sistema solar	corpo menor
estrela binária espectroscópica	binária espectroscópica
estrela companheira visível	companheira
flare solar	flare
galáxia de Seyfert	Seyfert
grãos de poeira zodiacal	poeira zodiacal

grupo local de galáxias	grupo local
limbo solar	limbo
meteorito condrito carbonáceo	condrito carbonáceo
meteorito condrito ordinário	condrito ordinário
meteorito rochoso condrito	meteorito condrito
meteoro de chuva	chuva
Nebulosa Solar Primitiva	nebulosa solar
objeto BL Lacertae	BL Lacertae, BL Lac
objeto estelar compacto	objeto compacto
proeminência solar	proeminência
raio cósmico solar	raio cósmico

- Mudança de posição de um ou mais termos:

Termo	Variante
meteorito rochoso- ferroso	meteorito ferroso -rochoso
turn-off point	ponto de turn-off

e. Empréstimos

Faulstich (2002, p.70) demonstra que o processo da variação produz variantes que, por sua vez, podem ser de tipo concorrente, coocorrente ou de competição. Os empréstimos estabelecem uma relação entre si que se enquadra, de acordo com a autora, nas características das variantes competitivas, o que os diferencia do processo característico das variantes lingüísticas e de registro. Alguns exemplos de empréstimos no domínio a Astronomia são:

Termo	Variante
asteróides próximos à Terra	<i>near Earth asteroids</i>
buraco de minhoca	<i>wormhole</i>
erupção estelar	<i>star flare</i>
Grande Explosão	<i>Big Bang</i>
Grande Muralha	<i>Great Wall</i>
matéria faltante	<i>missing mass</i>

f. Variantes socioletais

Essa classe de variantes é determinada necessariamente pelo nível de língua, na qual se denota o uso real dos termos. Auger (2001) atribui essa classificação às diferenças de registros das variantes. Incluem-se, então, os termos populares, familiares, vulgares etc. no nível informal, e os cultos (“cultismos”) no nível formal. Classificamos esses últimos, em Astronomia, como os termos em latim.

Termo	Variante
espectro	<i>spectrum</i>
fácula	<i>faculae</i>
Marte	Planeta Vermelho
meteoro	estrela cadente (<i>pop.</i>)
ponte de Einstein-Rosen	buraco de minhoca, redemoinho

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O fenômeno mais evidente nas variantes lexicais em que os termos são substituídos (item *a*) é a ênfase de uma ou outra característica do corpo celeste, como acontece com o par *planeta joviano* / *planeta gigante*: o primeiro termo enfatiza o “tempo de vida” do planeta e o segundo, o seu tamanho. Termos com epônimos tendem a ser opacos: o termo *raio de Schwartzchild* não diz nada sobre o que seu par *raio de buraco negro* evidencia – o raio é de um buraco negro. Esse fato remete à tendência de se evitar termos com nomes próprios na indicação de algumas normas terminológicas. Nas variantes em que os termos são omitidos (elipse lexical), por sua vez, um dos termos perde uma parte da carga conceptual, como em *meteorito rochoso condrito* / *meteorito condrito*: nesta última designação, omite-se a especificação de que o meteorito é rochoso.

Em vários casos, um termo e sua variante podem ser classificados em mais de uma categoria. O termo *plasma coronal*, por exemplo, tem como variante *nuvem de plasma solar*. Nesse caso, se manifesta a variação lexical por elipse: *plasma* / **nuvem de** *plasma*; e por substituição: *plasma coronal* / [nuvem de] *plasma solar*. Da mesma forma, ocorre frequentemente que um termo tenha mais de uma variante, e cada uma das três ou mais designações relacionem-se de modo distinto quanto à classificação, como nos termos abaixo:

Termo	Variante
cauda do Tipo I	cauda de gás ionizado, cauda de gás, cauda ionizada
galáxia espiral barrada	galáxia com barra, galáxia barrada, SB
Modelo Inflacionário	Universo Inflacionário, inflação
modelo-padrão	Universos de Friedmann, modelo-padrão de Universo, modelo cosmológico padrão
Sistema Solar	sistema planetário do Sol, sistema planetário

Por último, listamos alguns termos em que ocorre total modificação de estrutura de um para o outro, enfatizando mais ainda, como no caso da substituição e da elipse, em cada componente, uma ou outra característica do termo:

Termo	Variante
bojo central	componente esferoidal
buraco negro	estrela congelada
ejeção coronal de massa	tempestade solar
nuvem molecular gigante	cinturão de restos gelados
objeto BL Lacertae	blazar
supernova do tipo II	colapso gravitacional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos terminológicos atuais, sobretudo após o advento da Socioterminologia, a variação lingüística é reconhecida como um fenômeno natural, inclusive nos domínios de especialidade; a variação é passível de ser descrita, categorizada e analisada cientificamente. Assim como a língua geral, as línguas de especialidades não são estáticas, mas estão vivas e em constante evolução, abertas ao surgimento de neologismos.

O discurso técnico e científico parece ser, por definição, invariável ou mesmo estilístico. Os estudos socioterminológicos, entretanto, demonstram que, para qualquer área, há necessidade de adaptação às circunstâncias comunicativas, nas quais a variação é efetiva.

Esses princípios teóricos nortearam este trabalho e verificamos que as observações acima são válidas também para a terminologia da Astronomia, na qual ocorrem variações lexicais de tipo lingüístico e

sociolingüístico em suas diferentes formas, que se enquadram em uma ou mais de uma categoria.

NOTAS

(1) Este trabalho conta com o apoio da FAPESP (processo nº. 2006/04256-6).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGER, P. Essai d'élaboration d'un modèle terminologique/terminographique variationniste. **TradTerm**, 7, p. 183-224, 2001.

BOULANGER, J. C. Présentation: images et parcours de la socioterminologie. **Méta**, 40, n. 2, p. 194-205, 1995.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.

GAUDIN, F. **Pour une socioterminologie**: des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles. Rouen: Université de Rouen, 1993a.

KRIEGER, M. G. Terminologia técnico-científica: seu papel no Mercosul. **Boletim da Abralín**, 24, fev. 2001. Disponível em: http://www.lettras.ufrj.br/abralin/boletim/boletim24_tema02.html

REY, A. **La Terminologie**: noms et notions. Paris: PUF, 1979.

ROUSSEAU, L.-J. Terminologie et aménagement linguistique. In: **Jornada panllatina de terminologia**: perspectives i camps d'aplicació. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1996.

ESTUDO DA SIGNIFICAÇÃO DO SUFIXO *-AGEM* EM VOCÁBULOS DO SÉCULO XX

Anielle Aparecida Gomes GONÇALVES
Universidade de São Paulo (Mestranda)
anielle@usp.br

RESUMO: O presente trabalho, fundamentando-se na proposta de Rio-Torto (1998), tem por objetivo analisar o conteúdo semântico de palavras formadas, segundo o Dicionário *Houaiss*, no século XX, compostas pelo sufixo *-agem*. O *corpus* utilizado nesta pesquisa, por sua vez, constitui-se numa relação de palavras do português atual formadas pelos sufixos referidos, palavras já catalogadas pelo grupo de pesquisa "Morfologia Histórica do Português", atuante na Universidade de São Paulo. Assim, a partir da listagem de palavras e triagem do material coletado pelo critério diacrônico com o objetivo de separar as palavras que são suscetíveis de análise, são feitas paráfrases das palavras a partir de sua origem, com o intuito de conhecer as acepções que os sufixos possuíam, obtendo-se, assim, a categoria semântica do sufixo sob uma perspectiva diacrônica. Nas análises feitas, pode-se perceber que o sufixo *-agem* dá origem, majoritariamente, a "nomina actionis" deverbais, parafraseáveis por "o fato de X" (sendo X a base da palavra) e, mais precisamente, "ação, processo, estado decorrente de X", em que há grande número de elementos envolvidos. A partir da significação da origem da palavra, pode-se comparar com a significação que se tem hoje, podendo-se conhecer, deste modo, se há ou não semelhança e/ ou convergência em relação ao seu significado.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Sufixo; Semântica; Paráfrase; Diacronia.

AS CLASSES SEMÂNTICO-CATEGORIAIS

A partir dos estudos feitos sobre sufixação, sabe-se que não há significado somente na raiz de uma palavra, mas seus afixos também possuem um ou mais significados.

Existem autores que não concordam com este ponto de vista, isto é, com a noção de morfema como unidade mínima de significação. Aronoff (1976, p. 8), por exemplo, põe em discussão esta tradicional concepção de morfema, segundo a qual o morfema seria entendido como um signo

mínimo, portanto comutável, diversamente combinável e portador de significação discreta. Para o autor, nem todo o morfema tem o estatuto de signo, mas é a palavra que funciona como signo mínimo, já que alguns dos seus constituintes são de difícil caracterização semântica.

Rio-Torto (1998, p. 18) expõe contra-argumentos sobre esta posição, pois, como não há necessariamente coincidência entre o estatuto atual e o estatuto passado de um constituinte, o valor presente do mesmo pode ser iluminado pela sua gênese e pelo seu transcurso diacrônico. O conhecimento das fronteiras dos constituintes morfológicos que integram as unidades lexicais assenta essencialmente, ainda que de uma forma velada ou implícita, na reunião de dois fatores: o instrumentário de segmentação e de classificação das unidades mínimas de significação baseado na teoria estruturalista; e o conhecimento da história de cada um dos constituintes que integram as unidades lexicais.

Assim, segundo Rio-Torto (1998, p. 19), a análise e a morfologia das palavras não podem ignorar a origem e a história destas. Numa análise exclusivamente sincrônica, é claro que muitas vezes estes elementos não possuem significação aparente, já que muitas palavras não construídas no português, por exemplo, possuem um estatuto atual diferente da língua de origem, adquirido durante a evolução. Desta forma, a autora conclui que é possível assegurar a concepção tradicional de morfema como signo mínimo.

Como o nosso objetivo é tecer uma genealogia dos sufixos estudados, isto é, como determinado sufixo entrou na língua e qual era sua aceção ao ser formado na língua de origem, fazemos a paráfrase do sufixo a partir do primeiro significado adquirido pela palavra derivada. A indicação das classes semânticas a que pertence o sufixo é feita, portanto, em forma de paráfrases. Cada paráfrase, por sua vez, pertence a uma determinada classe semântico-categorial, indicada por um código tríltere, inspirado no trabalho de Rio-Torto (1998, p. 83-132).

É importante salientar que o nosso objeto de análise é o *significado do sufixo*, que é distinto do *significado da palavra*. Após extraída a paráfrase de cada vocábulo do nosso *corpus*, deduzimos que o sufixo *-agem* forma palavras que podem ser classificadas em classes relacionais, classes de ação e valores avaliativos, que explicaremos a seguir, evidenciando as paráfrases pertinentes ao nosso objeto de estudo.

Antes, no entanto, de avançar à análise semântico-categorial dos vocábulos, é de interesse explicitar que os sufixos tratados formam exclusivamente substantivos, com exceção somente do adjetivo *selvagem*. É preciso considerar que no processo de derivação sufixal pode ou não haver alteração da classe gramatical. Rio-Torto (1998, p. 88) chama de *sufixação isocategorial* as operações nas quais a base e o seu produto possui a mesma categoria gramatical; denomina, por sua vez, *sufixação heterocategorial* as derivações em que o produto pertence a uma categoria diferente da base. De acordo com o propósito do nosso estudo, apontar a transformação categorial proporcionada pelo sufixo significa considerar o momento de formação da palavra, seja no latim, numa outra língua estrangeira, ou no próprio português.

Entenda-se por X a base lexical, verbal ou nominal; X^v, base estritamente verbal; V, como verbo subentendido não explícito na base; e,

C, como complemento sintático preposicionado da palavra formada, tem-se as seguintes classes explicitadas a seguir: *Classe Relacional*, *Classe de Ação* e *Classe de Valores Avaliativos*.

Na regra de formação de palavras (RFP), há um grupo de sufixos que constroem substantivos e adjetivos denominais relacionais (REL), genericamente parafraseáveis por "relativo a X", "em relação com X". Esta significação genérica admite diversas variantes, determinadas pela semântica da base e do afixo. São exemplos dessas variantes: a de posse (PSS); a de procedência ou gentílico (GEN); a de similitude ou de semelhança (SEM); a de tipicidade (TIP); a de filiação (FIL). É importante lembrar que a base das palavras desta classe são nomes.

Algumas importantes palavras em língua portuguesa formadas com os sufixos estudados pertencem à classe REL que produzem *nomina quantitatis* (QNT), parafraseáveis por "conjunto de X", onde X expressa a base da qual se formou a palavra derivada. A palavra *ramagem* é um exemplo de REL. QNT, já que sua primeira acepção na língua francesa e na língua portuguesa é "conjunto de X", em que X representa a base *ramo*, possuindo, assim, a ideia de "conjunto de ramos".

À classe relacional também pertence a subclasse *tipicidade* (TIP), que é parafraseável por: "que é típico de X", "que é próprio de X", "que é característico de X", "que pertence a X", "situação em que há X", "situação em que se V X", "que está na posição (de) X". Nesta subclasse está o vernáculo *camaradagem*, em que o sufixo representa a paráfrase, "que é típico de X", ou seja, "que é típico do camarada".

A subclasse *nomina essendi* (ESS) constitui-se de substantivos abstratos, em que os sufixos representam as paráfrases "que é X" e "propriedade de ser X". Podemos citar como exemplo pertencente a esta classe a palavra *salsugem*, que tem origem no latim *salsūgo*, *īnis* "sabor salgado", cuja paráfrase pode ser "propriedade de ser X", ou seja, "propriedade de ser salgado".

Outra subclasse que os sufixos estudados abrangem é a de *atividade* (ATV). Nesta subclasse, as paráfrases são: "atividade associada a X", "ideologia associada a X", "filosofia associada a X", "sistema associado a X". *Reportagem*, de origem francesa, é parafraseável por "atividade associada ao repórter", e o recente *politicagem* por "sistema associado a política".

Há uma subclasse na classe relacional em que são pouquíssimas as palavras formadas pelos sufixos estudados que cabem nesta categoria semântica. Trata-se da subclasse de *quantidade locativa* (QNL), parafraseável por "quantidade contida em X". Aqui encontramos *tonelagem*, palavra formada no português, cuja paráfrase é "quantidade contida em tonel".

Os nomes pertencentes à *classe de ação* são formados a partir de verbos, possuindo, assim, uma base cuja semântica expressa uma ação. Os sufixos estudados neste trabalho abrangem subclasses como *local da ação* (LCA), *movimento* (MOV), *transitivo* (TRS) e *resultado* (RES), que serão explicadas em seguida.

O LCA abrange os substantivos locativos que resguardam os valores verbais, isto é, a ação verbal está expressa na base e o sufixo se presta a

designar o local. A paráfrase concernente a esta subclasse é "local onde se X^v". *Pastagem*, de *pastar* + *-agem* (1780), segundo o *Houaiss*, tem como base um verbo, cuja paráfrase é "local onde se pasta".

Rio-Torto (1998, p. 119) define *nomina actionis* como nomes deverbiais parafraseáveis por "o fato de V" ou "ação/ processo e/ ou resultado da ação/ processo de V". Para ela, *actionis* recobre a manifestação ou a ocorrência de V (V = verbo subentendido não explícito na base), qualquer que seja a natureza semântica de V. Assim, de acordo com esta definição, para nós, todas as subclasses presentes na classe de ação são *nomina actionis*, já que todas possuem uma base verbal. A partir destas paráfrases dadas por Rio-Torto para definir esta classe de *nomina actionis*, formaram-se três subclasses: a de *movimento* (MOV), *transitivo* (TRS) e *resultado* (RES)¹.

Os sufixos que estão na subclasse *movimento* (MOV) expressam apenas o deslocamento de um ser ou se referem ao próprio deslocamento, parafraseáveis por "o fato de X^v", "ação de X^v", "processo de X^v". Aqui não há a presença explícita de um agente ou paciente fazendo a ação, concentrando-se, assim, somente na ação.

A subclasse de *transitivo* (TRS), por sua vez, é para ações em que há necessariamente um agente e um paciente para serem executadas. Em ações que envolvem golpes, como *facada*, *pedrada* e *ovada*, o agente e o paciente estão envolvidos de modo explícito na ação. As paráfrases contidas aqui são as mesmas que estão no *movimento*: "o fato de X^v", "ação de X^v", "processo de X^v".

Na última destas subclasses, que é a de *resultado* (RES), há um grande número de elementos envolvidos na ação, em que sua semântica pode envolver a ação em si, o processo pelo qual passa esta ação e o resultado da mesma. Assim, tem-se uma série de fases pela qual passa uma ação desencadeada. As paráfrases presentes neste grupo são: "o fato de X^v", "ação de X^v", "processo de X^v", "estado decorrente de X^v". Pode-se exemplificar estes elos com o vocábulo *lavagem*, pois há neste vocábulo derivado três valores semânticos: a ação de lavar, o processo de lavar e o estado decorrente de lavar. Neste grupo concentra-se grande parte das palavras derivadas compostas pelos sufixos estudados neste trabalho.

Ainda segundo Rio-Torto (1998, p. 128), designa-se por produtos avaliativos os derivados isocategoriais gerados no âmbito da RFP AVAL. A avaliação operada no âmbito desta regra define-se como podendo ser de natureza quantitativa e/ ou qualificativa, e consiste na ponderação do grau de presença, manifestação, intensidade ou de plenitude da(s) propriedade(s) da base.

Esta avaliação implica a ordenação do que está sendo avaliado ao longo duma escala, orientada bipolarmente. Quando a avaliação se orienta num sentido de tornar-se menor, de diminuir ou de reduzir-se, fala-se tradicionalmente em diminuição ou em grau de inferioridade. Já quando a avaliação se orienta num sentido de tornar-se maior (em extensão, volume, quantidade, intensidade, grau etc.), de aumentar, fala-se em aumento, em grau de superioridade ou em grau de superlatividade. Porém, além destes graus que se encontram entre os extremos mínimo e máximo, existem valores intermédios, que representam outros tantos níveis de avaliação.

Os nossos sufixos pouco se encontram nesta classe, mas há a presença de alguns vocábulos derivados significativos. Em AVAL. QNT+, cuja ideia é a de “grande quantidade de X”, temos, por exemplo, *papelagem*, em que a paráfrase seria “grande quantidade de papel”, “que tem muito papel”.

PALAVRAS FORMADAS COM O SUFIXO -AGEM NO SÉCULO XX

Vocábulos presentes no *Houaiss* não analisados, devido à prefixação recente e composição por justaposição (10 palavras):

defasagem

fotomontagem

metalinguagem

microfilmagem

paralinguagem

radiossondagem

recontagem

remixagem

telecinagem

ultrapassagem

Vocábulos analisáveis: palavras sufixadas sem prefixo, com prefixação antiga ou formadas por parassíntese (79 palavras). Entenda-se por X a base lexical, verbal ou nominal; X^v, base estritamente verbal; V, como verbo subentendido não explícito na base; e, C, como complemento sintático posicionado da palavra formada, tem-se:

acoplagem: “ação de X^v”, ACT. TRS

açudagem: “ação e/ ou estado decorrente de X^v”, ACT. RES

adesivagem: “(ação de) V X em”, ACT. RES

adubagem: “ação e/ ou estado decorrente de X^v”, ACT. RES

aeragem: “ação e/ ou processo de X^v”, ACT. RES

ajustagem: “ação e/ ou processo e/ ou estado decorrente de X^v”, ACT. RES

alunissagem: “fato de X^v”, ACT. MOV

amaragem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
amerissagem: "ação de X^v", ACT. TRS
aparelhagem: "ação de X^v", ACT. MOV
aramagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
aterragem: "local em que se V X", REL. LOC
aterrissagem: "(ação de) V X", ACT. RES
atrelagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
barbeiragem: "X ruim", AVAL. XXX
bestagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
betonagem: "ação de X^v", ACT. RES
biselagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
boicotagem: "ação e/ ou processo e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
bostagem: "grande quantidade de X", AVAL. QNT+
brochagem: "ação de X^v", ACT. RES
cabanagem: "ação de X", ACT. RES
calagem: "(ação de) V C com X", ACT. TRS
calibragem: "(ação de) V X", ACT. RES
camelotagem: "atividade associada a X", REL. ATV
camuflagem: "ação de X^v", ACT. RES
canoagem: "(ação de) V X", ACT. MOV
checagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
clonagem: "situação em que se V X", REL. TIP
colportagem: "ação de X^v", ACT. RES
compostagem: "(ação de) V C com X", ACT. RES
concretagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
crocodilagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
cunhagem: "ação e/ ou processo e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
curetagem: "(ação de) V com X", ACT. RES
debreamagem: "fato de X^v", ACT. MOV
decapagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
decolagem: "ação de X^v", ACT. MOV
derrapagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
descofragem: "ação de X^v", ACT. RES
dublagem: "ação de X^v", ACT. RES

embreagem: sufixo não parafraseável
empenagem: "ação de X^v", ACT. RES
enfermagem: "atividade associada a X", REL. ATV
ensilagem: "atividade associada a X", REL. ATV
etiquetagem: "ação de X^v", ACT. RES
fajutagem: "que é próprio de X", REL. TIP
filmagem: "ação de X^v", ACT. RES
filtragem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
fixagem: "ação de X^v", ACT. RES
focagem: não-parafraseável até o momento
frenagem: "ação e/ ou processo de X^v", ACT. RES
fuselagem: "que está na posição de X", REL. TIP
gabaritagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
galinhagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
garimpagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
invernagem: "ação de X^v", ACT. RES
lanternagem: "(ação de) V X", ACT. RES
lastragem: "ação de X^v", ACT. RES
libidinagem: "situação em que há X", REL. TIP
listagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
maquiagem: "ação e/ ou processo e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
milhagem: "(ação de) V em X", ACT. RES
mixagem: "processo e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
monitoragem: "ação e/ ou processo e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
pedalagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
picotagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
pilantragem: "que é próprio de X", REL. TIP
plissagem: "ação de X^v", ACT. RES
plotagem: "ação e/ ou processo e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
politicagem: "que é próprio de X", REL. TIP
postagem: "ação de X^v", ACT. MOV
recauchutagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
sacanagem: "que é próprio de X", REL. TIP

teclagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES

testagem: "ação e/ ou processo X^v", ACT. RES

tietagem: "atividade associada a X", REL. ATV

triagem: "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES

usinagem: "ação de X^v", ACT. RES

De acordo com os dados, tem-se:

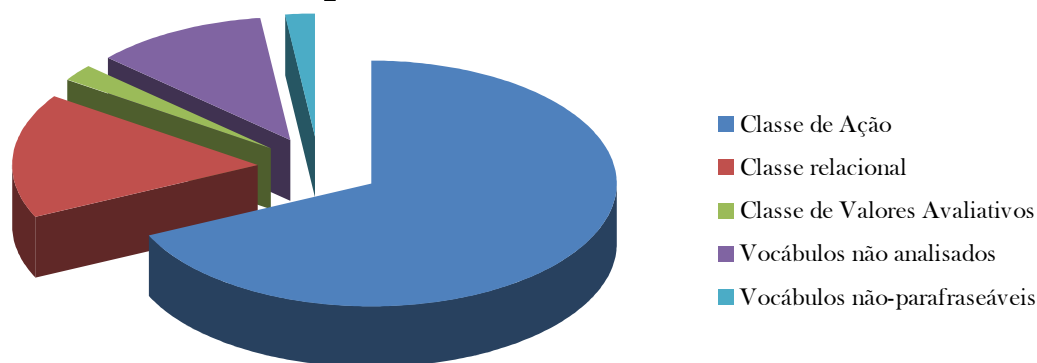
■ 89 palavras (100%) formadas com o sufixo *-agem* presentes no *Houaiss*, das quais:

- 11% são vocábulos não analisados;
- 2% são vocábulos não-parafraseáveis;
- 66% pertencem à **Classe de Ação**:
 - 57 % à *subclasse ACT. RES* (24% "ação e/ ou estado decorrente de X^v"; 16% "ação de X^v"; 6% "ação e/ ou processo e/ ou estado decorrente de X^v"; 5% "(ação de) V X em"; 3% "ação e/ ou processo de X^v"; 2% "(ação de) V C com X"; 1% "processo e/ ou estado decorrente de X^v");
 - 6 % à *subclasse ACT. MOV* (3% "ação de X^v"; 2% "fato de X^v"; 1% "(ação de) V X");
 - 3 % à *subclasse ACT. TRS* (2% "ação de X^v"; 1% "(ação de) V C com X");
- 16% pertencem à **Classe Relacional**:
 - 8 % à *subclasse REL. ATV* (4% "atividade associada a X"; 4% "que é próprio de X");
 - 7 % à *subclasse REL. TIP* (4% "que é próprio de X"; 1% "situação em que há X"; 1% "situação em que se V X"; 1% "que está na posição de X");
 - 1 % à *subclasse REL. LOC* (1% "local em que se V X");
- 2% pertencem à **Classe de Valores Avaliativos**:
 - 1 % à *subclasse AVAL. QNT* (1% "grande quantidade de X");
 - 1 % à *subclasse AVAL. XXX* (1% "X ruim");

A **Classe de Ação** corresponde a 73% das palavras analisadas, enquanto a **Classe Relacional** e a **Classe de Valores Avaliativos** correspondem a 27%. Estes dados mostram que o sufixo *-agem* no século XX forma majoritariamente deverbais, principalmente com a acepção "ação

e/ ou estado decorrente de X^v". Assim, aplica-se quase exclusivamente a verbos de ação, em geral indicadores de operações. Basilio (1984, p. 99) afirma que o fator mais nítido presente no sufixo *-agem* é uma noção de ação, assim como de aspecto em curso, apresentando uma tendência particularizante, em oposição a *-ção* e *-mento*, mais genéricos. Além disso, observa que a concentração de formações em *-agem* corresponde a verbos que se referem basicamente a uma ação efetuada por um agente sobre um objeto específico, modificando sobretudo sua composição, aparência, estrutura ou locação.

Classes semântico-categoriais de palavras compostas com o sufixo *-agem* no século XX presentes no Houaiss



NEOLOGISMOS

Sabemos, no entanto, que não estão presentes no *Houaiss* vários vocábulos criados recentemente, pois o léxico de todas as línguas vivas se renova. Em seu trabalho, Alves (1990) expõe os sufixos mais fecundos na produção de novos itens léxicos e, em relação ao valor semântico, apresenta a função significativa mais usual; neste contexto, o sufixo *-agem* está presente em sua obra. Segundo a autora (1990, p. 32-33), *-agem* dá origem a unidades léxicas de natureza substantival, provenientes de bases que se distribuem nessa mesma classe:

- (1) "Em Goiás, capital nacional da 'pistolagem', a encomenda da morte de um sindicalista, um político, um religioso, [...] é feita a um intermediário, único elemento de contato entre a parte mandante e a que aciona o gatilho" (*O Globo* - RJ, 24-12-88: 7, c. 1);

- (2) "Utilizando processos digitais de telecinagem, os produtores de 'E. T., O Extraterrestre' conseguiram um nível de qualidade altíssimo na transposição do filme para vídeo" (*O Estado de São Paulo* - SP, 09-11-88, caderno 2: 4, c. 1).

Nesses exemplos, verifica-se que o sufixo *-agem* denota um "modo de ação" relativo às bases substantivais *pistola* e *telecine*. A palavra *telecinagem*, cujo elemento prefixal atua como componente de uma formação composta, já está incluída no *Houaiss*. Fazendo-se a paráfrase dos dois vocábulos, tem-se:

pistolagem: "(ação de) V com X", ACT. RES

telecinagem: "ação e/ ou processo de V o X", ACT. RES

Maroneze (2005, p. 163-177) estuda algumas formações neológicas compostas por esse sufixo. O autor utiliza como fonte de dados a Base de Neologismos do Português Contemporâneo do Brasil, integrante do Projeto Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo do Brasil. Esta Base é constituída por unidades lexicais neológicas extraídas dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* e das revistas *IstoÉ* e *Veja* nos anos entre 1993 e 2000. Há, muitas vezes, várias aparições da palavra no decorrer dos anos, mas nos deteremos somente no contexto do ano de criação ou no contexto de sua primeira aparição, fazendo as paráfrases a partir daí. Os itens lexicais com suas respectivas paráfrases são:

alavancagem: "ação de X", ACT. MOV

arapongagem: "atividade associada a X", REL. ATV

bandidagem: "situação em que há X", REL. TIP

bebericagem: "ação e/ ou estado decorrente de X", ACT. RES

bilhetagem: "local em que se V X", REL. LOC

bisbilhotagem: "(pessoa) que X", ACT. AGE

brodagem: "ação e/ ou processo X", ACT. RES

cafetinagem: "situação em que há X", REL. TIP

cafiolagem: "atividade associada a X", REL. ATV

camelotagem: "atividade associada a X", REL. ATV

cartolagem: "conjunto de X", REL. QNT

catituagem: "que é próprio de X", REL. TIP

crocodilagem: "ação e/ ou estado decorrente de X", ACT. RES

cuponagem: "ação de V X", ACT. TRS
discotagem: "ação de X^v", ACT. RES
discotecagem: "ação e/ ou processo e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
legendagem: "ação e/ ou processo e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES
marquetagem: "atividade associada a X", REL. ATV. XXX (XXX = sentido pejorativo)
peruagem: "conjunto de X", REL. QNT
pistolagem: "(ação de) V com X", ACT. RES
sexagem: "ação e/ ou processo de V X", ACT. RES
splintagem: "ação e/ ou processo X^v", ACT. RES
telecinagem: "ação e/ ou processo de V o X", ACT. RES
tucanagem: "que pertence a X", REL. QNT
vascanagem: "conjunto de X", REL. QNT
veadagem: "que é próprio de X", REL. TIP
xeretagem: "ação de X^v", ACT. RES
zeragem: "ação e/ ou processo e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES

As palavras *bandidagem*, *camelotagem*, *cartolagem*, *crocodilagem*, *sexagem*, *veadagem* e *telecinagem*, já mencionadas, estão no *Houaiss*. Só estão exemplificadas nesse estudo com o objetivo de comparar a semântica no contexto da criação com o significado dicionarizado. No dicionário *Houaiss*, estas palavras possuem os seguintes significados:

Houaiss: *bandidagem* "conjunto de X", REL. QNT (s. d.)

Houaiss: *camelotagem* "atividade associada a X", REL. ATV (cerca de 1991).

Houaiss: *cartolagem* "conjunto de X", REL. QNT (s. d.)

Houaiss: *crocodilagem* "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES (depois de 1960).

Houaiss: *sexagem* "ação e/ ou estado decorrente de X^v", ACT. RES (s.d.)

Houaiss: *telecinagem* "ação e/ ou processo de V o X", ACT. RES (antes de 1996)

Neologismos muito recentes estão sendo criados com o sufixo *-agem*, e aqui estão alguns exemplos:

boberagem: "situação em que há X", REL. TIP

bolagem: "ação e/ ou processo X^v", ACT. RES

musicagem: "atividade associada a X", REL. ATV

revelagem: "ação e/ ou processo X^v", ACT. RES

De acordo com os dados referentes somente aos neologismos, tem-se:

■ 25 palavras (100%) formadas com o sufixo *-agem* não presentes no *Houaiss*, das quais:

- 100% são vocábulos analisáveis e, conseqüentemente, parafraseáveis;

- 60% pertencem à **Classe de Ação**:

- 51 % à *subclasse ACT. RES* (3% "ação e/ ou estado decorrente de X^v"; 10% "ação de X^v"; 13% "ação e/ ou processo e/ ou estado decorrente de X^v"; 3% "(ação de) V com X"; 16% "ação e/ ou processo de X^v");

- 3 % à *subclasse ACT. MOV* (3% "ação de X^v");

- 3 % à *subclasse ACT. TRS* (3% "(ação de) V X");

- 3 % à *subclasse ACT. AGE* (3% "pessoa que X^v");

- 45% pertencem à **Classe Relacional**:

- 18 % à *subclasse REL. ATV* (18% "atividade associada a X");

- 13,5 % à *subclasse REL. TIP* (4,5% "que é próprio de X"; 9% "situação em que há X");

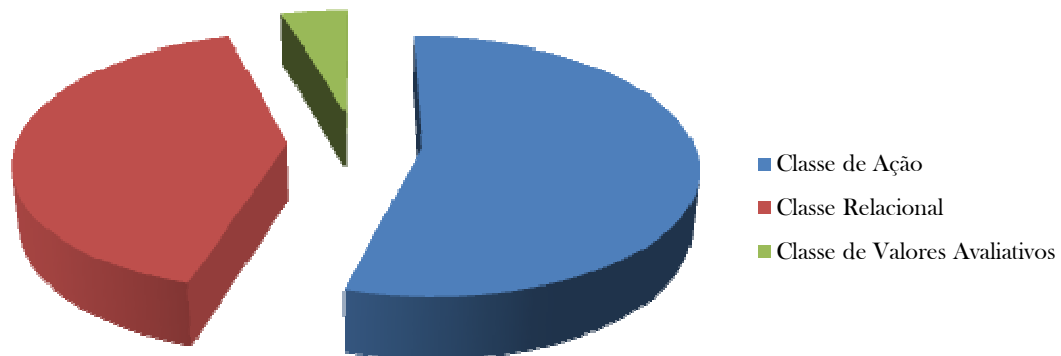
- 4,5 % à *subclasse REL. LOC* (4,5% "local em que se V X");

- 13,5 % à *subclasse REL. QNT* (9% "conjunto de X"; 4,5% "que pertence a X");

- 5% pertencem à **Classe de Valores Avaliativos**:

- 5 % à *subclasse AVAL. XXX* (5% "X ruim", sentido pejorativo e depreciativo);

Classes semântico-categoriais dos Neologismos



A **Classe de Ação** corresponde a 73% das palavras analisadas, enquanto a **Classe Relacional** e a **Classe de Valores Avaliativos** correspondem a 27%. A comparação entre as palavras do séc. XX presentes no *Houaiss*, juntamente com os neologismos analisados mostram que o sufixo *-agem* no século XX forma majoritariamente deverbais, principalmente com a acepção "ação e/ ou estado decorrente de X". Assim, aplica-se quase exclusivamente a verbos de ação, em geral indicadores de operações.

No ano de 1984, Basilio estuda as formas em *-agem* no aspecto da composição semântica das bases e na relação semântica base-afixo. Deste modo, a autora analisa a palavra sufixada em seu todo e não somente o sufixo, como feito nessa dissertação. O *corpus* inicial de sua pesquisa constitui-se de uma lista de 300 formas em *-agem* tomadas do dicionário *Aurélio*, limitando-se a formações deverbais e denominais mais nitidamente produtivas, não tendo sido levados em conta casos como os coletivos tradicionais e empréstimos não regularizados.

As formações deverbais correspondem a 70% do *corpus* inicial (BASILIO 1984, p. 96), das quais apenas seis, das 230 formações deverbais, deixam de corresponder estritamente a verbos de ação: *passagem*, *aprendizagem*, *arfagem*, *captagem*, *hospedagem* e *rodagem*. Apesar de discutível essas formações que a autora diz não corresponder a verbos de ação, ela formula algumas hipóteses em relação aos seus dados:

- o sufixo *-agem* só forma deverbais a partir de verbos de ação. Esta seria a explicação para a não aceitabilidade de centenas de formas, tais como, entre muitas outras, as derivadas de:

(a) verbos de sentimento: **gostagem*, **amagem*, **abominagem* etc;

(b) verbos de sentido passivo: **toleragem*, **suportagem* etc;

(c) verbos de julgamento: **julgagem*, **consideragem*, **achagem*, **suspeitagem* etc;

- (d) verbos de reação física: *engasgagem, *arrotagem etc;
- (e) verbos dicendi: *declaragem, *afirmagem, *asseveragem etc;
- (f) verbos de sentimento: *gostagem, *amagem, *abominagem etc;
- (g) verbos de movimento: *andagem, *chegagem, *passagem etc;

• esses verbos se referem basicamente a uma ação efetuada por um agente sobre um objeto específico, modificando sobretudo sua composição, aparência, estrutura ou locação (ex.: "por X em Y", como em *esmaltagem*, *zincagem*, *asfaltagem*);

Já as formações denominais, correspondentes a 30% das palavras analisadas, são divididas em três grupos. No primeiro, temos formas cuja base nominal caracteriza indivíduos por suas qualidades negativas de comportamento e que designam um ato ou vida própria de tais indivíduos (por exemplo, *malandro/ malandragem*). No segundo grupo, enquadram-se formas cuja base corresponde a um agente ou elemento relacionado a uma atividade específica e que designam genericamente a atividade (por exemplo, *enfermeiro/ enfermagem*). No último grupo, a base é um nome concreto, indicando um objeto, e a forma corresponde a uma ação envolvendo este objeto (assim como em *moeda/ moedagem*).

Basilio (1984, p. 99) aponta ainda que o único fator mais nítido a caracterizar *-agem* é uma noção de ação, assim como de aspecto em curso, apresentando uma tendência particularizante, em oposição a *-ção* e *-mento*, mais genéricos.

A proposta fundamental de seu trabalho é a de que o fator de subcategorização semântica é mais relevante do que a categoria lexical para a descrição do processo de formação de substantivos em *-agem*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. **Neologismo. Criação lexical**. São Paulo: Ática, 1990.

ARONOFF, M. **Word formation in generative grammar**. Linguistic Inquiry Monograph 1. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.

BASILIO, M. **Teoria lexical**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. Relevância do fator semântico na descrição de processos de formação de palavras: um estudo das formas X-agem em português. In:

Anais do VIII Encontro Nacional de Lingüística. Rio de Janeiro, 1984, p. 96-101.

_____. **Estruturas lexicais do português:** uma abordagem gerativa. Petrópolis: Vozes, 1980.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. (Org.). **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.

MARONEZE, B. O. **Um estudo da nominalização no Português do Brasil com bases em unidades lexicais neológicas.** 2005. (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RIO-TORTO, G. M. **Morfologia derivacional:** teoria e aplicação ao português. Porto: Porto Editora, 1998.

SUBSTANTIVOS NEOLÓGICOS ABSTRATOS DERIVADOS DE ADJETIVOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Bruno Oliveira MARONEZE
Universidade de São Paulo – USP (Doutorando)
maronezebruno@yahoo.com.br

RESUMO: Neste trabalho, descreveremos o processo de formação de substantivos abstratos derivados de adjetivos (deadjetivais) no português brasileiro contemporâneo. Os dados analisados foram extraídos da *Base de neologismos do português brasileiro contemporâneo*, integrante do *Projeto TermNeo*, que contém unidades lexicais neológicas coletadas em jornais e revistas desde o ano de 1993. Semanticamente, os substantivos abstratos deadjetivais em geral indicam qualidade, estado ou modo de ser. Em relação à sua estrutura morfológica, os substantivos abstratos deadjetivais já consagrados na língua são em geral formados pelos sufixos *-dade* (*igualdade*), *-ez* (*pequenez*), *-eza* (*beleza*), *-ice* (*velhice*), *-tude* (*altitude*) e *-ura* (*doçura*), entre outros. Porém, entre as unidades lexicais neológicas, observa-se a predominância dos sufixos *-dade* (*cientificidade*, *empregabilidade*, *sincronicidade*) e *-ice*, este último freqüentemente com sentido pejorativo (*canastrice*, *madrastice*, *xaropice*). A análise das formações neológicas nos permite descrever as características morfossintáticas e semânticas dos sufixos, bem como as diferenças que o emprego de um ou de outro acarreta.

PALAVRAS-CHAVE: Derivação sufixal; Neologia; Neologismo; Sufixo.

INTRODUÇÃO

Os substantivos abstratos em português são principalmente os designativos de ação, em geral derivados de verbos (como *chegada*, *imitação*, *leitura*, *recebimento*), e os designativos de estado, em geral derivados de adjetivos (como *certeza*, *escassez*, *intimidade*, *meiguice*). Estes últimos serão objeto do presente trabalho, que analisará os processos de formação de substantivos neológicos abstratos derivados de adjetivos. Pretende-se descrever os diferentes sufixos observando seus empregos, suas restrições morfossintáticas e eventuais conotações que possam vir a apresentar.

As gramáticas, nos capítulos dedicados à formação de palavras, listam os sufixos empregados em cada tipo de formação e apresentam alguns exemplos. A gramática de Cunha e Cintra (1985, p. 95), por exemplo, lista os seguintes sufixos que formam substantivos de adjetivos: *-dade* (crueldade, dignidade), *-dão* (gratidão, mansidão), *-ez* (altivez, honradez), *-eza* (beleza, riqueza), *-ia* (alegria, valentia), *-ice* (tolice, velhice), *-ície* (calvície, imundície), *-or* (alvor, amargor), *-tude* (altitude, magnitude) e *-ura* (alvura, doçura). Não se comenta nada mais a respeito, como as diferenças de significado entre os sufixos.

Buscando contribuir para preencher essa lacuna nos estudos gramaticais, o presente trabalho procura descrever as diferenças de emprego entre esses sufixos a partir da análise de substantivos neológicos.

SUBSTANTIVOS NEOLÓGICOS DERIVADOS DE ADJETIVOS

No intuito de observar a produtividade contemporânea desses sufixos e da formação de substantivos abstratos em geral, foram analisados substantivos neológicos derivados de adjetivos. Buscou-se verificar as características morfológicas, sintáticas e semânticas das bases adjetivais empregadas com cada sufixo.

METODOLOGIA

Os dados analisados foram extraídos da *Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo*, integrante do Projeto TermNeo (*Projeto Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo do Brasil*), coordenado pela Prof.^a Dr.^a Ieda Maria Alves, e sediado na Universidade de São Paulo. Essa *Base* é constituída por unidades lexicais neológicas coletadas em dois momentos, com metodologias diferentes:

- a) Unidades lexicais neológicas extraídas dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* e das revistas *IstoÉ* e *Veja* nos anos entre 1993 e 2000, segundo o método de coleta por amostragem, através do qual são analisados quatro periódicos por mês, um em cada semana: *O Globo* (primeiro domingo do mês), *IstoÉ* (segunda semana), *Folha de S. Paulo* (terceiro domingo) e *Veja* (quarta semana). Essa base conta com 13.572 unidades lexicais neológicas distintas; como muitas ocorrem diversas vezes no *corpus*, o número total de ocorrências é maior do que 24.600;

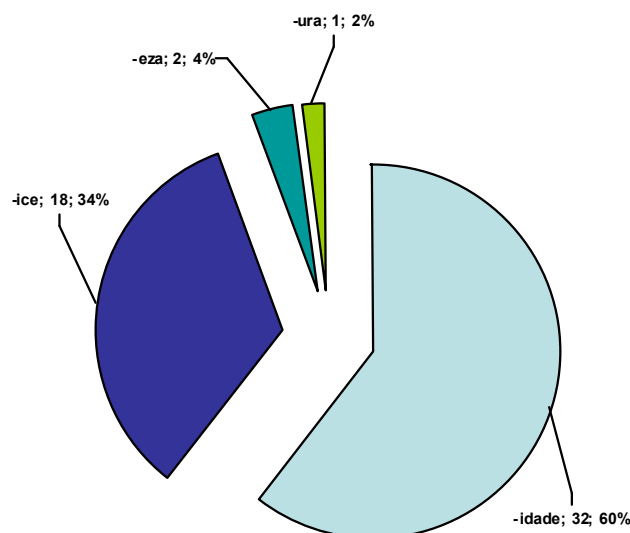
- b) Unidades lexicais neológicas extraídas das revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja* e dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* em suas versões eletrônicas, a partir de 2001, de forma semi-automática, por meio de uma ferramenta computacional desenvolvida numa parceria com pesquisadores do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional, sediado na Universidade de São Paulo (*campus* de São Carlos). Essa base ainda está em processo de construção, apresentando ainda resultados parciais.

Em ambas as bases, são consideradas neológicas as unidades lexicais que não estão incluídas no *corpus de exclusão*, o conjunto de dicionários da língua geral que serve de parâmetro para a determinação do caráter neológico, ou não-neológico, de uma unidade lexical. Assim, integram o *corpus de exclusão* os seguintes dicionários: Ferreira (1986), para o *corpus* correspondente ao período de 1993 a 1999; Ferreira (1999), para o *corpus* coletado a partir de 2000; Weiszflog (1998), para o *corpus* coletado a partir de 1999; e Houaiss e Villar (2001), para o *corpus* coletado a partir de 2002.

Integram também o *corpus de exclusão* os vocabulários ortográficos publicados pela Academia Brasileira de Letras, os quais apresentam na macroestrutura um grande número de unidades lexicais que não integram outros repertórios: Academia Brasileira de Letras (1981), para o *corpus* correspondente ao período de 1993 a 1998; Academia Brasileira de Letras (1998), para o *corpus* correspondente ao ano de 1999; Academia Brasileira de Letras (1999), para o *corpus* correspondente ao período de 2000 a 2004; Academia Brasileira de Letras (2004), para o *corpus* coletado a partir de 2005.

ANÁLISE QUANTITATIVA

A *Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo* contém 13.579 unidades lexicais neológicas coletadas entre 1993 e 2000. Dentre essas, 1.296 são derivados sufixais, ou seja, 10% do total de unidades.



Como se pode observar, o sufixo *-idade* é o mais frequentemente empregado na formação desse tipo de substantivo abstrato, seguido pelo sufixo *-ice*; os casos de *-eza* e *-ura* são muito poucos, e outros sufixos tradicionalmente empregados, como *-tude* e *-dão*, não chegam a aparecer no *corpus*; pode-se afirmar que tais sufixos não são mais produtivos na língua portuguesa contemporânea.

Passa-se agora a descrever cada um dos sufixos separadamente.

Sufixo *-dade*

O sufixo *-dade* forma 32 neologismos no *corpus* analisado. As bases a que se une são em geral adjetivos derivados:

Derivados em *-al/-ar*: *adicionalidade, ambidestralidade, confidencialidade, conjugalidade, convivialidade, fiscalidade, multiculturalidade, multinacionalidade, planaridade, radicalidade, ritualidade, serialidade, sinistralidade, surrealidade, unidimensionalidade, visceralidade* (16 casos);

Derivados em *-ico*: *automaticidade, cientificidade, inorganicidade, mutagenicidade, sincronicidade* (5 casos);

Derivados em *-vel*: *balneabilidade, empregabilidade* (2 casos);

Derivados em *-ivo*: *cursividade, interatividade, narratividade, soropositividade, transgressividade* (5 casos);

Derivados em *-ário/-ório*: *compulsoriedade, subsidiariedade* (2 casos);

Outros: *primeiridade, sincronidade*.

Como se pode observar, dos 32 neologismos, 30 correspondem a substantivos formados a partir de adjetivos derivados. Isso pode apontar para uma tendência de ordem morfológica: o sufixo *-dade* tenderia a ser empregado com adjetivos já sufixados. Porém, é possível que isso seja apenas um sintoma de uma restrição de ordem semântica: os adjetivos derivados que servem de base aos neologismos mostrados anteriormente são, em sua maioria, especificadores, e não qualificadores.

Dito de outra forma, adjetivos como *fiscal, multinacional, narrativo, subsidiário* etc. não denotam qualidade, mas sim têm a função semântica de especificar o substantivo a que se referem: em *empresa multinacional*, o adjetivo designa de que tipo de empresa se trata, e não uma qualidade especial dessa empresa. Essa característica ainda é reforçada pelo fato de tais adjetivos não poderem variar em grau: não se pode dizer “conselho muito fiscal” ou “conselho fiscalíssimo”, mas apenas “conselho fiscal”. Por fim, sintaticamente, tais adjetivos não podem aparecer em função de predicativo do sujeito, ou seja, não podem predicar: é impossível dizer “aquele conselho é fiscal”, por exemplo.

Dessa forma, talvez seja mais adequado afirmar que o sufixo *-dade* tende a unir-se a adjetivos especificadores; a alta frequência de adjetivos derivados seria apenas decorrência do fato de que tais adjetivos são mais comumente adjetivos derivados.

Há casos de adjetivos derivados que podem ser empregados tanto em função especificadora quanto qualificadora. É o caso, por exemplo, de *científico*, que pode ser especificador em “experimento científico” e qualificador em “esta informação não é muito científica”. É possível até mesmo falar no “grau de cientificidade” de determinada informação. Nesses casos, o substantivo em *-idade* parece referir-se apenas à função especificadora do adjetivo:

De outro lado, Giannetti procura ressaltar com igual firmeza que a vida não se esgota nesse puro objetivismo, nessa <“cientificidade”>, nessa seca adesão ao real /.../. (FSP, 18-jun-00)

Mas também há exceções. No *corpus* ocorre o caso explícito de “aumentar a empregabilidade”, sugerindo tratar-se de um adjetivo de função qualificadora, que pode variar em grau:

“O país tem que investir em educação e treinamento para aumentar a <empregabilidade>”, diz. (FSP, 25-ago-96)

Outra exceção que pode ser apontada é a expressão “certa narratividade”, também sugerindo que “narrativo”, nesse caso, seria qualificador:

Tomemos como exemplo o plano de uma mulher passando aspirador numa casa classe média. Pertencente provavelmente a um filme de ficção dos primeiros anos do século, ela perdeu os nexos significativos que lhe dava a montagem original e adquire outra pela sua inserção numa sequência do filme de Masagão. Mas essa perda não é total, há um resíduo: preserva uma certa <narratividade> (mulher passando aspirador...) e a sua característica de imagem do início do século. (FSP, 15-ago-99)

Essas exceções talvez não invalidem a afirmação de que o sufixo *-dade* tende a unir-se a adjetivos especificadores; mas a tendência, descrita inicialmente, de unir-se a bases derivadas também deve ser levada em conta. Assim, parece ser mais adequado afirmar que ocorre uma combinação dessas duas tendências.

Em resumo, pode-se afirmar que as bases do sufixo *-idade* são, em geral:

- a) morfologicamente, adjetivos derivados e que não variam em grau;
- b) semanticamente, adjetivos que não denotam qualidade, mas sim especificação;
- c) sintaticamente, adjetivos que não podem exercer função de predicativo.

Sufixo *-ice*

Há 18 neologismos em *-ice* no *corpus* analisado. Ao contrário do sufixo *-dade*, as bases a que *-ice* se une são em geral adjetivos primitivos (ou substantivos adjetivados).

São eles: *araponguice*, *batutice*, *breguice*, *burocratice*, *canastrice*, *corujice*, *fajutice*, *jabaculezice*, *literatice*, *lourice*, *madrastice*, *panaquice*, *pavonice*, *pseudice*, *tecnocratice*, *vanguardice*, *vivaldice*, *xaropice*.

Muitos desses adjetivos e substantivos adjetivados já carregam um sentido pejorativo, tais como *breguice*, *canastrice*, *fajutice*, *panaquice*. Nos outros casos, se o sentido original da base não é pejorativo, o sufixo *-ice* acrescenta essa conotação:

Com os papéis se alternando entre vários intérpretes improvisados e movimentos de câmera intencionalmente descuidados, o filme da dupla até que tem bons momentos.

Mas quem não se satisfaz com <vanguardices> datadas achará tudo muito chato. (IstoÉ, 17-set-97)

Pode-se perceber, nos adjetivos que servem de base ao sufixo *-ice*, um movimento oposto ao das bases do sufixo *-dade*: suas bases denotam qualidades (em geral pejorativas), podendo facilmente variar em grau, em expressões como "muito fajuto" ou "breguíssimo". Até mesmo alguns dos substantivos adjetivados podem ser qualificados quanto ao grau, como "muito pavão", "muito madrasta", "xaropíssimo" etc. Também sintaticamente a maioria dessas bases pode ser empregada em função de predicativo, como "isso é fajuto", "ele é pavão" etc.

Vale chamar a atenção para o fato de que o sufixo *-ice* unido a um substantivo possibilita a interpretação desse substantivo como um adjetivo qualificativo, mesmo que essa interpretação não ocorra de outra forma. É o caso de *jabaculezice*, que pode ser definida como "qualidade de subornável", a partir de *jabaculê* "propina, suborno":

Lobão - Não quero ser tocado pelas rádios, o que inclusive vai ser um detector de <jabaculezice>. Porque as pessoas querem que eu toque, eu sou um artista popular, dou ibope, loto shows no Brasil todo. (IE, 17-nov-99)

Em resumo, e de forma oposta às bases do sufixo *-idade*, as bases do sufixo *-ice* são em geral:

- a) morfologicamente, adjetivos primitivos ou substantivos adjetivados;
- b) semanticamente, adjetivos que denotam qualidade, freqüentemente pejorativa;
- c) sintaticamente, adjetivos que podem exercer função de predicativo.

Sufixos *-eza* e *-ura*

O sufixo *-eza* forma apenas dois neologismos: *bacaneza* e *sem-graceza*. O sufixo *-ura* forma o neologismo *belezura*.

O nome e o sobrenome dessas <bacanezas>? São as Wintec-Pro. Com modelos para todas as modalidades, tais selas são sempre pretas, lindas, levíssimas - menos de 4 Kg -, e um absurdo de caras. (FSP, 11-ago-96)

Durante as conferências, discretos como os homens de preto e óculos escuros que protegem marcyanos e Salman Rushdie,

lá estavam, morrendo de <sem graceza>, dois membros do Special Branch, a divisão policial de elite encarregada de lidar com questões de peso, porém mais delicadas. Em todo caso, não foi má idéia. O Sendero, até aquela data, já fizera 42 jornalistas vestirem o paletó de madeira. (Veja, 24-set-97)

Na política, dizem os candidatos, a beleza também é fundamental. O plenário do Congresso Nacional talvez seja o lugar onde existe a maior fartura de barrigudos, carecas e enrugadões por metro quadrado. Mas, quando chega perto de uma eleição, boa parte faz regime, entra num bisturi, implanta cabelo ou intensifica cuidados que já tem. Nesse cardápio de <belezuras>, as cirurgias plásticas chamam a atenção. Na contabilidade dos cirurgiões mais procurados do país, os políticos formam 2% da clientela. (Veja, 26-ago-98)

Mesmo sendo sufixos muito pouco produtivos, é possível notar fenômenos que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, observa-se que não só adjetivos simples podem ser substantivados, mas também locuções adjetivas, como "sem graça", substantivado em *sem-graceza*. Além disso, em *belezura* tem-se o sufixo *-ura* unido a um substantivo em *-eza*, revelando a possibilidade de encadeamento de certos sufixos. Por fim, vale lembrar que muitas vezes os substantivos abstratos derivados de adjetivos podem ser empregados com valor de substantivos concretos, como é o caso de *bacaneza* e *belezura*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos substantivos neológicos abstratos derivados de adjetivos mostrou que os dois principais sufixos produtivos contemporaneamente nesse tipo de formação são *-dade* e *-ice*. Tais sufixos parecem caminhar em direções opostas: enquanto o sufixo *-dade* se une preferencialmente a adjetivos derivados, de função especificadora, e não predicativos, o sufixo *-ice* tende a unir-se a adjetivos primitivos, de função qualificadora, e predicativos. Além desses sufixos, ainda são parcialmente produtivos os sufixos *-eza* e *-ura*, formando dois e um neologismo, respectivamente. Sufixos como *-dão* e *-tude* são ainda menos produtivos contemporaneamente e sequer foram atestados no *corpus* analisado.

Por fim, vale ressaltar que o estudo dos mecanismos de criação lexical por meio dos neologismos complementa o estudo das unidades lexicais já atestadas, fornecendo um retrato daqueles mecanismos que se encontram ativos na língua. Assim, os neologismos constituem um importante objeto de estudo para a teoria gramatical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Bloch, 1981.

_____. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Academia, 1998. 1 ed. 1981.

_____. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1999. 1 ed. 1981.

_____. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2004. 1 ed. 1981.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1 ed. 1975.

_____. **Novo Dicionário Aurélio**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 1 ed. 1975.

HOUAISS, A; VILLAR, M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

WEISZFLOG, W. **Michaelis**: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

O SUFIXO –MENTO: ANÁLISE DE SEUS BLOQUEIOS E SUFIXOS CONCORRENTES

Érica Santos Soares de FREITAS
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
ericafreitas@usp.br

RESUMO: Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais extensa, cujo objetivo principal é estudar, diacronicamente, a formação de palavras do português, com ênfase no processo de sufixação. Com foco no estudo morfológico semântico, observamos as palavras portuguesas formadas pelo sufixo derivacional –MENTO (do latim, –MEN, –MENTUM) e sinônimos cognatos indicados no Dicionário Houaiss da língua portuguesa, em sua versão digital (DHE). Na língua portuguesa há algumas formações duplas, triplas ou até em maiores quantidades, como ligação e ligamento; passamento, passagem; envolvimento, envolvência. Será que há algum tipo de diferença semântica na interpretação dessas palavras por parte dos falantes? O objetivo desta apresentação é identificar possíveis cognatos pesquisados em Houaiss de palavras sufixadas em – MENTO formadas por outros sufixos, bloqueando-as ou compartilhando-lhes o sentido. O setor de aplicação deste trabalho é o da educação superior pelo estudo da mudança gramatical e da história social do português, com organização simultânea de um *corpus* de análise.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Lexicologia; Linguística Histórica; Filologia portuguesa.

BLOQUEIOS E SUFIXOS CONCORRENTES

A formação de uma palavra pode ser bloqueada caso haja outra no léxico de igual função. Para Basilio (1980),

a própria lista das entradas lexicais já existentes afeta a produtividade das regras de formação de palavras. As várias restrições (morfológicas, sintático-semânticas, léxico-semânticas) que determinam a seleção de um determinado sufixo em detrimento de outro(s) têm conseqüências, quer ao nível da produtividade, quer ao nível da polissemia. (BASILIO, 1980, p. 15)

Monteiro (2002) afirma que

a hipótese do bloqueio, se tiver alguma validade, só explica a impossibilidade de duas formas funcionarem exatamente com o mesmo significado. Por isso, toda vez que houver necessidade por questão de variabilidade semântica, formas paralelas surgirão. (MONTEIRO, 2002, p. 163)

Observamos que há algumas formações duplas na língua terminadas em -S/ÇÃO e -MENTO, como ligação e ligamento; internação e internamento; salvação e salvamento. Os vocábulos ligação ("ato ou efeito de ligar") e ligamento ("tecido fibroso que constitui meio de união de articulações ou de partes ósseas") não são palavras derivadas, mas formas primitivas, para o português, provenientes do latim *ligationem* e *ligamentum*, respectivamente. O mesmo acontece com os vocábulos salvação ("ato ou efeito de salvar") e salvamento ("operação ou efeito de salvar"), que provêm, respectivamente, do latim *salvationem* e *salvamentum*. Supõe-se que deveria haver no latim uma diferença de sentido entre essas formas. Já internação e internamento são realmente formas derivadas formadas a partir da adjunção de -S/ÇÃO e -MENTO ao verbo internar; são sinônimas e exprimem "ato ou efeito de internar(-se)". Será que há algum tipo de diferença semântica na interpretação dessas palavras por parte dos falantes?

Do verbo **casar** deriva **casamento**, ao passo que de **cassar** tem-se **cassação**. Os substantivos **casação** e **cassamento** foram bloqueados. Como então se justificam as formas paralelas **coroação** e **coroamento**, **acumulação** e **acumulamento**, **medicação** e **medicamento**? Cremos que por força de especializações semânticas, às vezes bastante sutis. A prova é que o contexto frasal determina uma forma em vez da outra. Dizemos um **acumulamento** de palavras e uma **acumulação** de cargos. (MONTEIRO, 2002, p. 163)

Do mesmo tipo é a derivação que originou governação. Por qual razão existir em português governo, governança, governação e não governamento, como no inglês government? Por que não optar pelo sufixo -MENTO? Podemos considerar que o sufixo -MENTO denota não apenas "ação ou resultado dela", como também "instrumento da ação" e pode implicar uma "noção coletiva" (CUNHA, 1995, p. 115), enquanto o sufixo -S/ÇÃO é mais restritivo a "ação ou resultado dela". Assim, provavelmente se espera um resultado da ação de governar, não simplesmente a ideia de uma representação estatal (coletivo).

Parte das palavras formadas com o sufixo -MENTO pode comutar com palavras formadas com base igual unidas ao sufixo -ÃO e ao sufixo -AGEM, entre outros, conforme nossa pesquisa.

Os *nomina actionis* formados com os sufixos mais disponíveis (-mento e -(ç)ão) podem ser alternativa entre si ou mesmo com -ida ou -(d/t)ura para exprimir valores afins ou valores especializados em relação ao significado da base: *ordenação-ordenamento*, *sensação-sentimento*, *investidura-investimento-investida*, etc. (VILELA, 1994, p. 69)

Segundo Vilela (1994),

se os *nomina actionis* ficam entre 'acção' e 'resultado da acção', há certos derivados que se orientam mais para a designação de acção ou de resultado da acção. Se compararmos *adoçamento, agravamento, secagem, militarização*, com *aliança, mudança, arrogância, pintura, abertura, varredura, queimadura, escritura*, vemos que os primeiros ficam entre 'acção' e 'resultado da acção de V', os segundos orientam-se mais para o 'resultado da acção de V'. (VILELA, 1994, p. 69)

Para definirmos esses e outros aspectos semânticos que incorporam esses pares, necessitaríamos de uma pesquisa mais abrangente em que se utilizassem *corpora* contextualizados a fim de verificarmos as noções aplicadas às palavras dos pares encontrados.

De uma questão de bloqueio lexical⁽¹⁾ chegamos a muitas formas paralelas, não só entre esses dois sufixos, mas entre -MENTO e alguns outros, ao percebemos duas ou mais formas concorrentes, com o bloqueio geralmente de uma das formas em benefício da outra. Há também a possibilidade de essas palavras cognatas terem uma especialização nos seus significados, passando a co-ocorrerem, como recebimento / recepção, medicamento / medicação etc. Essa cognação ocorre, inclusive, entre línguas. Ao verificarmos as formas de algumas palavras inglesas, encontramos paralelos na tradução de palavras portuguesas em -MENTO e palavras inglesas em -S/ÇÃO (-S/TION), como completion - complemento, insulation - isolamento, motion - movimento, recognition - reconhecimento, regulation - regulamento etc.⁽²⁾.

Para Sandmann (1992),

se as restrições às regras de formação de palavras nos dão conta das limitações que são parte integrante dessas mesmas regras, se as restrições nos falam do que não pode ser formado por razões internas ou inerentes aos próprios modelos, os bloqueios nos dão conta das limitações que se impõem à produtividade lexical por razões ou causas externas, isto é, a formação de uma palavra é impedida por outra(s) já existente(s) no léxico da língua. (SANDMANN, 1992, p. 75)

Vilela (1994) somente indica o bloqueio entre -S/ÇÃO e -MENTO:

Há aliás, em muitos *nomina actionis*, a possibilidade formal alternativa dos derivados em -ÃO, -MENTO (depor→) depoimento e deposição, (sentir→) sensação e sentimento, (convencer→) convicção e convencimento. (VILELA, 1994, p. 67)

Assim, há muitas formas paralelas concorrentes entre si, não somente entre palavras derivadas por sufixação, com sufixos de sentidos próximos, mas também palavras derivadas regressivamente,

principalmente se ela for de uso freqüente ou muito difundida, bloqueando outra a ser formada com sufixo de igual função. Paralela à justificativa, há justificação; afobo concorre com afobação; internação, com internamento; trancamento, musculação, surdez e facilidade bloqueiam respectivamente trancação, musculamento, surdeira e facilidez. (SANDMANN, 1992, p. 77)

Segundo Sandmann (1992), a especialização de sentido de uma palavra "pode levar à anulação do bloqueio de formas com outro sufixo de função igual: *salvar* > *salvação* e *salvamento*, *ressurgir* > \square *ressurreição* e *ressurgimento*" (SANDMANN, 1992, p. 78). Ainda para o autor,

o desrespeito a determinados bloqueios de regras de formação de palavras pode assumir caráter estilístico, isto é, contribuir para que a mensagem que se queira transmitir o seja com mais eficiência, isto é, chegue mais vivamente ao receptor ou destinatário. (SANDMANN, 1992, p. 80)

Fizemos um levantamento dentro do *corpus* analisado (DHE) e observamos que o sufixo -MENTO possui vários cognatos, chegando às seguintes concorrências indicadas dentro da microestrutura: em -S/ÇÃO; -ANÇA / ÂNCIA, -ENÇA / ÊNCIA; -URA / TURA / DURA; -(I)DADE; -AGEM; -EZ / EZA; -ARIA; participios, palavras regressivas ou primitivas e o próprio sufixo -MENTO⁽³⁾. Além disso, apesar da baixa ocorrência, indicamos também alguns concorrentes bastante inesperados, como: -EIRO, -AME; -IVA; -DELA; -ENGA. Muitas palavras em x-MENTO possuem mais de um cognato, como entrelaçamento: entrelace, entrelaço, enlaçamento⁽⁴⁾, entrelaçado; açambarcamento: açambarcação, açambarcagem, açambarque; dobramento, dobração, dobradura, dobragem, dobra, ou seja, elas possuirão muito mais formas de mesmo radicais, visto que algumas irão se repetir.

-s/ção

Conforme esperado, o sufixo -ÇÃO e seus alomorfes, -ÃO e -SÃO, acabaram por ser os mais produtivos, com quase 300 ocorrências. Algumas das concorrências são conhecidas, como fundamento / fundação, em que podemos alterar a terminação -MENTO pela terminação -ÇÃO. Há outras com uma leve alteração no radical, como alheamento / alheação / alienação, em que a segunda ocorrência em -ÇÃO é mais antiga, ainda não palatalizada, com radical latino *alien-*. Em alheamento, há uma breve indicação de seu radical alomorfe, entretanto não há a explicação de sua palatalização.

Bastante parecidas são as formas de alactamento / aleitação, em que o radical latino *lact-* permanece inalterado em sua forma em -MENTO (como em outras palavras do português: láctea, lactose), e a ditongação em -ÇÃO

aparece na forma vulgar (leite, leitoso). Assim, ainda há muitos outros pares: amadurecimento / maturação, moimento / moeção, concebimento / concepção, convencimento / convicção, mantenimento / manutenção, prosseguimento / prossecução (em que há também a forma prossequição), recebimento, recepção, reconhecimento / reconhecimento, revolvimento / revolução etc. Uma palavra que merece destaque é alumiamento, que possui três cognatos em -ÇÃO: alumiamento, aluminação, iluminação.

Há algumas formas bastante curiosas, como fortalecimento / fortificação. Ambas derivam do adjetivo forte; a partir dele, formaram-se verbos diversos: fortalecer e fortificar. Um par bastante parecido é esclarecimento / aclaração, em que derivam de esclarecer / aclarear, verbos derivados do adjetivo claro; apesar de ambos serem formados por parassíntese, possuem prefixo e sufixo distintos: esclarecer (ES- + claro + -ECER); aclarear (A- + claro + -EAR). Outro cognato diferente em -ÇÃO é feito entre escaneamento / escanerização. Escaneamento é uma palavra formada a partir do verbo escanear. Escanerização não possui entrada, por provavelmente ter sido digitado errado o verbete "escaneirização", com origem no verbo escanear, que tem como origem escâner + -IZAR, palavra vinda do inglês *scanner*. Destacamos outro par com origem diversa: encanamento / canalização. Ainda que haja encanação, com mesmo radical a partir do verbo encanar, o verbete canalização origina-se da forma verbal canalizar, a partir do substantivo cano. O sufixo -MENTO uniu-se ao verbo parassintético.

Existem também outras formas em que o radical se altera, havendo a necessidade de um conhecimento diacrônico para termos certeza de serem palavras cognatas, como em incorrimento (originada por meio de incorrer) e incursão, que o DHE indica ser formada já no latim. Para entendermos o alomorfe -SÃO, devemos recorrer à origem da palavra ou de seu radical. Conforme Viaro (2004), o verbo cedere possuía o particípio cessus, gerando o radical CESS-. Fácil entender, portanto, as formas sucedimento / sucessão, ou ainda as formas regressivas processo e retrocesso, com os pares procedimento e retrocedimento, respectivamente. Utilizando esse mesmo raciocínio, podemos entender os cognatos persuadimento / persuasão, havendo ainda a forma persuadição. Persuasão origina-se do latim "persuásio,ónis, do rad. de persuásus, supino de persuadere 'persuadir'", conforme DHE. Ou seja, muitas vezes o radical pode se originar do supino, como nos pares: intrometimento / intromissão, dissentimento / dissensão, ascendimento / ascensão, aspergimento / aspersão, confundimento / confusão, intrometimento / intromissão, dissentimento / dissensão, divertimento / diversão etc.

Há uma tendência de um substantivo em -ÇÃO criar um verbo derivado⁽⁵⁾ e, a partir deste, originar um substantivo em -MENTO. Também há o contrário, ou seja, um substantivo em -MENTO originar um verbo e, em seguida, um substantivo em -ÇÃO. Aparentemente isso ocorre para não haver uma dupla sufixação com o mesmo sufixo⁽⁶⁾. Portanto, outra forma paralela entre esses dois sufixos é aquela em que há uma derivação de um verbo a partir de um substantivo em -MENTO, formando verbos em -MENTAR e, em seguida, substantivando-o em -ÇÃO, como em complemento / complementação, documento / documentação, fomento / fomentação, ornamento / ornamentação, regulamento / regulamentação. Com exceção de regulamento, todas as outras palavras sufixadas em - MENTO desse grupo têm sua origem no latim. A hipótese, então, de se formar um verbo e

depois outro substantivo é por seu radical ser opaco no português, clarificando-o quando voltamos às suas raízes latinas, que explicitamente nos mostram a ideia de um verbo que originou essas formas em -MENTO. Conforme Faria (2001), complemento origina-se em complere – encher inteiramente, completar; documento, em docere – ensinar, fazer aprender; fomento, em fouere – aquecer, esquentar, sustentar etc.

Também, como dito, há a derivação de verbos terminados em -CIONAR, que originam substantivos em -MENTO, como posicionamento / posição, relacionamento / relação, selecionamento / seleção. Há de se acrescentar aqui a curiosidade de, além das palavras indicadas, há muitas outras derivadas em -MENTO com cognatos em -S/ÇÃO originárias no latim, como: aditamento / adição, encantamento / encantação, excremento / excreção, impedimento / impedição, incitamento / incitação, indigitamento / indigitação, inquinamento / inquinação, lamento / lamentação, medicamento / medicação, nutrimento / nutrição, obligamento / obrigamento / obrigação, ornamento / ornamentação, tentamento / tentação, turbamento / turbação.

Vale encerrar esse sufixo com mais uma curiosidade: a palavra acondição, cognata para acondicionamento, possui a sufixação -ÇÃO duas vezes. Não há no DHE a entrada com a suposta origem acondição; entretanto, há o radical ACONDIC-, o verbo acondicar, oriundo do substantivo condição, o radical ACONDICION-, e as formações acondição, acondicionamento, acondicado e acondicador. Não pretendemos esgotar o assunto desses bloqueios, visto o escopo de nosso trabalho ser o sufixo -MENTO. Assim, fica aqui uma proposta de trabalho a fim de se comparar as formas entres esses dois sufixos diacronicamente.

-AGEM

Bastante interessante a informação obtida ao pesquisarmos este sufixo, já que há a indicação de ser um sufixo deverbal, formador de substantivos abstratos e que por vezes, como o sufixo -MENTO, também possui a acepção de coletivo. Diferentemente dos cognatos encontrados em outros sufixos, quase todos aqui são exatamente oriundos de uma mesma base, com exceção dos pares canelagem / acanalamento; moimento / moagem; e treinamento, que além de treinagem também possui como cognato a forma sem a ditongação na base: trenagem. Não fizemos uma pesquisa de frequência destes pares, portanto não poderemos afirmar se as palavras derivadas em -MENTO são mais usuais e conhecidas que as em -AGEM, ou se ambas as formas são aceitas e estão ainda em uso: acoplamento / acoplagem, armazenamento / armazenagem. Apesar disso, algumas formas em -AGEM são bastante estranhas: travagem (travamento), linchagem (linchamento), fretagem (fretamento).

A palavra monitoramento não consta nessa estatística por não possuir em sua microestrutura no DHE o sinônimo monitoragem, somente monitoração; entretanto, é uma palavra que possui este cognato em -AGEM, causando algumas confusões; já fomos abordados para saber qual a forma correta: monitoramento ou monitoração? Ou ainda, monitoragem⁽⁷⁾?

-DADE

Encontramos somente duas palavras cognatas para este sufixo: validade/valimento e ansiedade/ansiamento. A forma mais conhecida do sufixo -DADE, -IDADE, não foi encontrada neste *corpus*, somente a forma -

DADE. Por este sufixo formar substantivos, acreditávamos que seria um concorrente forte do sufixo -MENTO. Porém, observamos, ao nos depararmos com apenas duas palavras, validade e ansiedade, cognatas de valimento e ansiamento, respectivamente, não se tratar de uma terminação concorrente do sufixo estudado.

Assim, ainda que suas bases sejam abstratas e formem substantivos abstratos, indicadas pelo DHE como sendo deadjetivais, podemos supor que indiquem uma ação, como de validar, para validamento e validade, e de ansiar, para ansiamento e ansiedade.

-URA

Um dos sufixos concorrentes esperado, além do sufixo -ÇÃO, era o sufixo -URA e seus alomorfes: -URA / TURA / DURA; a maioria das palavras encontradas com esse sufixo possui a mesma base verbal que as palavras sufixadas em -MENTO, como abafamento / abafadura; abalamento / abaladura; abanamento / abanadura. Na verdade, a grande quantidade encontrada foi de palavras sufixadas em -DURA; seus alomorfes comportam-se de maneiras diversas. As palavras sufixadas em -URA são, provavelmente, derivadas diretamente do latim, como grossura, única palavra encontrada com esta terminação, cuja datação é século XIII, que tem como par cognato em -MENTO engrossamento, com datação no século XIX. Vale observar que as bases verbais dessas palavras são distintas; enquanto uma é GROSS-, provavelmente deadjetival, a outra provém de uma parassíntese deadjetival: grosso > engrossar > engrossamento.

Também há a forma alomorfe deste sufixo em -TURA, como em alguns cognatos: temperamento / temperatura, licenciamento / licenciatura. Há algumas palavras terminadas em -TURA em que percebemos a letra "t" como parte de sua base verbal, como desconjuntamento / desconjuntura (DESCONJUNT-), soltamento / soltura (SOLT-). Outras se apresentam com base opaca, provavelmente esta sendo uma base participial irregular, como rompimento / ruptura, também indicada com a terminação regular em -DURA: rompedura; tingimento / tintura, com o sinônimo tingidura; fazimento / fazedura / feitura. Há um exemplo em que ambos cognatos apresentam-se com base opaca, oriundos diretamente do latim: tormento / tortura. Em acarretamento / acarretadura e achatamento / achatadura, observamos que o sufixo -DURA é colocado após o tema verbal ACARRETA- e ACHATA-, respectivamente.

Concluimos também, a partir desta pequena amostragem, que este sufixo no português tem sua forma mais produtiva em -DURA.

-NCIA / -NÇA

Foram encontradas 27 palavras concorrentes de -MENTO em -NCIA / -NÇA, divididas de maneira homogênea: 14 em -NÇA e 13 em -NCIA. No DHE, não existe entrada para o sufixo com esta forma, somente unido às vogais temáticas. Apesar de saber existir o alomorfe -ENÇA para o sufixo -ANÇA, não foi encontrada nenhuma palavra com essa terminação como cognata de -MENTO. As formas em -ÂNCIA e -ÊNCIA foram tão produtivas quanto -ANÇA.

Para o cognato falência, há duas palavras em -MENTO: falimento e falecimento. Ao se verificar no DHE, esperava-se haver alguma relação em suas etimologias; entretanto, só há "falir + -MENTO" para a primeira, "falecer + -MENTO" para a segunda. Ainda há falimentar, uma derivação de falimento, não com o mesmo sentido de falir, mas com sentido adjetival,

em cuja etimologia encontramos a relação entre os cognatos, já que há a remissão para o radical FALEC-: “falimento + -AR adj.; ver FALEC-”. Na microestrutura deste radical há ainda os cognatos falsamento, falseamento, falsificação, falibilidade, entre outros.

Acreditamos que se for feita uma análise quantitativa dos cognatos de -MENTO em -NCIA provavelmente encontraremos um uso maior das palavras formadas neste sufixo do que em -MENTO, como abundamento / abundância, advertimento / advertência, ardimento / ardência. Em relação a -NÇA ocorre o mesmo: herdamento / herança, lembramento / lembrança, mudamento / mudança, com algumas exceções como: ensinamento / ensinança, livramento / livrança, em que há a hipótese de ser mais conhecida e utilizada a palavra derivada em - MENTO. Para termos um parâmetro melhor, utilizamos o sítio “www.google.com”, com o objetivo de termos uma possível frequência de uso sincrônico de alguns dos cognatos e confirmarmos nossas suspeitas. Para as palavras citadas anteriormente, encontramos⁽⁸⁾ (para o sufixo -NCIA): abundamento possui 224 ocorrências, contra 7.330.000 ocorrências de abundância; 2.020 ocorrências para advertimento, contra 16.400.000 ocorrências para advertência; 112.000 ocorrências para ardimento, contra 175.000 ocorrências para ardência. Para o sufixo -NÇA, encontramos 271 ocorrências para herdamento, contra 4.420.000 ocorrências para herança; 118 ocorrências para lembramento, contra 4.910.000 ocorrências para lembrança, 198 ocorrências para mudamento, contra 27.500.000 ocorrências para mudança. Aparentemente, o sufixo -MENTO é muito menos popular que o seu concorrente.

-ENGA

Foi uma surpresa encontrarmos a palavra divertenga como cognato em nosso *corpus*, visto ser uma palavra formada por um sufixo de origem bastante obscura. No DHE não há referência desta terminação, somente -ENGAR como uma terminação verbal, com poucas ocorrências: “terminação - os poucos v. da língua com esta term. são regulares, mas trocam o -G- por -GU- antes de -E- desinencial (derrengues etc.)”. Em uma busca reversa, foram encontradas 49 palavras com esta terminação, 46 delas substantivos, 3 adjetivos e uma com ambas as classes. No verbete divertenga, há a informação de um regionalismo de Portugal, de uso informal, sinônimo de divertimento.

Como informado, esta é uma terminação bastante ignota e duvidosa, sobre a qual é merecido um esforço *a posteriori*, a fim de esclarecê-la.

-IVO

Outro sufixo concorrente bastante imprevisto foi o sufixo -IVO, que conforme Viaro (2004), ao acrescentá-lo a raízes verbais “teremos idéias ligadas a essas ações (**progressivo**, **regressivo**)” (p. 50). As duas formas cognatas encontradas, incentivo e tentativa, concorrentes de incitamento e tentamento, são substantivos, e não há indicação de serem uma derivação imprópria, ou seja, terem mudado de classe. No DHE, incentivo é um adjetivo e substantivo masculino, em cuja etimologia há a informação de ter se formado no latim. Também há na microestrutura de tentamento outro concorrente não indicado: tentação. Ao observarmos a palavra masculina, encontramos em sua etimologia ser o “radical do particípio tentado sob a f.

lat. *tentat-* + *-ivo* 'que tenta, que experimenta ou ensaia'; ver *tent-*; f.hist. 1858 *tentativo*", justificando-lhe a forma.

-DELA

Primeiramente pesquisamos o sufixo *-ELA*, formador de diminutivos, a fim de entendermos o **D** anteposto a este. As três palavras concorrentes de *-MENTO* que encontramos terminadas em *-DELA* podem ser consideradas diminutivos de formações participiais, ou seja, escorregadela, viradela e xingadela são diminutivos de escorregada, virada e xingada. Entretanto, em alguns casos, podem possuir um sentido de *nomina actionis*, se considerarmos a segunda informação indicada por DHE. De acordo com Vilela (1994),

o sufixo *-DELA*, funcionando com deverbais cujas bases são os verbos dos vários temas (em "a", "e" ou "i"), como *telefonadela*, *varridela*, *limpadela*, *amachucadela*, *sacudidela*, etc., forma *nomina actionis*, da mesma forma que o sufixo *-ADA*, mas implicando mais uma 'ação rápida de V' ou 'resultado leve/ligeiro de V', aliás, o que se torna visível no francês 'un coup de' (*um coup de téléphone: uma telefonadela*). (p. 66)

Assim, provavelmente essas palavras são deverbais, concorrentes de *-MENTO*.

-DO e formas participiais

Encontramos na microestrutura das palavras sufixadas em *-MENTO* de nosso *corpus* alguns cognatos formados pela terminação participial regular *-DO*, além de formas irregulares, como descobrimento / descoberta. Há 27 palavras cognatas em participios, quase todas com a mesma base, tanto femininas quanto masculinas: abalamento / abalada; andamento / andada; cinzelamento / cinzelado; doutoramento / doutorado; mordimento / mordida; traçamento / traçado; zunimento / zunido; alguns com as duas formas: batimento / batido / batida.

Algumas das palavras encontradas, como indicado no início deste capítulo, estão em suas formas participiais irregulares, como descobrimento / descoberta; mandamento / mandato (com a forma mandado também indicada); caimento / queda (também indicada a forma regular caída); decaimento / queda⁽⁹⁾ (também indicada a forma regular decaída). Outras possuem derivações oriundas de formas em parassíntese, com cognatos derivados de formas primitivas: cometimento / acometida (também indicada a forma cometida); alanceamento / lançada; entrançamento / trançado (também indicada a forma entrançado); remetimento / arremetida.

-EIRO

O sufixo *-EIRO* também apresenta cognatos para algumas palavras sufixadas em *-MENTO*. Foram encontrados 6 cognatos em *-EIRO* em sua flexão feminina, *-EIRA*. Um deles possui uma alteração no sufixo, provavelmente devido a sua base terminar na vogal "A": albergaira / albergamento. Além deste, mais dois dos cognatos em *-EIRA* possuem a mesma base das palavras derivadas em *-MENTO*: cegamento⁽¹⁰⁾ / cegueira;

quebramento / quebreira. Também há uma forma em -MENTO derivada de uma parassíntese, entrincheiramento, e sua forma cognata derivada da forma primitiva, trincheira. Percebemos que, na verdade, a palavra em -EIRA derivou o verbo parassintético, e este, a palavra sufixada em -MENTO, ou seja, elas são sinônimas e uma derivou a outra, possuindo ambas o sufixo -EIRO. Há ainda palavras cognatas com a mesma base, entretanto com formas diferentes, com entendimento somente voltando à forma latina: capilamento / cabeleira; moimento / moedeira.

Percebemos que apesar de essas formas em -EIRO estarem indicadas na microestrutura das palavras derivadas em -MENTO no DHE, elas possuem um significado similar em suas bases, sendo todavia diferentes em seus significados sufixais.

-ARIA

Como informado no DHE, provavelmente o sufixo -ARIA é uma forma erudita do sufixo -EIRO. Foram encontradas 2 palavras em -MENTO que possuem cognatos em -ARIA na microestrutura do DHE. Somente um par é constituído por uma mesma base: armamento / armaria; o outro, por bases diferentes: vozeamento / vozaria, já que a palavra derivada em -MENTO apresenta uma ditongação, que não se mantém na forma em -ARIA⁽¹¹⁾.

Desse modo, o sufixo -ARIA aproxima-se de um dos significados de -MENTO: ideia de reunião, coleção, coletivo, obrigando-nos a colocar em questão de saber se existe alguma relação entre estes três conteúdos.

-EZ / -EZA

Outro concorrente de -MENTO que causou surpresa foi o sufixo -EZ, formador de substantivos a partir de adjetivos. Observamos que embora o sufixo -EZ seja indicado nas gramáticas como formador de substantivos deadjetivais, ou seja, a partir de um adjetivo, na explicação do DHE há a indicação de vários sufixos, inclusive -MENTO, também formadores de substantivos, entretanto deverbiais. Portanto, há um equívoco na informação "o suf. -ez é das orig. da língua, para a form. de subst. **juntamente** (grifo nosso) com outros suf. como -mento, -ção, -dade, -ura, -eza etc.: absurdez, acridez, agudez."

Foram encontrados 7 cognatos em -EZ/-EZA sendo 4 deles em -EZA, dois em -EZ e um na forma masculina -EZO: desprezo. Aparentemente são formas concorrentes devido à palavra primitiva de cada um deles, adjetivo, ter originado não só um verbo parassintético, que, por sua vez, derivou um substantivo em -MENTO, mas também diretamente um substantivo por meio do sufixo -EZ: triste > tristeza; triste > entristecer > entristecimento.

Ao observarmos os cognatos no DHE, percebemos que as formas em -EZ possuem muitas acepções e uma microestrutura mais detalhada que as formas em -MENTO. Poderíamos supor, portanto, que todo adjetivo que possuir um verbo derivado por meio de uma parassíntese pode formar um substantivo em -MENTO? e que, simultaneamente, seria possível ter um substantivo derivado diretamente em -EZ? Quais seriam as condições para acontecer uma ou outra derivação? Essas são respostas que podem ser respondidas em um estudo morfológico mais aprofundado, baseado não somente em uma linguística sincrônica, mas diacrônica.

-AME / -UME

Com a acepção de coletivo, o sufixo -AME foi encontrado em um cognato, madeirame, assim como o sufixo -UME, em outro cognato, urdume, provavelmente com alteração da vogal temática, já que o DHE informa que o primeiro é um sufixo oriundo

do lat. *-amine-*, em vários voc., generalizado depois com a noção principal de 'coleção, coletivo, porção', aumentativo e, às vezes, pejorativo: *alceame, balame, baldrame (...)*; cumpre cotejar este suf. *-ame* com o suf. *-ama* (não poucos voc. em *-ame* têm variantes em *-ama*, tipo *dinheirame / dinheirama*).

e o sufixo -UME é

associado a *-ame* (lat. *-amine-*), do lat. *-umine-*, em pal. substantivas, masculinas, já com a noção abstrata de condição, já com a concreta de coletivo, com intensificação aproximativa ou superlativa, der. de rad. vern. nominais ou verb.: *amarume, ardume, azedume (...), urdume*.

Ao observarmos a microestrutura das palavras madeiramento e urdimento no DHE, encontramos em ambas referência a coletivos. Em urdume, só há a remissão à urdidura: "substantivo masculino, m.q. urdidura". Há na indicação de sinônimos a palavra urdimento, e em sua etimologia a formação por meio do sufixo -UME: "urd(i)- + -ume; f.hist. 1521-1558 ordume, 1789 urdume". Observando paralelamente o cognato em -URA, urdidura, encontramos além da acepção de "ação de X", a mesma ideia de coletivo. Apesar de poucos cognatos encontrados, percebemos sua acepção de coletivo, assim como uma das acepções do sufixo estudado neste artigo.

Encontramos em Maurer Jr. (1959) a informação de serem -AMEN, -IMEN e -UMEN variantes do sufixo latino originário de -MENTUM, -MEN. Para ele, "diversas línguas neolatinas deram grande incremento ao sufixo em uma ou outra forma (-IME no rumeno, -AME, -IME e -UME no italiano, -AMENE, -IMENE, -UMENE no sardo, etc.)". A seguir, indica que "entre os restos do sufixo -MEN temos *materiamen* (fr. *merrain*, prov. *Mairam*, port. madeirame")⁽¹²⁾ (MAURER Jr., 1959, p. 257).

Discordamos da indicação do DHE de os sufixos -AME, -UME originarem-se nas formas latinas -AMINE, -UMINE, pois provavelmente essas formas eram italianas, derivadas de -MEN. É muito provável que madeirame e urdume sejam palavras sufixadas em -MEN, sufixo exposto neste artigo como parte da formação de -MENTUM no latim, com a epêntese perfeitamente aceitável da nasal em português, como em -MENTUM > -MENTO, além de seu concorrente naquela língua. Portanto, é mister que façamos, *a posteriori*, uma pesquisa sobre as palavras portuguesas que possuam, ainda que opacificado, o sufixo -MEN, além de uma comparação entre este e o sufixo -MENTUM, em latim.

-MENTO

Encontramos muitas formas cognatas no próprio sufixo -MENTO, no total 125 palavras; algumas com alterações ortográficas simples, outras com flutuações entre formas alomorfe dos radicais primitivos, outras, ainda, apesar de serem formadas com prefixos diferentes, indicadas na microestrutura do DHE como sinônimos.

Há, primeiramente, o caso em que duas palavras são cognatas em variações do sufixo -MENTO; a primeira com uma ditongação, única palavra com essa terminação no DHE: armento / armentio; a segunda com o cognato na forma feminina, plural no latim: ossamento / ossamenta. Em seguida, há pares que possuem alterações em suas bases, como abacinamento / abaçanamento; abaloamento / abalonamento; abastardamento / abastardeamento; aborrimento / aborrecimento; afroixamento / afrouxamento; alvoroçamento / alvoraçamento, descarrilamento / descarrilhamento / desencarrilamento / desencarrilhamento; treinamento / trenamento etc.

Há pares em que uma forma possui prefixo e outra não: abojamento / bojamento; alevramento / levramento; alimpamento / limpamento; depercimento / percimento etc. Outros pares possuem prefixos diferentes, a maioria com alteração entre os prefixos A- e EN-: abranquecimento / enbranquecimento; acordoamento / encordoamento; adeusamento / endeusamento; arrugamento / enrugamento; emprazamento / aprazamento; embrutecimento / abrutecimento etc. Essa ocorrência faz-nos pensar que, talvez, haja um significado parecido entre esses prefixos.

Há também paralelos entre outros prefixos, como: enegrecimento / denegrecimento; implemento / complemento, entremetimento / intrometimento, desvanecimento / esvanecimento. Ainda há aqueles pares em que pelo menos a base de um dos pares seja formada diretamente do latim, ou seja, somente por meio de um estudo diacrônico podemos afirmar que são palavras cognatas: ejetamento / ejectamento; moimento / monumento; refacimento / refazimento; isolamento / insulamento; entretimento / entretenimento; enevoamento / anuviamiento, embasamento / envasamento, tegumento / tegmento; flamejamento / chamejamento. Também há pares que se originam de bases formadas distintamente: travejamento / entravamento / travamento; finamento / definhamento; desenrolamento / desenrodilhamento; abrutamento / abrutecimento.

Assim, fica a questão: serão mesmo necessárias tantas formas para significados semelhantes ou estas palavras distinguem-se umas das outras?

REGRESSIVOS E PALAVRAS-BASE

Há uma oposição entre o processo derivacional progressivo (acréscimo de elementos mórficos) e regressivo (com retirada de elementos). Para Said Ali (1964), o processo da derivação regressiva faz o contrário do processo normal, "obtendo-se a palavra nova, não por adição, mas por subtração do elemento formativo" (SAID ALI, 1964, p. 256). Rio-Torto (1998) utiliza definição semelhante, exemplificando o processo a partir de agravo < agravar. Para Basilio (1980), "se considerarmos que esses casos são de derivação regressiva, pelo menos teremos que considerar que se trata de um caso misto, pois também ocorre o acréscimo de vogais" (BASILIO, 1980, p. 39).

Tendo esse enfoque, Sandmann (1992) aponta essa formação como sufixal, e não regressiva, considerando, por exemplo, como sufixo a vogal “o” final de agito. Para Kehdi (1999):

Os deverbais regressivos são extraídos da primeira ou da terceira pessoa do singular do presente do indicativo; daí serem nomes de tema em -o (quando procedem da primeira pessoa) ou de tema em -A ou -E (quando procedem da terceira pessoa). (KEHDI, 1999, p. 23)

Rocha (1999) também questiona a existência de deverbais regressivos, ao indicar que patrulhamento e patrulha são palavras derivadas do verbo patrulhar pelo mesmo processo; a diferença está em patrulhamento ser formada com o acréscimo do sufixo nominalizador -MENTO ao verbo patrulhar, enquanto patrulha seria construída utilizando-se um “sufixo implícito zero” (ROCHA, 1999, p. 185). Todavia, Basilio (1980) indica que

é impossível determinar com exatidão se temos uma formação regressiva ou se temos um substantivo básico de que o verbo se teria formado. Em caso de dúvida, no entanto, a análise de uma palavra como formação verbal pode ser mais interessante, sempre que esta tiver um sentido mais abstrato. (BASILIO, 1980, p. 41-42).

A hipótese defendida por Said Ali (1964) é que:

dá-se esse fenômeno por um erro de raciocínio. O termo preexistente é realmente primitivo, mas produz a impressão de ser derivado por causa da sua semelhança com outros vocábulos que, por sua vez, são derivados; e assim, vai-se-lhe criar um suposto termo derivante à guisa dos derivantes destoutros vocábulos. (SAID ALI, 1964, p. 256)

O autor ainda acrescenta que muitos podem ter se originado a partir de um processo analógico, ainda em latim:

Na formação de palavras de derivação regressiva o português não faz mais do que continuar um processo já usado em latim, sobretudo na linguagem vulgar. De *usu*, *cantus* se derivaram *usare*, *cantare* quando foi desaparecendo o emprego dos verbos *uti* e *canere*, e de *cursus* se formou *cursare*, que se empregou a par de *currere*. Dados esses modelos de derivação regular, crearam-se analogamente os substantivos *computus* e *costus* para os verbos *computare* e *costare* < *constare*; mas nestoutros casos procedeu-se à derivação regressiva. (SAID ALI, 1964, p. 256)

Assim, limitamo-nos a apresentar as formas paralelas entre as palavras formadas a partir do sufixo -MENTO e as prováveis regressivas de mesmo cognato. Além disso, incluímos aqui as palavras que provavelmente originaram um verbo e, em seguida, um substantivo por meio do acréscimo do sufixo -MENTO, chamando-as palavras-base. Apesar de não serem regressivas, são substantivos anteriores à formação dos deverbais.

Encontramos 255 palavras em -MENTO: cognatos regressivos ou palavras-base. A grande maioria possui, além da forma regressiva, cognatos formados por outros sufixos. Há variação do gênero, ou seja, cognatos com terminações tanto masculinas quanto femininas: abafamento / abafo (também há os cognatos abafação e abafadura); abalamento / abalo (também há os cognatos abalada e abaladura), acertamento / acerto; amostramento / amostra; angustiamto / angústia; chamejamento / chamejo; socorrimento / socorro; treinamento / treino (também há os cognatos treinagem, trenagem e trenamento); valimento / valia (também há os cognatos validade e valor).

Há também formas neutras, como: empastamento / empaste; embasamento / base; encaixamento / encaixe; rebaixamento / rebaixe (além de também constar rebaixa); relaxamento / relaxe (também há o cognato relaxação), açambarcamento / açambarque (há também os cognatos açambarcagem e açambarcação); ensacamento / ensaque / (também há os cognatos ensaca, ensacadura e ensacagem) etc. Algumas formas regressivas só são capazes de serem observadas por meio da sua história, ou seja, de uma forma regressiva, diacrônica, como assentimento / assenso, em que o verbo assentir origina-se do latim. Curioso observar formas ditongadas na derivação regressiva: alardeamento / alardeio (também há o cognato regressivo alarde); atravessamento / travessia; bamboleamento / bamboleio (além do cognato bamboleadura); custeamento / custeio; meneamento / meneio etc.

Algumas formas poderiam ser consideradas regressivas num primeiro momento, o que nos faz pensar, talvez, em formas primitivas que provavelmente derivaram verbos que originaram as formas em -MENTO, como quartel / aquartelamento; pressa / apressamento. Aparentemente foram formados verbos parassintéticos: quartel > aquartelar; pressa > apressar, e nestes acrescentou-se o sufixo -MENTO, formando substantivos sinônimos (segundo DHE) aos substantivos primitivos; entretanto deve haver uma diferença de uso entre essas formas. Seguindo esse raciocínio, muitos outros cognatos aparentemente regressivos provavelmente originaram as formas em -MENTO, por meio de uma anterior derivação sufixal para formar um verbo: alarde / alardeamento (também há a forma ditongada alardeio); atalho / atalhamento; cabeção⁽¹³⁾ / encabeçamento; feitoço / enfeitçamento; esgoto / esgotamento; cano / encanamento; socorro / socorrimento; grade / engradamento etc. Apesar de o DHE indicar como sendo sinônimos, percebemos que há uma diferença entre esses pares, já que os substantivos primitivos possuem um traço mais concreto, diferentemente dos substantivos derivados em -MENTO, que possuem um traço mais abstrato, direcionados a uma "ação de x".

No par temperamento / têmpera (também há os cognatos temperatura e tempérie), a forma regressiva é somente observável em sua etimologia, já que é um processo de formação de palavras da língua italiana, confirmando a ideia de que a análise diacrônica, unida à comparação entre as línguas, é uma forma de pesquisa bastante produtiva,

já que sem esses instrumentos seria impossível fazermos o cruzamento entre essas palavras com tanta convicção.

Há algumas palavras sufixadas em -S/ÇÃO que, apesar de não serem regressivas, originaram verbos que derivaram palavras em -MENTO, sendo, portanto, anteriores a estas. Consideramos estas como base para a formação em -MENTO, já que foram a base para a formação de um verbo em -AR que, em seguida, derivou um substantivo em -MENTO, ou seja, as bases desses cognatos são diferentes. O par posição / posicionamento, por exemplo, possui bases diferentes se observarmos suas formações; agarração e agarramento possuem a mesma base, visto que ambas se originam de do verbo agarrar acrescido dos sufixos -ÇÃO e -MENTO, respectivamente.

Outra palavra derivada em -ÇÃO com base diferente é relação / relacionamento, confirmando a provável tendência de uma palavra sufixada em -ÇÃO originar verbos que derivam substantivos em -MENTO, confirmando o processo indicado no capítulo sobre os cognatos em -ÇÃO. Dessa forma, também há a ocorrência de um processo contrário, ou seja, uma palavra já sufixada em -MENTO que provavelmente origina um verbo que acaba derivando um substantivo em -ÇÃO, como em regulamento / regulamentação. Este último par também contém, como cognato, a palavra regra, que pode ser considerada uma derivação regressiva do verbo regular se observarmos os fenômenos diacronicamente.

Uma forma diferente, não considerada por nós como regressiva, mas anterior, foi delivrar / delivramento (com o cognato delivrança também indicado na microestrutura do DHE). Acreditamos que pode ser, também, uma forma de derivação imprópria do verbo delivrar, utilizado, assim, como substantivo. Também ocorre o mesmo fenômeno em amanhecimento / amanhecer, em que há o substantivo amanhecer, provavelmente originário de uma derivação imprópria do verbo homônimo.

Um outro par de cognatos pesquisado foi empecilho / empecimento. A palavra derivada em -MENTO tem sua origem no verbo empecer. Já a forma empecilho tem sua formação a partir da palavra empeço + o sufixo -ILHO, portanto não devendo estar aqui junto ao cognatos regressivos devido a ser uma derivação sufixal. Contudo, sua formação é derivada da palavra empeço, que apesar de não constar como sinônimo na microestrutura de empecimento, consta em empecilho, não só como sendo sua base, mas também sinônimo desta. Ao pesquisarmos empeço, há a informação de ser uma derivação regressiva de empecer, e na etimologia desta, oriunda do latim vulgar.

Outro conjunto diferente foi estrame / estramento. Ao analisarmos as informações etimológicas de ambas as palavras, julgamos primeiramente estramento ser uma derivação de estrame, acrescido do sufixo -ENTO, e não -MENTO, sendo este, provavelmente, portanto, um falso sufixo, a ser incluso em nossa listagem indicada no início deste texto, com ciumento, asmento. Para nos certificarmos, verificamos as significações e etimologias das palavras. Analisando o verbete estrame, percebemos que ele possui o sufixo latino -MEN, que conforme indicado na análise e história do sufixo -MENTUM, é um sufixo análogo a este. Portanto, a derivação está feita a partir do acréscimo do sufixo -MEN ao verbo latino sternere e, talvez, para a palavra estramento, acréscimo ao verbo do sufixo -MENTO.

Assim, há mais palavras do português que contenham o sufixo -MEN latino? Provavelmente, o que abre portas para mais pesquisas direcionadas

ao sufixo estudado, já que essa forma primitiva *-MEN* é mais obscura e opaca que a forma *-MENTUM*.

DUVIDOSOS

Encontramos alguns sinônimos, prováveis cognatos, na microestrutura de algumas palavras de nossa listagem de pesquisa cuja formação e/ou sufixação não foi possível identificar ao certo. Em relação à palavra acrécimo, sinônima de acremento, só conseguimos confirmar que ambas possuem a mesma base se fizermos uma análise diacrônica, pois pela sincronia seria impossível tal afirmação ser verdadeira. Na entrada de acremento, o DHE afirma ter origem no latim medieval *accrementum*. Já em acrécimo, o DHE indica em sua etimologia que

Nascentes, associando o étimo a *acrescer*, lembra, para a terminação, *préstimo* e *empréstimo* (subentendendo conexão com os verbos *prestar* e *emprestar*, que o espanhol, no primeiro verbo, faz *préstamo*); a formação é anômala, pois *-écimo* só há em *décimo* e seus compostos; *-éssimo*, em *péssimo*, e *-éscimo*, só em *acrécimo* (donde *decrécimo*); não se leva em conta a pronúncia variante de *-ésimo* de numerais ordinais.

Muito curiosa a informação dada por DHE, na qual há a indicação de um sufixo um tanto opaco, pois não foi possível identificá-lo com certeza. Da mesma família, ainda há decremento / decrécimo / decrescimento, em que há o mesmo paralelo entre acremento / acrécimo e decremento / decrécimo; entretanto há a palavra acrescimento, em que é fácil observar a formação por meio do verbo acrescer mais o sufixo *-MENTO*. Embora não haja indicação da datação desta, o DHE indica século XVI para a palavra acremento. Ao observarmos a macroestrutura do DHE para a palavra acremento, encontramos, como entrada anterior, acrementição, e dentro da microestrutura desta, acreção. Com esses dados, é possível incluirmos ao par de sinônimos cognatos acremento / acrécimo as palavras acreção e acrementição ⁽¹⁴⁾, em que a primeira possui a mesma base de acremento, entretanto derivada por meio do sufixo *-ÇÃO*, e a segunda provavelmente formou após a união de acremento + o sufixo *-ÇÃO*.

Outros cognatos bastante curiosos foram os da palavra desmerecimento: demérito / desmérito. Da mesma forma que a pesquisa das palavras anteriormente citadas, esse conjunto só é possível de ser observado e confirmada a sua cognição por meio de sua história linguística, já que suas bases são diferentes no português, mas se originam de uma mesma base latina, *MER-*, acrescida do prefixo *DES-*. Encontramos também o par agradecimento / gratidão. Ainda que essas palavras não sejam sinônimas, caso verificarmos a microestrutura de ambas e a aplicação destas em *corpus* atuais, são substantivos e possuem a mesma base, ou seja, originam-se de uma mesma raiz, sendo, portanto, cognatas.

Outro cognato que possui uma base diferente de sua forma em *-MENTO* é promessa / prometimento. A afirmação de que são cognatas pode ser feita se verificarmos a etimologia de ambas; na microestrutura da

palavra promessa existe, ainda, outro cognato, formado por meio do sufixo -SÃO: promissão.

Com essas observações, percebemos que não é sempre possível identificarmos a base provável de uma palavra por meio da simples subtração de seu segmento final. Assim, por mais que alguns trabalhos com foco sincrônico indiquem algumas dessas palavras oriundas de uma derivação regressiva, por exemplo a palavra experimento, derivação regressiva do verbo experimental, sabemos que os estudos diacrônicos explicam a origem desta como palavra sufixada em -MENTO e, a partir desta, a derivação experimental. Concordamos com a ideia de Monteiro (2002, p. 162), quando diz que "o bloqueio implica a idéia de que o léxico é estático, e este fato contradiz o próprio princípio da criatividade léxica, comprovado até na linguagem infantil". Acrescentamos ainda que não se esgotaram os cognatos das palavras sufixadas em -MENTO, afinal aqui só pesquisamos as palavras com datação indicada no DHE; se incluíssemos o restante do *corpus*, essa análise se duplicaria. Portanto, é mister que a história esteja presente nos estudos morfológicos, pois sem ela muitos erros ocorrem ou muitas suposições não possuem respostas fundamentadas.

NOTAS

(1) A dúvida de uma aluna, Christine Frech, em traduzir cancellation para cancelamento e não cancelação.

(2) Devemos lembrar que bloqueio é um conceito sincrônico; assim, nada impede que haja, em outras épocas, formas desses exemplos em *-ment* e em *-s/ção*, respectivamente no inglês e português.

(3) É estranho apresentar concorrência consigo, contudo encontramos algumas formas, conforme indicado no último item deste trabalho.

(4) Apesar de não serem cognatos perfeitos, a palavra enlçamento está indicada como sinônimo de entrelçamento na microestrutura deste, no DHE. Além disso, ambas possuem a mesma base, LAÇ-.

(5) Essa derivação só é possível de observarmos por meio da diacronia, já que o sufixo -ÇÃO, ao se unir ao sufixo -AR para formar um verbo, volta à forma arcaica, -CION, derivada da latina -TION.

(6) Mesmo havendo essa tendência, já que encontramos no DHE 55 verbetes terminados em -MENTAÇÃO e 27, em -CIONAMENTO, há, no mesmo dicionário, algumas ocorrências com dupla ocorrência desses sufixos: condicionação, adicionação, colecinação, desproporcionação, inficinação e lecinação; adormentamento, atormentamento.

(7) Recentemente, deparamo-nos com a forma monitoragem fetal para um exame em que se comparam os batimentos cardíacos de um feto com as contrações maternas. O pedido médico indicava, contudo, monitoração fetal. Ao solicitarmos o reembolso desse exame à assistência médica, informaram que não havia tal exame em seu cadastro. Em seguida, encontramos na listagem de exames a forma monitoramento fetal, ou seja, para um mesmo exame, três formas: monitoragem / monitoramento / monitoração. Quando usar um ou outro? Assim, como já indicado na abordagem dos cognatos em -Ç/SÃO, seria bastante interessante fazer uma

pesquisa comparativa entre esses sufixos, visto que pode ser decisivo para questões de terminologia especializada.

⁽⁸⁾ O acesso foi feito em 17 de novembro de 2007.

⁽⁹⁾ Queda está como sinônimo da microestrutura tanto de caimento quanto de decaimento.

⁽¹⁰⁾ Apesar de não parecerem sinônimos, o DHE indica na microestrutura de cegamento que este é sinônimo de cegueira.

⁽¹¹⁾ Cf. NOBLING (2007).

⁽¹²⁾ Grifo nosso.

⁽¹³⁾ Não é aumentativo de cabeça. Dentre várias acepções, em sua microestrutura o DHE indica ser sinônimo da área de artes gráficas: "vinheta ou gravura estampada na parte superior de frontispício ou de página capitular de livro; cabecel, encabeçamento".

⁽¹⁴⁾ Na informação etimológica de acremetição há a indicação da forma regular acremetação, que não existe na macroestrutura do dicionário utilizado: "form. irregular de acremento (< lat. accrementum, í 'acrécimo') + -ição ; a f. regular seria prov. acremetação; ver cresc-; f.hist. 1871 accrementição", provavelmente formada a partir de acremento > acremetar > acremetação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASÍLIO, M. **Estruturas Lexicais do Português**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CUNHA, A. G. Algumas pistas para a datação do vocabulário português. In: **Para Segismundo Spina: língua, filologia, literatura**. São Paulo: Edusp, Iluminuras, 1995.

HOUAISS, A., VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001a, CD-ROM.

KEHDI, V. **Morfemas do português**. São Paulo: Ática, 1999.

MAURER Jr., T. H. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

MONTEIRO, J. L. **Morfologia Portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

RIO-TORTO, G. M. **Morfologia Derivacional: teoria e aplicação ao português**. Porto: Porto Editora, 1998.

ROCHA, L. C. A. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguêsa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SANDMANN, A. J. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.

VIARO, M. E. **Por trás das palavras.** Manual de etimologia do português. São Paulo: Globo, 2004.

VILELA, M. **Estudos de lexicologia do português.** Coimbra: Almedina, 1994.

LOSANGO CÁQUI: A PAULICEIA E O SOLDADO DA REPÚBLICA

Eliana Maria Azevedo Roda Pessoa FERREIRA
Universidade de São Paulo (Mestranda)
elianarofe@usp.br

RESUMO: Os textos literários modernistas do início do século XX inovam não só em relação ao conteúdo, mas também em relação à forma. Notamos uma preocupação com o registro de expressões populares e com as criações lexicais nas produções desse período. Dentro do universo literário dessa época, destacamos Mário de Andrade, escritor de vanguarda. Propomos neste trabalho uma leitura de São Paulo a partir de sua obra poética *Losango Cáqui*, cujo enunciador, soldado da República, desfila pela cidade, falando da neblina, das fábricas, do bonde, dos exercícios militares e do amor. Na Advertência que antecede a obra, o autor revela que o livro reúne “Sensações, idéias, alucinações, brincadeiras, liricamente anotadas”. Assim, procuraremos demonstrar algumas dessas sensações e ideias transmitidas nas criações lexicais caracterizadoras da cidade e da relação do enunciador – soldado – com o exército e com o espaço urbano. A análise dessas criações será fundamentada na Estilística Léxica cujo objetivo é verificar a expressividade obtida com as palavras, revelando a importância desses processos de criação de lexis na compreensão do texto e da época.

PALAVRAS-CHAVE: Estilística; Criações lexicais; Expressividade; Mário de Andrade; Losango Cáqui.

INTRODUÇÃO

Os textos literários modernistas do início do século XX inovam não só em relação ao conteúdo, mas também em relação à forma, sendo uma das características desse momento a utilização frequente de criações lexicais com objetivo estilístico.

Destacamos nesse período Mário de Andrade, escritor de vanguarda, propondo neste artigo uma breve leitura de São Paulo a partir de sua obra poética *Losango Cáqui*, cujo enunciador, soldado da República, desfila pela cidade, falando da neblina, das fábricas, do bonde, dos exercícios militares e do amor.

LOSANGO CÁQUI

A obra *Losango Cáqui* composta em 1922 é um diário em que a visão do poeta-soldado sobre a cidade e sobre o exército se faz presente. Ao lado do amor pela cidade, onde coexiste a novidade e o arcaico rural, existe uma sátira à rigidez do exército na figura dos tenentes, possivelmente, pela maneira germânica de comandar - que se contrapõe ao *jeito maxixe* dos soldados brasileiros.

O cotidiano é retratado na poesia através das sensações, ideias, alucinações e das brincadeiras de que fala o autor na Advertência da obra. O poeta-arlequim de *Paulicéia Desvairada* apresenta-se em *Losango Cáqui* como poeta-soldado sem, no entanto, deixar de mostrar a sua alma, a sua postura arlequinial. Salienta-se, inclusive, o resquício do traje do arlequim no título, onde a figura do losango não é acompanhada da ideia de multicolorido, mas sim do monocromático *cáqui*.

CRIAÇÕES LEXICAIS

Apesar de encontrarmos na obra criações expressivas formadas por diferentes processos, destacamos, neste artigo, apenas algumas que, ao retratarem o exército e a Pauliceia, revelaram alterações somente de significado, sendo caracterizadas como neologismos semânticos. Nessas criações não há modificação da forma da unidade lexical, mas sim o acréscimo de um novo significado a um significante já existente. Segundo Guilbert (1975), a neologia semântica pode ser definida pela aparição de um significado novo para um mesmo segmento fonológico.

Diferentemente de outros neologismos, em que se verifica a alteração do significante, o semântico ou conceptual se atém à alteração do significado, partindo de novas e inusitadas combinações: "As neologias semânticas aparecem, quando se empregam signos já existentes no código, em combinações inesperadas ou inéditas com outros signos do enunciado. O neologismo surge, então, como resultado de uma combinação sêmica". (BARBOSA, 1981, p.203)

Verificando que os atributos do exército e da cidade, decorrentes das metáforas utilizadas por Mário de Andrade, poderiam ser classificados a partir de campos associativos, recorreremos a Ullmann e Lakoff /Johnson.

Ullmann (1964), ao afirmar que as palavras estão cercadas por uma rede de associações, orienta para a existência de campos semânticos formados a partir da relação metafórica ou metonímica:

Como pode ver-se, o 'campo associativo' de uma palavra é formado por uma intrincada rede de associações, baseadas algumas na semelhança, outras na contigüidade, surgindo umas entre sentidos, outras entre nomes, outras ainda entre ambos. O campo é por definição aberto, e algumas das associações estão condenadas a ser subjetivas, embora as mais centrais sejam em larga medida as mesmas para a maioria dos locutores. (ULLMANN, 1964, p.501)

Lakoff e Johnson (2002) indicam a existência de um "pensar metafórico, analógico", de um sistema conceptual presente no pensamento ou na ação:

Já que a comunicação é baseada no mesmo sistema conceptual que usamos para pensar e agir, a linguagem é uma fonte de evidência importante de como é esse sistema. Baseando-nos, principalmente, na evidência lingüística, constatamos que a maior parte de nosso sistema conceptual ordinário é de natureza metafórica. E encontramos um modo de começar a identificar em detalhes quais são as metáforas que estruturam nossa maneira de perceber, de pensar e de agir. (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 46)

Assim dividimos a análise do *corpus* de acordo com os campos semânticos evidenciados em:

- criações lexicais caracterizadoras da cidade a partir do olhar do soldado-enunciador;
- criações lexicais caracterizadoras da relação do enunciador-soldado com o exército.

ANÁLISE DE ALGUMAS CRIAÇÕES PRESENTES NO *CORPUS* ESTUDADO:

Criações lexicais caracterizadoras da cidade a partir do olhar do soldado-enunciador

A)

"A manhã roda macia a meu lado

Entre arranha-céus de luz

Construídos pelo maior engenheiro da Terra.

Como ele deixou as renascenças do sr.dr . Ramos de Azevedo!

De que valem a Escola Normal o Théâtre Municipal de l'Opéra
E o sinuoso edifício dos Correios- e- Telégrafos

Com aquele relógio-diadema made inexpressively?"

Na Paulicéia desvairada das minhas sensações

O Sol é o sr. engenheiro oficial."

(XXII = p.138-integral versos: 1 a 9)

O poema XXII apresenta a cidade ensolarada e as construções realizadas por Ramos de Azevedo.

Em *a manhã roda macia ao meu lado*, houve quebra de isotopia, já que foi utilizada uma ação própria de um objeto (rodar) como própria de outro (manhã).

Observa-se nesse poema a junção da natureza: a presença do Sol, com o moderno: as construções. O enunciador demonstra que de nada adiantaria a beleza dos edifícios construídos por Ramos de Azevedo como a Escola Normal, o Théâtre Municipal de l'Opéra e o sinuoso edifício dos Correios-e-Telégrafos se o Sol não estivesse ali para realçar essas construções. O atributo engenheiro oficial usado para referir-se a Sol, representante da natureza, dialoga com o engenheiro Ramos de Azevedo, representante da modernização da cidade, mostrando o momento em que a cidade se urbanizava.

O relógio do edifício dos Correios-e-Telégrafos é caracterizado pela criação lexical composta por justaposição *relógio-diadema*, cuja base *diadema* é metafórica. Por estar no meio da fachada do referido prédio, a criação caracteriza o relógio como um adorno do edifício, daí justapor a palavra *diadema*, que remete à jóia usada na cabeça por reis e rainhas.

Digno de nota é a referência à cidade como *Paulicéia desvairada das minhas sensações*, momento em que o enunciador retoma, possivelmente, a obra *Paulicéia desvairada* e sugere o seu trabalho poético com os sentidos, as sensações.

Finalmente a figura do Sol, personificado como o engenheiro oficial da cidade, caracteriza uma São Paulo em que a natureza deve existir ao lado da modernidade.

B-

"A menina peleja pra puxar a cabra

Que toda se espaventa escorregando no asfalto

Entre as campainhadas dos bondes

E a **velocidade poenta** dos automóveis.

... Todo um rebanho de cabras...

As cabras pastam o capim do meio-dia...
E na solidão morta da serra
Nem um toque só de buzina.

Cachorro feio de olhos grandes entocaiados nos pelos.
Junto das pedras movidas pelas lagartixas,

Aonde o Solão chapinha na água agitada

Afinca os dentes no queijo dourado
Lícias, pastor. "

(XXVII –A menina e a cabra - p.141 – integral -versos:1 a13)

O poema *XXVII – A menina e a cabra* mostra a cidade em que coexiste a novidade urbana e o arcaico rural. Assim apresenta a menina com dificuldade de puxar, no asfalto, a cabra em meio aos bondes e aos automóveis.

Ao utilizar a expressão *velocidade poenta* dos automóveis rompe com a isotopia, uma vez que a velocidade está associada à visão e ao caracterizá-la como *poenta* passa para além do campo visual, para o tátil.

Há uma relação sinestésica entre *a velocidade* e *poenta* que pode caracterizar o momento em que a cidade se moderniza com a presença da poluição provocada pelos automóveis; com o asfalto; com os bondes. Há, no entanto, os elementos do meio rural como a cabra, o rebanho de cabras que pastam o capim do meio-dia.

Ao atribuir uma ação humana ao Sol, observamos a ruptura de isotopia, uma vez que há a personificação do Sol. Digno de nota é o fato de o Sol estar no aumentativo, enfatizando a sua presença na cidade.

Criações lexicais caracterizadoras da relação do enunciador -soldado com o exército

A.

.....

E penso nela, unicamente penso em mim.

Amo todos os amores de S. Paulo... do Brasil.

Eu sou a Fama de cem bocas

Pra beijar todas as mulheres do mundo

Hoje é suburra nos meus braços abraços frementes amor

Minha Loucura, acalma-te.

...Muitos dias de exercícios militares...

Previsões tenebrosas...

Revoluções futuras...

Perspectiva de escravo cáqui, pardacento, fardacento

Meu coração estrala.

Amor! (I-LC- p.124 = verso 31)

O poema I que abre a obra *O Losango Cáqui* apresenta o enunciador-soldado apaixonado vivenciando um dia agitado de soldado na cidade.

O neologismo semântico *escravo cáqui*, ao estabelecer a analogia entre o *soldado* e *escravo* parece sugerir o desgosto do enunciador em servir ao exército, impressão que será reforçada pelo fato de o poeta ter *previsões tenebrosas* e pedir à Loucura, identificada com a liberdade poética, para se acalmar.

O cáqui usado em *escravo cáqui* pode ser referência à cor da farda dos soldados, nesse caso haveria uma relação sinedócica entre a cor da farda e a farda. Poder-se-ia pensar, também, na alusão à diversidade étnica a partir da lexia *cáqui*, aí teríamos uma metáfora, já que em seguida a *escravo cáqui* – aparece o adjetivo *pardacento* sinônimo de *mulato* o qual remete à fusão de etnias (branco e negro), portanto, à pluralidade étnica.

Nas duas interpretações, a visão depreciativa do soldado está presente pelo poder negativo evocado pela palavra *escravo*.

B-

“XVII

Mário de Andrade, intransigente pacifista, internacionalista amador, comunica aos camaradas que bem contra-vontade, apesar da simpatia dele por todos os homens da Terra, dos seus ideais de confraternização universal, é atualmente soldado da República, defensor interino do Brasil.

E marcho tempestuoso noturno.

Minha alma cidade das greves sangrentas,

Inferno fogo INFERNO em meu peito,

Insolências blasfêmias bocagens na língua.

Meus olhos navalhando a vida detestada.

A vista renasce na manhã bonita.

Paulicéia lá em baixo epiderme áspera

Ambarizada pelo Sol vigoroso,

Com o sangue do trabalho correndo nas veias das ruas.

Fumaça bandeirinha.

Torres.
Cheiros
Barulhos
E fábricas...
Naquela casa mora,
Mora, ponhamos: Guaraciaba...
A dos cabelos fogaréu!..."
(XVII – LC p.135 e 136 =versos 1 a 17)

No poema XVII, o enunciador evidencia a postura de Mário de Andrade em uma espécie de preâmbulo à poesia. Explicita que é pacifista e que serve ao exército contra a sua vontade. Daí entender-se posteriormente porque ele marchará triste, blasfemando, navalhando a vida que ele detesta, ou seja, a vida de soldado.

Nesse trecho, a metáfora relacionada à alma do soldado – *cidade das greves sangrentas* – parece concretizar a alma que não possui realidade física ou material, havendo ruptura na medida em que a alma adquiriu a realidade física, concreta da cidade. A repetição do som *gre* em *greves* e *sangrentas* orienta, juntamente com a visualização da alma como palco e espelho das atrocidades da cidade, para a concretização da alma atormentada.

Acentuando a idéia de tormento, o enunciador escreve INFERNO em caixa alta como que gritando para o leitor entender o seu desespero.

Nessa gradação de sofrimento, de repulsa ao fato de servir ao exército contra a sua vontade, o enunciador rompe com o esperado, utilizando os olhos para caracterizar a ação de navalhar a vida, configurando uma relação sinédouca, já que a parte – olhos- está representando o todo – o poeta.

CONCLUSÃO

Os neologismos semânticos usados para representar a Pauliceia são, em sua maioria metáforas, que apresentam uma cidade em que o moderno, o bonde, as construções, os automóveis, convivem com a natureza. São impressões, sensações, liricamente anotadas como diz o poeta na advertência da sua obra.

Já os neologismos semânticos utilizados para retratar o exército contribuem para construção de uma visão que deprecia a obrigatoriedade e a rigidez do serviço militar, mostrando que a subserviência e a imobilidade não correspondem ao comportamento brasileiro que se caracteriza, segundo

o soldado-enunciador, pela presença do sangue latino que reflete a impaciência, a mocidade, a liberdade e a alegria de viver:

“O Sargento ignora a influência do sangue latino.

Impaciência.

Mocidade.

Verso-livre.

Alegria grita em mim.” (XXXVIII – LC p.149)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. **Neologismo. Criação lexical.** São Paulo: Ática, 2002.

ANDRADE, M. **Poesias Completas/ Mário de Andrade:** edição crítica de Diléa Zanotto Manfio. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2005.

BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade:** processos de neologismo. São Paulo: Global, 1981.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale.** Paris: Larousse, 1975.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana.** Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

ULLMANN, S. **Semântica:** uma introdução à ciência do significado. 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

ANÁLISE DE TERMOS DA ECONOMIA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA DIACRÔNICA

Eliane Simões PEREIRA
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
eliansim@gmail.com

RESUMO: Neste trabalho, pretendemos mostrar alguns aspectos da história da formação do português brasileiro por meio de certos itens lexicais pertinentes à área da Economia. Na análise de termos da Economia, visamos a relatar eventuais mudanças semânticas e lexicais, em um período de três séculos, do XVI ao XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia diacrônica; Economia; Lexicologia.

INTRODUÇÃO

A língua não tem como característica a de ser estática, já que sempre modifica sua constituição no fluir do tempo. Enquanto uma língua possuir falantes, ela será passível de sofrer alterações, ou seja, muitas palavras, expressões e modos de dizer deixarão de ocorrer ou se transformarão, enquanto muitas outras surgirão continuamente. Um trabalho de recolhimento lexical de natureza diacrônica, como o que aqui se propõe, vai ao encontro das peculiaridades verbais muito próprias de um contexto recuado no tempo.

Acredita-se na importância de nossa pesquisa pela promoção, no interior da vivência universitária, de um vínculo necessário entre um dos mais importantes segmentos da área de Letras, a Linguística, e o ambiente financeiro. Acerca da carência de obras que tratem, numa perspectiva histórica, da Economia no Brasil, Noronha (2005, p. 11) nos diz:

É fácil verificar, numa rápida incursão pelos estudos dedicados ao primeiro século do Brasil, no que toca o direito, uma triste escassez bibliográfica. Se, como afirmou Marchant, no seu clássico estudo sobre as relações econômicas no Brasil de Quinhentos, os estudos dedicados à economia neste período haviam sido negligenciados, outro tanto se poderia dizer acerca dos estudos voltados para as relações jurídicas a gênese do direito brasileiro.

Em outro plano, nossa investigação se justifica cientificamente sobretudo pelo fato de nossa pesquisa contar com um objeto de pesquisa precioso. Utilizaremos uma base informatizada criada para a elaboração do Dicionário Histórico do Português do Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII). Tal projeto recolhe documentos e obras – dos três primeiros séculos da colonização brasileira –, os quais devem representar a grande diversidade de regiões, temas e conteúdos de todo o Brasil. A utilização desse corpus busca documentar, fundamentalmente, a escrita de tempos anteriores ao período de normatização ortográfica.

O Brasil é composto por numerosas culturas e uma grande diversidade étnica. Tais características se refletiram, certamente, em nossas escolhas vocabulares através do tempo, inclusive, no campo das línguas de especialidade. Uma vez que não se nega a importância da área econômica para a sociedade, resgatar a história do uso vocabular dessas variedades linguísticas pode ser um passo importante no sentido de recuperar parte de nossa história e analisar nossa sociedade.

A LEXICOLOGIA, A TERMINOLOGIA E A FILOLOGIA

Como acredita Lüdtke (1974, p. 31), “todas as mudanças no vocabulário se relacionam, de algum modo, com mudanças políticas e culturais”. Estudar o léxico de uma língua em um determinado período pode permitir a captação de parte de sua história, a qual é alterada pela renovação dinâmica lexical.

Os trabalhos lexicológicos têm como objeto de seu estudo qualquer palavra de uma língua. A Lexicologia tem por desígnio o estudo científico do léxico, buscando determinar a origem, a forma e o significado das palavras de uma língua, bem como seu uso na comunidade dos falantes. Por meio da Lexicologia, torna-se possível observar e descrever cientificamente as unidades léxicas de uma comunidade linguística.

O usuário da língua utiliza o léxico, inventário aberto de palavras disponíveis no seu idioma, para a formação do seu vocabulário, para sua própria expressão no momento da fala e para a efetivação do processo comunicativo. De acordo com Biderman (2001, p. 158), à medida que as comunidades linguísticas vão aperfeiçoando o seu conhecimento da realidade, também criam novas técnicas e ciências. O desenvolvimento científico acarreta, assim, a ampliação do repertório de signos lexicais, a qual é ocasionada pela criação de novos termos que procuram abarcar os conceitos que vão surgindo. “O patrimônio lexical que as línguas estão constituindo documenta a acumulação do conhecimento humano na contemporaneidade” (BIDERMAN, 2001, p. 159). Enquanto o conhecimento humano se sofisticava, vão surgindo sistemas léxicos complexos, denominados terminologias científicas. A Linguística possui um ramo específico para o estudo das terminologias, a saber, a Terminologia.

A Terminologia é uma disciplina cujo surgimento se deu pela intensidade do desenvolvimento científico e tecnológico que caracteriza as sociedades modernas. Toda ciência necessita de um conjunto de termos, definidos com rigor, por meio dos quais ela procura designar as noções que lhe são úteis. O estudo de tais conjuntos de termos constitui o interesse da Terminologia. (Dubois 1973:586.) Além disso, a Terminologia se define como palco para os estudos das atividades que dizem respeito ao levantamento, descrição, processamento, apresentação e definição dos termos ou de unidades lexicais pertencentes a áreas especializadas de uso de uma língua ou de uma ciência.

Como dissemos anteriormente, aqui nos interessa o estudo diacrônico de termos do campo da Economia. De acordo com Bassetto (2005), todas as variedades linguísticas podem ser estudadas sob o ponto de vista diacrônico, em sua história interna ou externa. A Filologia, sob o prisma da história externa, investiga, entre outros assuntos, os fatos políticos, econômicos, sociais e culturais que, de alguma forma, influíram na evolução da língua. Já do ponto de vista da história interna, ela averigua a língua nos seus vários níveis linguístico, inclusive o léxico.

De acordo com Spina (1994, p. 82-3), a “função transcendente” da filologia é uma das funções primordiais do estudo filológico. A ela são conferidas análises que permitem ao filólogo reconstituir, baseado em documentos, a cultura de um povo em um dado período histórico. O texto, por meio dela, deixaria de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica para se transformar em um instrumento para reestabelecer a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época. A individualidade do texto de certa forma “desaparece”, já que o seu leitor, abstraindo-o, apenas se deleita com o estudo que dele resultou.

CONTEXTO HISTÓRICO

É de todo importante esclarecer o porquê da escolha da Economia como corpus de nossa pesquisa. A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da *Expansão Comercial Européia*. Os portugueses vieram atrás de novas terras não por explosão demográfica, como foi o caso da Grécia, mas com vistas ao acúmulo de riquezas. Aliás, a lenda de riquezas inapreciáveis por descobrir corre toda a Europa e suscita enorme interesse por novas terras. De tal forma, a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da *Expansão Comercial Européia*.

Descoberto em fins do século XV, em 22 de abril de 1500, o Brasil se tornou extensão territorial de Portugal. É compreensível, pois, que estruturas institucionais tenham sido estendidas de Portugal para o Brasil. É conhecida a disposição mercantilista portuguesa, ávida por riquezas da terra recém-descoberta e, já em 1502-3, uma grande expedição de reconhecimento com fins exploratórios fazia um levantamento das potencialidades econômicas da costa brasileira.

O lento e complexo processo de gestão da civilização e da nacionalidade no Brasil, desde a sua “descoberta”, esteve estreitamente condicionado ao desalentado papel subalterno de colônia de uma metrópole europeia, sendo sua atividade comercial dedicada ao fornecimento de gêneros como açúcar, tabaco, mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio da Europa. O colonialismo português era espoliativo, não tinha como intenção criar no *Novo Mundo* uma sociedade complexa, com instituições próprias. Assim, as riquezas e potencialidades do território colonial prestavam-se a uma atitude francamente predatória, constituída estritamente pelo interesse externo.

Alexander Marchant (1943) publicou um importante estudo no qual descreve os contatos inicialmente amigáveis entre nativos e europeus, justificados pelas trocas voluntárias de itens nacionais como pau-brasil, papagaios, saguis etc. por machados e outros manufaturados europeus. Essas relações cordiais foram extintas com o início da colonização territorial pelos portugueses, em 1532 na qual se via outra faceta do colonizador, ávido por riquezas, terras e pela barata mão de obra indígena.

Pode-se, inclusive, detectar os ciclos econômicos que marcaram a história da colônia no decorrer dos três primeiros séculos brasileiros. A partir de 1501, o primeiro deles foi iniciado: o da extração de pau-brasil, madeira avermelhada utilizada para tingir tecidos na Europa, abundante em grande parte do litoral brasileiro. Para isso, os portugueses criavam feitorias e sesmarias e contratavam o trabalho de índios para cortar e carregar madeira.

O segundo ciclo econômico brasileiro foi o do plantio de cana-de-açúcar, o qual abrangeu os séculos XVI ao XVIII. A cana era utilizada na Europa para a manufatura de açúcar. O procedimento ocorria em torno do engenho, que funcionava por meio de uma moenda de tração animal ou humana. A agricultura da cana introduziu o método de produção escravista, baseado na importação e escravização de africanos, o que gerou um domínio comercial paralelo: o tráfico negreiro.

Durante todo o século XVIII, expedições “vasculharam” o interior do Brasil atrás de metais valiosos, tais como o ouro, a prata e o cobre, e de pedras preciosas, como o diamante e as esmeraldas. A descoberta desses metais em algumas regiões do território brasileiro provocou um grande afluxo populacional não só de Portugal como também de outras áreas povoadas da colônia, como São Paulo de Piratininga, São Vicente e o litoral nordestino.

A LÍNGUA

Portugal nos legou, juntamente com tantas instituições, o idioma. Porém, como no primeiro século da “nova terra”, ela se encontrava em

processo de adaptação, em todos os sentidos, isso faz com que consideremos uma espécie de *aclimatação linguística* se realizando no território colonial.

De matriz latina e ibérica, o português que migrara para o Brasil ajustava-se a uma nova realidade física e cultural, adquirindo, aos poucos, um vocabulário que não seria impermeável aos influxos do “novo mundo”. Dessa forma, se por um lado a ele apresentavam-se elementos da nova terra (plantas, animais, seres humanos) até então desconhecidos pelo falante português, por outro, um imenso arsenal linguístico lhe foi transplantado diretamente da metrópole portuguesa, ligado a um corpo de instituições e preceitos.

Muitas vezes, a nova sociedade que se formava acabou por propiciar a criação de vocábulos bastante distintos dos usados na metrópole portuguesa. A miscelânea criada por tamanha diversidade linguística – o Português Europeu, as línguas indígenas, os idiomas africanos trazidos pelos escravos – possibilitou uma espécie de caldeamento de culturas diversas, o que se refletiu no vocabulário brasileiro.

As línguas humanas, que não constituem realidades estáticas, mas, ao contrário, se alteram continuamente no tempo, acabam por refletir em seu interior os eventos históricos que se sucedem em cada sociedade. Se observarmos, por uma perspectiva diacrônica, a formação do atual Português Brasileiro (PB), poderemos nos deparar com um panorama complexo.

METODOLOGIA

Para o exame dos itens lexicais da Economia, será necessário trabalhar com um corpus, ou seja, uma porção de textos da qual serão selecionadas formas vocabulares. O método empírico de análise de corpus irá nos possibilitar a busca das palavras a serem analisadas e facilitará a descoberta de suas características lexicais e semânticas.

Segundo Biderman (2001, p. 79), uma base informatizada “é uma coletânea de textos selecionados segundo critérios linguísticos, codificados de modo padronizado e homogêneo”. Isso quer dizer que pretendemos recolher unidades lexicais a partir de um banco de dados informatizado, para análise. Utilizaremos como corpus uma base informatizada com textos do Português do Brasil, ou sobre o Brasil, dos séculos XVI, XVII e XVIII. O corpus que pretendemos usar, desenvolvido com recursos do *CNPq* para o desenvolvimento do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, já conta com a compilação de cerca de 2.500 textos, ou 7 milhões de palavras. Tal corpus tem uma importância fenomenal em nossa pesquisa já que textos históricos não estão largamente disponíveis na Internet como os textos contemporâneos.

A busca informatizada dessas unidades léxicas nos textos históricos do corpus tem importância basilar, já que a significação, segundo Hjelmslev (1975, p. 50) decorre do contexto e só pode existir em relação a ele. Além disso, será a análise desses fragmentos retirados do corpus que nos farão verificar as identidades e mudanças semânticas do vocabulário da Economia através do tempo.

ANÁLISE DE TERMOS DA ECONOMIA

Passemos, então, à análise de duas das lexias que consideramos mais representativas aos interesses de nossa pesquisa.

PROPINA

Segundo Kenneth Maxwell, nos tempos do tempo colonial, propinas eram formalmente incorporadas ao custo dos contratos concedidos pelo governo. O governador da Província e os funcionários do Judiciário recebiam adicionais aos seus salários oficiais conhecidos como *propinas*, o que explicaria a origem do uso dessa palavra para descrever tal forma de pagamento no Brasil. Em 1780, por exemplo, o governador de Minas Gerais recebeu, além do seu salário oficial, adicionais de cerca de 50% em forma de propinas, consideradas legais e que constavam das contas oficiais do governo. Os magistrados e outros funcionários locais recebiam suplementos salariais semelhantes, se bem que menos generosos.

Em nossa investigação contextual, encontramos 79 ocorrências da lexia *propina*. Somente uma variante foi encontrada na busca: *prepina*. Tal variante foi encontrada apenas em um contexto, se constituindo, dessa forma, *hapax legomena* (BIDERMAN, 2001, p. 346). Essas ocorrências se deram somente nos séculos XVII e XVIII. Realmente, de acordo com o dicionário Houaiss (2001), a primeira datação dessa palavra data de 1619.

A análise dos contextos encontrados para a unidade lexical aqui analisada detectou que, no decorrer dos séculos XVII a XVIII, a significação do termo se manteve como sendo a de pagamento ou gratificação. A mesma que encontramos no *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1922) - facsímile da edição de 1813 -, de Antonio de Moraes Silva:

PROPÍNA, s. f. Presente, ou dom em dinheiro, panno, ou peça, que se dá a alguns officiaes, Ministros, Lentes por assistencia, ou trabalho; v. g. os doutorandos dão a cada doutor 1600 réis de propina; hum tanto ao bedéis, &c.

No dicionário Houaiss (2001), três são as acepções de *propina*. Vejamos:

■ substantivo feminino

- 1 gratificação extra por serviço normal prestado a alguém; gorjeta, emolumento
- 2 Regionalismo: Portugal.
taxa paga ao Estado para efeito de matrícula, exame etc.
- 3 Regionalismo: Portugal.
em determinadas agremiações, jóia paga por um novo associado

Houaiss (2001) também nos informa a etimologia da palavra: lat. medv. *propína,ae* 'taverna'. O elemento de composição **tabern-**, por meio do qual se formaria a palavra '**taverna**', que deu origem a lexia *propina*, ainda segundo Houaiss (2001), teria como significação:

antepositivo, do lat. *taberna,ae* 'casa feita de tábuas, cabana, choupana; armazém, loja; oficina; taberna, tasca; prostíbulo, lupanar, alcouce; camarote (no circo)' - fr. *taverne*, it.cat.provç. *taverna* -, com os der. *tabernaculum,i* 'tenda, barraca; habitação, morada, residência, abrigo; tabernáculo (lat.ecl.)', *tabernarius,a,um* 'próprio das tabernas; trivial, corriqueiro, grosseiro', *tabernarius,ii* 'mercador, negociante, lojista; freqüentador de tabernas', ademais de *contubernium,ii* 'coabitação; camaradagem (entre soldados que moram na mesma tenda); comércio, trato, intimidade, relação de amizade; concubinato, mancebia, barreguice; tenda de soldado; morada, habitação', donde *contubernális,is* 'o que mora na mesma tenda, camarada (entre soldados); colega; marido de uma escrava; mulher de escravo'; a coação vern. data das orig. do idioma: *atabernado, atabernar; contubernáculo, contubernal, contubernar, contubérnio, contubernizar; taberna, tabernáculo, tabernal* 'próprio de taberna; tabernário', *tabernante, tabernanto, tabernário, tabernear, taberneira, taberneiro, tabernemontana, tabernemontanina, tabernola,*

tabernório (com as f. não pref. em -v-: *taverna*, *tavernal*, *tavernário* etc.)

No *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2004) encontramos o seguinte verbete, com três acepções:

Propina. [do b. -lat. *propina* 'dádiva'] **S. f. 1.** Gratificação, gorjeta. **2.** *Lus.* Quantia que se paga em certas escolas por abertura ou encerramento de matrícula, etc. **3.** *Lus.* Jóia. (4)

Interessante verificar que o dicionário Aurélio aponta a palavra *propina* como sendo derivada do latim e tendo a significação de *dádiva*.

Finalmente, buscando no *Dicionário de Termos Financeiros e Bancários* (2006), surpreendentemente deparamo-nos com uma única acepção para *propina*, a qual não coincide com as anteriores:

Remuneração financeira, geralmente ilegal, que se caracteriza como crime, e através do qual alguém presenteia outra pessoa a fim de que essa pessoa, em troca, lhe conceda benefícios.

Tal significação de *quantia dada ilegalmente em troca de favor*, parece-nos, no vocabulário do Brasil atual, a mais corrente, principalmente no discurso jornalístico.

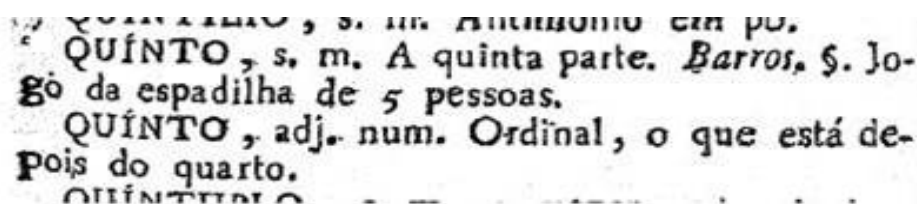
QUINTO

Após a descoberta das primeiras minas de ouro, o rei de Portugal tratou de organizar sua extração. Interessado nesta nova fonte de lucros, já que o comércio de açúcar passava por uma fase de declínio, ele começou a cobrar o quinto, ou seja, um imposto que correspondia a 20% de todo ouro encontrado na colônia e que cobrado nas Casas de Fundição. Os mineiros eram obrigados a levar o ouro às Casas de Fundição para fosse reduzido a barras. Após a fundição, havia a arrecadação do quinto para Erário Régio. Uma vez cobrado o quinto e registradas as barras, estas eram entregues aos donos, que só então podiam dispor livremente delas. Desde que não as levassem para fora do reino de Portugal, pois isto era proibido.

Em nossa busca de contextos, por meio do programa *Philologic*, encontramos 914 ocorrências para a lexia *quinto*, sendo 469 na acepção de imposto.

Foram encontradas duas variantes: *quynto*, com cinco ocorrências, e *qujnto*, com três ocorrências. As lexias em análise apareceram somente em textos dos séculos XVII e XVIII. Segundo o dicionário Houaiss (2001), a primeira datação da palavra seria do século XIII.

O *Dicionário da Língua Portuguesa* (1922), de Antonio de Moraes Silva, nos dá as seguintes acepções para a palavra *quinto*:



QUINTO, s. m. A quinta parte. *Barros, §. Jo-*
gô da espadilha de 5 pessoas.
QUINTO, adj. num. Ordinal, o que está de-
pois do quarto.

No dicionário de Antonio de Moraes Silva (1922), não se encontra a aceção de *quinto* como imposto.

No dicionário Houaiss (2001), encontramos oito acepções para *quinto*, sendo que a terceira se refere ao imposto cobrado pela Coroa portuguesa no Brasil colonial:

numeral

- 1** ordinal (adjetivo e substantivo masculino)
que ou o que ocupa, numa seqüência, a posição do número cinco
- 2** fracionário (adjetivo e substantivo masculino) , (1552)
que ou o que corresponde a cada uma das cinco partes iguais em que
pode ser dividido um todo

substantivo masculino

- 3** Derivação: por metonímia (*da acp. 2*).
no período colonial, imposto cobrado pelo erário português,
correspondente à quinta parte do ouro, prata e diamantes extraídos do
solo brasileiro
- 4** barril equivalente à quinta parte da pipa
- 5** Regionalismo: Bahia.
percentual, em torno de 20% sobre o diamante extraído, devido aos
donos-de-serra
- 6** Rubrica: música.
na Renascença, a quinta voz de uma composição

quintos

substantivo masculino plural

Uso: informal.

- 7** m.q. *inferno* ('lugar das almas pecadoras')
- 8** lugar muito distante ou desconhecido

Ex.: <andar pelos q.> <correr os q.>

Houaiss (2001) nos oferece a etimologia da palavra *quinto*:

lat.cl. quintus,a,um 'quinto', este de quinque 'cinco'; no caso das expr. ir ou mandar para os quintos, prov. do snt. ir na nau dos quintos 'ir degredado para o Brasil' (a nau dos quintos era a que levava à metrópole o imposto de 20%

sobre os metais preciosos que davam entrada nos portos espanhóis e portugueses; por isso, ir para os quintos significava ser banido para esse lugar desconhecido, remoto, que era o Brasil, a América do Sul, nas eras coloniais, anota Antenor Nascentes); f.hist. sXIII quinto, sXIII quita, sXIV oquinto, sXV qujnto, sXV quynto

O *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2004) nos apresenta um verbete com seis acepções, sendo que a quarta delas se refere ao imposto:

Quinto. [do lat. *quintu*] **Num. 1.** Ordinal e fracionário correspondente a cinco. → **S. m. 2.** Quinta parte. **3.** Aquele ou aquilo que ocupa o quinto lugar. *Ele era sempre o quinto na fila.* **4.** Imposto de 20% que o erário português cobrava sobre o ouro, a prata e os diamantes extraídos do solo brasileiro no período colonial. **5.** Barril cuja capacidade equivale à quinta parte de uma pipa. **6.** Brás. BA Ônus cobrado pelos donos-de-serra (v. *dono-de-serra*), na base de 20% sobre o produto extraído. ~V. quintos.

O *Dicionário de Termos Financeiros e Bancários* (2006) não apresenta o verbete *quinto*. A não inclusão da acepção de *quinto* com o significado de imposto nesse dicionário é justificável pelo fato de que sua utilização caiu em desuso devido ao desaparecimento do “objeto”, ou seja, a taxação sobre a extração de ouro no Brasil.

CONCLUSÃO

Sabemos que a língua é caracteristicamente dinâmica passando, assim, por constantes transformações e se tornando um inexaurível campo de pesquisa. A execução desta pesquisa pretendeu sanar algumas curiosidades acerca das transformações léxico-semântica de uma pequena parte do vocabulário de uma área terminológica do Português Brasileiro, logo em seu período de formação. Com o auxílio de áreas linguísticas, percebemos que os termos analisados se prestam à percepção de elementos próprios de condições históricas do período colonial brasileiro.

Estudar o léxico de uma língua de especialidade, o qual reúne aspectos centrais de uma cultura, em um determinado período histórico, contribui não só para documentar como também para aumentar o conhecimento científico da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. A. Relações de significação nas unidades lexicais. In: **Anais do 1º Encontro Nacional do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL**. Faculdade de Letras da UFRJ, 1997.

BASSETTO, B. F. **Elementos de Filologia Românica**: história externa das línguas. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da palavra. In: **Filologia e língua portuguesa**. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, nº 2, 1998.

_____. **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicacion. Elementos para uma teoria de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix. 1973.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

COSERIU, E. Pour une sémantique diachronique structurale. In: **Travaux de linguistique et de littérature**, II, 1, 1964.

FERREIRA, W. M. **História do Direito Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1962.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

HAENSCH, G. et al. **La lexicografía**: de la linguística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia**. São Paulo: Contexto, 2004.

LÜDTKE, H. **Historia del léxico románico**. Madrid: Gredos, 1974.

MARCHANT, A. **Do escambo à escravidão**: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

NORONHA, I. J. C. **Aspectos do Direito no Brasil Quinhentista**: consonâncias do espiritual e do temporal. Coimbra: Almedina, 2005.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Martins, 1995.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SPINA, S. **Introdução à Edótica**: Crítica textual. São Paulo: Ars Poética; Edusp, 1994.

VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

DICIONÁRIOS

BIDERMAN, M. T. C. **Dicionário de termos financeiros e bancários**. (Colaboradora: Eliane Simões Pereira Bulhões) São Paulo: Disal, 2006.

DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, CD-rom versão 1.0, para Windows.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

SILVA, A. M. **Diccionario da língua portuguesa**. Lisboa: Typografia Lacérdina, 1922. (edição fac-similar da 2ª edição de 1813)

AS FORMAÇÕES METAFÓRICAS NA DENOMINAÇÃO DE TERMOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

Luciana Pissolato de OLIVEIRA
Universidade de São Paulo – USP (Doutoranda)
pluciana@usp.br

RESUMO: Tendo em vista que, no percurso traçado pela Terminologia, cada novo propósito postula um modelo de análise e tratamento das linguagens de especialidade, podemos pensar em diferentes motivações no ato de denominar os fatos técnico-científicos. Na terminologia da Genética Molecular, área-objeto de nossa pesquisa, percebemos que grande parte os conceitos da área são nomeados via analogia, utilizando-se, portanto, de metáforas em sua formação. Como ilustração, trazemos alguns exemplos extraídos de um *corpus* elaborado em língua portuguesa: *biblioteca genômica*, *andar pelo cromossomo*, *elementos reguladores a montante e a jusante*, *DNA circular*, entre outros. Tais termos, formados em analogia a processos cotidianos, formam a base geradora de modelos científicos para área em questão, e terminam por expressar propriamente os conceitos de tal disciplina, geralmente de difícil nomeação via outros processos. Neste trabalho discutiremos diferentes pontos de vista sobre a questão da motivação e sobre o percurso cognitivo da denominação terminológica, abordando especialmente as formações metafóricas, uma vez que tais formações são reconhecidas como o processo mais proeminente e característico da denominação.

PALAVRAS-CHAVE: Denominação; Metáfora; Terminologia.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordaremos as temáticas da motivação denominativa e do percurso cognitivo da denominação terminológica, enfatizando especialmente as formações metafóricas, uma vez que tais formações são reconhecidas como o processo mais proeminente e característico da denominação motivada.

Uma das razões pela escolha do tema se baseia no percurso histórico traçado pela disciplina Terminologia, uma vez que cada novo propósito postula um modelo de análise, de denominação e de tratamento das linguagens de especialidade: em um primeiro momento o enfoque recaiu

sobre a normalização, e os termos eram formados, sobretudo, por radicais eruditos, elementos tidos como índices de padronização terminológica; em um segundo momento, os termos passaram a ser classificados, segundo o viés lingüístico de análise, como unidades lingüísticas, cognitivas e comunicativas, e não mais como meras etiquetas denominativas; com o acelerado avanço das ciências e técnicas, os termos passam a ser constituídos por criações originais, além de processos de ressemantização, até o momento em que já não se pode falar em fronteiras nítidas entre léxico comum e de especialidade, uma vez que os termos circulam livremente por todos os veículos de comunicação e se tornam de uso vulgar. Justamente por esse estado de coisas, podemos pensar em diferentes motivações no ato de denominar os novos fatos científicos.

A METÁFORA NA CIÊNCIA

As terminologias são, atualmente, permeadas pelas metáforas. De acordo com Alves (2002), a respeito da terminologia da Economia:

O emprego figurado, presente na linguagem das ciências e das técnicas, como também nos sistemas semióticos utilizados nas ciências, não se mostra incompatível com a busca de precisão que caracteriza as terminologias, enfatiza Kocourek em seu estudo sobre a língua francesa empregada nos textos técnico-científicos (1991: 167). Assim, pelo procedimento da transferência semântica - que constitui, juntamente com as criações formais (derivação, composição, formações sintagmáticas e por siglas) e os empréstimos, uma das possibilidades de criação neológica (cf. Guilbert, 1975; Boulanger, 1979) -, os economistas vão atribuindo a unidades lexicais da língua geral e a termos de diferentes áreas técnicas um outro significado e criando, assim, termos da área da Economia.

Porém, nem sempre tal asserção foi consensual entre os linguistas. Tradicionalmente, pensava-se que ciência e metáfora misturavam-se feito água e óleo (Gibbs, 1994), uma vez que a realidade era vista como algo objetivo e, portanto, existia uma linguagem preferida para referi-la, de maneira a expressar a verdade - a linguagem literal.

No entanto, algumas exceções foram sendo abertas no decorrer das pesquisas científicas com relação ao emprego da metáfora em sua constituição. De acordo com Gibbs (1994), em um primeiro momento, o uso da metáfora se daria somente quando da abertura de um campo científico novo, para a formação do 'corpo social' daquela disciplina, e que, assim que estabelecida, tais metáforas deveriam ser imediatamente substituídas por termos mais estáveis; em seguida, as metáforas passariam a ser assumidas

como elementos constitutivos da teoria e da linguagem científica e, portanto, utilizadas em detrimento de outras figuras de linguagem. Percebe-se, portanto, uma assunção de que as metáforas desenvolvem um papel importante nas ciências, até mesmo nas mais técnicas e maduras, e não somente nas jovens, em formação.

A partir de 1960, ainda segundo o autor, teóricos vêm argumentando sobre a natureza constitutiva da metáfora em praticamente todas as disciplinas, tanto as naturais como as sociais. Sendo assim, podemos dizer que o pensamento metafórico ajuda também a constituir, e não somente a refletir, as teorias científicas e práticas.

Atualmente, filósofos da linguagem, segundo Gibbs (1994), passam a diferenciar as metáforas científicas entre *metáforas pedagógicas* e *metáforas formadoras de teorias*. As primeiras são utilizadas para fomentar a memorização da informação, gerando um entendimento intuitivo sobre a questão tratada – o que é aplicável quando se está ensinando ou quando se está explicando uma teoria, o que pode ser formulado de maneira não-metafórica também. Já as metáforas formadoras de teorias são indispensáveis à sua formação, e não podem ser reformuladas literalmente sem incorrerem na perda de especificidade. Enquanto as primeiras apenas levam o ouvinte a pensar o novo assunto em termos de outro já mais familiar, o segundo tipo explora as similaridades e as analogias entre dois campos de conhecimento (incluindo aspectos do novo campo que ainda não estão completamente desenvolvidos, descobertos, enfim...).

De tais idéias corrobora Temmerman (2000). De acordo com sua teoria terminológica de caráter sócio-cognitivista, distingue entre dois tipos as metáforas científicas: a *criativa* e a *didática*. Para Temmerman, as metáforas didáticas cumprem a função de ajudar a compreender saberes do domínio da ciência. Já em relação às metáforas criativas, a autora explica que elas dão origem a neologismos que podem se consolidar e, por isso, serem aceitos como termos de uma linguagem especializada. Assim, as criativas, de função essencialmente cognitiva, diferenciam-se das didáticas, de ordem comunicativa.

Sardinha (2007) também nos apresenta a produtividade das metáforas para a ciência, com relação à criação de hipóteses e teorias científicas. Segundo o autor, as metáforas são as responsáveis por originar modelos científicos, uma ferramenta pela qual os cientistas podem mensurar o que não é possível ver claramente em um primeiro momento. Ressalta, porém, uma diferença crucial entre metáfora e modelo científico. A metáfora seria a base geradora de um determinado modelo, e este (o modelo) seria já o resultado de uma metáfora consolidada, elevada ao grau de conhecimento licenciado, aceito e difundido pela comunidade científica.

Enfim, o uso metafórico – seja ele criativo ou didático –, bastante produtivo nos mais distintos ambientes, se dá por algumas características importantes, como o fato de as metáforas carregarem em si uma função articuladora, clarificadora e desambigüizadora, razão pela qual são difundidas pelos diversos membros da comunidade científica; também se caracterizam por não serem específicas de um único trabalho, nem específicas de autor – como ocorre na literatura, normalmente –, mas são incorporadas em uma teoria científica se são comprovadamente frutíferas,

explanatórias e aproximadamente compatíveis com tal teoria; além disso, alguns teóricos (Gibbs, 1994) sugerem que as metáforas científicas diferem das literais porque precisamente as científicas se convertem propriedade de toda a comunidade científica, e por essa razão, as metáforas formadoras de teorias deveriam ser capazes de serem totalmente explicáveis, porque não são subjetivas, mas *produtos do insight coletivo de toda uma comunidade científica* – corroborando a teoria de Sardinha (2007), de que a metáfora é base geradora de um modelo científico.

Além disso, as metáforas também desempenham um papel expressivo importante, posto que:

a) propiciam a expressão de idéias complexas, difíceis de serem explicadas literalmente (*a hipótese da inexpressibilidade*);

b) propiciam uma maneira compacta de expressão de idéias, que não podem ser sucintamente desenvolvidas literalmente (*a hipótese da compactabilidade*) e

c) ajudam a capturar a intensidade de nossas experiências fenomenológicas, invocando várias imagens mentais sobre determinado acontecimento (*a hipótese da intensidade*) – elemento-chave no processo de entendimento de uma expressão figurativa por proporcionar função mnemônica, enriquecendo o contexto e facilitando a retomada da informação.

Ela também pode ativar campos semânticos apropriados em nossa memória, fazendo com que a associemos com outras estruturas mentais pré-existentes (Ortony, 1975).

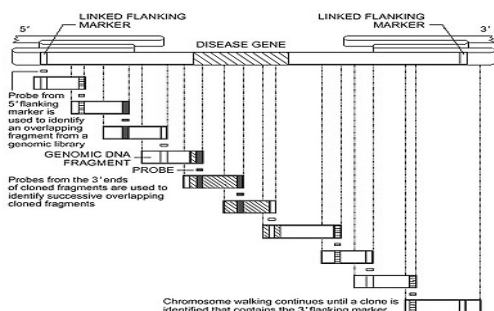
Finalmente, vale ressaltar que, para o desenvolvimento do presente trabalho, devemos combinar aspectos de diferentes disciplinas (Steen, 2006, Rey 2007 e Cabré e Estopá, 2002), como: a *Análise do discurso*, uma vez que os gêneros textuais desempenham um papel cognitivo e social de extrema importância no monitoramento de aspectos linguísticos – segundo Kocourek (1991), “L’analyse contemporaine de la métaphore vive s’est élargie, procédant du lexical au plan phrastique (syntaxique), puis au plan textuel, intertextuel, ce qui permet une saisie plus satisfaisante”; a *Linguística cognitiva*, uma vez que tratamos de analisar o conhecimento científico e os processos de denominação de seus conceitos; a *Linguística de corpus*, já que os dados são manipulados por meio de ferramentas computacionais de método semi-automático de análise; a *Terminologia*, haja vista nossa área-objeto ser uma área de especialidade – a Genética molecular -, e a *Pragmática*, posto que tratamos dados empíricos.

Por hora, daremos enfoque em apenas um dos aspectos acima citados, qual seja, o da descrição lingüística, já que trataremos de apresentar exclusivamente as formações metafóricas, ou as metáforas vivas – na nomenclatura de Kocourek (1991) -, extraídas de nosso *corpus* de pesquisa, além de mostrarmos as similaridades encontradas junto ao léxico geral na constituição de tais denominações.

ALGUNS EXEMPLOS EXTRAÍDOS DO CORPUS DA GENÉTICA MOLECULAR ⁽¹⁾

Vejamos alguns exemplos de formações metafóricas da área da Genética Molecular e suas respectivas similaridades com palavras do léxico geral.

1. Andar no cromossomo - *chromosome walking*

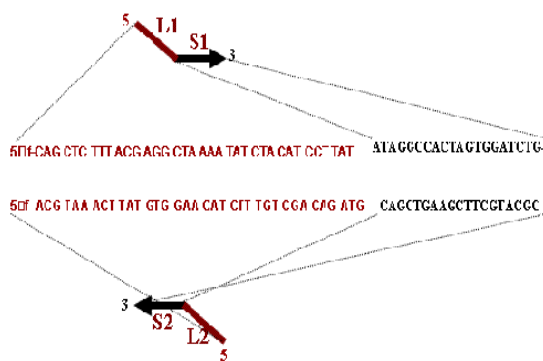


A técnica opera com a sobreposição de fragmentos de cromossomos, a fim de clonar um gene específico. Nesse caso, a motivação denominativa pode ser percebida pelo movimento de deslocamento, semelhante a uma caminhada humana, ocorrendo em um processo biológico de clonagem.

Figura I. Andar pelo cromossomo

De maneira análoga, temos o termo *chromosome jumping* (sem tradução para o português); porém, o movimento de deslocamento, nesse caso, se dá para cima e para baixo, a maneira de um salto.

2. Elemento regulador à montante e à jusante - *downstream e upstream*



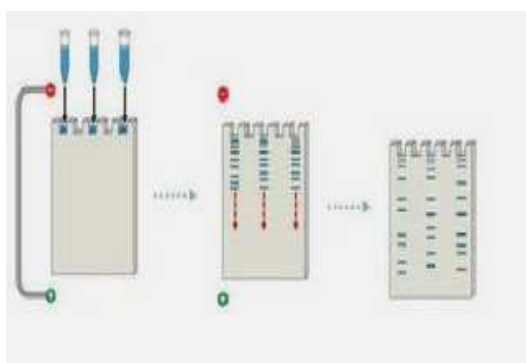
elemento regulador a montante: seqüências anteriores ao sítio de início de transcrição, cujas bases progridem negativamente (-1, -2, -3...) a partir do +1.

elemento regulador a jusante: seqüências localizadas após o sítio de início de transcrição, cujas bases progridem positivamente (+2,+3, +4...) a partir de +1.

Figura II. Elementos reguladores

A denominação de tais elementos reguladores é claramente proveniente da analogia feita entre o sentido de progressão das bases no início de sua transcrição com o sentido que correm as águas de um rio. A montante refere-se ao sentido da nascente do rio, enquanto que a jusante refere-se ao sentido oposto, ao da vazão da maré. Vale ressaltar que tal metáfora é recorrente em vários domínios do conhecimento científico. Temos *downstream* (utilizado efetivamente em inglês) na área petrolífera e na mineração, e também como sinônimo de *download* – todas se referindo a um fluxo de materiais.

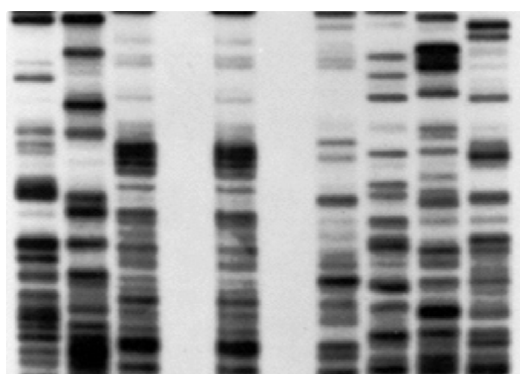
3. Código de barras molecular – *molecular barcoding*



O código de barras molecular caracteriza-se por um mecanismo que permite a identificação de um organismo por meio da análise das posições de seus nucleotídeos em cadeia – uma bastante evidente similaridade, não só funcional como visual, com um código de barras de produtos do mercado varejista, no qual cada mercadoria apresenta uma sequência numérica específica, única e distinta da encontrada em todas as demais.

Figura III. Código de barras molecular

4. Fingerprints de DNA – *DNA fingerprints*



Os *fingerprints* de DNA são marcas genéticas extraídas, geralmente, de células sanguíneas, da saliva ou do sêmen, conseguidas através de análise de pares de bases de DNA, a fim de se estabelecer a identidade de um indivíduo. Da mesma maneira acontece com as impressões digitais, marcas que individualizam um ser humano em relação a outro. Eis, então, a motivação para tal denominação.

Figura IV – *Fingerprints* de DNA

Uma observação relativa à formação de tal termo é trazida por Kocourek (1991), quando diz ser bastante comum, no processo de denominação de um conceito, o uso de decalques, ou mesmo de empréstimos, em sua composição, uma vez que existe um determinado paralelismo entre muitas línguas. Temmerman (2000), de acordo com tal afirmação, lembra que, em geral, tais empréstimos são em número mais elevado provenientes da língua inglesa – em razão do alto desenvolvimento técnico e científico dos países anglo-americanos.

Vimos então, de acordo com Sardinha (2007), o papel fundamental que a metáfora exerce na criação de hipóteses, através das similaridades criadas com palavras ou situações de contexto literal (como pudemos perceber nos exemplos trazidos acima) para a produção de sentido de um fenômeno científico novo, e também na produção de conhecimento técnico-científico (quando as metáforas se concretizam em uma determinada área). Com isso, podemos pensar que, em muitos casos, como os trazidos neste trabalho, o conhecimento novo não se revela espontaneamente, mas por meio de uma relação metafórica com o conhecimento pré-existente.

Algumas outras evidências, de caráter morfossemântico, também nos levam a crer na funcionalidade das metáforas científicas. Segundo Kocourek (1991) “l’emploi figuré ne crée pas les formes des unités lexicales nouvelles, mais elle peut **accompagner** leur formation par dérivation, par confixation, par composition, par lexicalisation, par emprunt”.

Em nosso *corpus*, muitos campos semânticos são totalmente constituídos por formações metafóricas, por meio de derivações prefixais:

- *DNA satélite*
 - *DNA microssatélite*
 - *DNA megassatélite*
 - *DNA minissatélite*

ou por meio de composições sintagmáticas:

- *biblioteca*
 - *biblioteca de DNA*
 - *biblioteca de ORESTES*
 - *biblioteca de expressão*

Outras vezes, um termo de origem latina torna-se base para ramificações metafóricas, por meio das composições. É o caso de:

- *célula*
 - *célula-mãe / célula progenitora adulta*
 - *célula-filha*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se baseia, então, na necessidade apontada por Lara (2004) de uma investigação terminológica que leve em conta aspectos culturais de identidade linguística.

É possível que, por meio da descrição de aspectos linguísticos, consigamos nos aproximar, ainda que em um universo bastante restrito, desse ideal – o de encontrar o meio pelo qual cientistas brasileiros denominam os novos fatos de suas áreas de especialidade. Além disso, importa saber, segundo Béjoint e Thoiron (1997), a identidade dos neologismos terminológicos e sua relação com sua maneira de denominação, para que sejam bem aceitos socialmente e assim tenham ampla difusão – seja em ambiente estritamente científico, seja na divulgação de tais fatos.

Com isso, teremos também uma descrição das características essenciais dos conceitos da Genética Molecular, o que poderá colaborar sobremaneira na elaboração de materiais dicionarísticos a respeito do tema, além de contribuir com a organização de tal conhecimento.

Uma outra questão, que vem sendo amplamente discutida na mídia de maneira geral, diz respeito à divulgação dos fatos científicos. A presença contínua de formações metafóricas em ambientes textuais acadêmicos ou não-acadêmicos também terminam por favorecer a divulgação da ciência, rompendo barreiras que se estabelecem em toda comunicação especializada, uma vez que tais formações evocam uma riqueza conceptual bastante relevante, conforme tratado anteriormente.

Assim, as metáforas funcionam como importantes elementos transmissores de conhecimento especializado, por sua relevância funcional.

NOTAS

⁽¹⁾ Trata-se de um corpus terminológico em Genética Molecular elaborado por ocasião de Mestrado, defendido na Universidade de São Paulo – USP, em maio de 2007, sob orientação da Profa. Ieda Maria Alves. Tal corpus, em Língua Portuguesa, resultou na recolha de aproximadamente 1000 termos oriundos do domínio em questão, estruturados em uma estrutura conceptual. Vale ressaltar que tal corpus deve expandir-se para a pesquisa de doutorado em curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. **Neologismo. Criação lexical**. São Paulo: Ática, 2004.

_____. Neologia técnico-científica na imprensa brasileira contemporânea. In: **Atas de RITERM** – VII simpósio, 2002.

BÉJOINT, H.; THOIRON, P. Modèle relationnel, définition et dénomination. In: BOISSON, C.; THOIRON, P. (dir.). **Autour de la dénomination**. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 1997.

CABRÉ, M. T.; ESTOPÀ, R. **El conocimiento especializado y sus unidades de representación: diversidad cognitiva**. Sedenbar, 13, p. 141-153, 2002.

MIR, L. (Org). **Genômica**. São Paulo: Atheneu, 2004.

GIBBS, Jr. R. W. **The poetics of mind: figurative thought, language and understanding**. New York: Cambridge University Press, 1994.

KOCOUREK, R. **La langue française de la technique et de la science: vers linguistique de la langue savante**. 2. Aufl. – Wisbaden: Bradstetter, 1991.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

KRIEGER, M. G. Terminologia técnico-científica: políticas lingüísticas e Mercosul. **Ciência e Cultura**, 58, no.2, p. 45-48, 2006.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things: what categories reveal the mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Trad. Maria Sophia Zanotto. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LARA, L. F. Diversidad cultural y neología. In: **IX Simposio Iberoamericano de Terminología: la terminología en el siglo XXI**:

contribución a la cultura de la paz, la diversidad y la sostenibilidad. Resumos. IX Simpósio Iberoamericano de Terminología, Barcelona, 2004.

LENNEBERG, E. H. **Fundamentos biológicos del lenguaje.** Madrid: Alianza, 1985.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Â. P. et al. **Gêneros textuais e ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: A. KARWOSKI, M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.) **Gêneros textuais: reflexões e ensino.** Palmas e União da Vitória: Kaygangue, 2005.

MINEIRO, A. **Uma abordagem lexical da terminologia Náutica.** Comunicação apresentada no IX Simpósio Ibero-americano de Terminologia. Barcelona, Dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2006-ara-pub3.pdf>>.

OLIVEIRA, L. P. **A terminologia da Genética Molecular:** aspectos morfológicos e semânticos. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ORTONY, A. Why metaphors are necessary and not just nice. **Educational Theory**, 25, 1975.

REY, A. A Terminologia entre a experiência da realidade e o comando dos signos. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Org.). **As ciências do léxico:** lexicografia, lexicologia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS/São Paulo: Humanitas, 2007.

SARDINHA, T. B. **Metáfora.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SILVA, A. S. Metáfora, metonímia e léxico. **Diacrítica**, 7, 1992.

STEEN, G. Metaphor in applied linguistics: four cognitive approaches. **DELTA**, 22, n. esp, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502006000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Feb. 2009.

TEMMERMAN, R. **Towards new ways of terminology description. The sociocognitive approach.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000.

_____. Sociocognitive terminology theory. In: **Terminología y cognición: II Simpósio Internacional de Verano de Terminología**, 13-16 de julio de 1999.

ULLMANN, S. **Semântica: uma introdução à ciência do significado.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica.** Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2003.

O FENÔMENO DA POLISSEMIA NA CONSTITUIÇÃO DO LÉXICO DA LÍNGUA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Luizane SCHNEIDER
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
luizaneschneider@yahoo.com.br

Jorge BIDARRA
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
jbidarra@unioeste.br

RESUMO: Já na antiguidade a polissemia chamava a atenção dos filósofos. O primeiro deles e talvez o mais importante daquela época foi Aristóteles que criticava veementemente esse fenômeno. O filósofo considerava que a multiplicidade de sentidos gerava confusões na linguagem. Porém, com a evolução no entendimento da linguagem, a polissemia foi se estabelecendo como uma característica que demonstra a evolução linguística de um povo. A partir desse retrospecto, nosso objetivo principal aqui será desenvolver uma pesquisa a respeito de como a polissemia vem sendo vista pelas gramáticas tradicionais bem como pela teoria linguística a fim de estabelecermos a importância desse fenômeno para a prosperidade lexical da língua. Ao propormos essa investigação, trataremos acerca não só das palavras, mas, especialmente dos morfemas que desempenham essa função.

PALAVRAS-CHAVE: Polissemia; Léxico; Morfemas.

POLISSEMIA VERSUS HOMONÍMIA – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PRELIMINARES

A Linguística tem contribuído de forma eficiente para elucidar alguns pontos obscuros que, muitas vezes, as gramáticas normativas deixam sem questionamentos e sem respostas. No entanto, de forma alguma se desconhece a importância das Gramáticas Tradicionais, uma vez que desempenham um papel muito importante na língua e são consideradas base para reflexão para a maioria dos estudos linguísticos. Eis essa uma entre as causas do surgimento da ciência da linguagem, uma vez que a Linguística tem por função descrever a língua e proporcionar reflexões acerca de fenômenos linguísticos pouco elucidados e sem um

direcionamento coerente. Dentre as muitas perspectivas presentes na Linguística, há uma ciência muito importante e capaz de gerar um questionamento acerca dos fenômenos gerados no interior das línguas do ponto de vista de seu significado: a semântica.

É a partir do surgimento da semântica que o estudo das palavras ganha sistematicidade. Vale lembrar que as bases da semântica foram lançadas no final do século XIX, pelo filólogo Michel Bréal, na França.

Chierchia (2003, p. 21 e 22) define a Semântica como sendo o estudo do significado das expressões das línguas naturais. O autor afirma que há debates e controvérsias tanto terminológicos quanto substanciais, sobre a natureza do significado. No entanto, assume que a linguagem, como qualquer outro aspecto da realidade, não se apresenta de forma organizada em uma série clara e incontroversa de fatos. A linguagem é um instrumento central para a existência da espécie humana, permitindo-nos a transmissão imediata de pensamentos sempre novos e a manipulação de informações com qualquer grau de complexidade sobre o ambiente que nos cerca. A linguagem é tão comum que nem se percebe sua complexidade; porém quando atingidos por algum problema que nos priva da fala (afasia, por exemplo), isso se torna devastador.

A própria semântica encontra limitações em sua definição. Na verdade, o pesquisador precisa estabelecer a metodologia que adotará para investigar determinado fenômeno linguístico. Assim, Gomes (2003, p.14) afirma que estudar semântica passou a ser, antes de tudo, uma opção metodológica sobre a dimensão natural, formal ou social da linguagem.

Não constitui novidade para os estudiosos da língua o fato de as palavras ou mesmo os morfemas admitirem sentidos diversos. Com o prefixo *des-* esse fenômeno aparece muito acentuado. Nas línguas, a multiciplidade de sentidos provoca o surgimento de dois tipos principais de ambiguidade lexical: a polissemia e a homonímia. Para Bidarra (2004, p. 26):

A palavra é considerada lexicalmente ambígua quando ela suporta diferentes significados. Esses significados, porém, podem se manifestar nas palavras de duas maneiras distintas: (a) polissemicamente, um caso particular de ambiguidade lexical em que os significados, embora diferentes, guardam um certo tipo de relacionamento semântico suficientemente capaz de nos deixar perceber que se tratam de significados muito próximos uns dos outros; (b) homonicamente, um fenômeno que acontece quando os significados admitidos pela palavra em questão são, de tal modo, díspares entre si, a ponto de nos perguntarmos se estamos mesmo diante de uma "única palavra" com sentidos diversos ou se, contrariamente, o que se tem aí são palavras completamente distintas, porém "acidentalmente" escritas com a mesma ortografia.

Constata-se que são muitas as definições encontradas na literatura para estabelecer a diferença entre a polissemia e a homonímia. Para Tamba

Mècz (2006), a polissemia é a multiplicação dos sentidos de uma mesma palavra com um mesmo significante aplicado a significados aparentados. Já a homonímia consiste em significantes idênticos, cujos significados não guardam entre si qualquer relação semântica de proximidade. Tradicionalmente, os homônimos são palavras diferentes (i.e. lexemas) com uma forma igual, enquanto a polissemia se caracteriza pela existência de muitos sentidos ligados entre si por um significado básico e central. Embora sejam muitos os critérios propostos para diferenciar a homonímia da polissemia, ainda não existe aquele considerado consistente e definitivo. Lyons (1987), por exemplo, coloca em dúvida o critério etimológico. Para ele, é muito difícil saber em que momento histórico uma palavra tenha assumido esse ou aquele novo significado. Várias tentativas já foram feitas nesse sentido, mas os resultados e a veracidade dos fatos, por razões diversas, tornam-se não confiáveis. O dinamismo com que as línguas evoluem e as diferentes situações cotidianas que se interpõem nesse percurso são os principais entraves para a confirmação desses resultados.

Kehdi (1993, p.11) diz que se procurarmos caracterizar a palavra sob o aspecto semântico, os casos de homonímia revelar-se-ão problemáticos. Consideram-se homônimas as formas linguísticas de mesma estrutura fonológica, porém inteiramente distintas quanto ao ponto de vista significativo. O autor questiona essa questão ao perguntar se se poderia afirmar que *manga*, nos seus diferentes significados, é uma só palavra; ou haveria tantas palavras *manga* quanto os diversos significados correspondentes?

Dubois (2004, p.326) também contribui para o esclarecimento entre homonímia e polissemia. De acordo com ele, "homônimo é a palavra que se pronuncia e/ou se escreve como outra, sem ter o mesmo sentido ou ainda, é a identidade fônica (homofonia) ou a identidade gráfica (homografia) de dois morfemas que não têm o mesmo sentido, de um modo geral". No que tange à polissemia, Dubois (2004, p. 427) a conceitua como sendo a propriedade do signo linguístico que possui vários sentidos. Entretanto, o autor assume que a questão entre polissemia e homonímia é de difícil resolução, ao afirmar que se poderiam buscar os critérios de distinção entre polissemia e homonímia na Etimologia; todavia, seria um recurso diacrônico e provavelmente não funcionaria.

A polissemia, embora hoje estudada com maior atenção, nem sempre foi um fenômeno apreciado. Ao longo da história, muitos a censuraram. O primeiro deles e, talvez o mais importante de todos, foi Aristóteles. Para ele, as palavras de significado ambíguo servem, sobretudo, para permitir ao sofista desorientar os seus ouvintes. Ullmann (1964, p. 330) relata que os filósofos competiam uns com os outros denunciando a polissemia como um defeito da linguagem e como um importante obstáculo na comunicação e até mesmo para um pensamento claro; uma ideia não compartilhada por Frederico, o Grande, um admirador ardente do francês que via no significado multifacetado um sinal de prosperidade da língua. O próprio Bréal concordava com o Rei. Para ele, "Quanto mais significados uma palavra acumulou, mais diversos aspectos da atividade intelectual e social ela é capaz de representar".

Para Ullmann (1964, p. 331) "a polissemia é um traço fundamental da fala humana, que pode surgir de múltiplas maneiras". O autor cita e

examina cinco fontes que poderiam explicar o fenômeno da polissemia em uma língua, dentre as quais considera as mudanças de aplicação, a especialização num meio social e a linguagem comum como os mais frequentes, enquanto os casos de homônimos e da influência estrangeira seriam os menos frequentes na linguagem cotidiana.

A primeira delas se refere às mudanças de aplicação que consistem na mudança de significado das palavras dependendo do contexto em que são usadas. Dessa forma, alguns aspectos são efêmeros, já outros permanecem e conforme aumenta a separação entre os termos, pode-se considerá-los com sentidos diferentes do que eram anteriormente. Por exemplo, os adjetivos variam seu significado de acordo com o substantivo que qualificam. A maioria dos sentidos surgiu graças a mudanças de aplicação e também o sentido figurado contribuiu para o surgimento da polissemia.

Ullmann (1964, p. 338) lembra que o filósofo Urban dizia: “o significado velho e o novo convivem por isso surge a polissemia.”

Outra fonte examinada por Ullmann trata da especialização no meio social: direciona-se no sentido de dizer que a polissemia surge frequentes vezes como uma espécie de “taquigrafia verbal”⁽¹⁾, ou seja, parece simples para determinada área do conhecimento enquanto para outra gera confusões. Ullmann cita como exemplo o termo *ação* na linguagem da jurisprudência, onde ele sempre é interpretado como '*ação legal*', enquanto que para o soldado, a palavra *ação* é prontamente entendida como '*ação militar*'.

A terceira característica citada por Ullmann trata acerca da linguagem figurada, que se mostra uma fonte profícua de polissemia nas línguas naturais. O autor desenvolve essa ideia ao dizer que um termo pode ser empregado com um ou mais sentidos figurados, entretanto, mantendo uma estreita relação com seu significado original. Para que não haja confusão entre a acepção antiga e a nova acepção que surge, é necessário que ambas convivam. De acordo com o autor, a metáfora não é a única figura de linguagem que pode dar origem à polissemia, há também a metonímia, por exemplo.

Uma fonte de produção de polissemia lexical considerada mais rara pelo autor consiste na reinterpretação de homônimos. Desse modo, a polissemia pode surgir também a partir de uma forma especial de etimologia popular, ou seja: quando duas palavras em princípio homônimas têm som idêntico e a diferença de significado não é muito grande, há certa tendência a considerá-los como uma única palavra com dois sentidos.

Por fim, Ullmann trata da influência estrangeira que pode contribuir para o surgimento da polissemia, embora em menor escala, pois algumas vezes o sentido importado abolirá completamente o sentido antigo, ocasionando assim o empréstimo semântico.

À parte todas as paixões e crenças, o fato é que, se não fosse possível atribuir vários sentidos às palavras e morfemas da língua, nossa memória estaria sobrecarregada. Conforme a ótica de Basílio (1991, p.10):

[...] formamos palavras pela mesma razão que formamos frases, o mecanismo da língua sempre procura atingir o máximo de flexibilidade em termos de expressão simultaneamente a um mínimo de elementos estocados na memória. É essa flexibilidade que nos permite contar com um número gigantesco de elementos básicos de comunicação sem termos que sobrecarregar a memória com esses mesmos elementos.

Ullmann (1964) vê na multiciplidade de significados dos itens lexicais um fator incalculável de economia e flexibilidade de que a língua dispõe. Para o semanticista, o número de significados ligados a uma palavra importa menos que sua qualidade, já que, às vezes, algumas palavras mais comuns nas línguas naturais são justamente as mais polissêmicas.

É importante salientar que quanto mais sentidos uma palavra adquiriu, mais ambígua ela se torna. Há vários setores sociais em que ocorre ambiguidade. De acordo com Ullmann (1964, p. 362), “As ambiguidades estão mais em evidência onde menos seriam de se esperar: no uso técnico e científico”, ou seja, em ambientes que reclamam por uma objetividade maior. Um grande trunfo na elucidação de ambiguidades se encontra nos ambientes em que ocorrem; isso significa dizer que o contexto é o grande mote de esclarecimento de ambiguidades e desencadeador de entendimentos mais claros acerca dos elementos em uso.

Pautar-se-á em Perini (2001, p. 250), nesse momento, para entender a questão discutida até aqui. O autor elege como exemplo a palavra *verde*, que pode ser o nome de uma cor ou então um estágio na maturação de uma fruta, tanto que se pode dizer de uma fruta amarela que ainda está verde. O autor apresenta o seguinte problema: “considera-se *verde* uma única palavra ou duas? Se for considerada uma única palavra haverá mais de um significado, ou seja, é polissêmica. Ao se distinguir, porém, duas palavras “*verde*”, afirma-se que as duas terão a mesma pronúncia e grafia e que são homônimas.” Para o autor, a maioria das palavras são polissêmicas em algum grau, por exemplo, fio (de linha) e fio (de eletricidade); no entanto, palavras não-polissêmicas são raras, e geralmente são criações artificiais como os termos técnicos: fonema, pâncreas, etc.

Cançado (2005, p.106) atesta que existe uma diferença entre homonímia e polissemia tradicionalmente assumida pela literatura semântica, mais especificamente pela lexicologia. Ambos os fenômenos lidam com os vários sentidos que os itens lexicais podem comportar, entretanto, segundo Cançado (2005, p.107) “polissemia é quando os possíveis sentidos de uma palavra ambígua têm alguma relação entre si”. A autora usa como exemplo os seguintes casos:

(a) *pé*: pé de cadeira, pé de mesa, pé de fruta etc.

(b) *rede*: rede de deitar, rede elétrica, rede de computadores etc.

Em (a), tanto se pode recuperar o sentido de *pé*, como sendo a base, como em (b), pode se recuperar a ideia de coisa entrelaçada na palavra *rede*. Entretanto, essa recuperação que é baseada na intuição do falante e

em alguns fatores históricos a respeito do item lexical, não é uma tarefa fácil. Nem sempre há uma concordância entre os falantes, ou mesmo, a dificuldade, por vezes, encontrada em precisar, com segurança, a etimologia de um item lexical, tem vindo a impor-se como um problema.

Outro aspecto importante a ser considerado é o fato de uma mesma palavra poder ser considerada uma homonímia em relação a determinado sentido e ser uma polissemia em relação a outros. Recorre-se, dessa forma, aos exemplos de Cançado (2005):

(c) *pasta1* = pasta de dente, pasta de comer (sentido básico = massa)

(d) *pasta2* = pasta de couro, pasta ministerial (sentido básico = lugar específico)

O item lexical *pasta* pode ser tanto polissemia, nos vários sentidos associados a cada ocorrência, quanto homonímia, pois pela intuição do falante, o sentido de *pasta*, entre (c) e (d) não pode ser recuperado.

Considera-se, assim, que o caráter polissêmico dos processos de formação de palavras serve para sugerir a expansão do léxico sem onerar em demasia a memória do falante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações supracitadas nos revelam a grande importância da polissemia na língua enquanto fenômeno que possibilita o desempenho linguístico. Este fenômeno não se dá exclusivamente nas palavras, mas também nos morfemas da língua, em especial aos prefixos.

NOTAS

⁽¹⁾ 1 Analogia criada por Bréal (apud Ullmann, p. 334) que indica um determinado sentido utilizado por determinado grupo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, F. G. C. **Polissemia e produtividade nas construções lexicais:** um estudo do prefixo re- no português contemporâneo. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras, 2006.

BASILIO, M. **Estruturas lexicais do português**: uma abordagem gerativa. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Formação e classe de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 1991.

BIDARRA, J. **O léxico no processamento da Linguagem Natural**. Cascavel: Edunioeste, 2004.

BRÉAL, M. **Ensaio de Semântica**. São Paulo: EDUC, 1992.

CANÇADO, M. **Manual de Semântica**: noções básicas e exercícios. Belo Horizonte: UFMG, v. 1, 2005.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas: Editora da Unicamp; Londrina: EDUEL, 2003.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 2006.

GOMES, C.P. **Tendências da semântica linguística**. Ijuí: Unijuí, 2001.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Nacional, 1979.

_____. **Semântica I**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

TAMBA-MÈCZ, I. **A Semântica**. São Paulo: Parábola, 2006.

ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DA NANOCIÊNCIA E DA NANOTECNOLOGIA: RESULTADOS PARCIAIS

Manoel Messias Alves da SILVA
Universidade Estadual de Maringá
manoelma@onda.com.br

RESUMO: Esta comunicação objetiva apresentar um relatório preliminar sobre o que já foi possível delinear em relação ao projeto de pesquisa *Dicionário terminológico da nanociência e da nanotecnologia*, institucionalizado desde 2005. Seus objetivos são constituir o primeiro banco de dados terminológicos em nanotecnologia, produzir o dicionário aludido, contribuir com as organizações que utilizam esta terminologia e oportunizar a alunos interessados o trabalho com banco de dados terminológicos informatizados, aproveitando-se da infraestrutura existente. O trabalho vem sendo realizado da seguinte forma: as obras e artigos que compõem o *corpus* de divulgação e especializado foram informatizados com o auxílio dos *softwares* específicos; para a estrutura da ficha terminológica, fase seguinte à informatização das obras, optou-se por sua apresentação em 18 campos e foi também informatizada por meio do gerenciador de banco de dados *MS-Access*. Com base nesta ficha de pesquisa terminológica, está sendo elaborado o dicionário. Cada verbete deverá conter informações sistemáticas (obrigatórias em todos) e não-sistemáticas (informações não-recorrentes). O dicionário tem sido elaborado de acordo com o cronograma aprovado, com todas as fases metodológicas sendo devidamente cumpridas. No entanto, ainda não se pode afirmar que ele esteja pronto ou que todas as 342 fichas terminológicas preenchidas já tenham se transformado em verbetes.

PALAVRAS-CHAVE: Dicionário terminológico; Nanociência; Nanotecnologia; Terminologia.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por base o Relatório Trienal de Projeto de Pesquisa apresentado à Universidade Estadual de Maringá objetivando cumprir com uma das exigências da Resolução nº 110/2005-CEP. É o momento em que a coordenação e os participantes podem se debruçar sobre o que já foi feito e sobre o que ainda resta a ser feito para cumprir

com os objetivos lá atrás elaborados. Neste sentido, é interessante frisar que a escolha por esse tema deve-se a fatores científicos, pois, desde 1994, pesquisas são realizadas em áreas de especialidade que foram contempladas, em uma primeira etapa, com o *Dicionário terminológico da gestão pela qualidade total* e, em uma segunda, com o *Dicionário terminológico da gestão pela qualidade total em serviços*. Esta incursão de uma área do conhecimento em outra é plenamente justificável, tendo em vista a questão da interdisciplinaridade. Os especialistas em nanociência/nanotecnologia utilizam as Unidades de Conhecimento Especializado (UCEs) da especialidade porque as mesmas fazem parte de seu cotidiano profissional. No entanto, ao delimitarem esses conceitos em um dicionário terminológico, os mesmos têm dificuldades, pois a eles não são facultados os conhecimentos teóricos necessários acerca da ciência da Terminologia. Em países desenvolvidos e/ou bilíngües, esta união entre especialistas e terminógrafos tem sido importante, haja vista a necessidade de que todo o conhecimento técnico-científico forjado em uma das línguas oficiais deva ser vertido para a outra e vice-versa.

No Brasil, também não tem sido diferente. Com a importação de novas tecnologias, tem-se criado uma necessidade de vertê-las para o idioma pátrio e isto tem sido regra nas mais diferentes áreas, como na inteligência artificial, na informática, na medicina, na qualidade total, etc. Dessa forma, pode-se considerar que uma contribuição como esta possa ser útil tanto para o mundo acadêmico como para o mundo do trabalho. Para a academia, será a oportunidade de mais uma vez estar empregando teorias terminológicas em uma área de especialidade. Para o mundo do trabalho, será a oportunidade de utilização de um trabalho acadêmico.

Mas o que ver a ser a área de especialidade nanociência/nanotecnologia? Antes de tudo, é preciso deixar claro que há mais nanociência hoje do que nanotecnologia, aplicações práticas dos princípios descobertos. O marco zero da área foi a palestra *Há mais espaços lá embaixo*, proferida em 1959 pelo físico americano Richard Feynman, no encontro anual da *American Physical Society* — Sociedade Americana de Física, em Pasadena, Califórnia. Feynman previu que era possível condensar, na cabeça de um alfinete, as páginas dos 24 volumes da *Enciclopédia Britânica*. O que ele quis dizer é que seria possível fabricar materiais em escala atômica e molecular, ou seja, arranjar os átomos e moléculas como quisermos, no último nível da miniaturização.

Em 1981, os cientistas Gerd Binnig e Heinrich Rohrer, da IBM, criaram o microscópio eletrônico de tunelamento, que permitiu não apenas enxergar os átomos, mas também arrastá-los de um lugar para o outro. Em 1990, os pesquisadores Donald Eigler e Erhard Schweizer, também da IBM, conseguiram escrever o logotipo da empresa usando átomos de xenônio em superfície de níquel.

Esse nanicomundo promete revolucionar uma infinidade de setores: da indústria automobilística à indústria bélica; da informática à medicina.

Uma das grandes apostas dos cientistas é a exploração dos nanotubos de carbono. São estruturas tubulares de 1 nanômetro de diâmetro, cujas paredes são formadas por átomos de carbono ligados entre si em arranjos hexagonais. Entre suas possíveis aplicações, está a produção

de tecidos cinco vezes mais leves e vinte vezes mais resistentes do que o aço, capazes de suportar altíssimas temperaturas. Poderão ser utilizados na fabricação de componentes de aviões, foguetes, coletes a prova de balas e nanotransistores, que substituirão os atuais transistores que compõem os chips de computadores, feitos de silício. Permitirão ainda um aumento fantástico da capacidade de memória dos computadores, conforme salienta o pesquisador Daniel Ugarte, do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), um dos principais centros de pesquisa do País no setor.

Na medicina, os estudos têm avançado no sentido de se obter drogas seletivas, que atuem apenas em órgãos e tecidos doentes. Nanopartículas abastecidas com medicamentos especiais poderiam dirigir-se diretamente às células contaminadas, poupando as saudáveis. O Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos espera obter a cura do câncer até 2015 com base em tratamentos nanotecnológicos.

Por meio desses poucos exemplos, pode-se perceber que há uma revolução tecnológica à vista. Dois mil e quinhentos anos depois de os gregos terem levantado a hipótese de que todas as coisas são feitas de partículas fundamentais, indivisíveis, denominados átomos, o homem começa agora a fazer coisas com estas partículas. É a nanotecnologia, que muitos pensam que é ficção ou algo para um futuro distante. É puro engano. A humanidade já desfruta de seus resultados e até mesmo o Brasil, como raras vezes aconteceu em sua história, poderá embarcar nesse bonde com os países desenvolvidos.

DESENVOLVIMENTO

Com base nessa constatação inicial, foi proposta em 2005 a elaboração de um dicionário terminológico que pudesse apresentar a terminologia descritiva dessa área do conhecimento humano acumulado. Para tanto, já no início algumas certezas podiam ser demonstradas, ou seja, a nanotecnologia é a engenharia de materiais em escala de átomos e moléculas. É a mais básica das engenharias, pois lida com os tijolos fundamentais da matéria. Assim, ela tem impactos em toda a gama de indústrias, não apenas nas chamadas indústrias de base tecnológica. Dessa forma, ela está presente em praticamente todos os processos de fabricação de uma economia moderna. E como entra a área de Letras e a Terminologia neste contexto?

Desde o advento da ciência da Terminologia e, principalmente, a partir de sua estruturação nos anos 80 do século XX no Brasil, o mundo tem passado por situações com grandes avanços tecnológicos. A ciência e a tecnologia não se restringem mais a grandes laboratórios, mas, ao contrário, estão presentes em nosso dia-a-dia, nos mais diferentes matizes.

Dessa forma, a ciência e a tecnologia tomam parte de nossa existência. Com essa interferência direta, a língua deve estar apta para nomear novos referentes e novos conceitos, a ponto de ser eficaz comunicativamente. As línguas especializadas, por sua vez, juntamente com o suporte prático e teórico da Terminologia, passam a ser importantes para legitimar a função real de uma língua como um veículo de comunicação também em situações especializadas.

É fato, pois, que em um uso informal da linguagem, não há essa preocupação com a precisão terminológica; no entanto, tratando-se de uso especializado, essa precisão é fundamental, ainda mais em relação aos contatos entre cidadãos de países cujas línguas sejam diferentes. De acordo com Francis Henrik Aubert (1996, p.13):

...no caso específico do trabalho terminológico, a criação neológica e o reordenamento conceptual e denominativo que caracterizam os esforços de padronização das linguagens de especialidade fazem-se possíveis com base nas virtualidades do código lingüístico e na instabilidade desses mesmos códigos. Esses dois fatores facultam não apenas a criação por assim dizer nativa, isto é, empregando elementos presentes no próprio código, como também a inserção de elementos de origem externa a esse código (empréstimos, decalques e traduções literais a partir de outras matrizes lingüísticas: inglês, francês, grego, latim, etc.) Mas os aspectos atinentes à natureza sócio-histórica das línguas colocam o problema da aceitabilidade dessa criação e desse reordenamento. A comunidade de usuários das linguagens de especialidade, tanto quanto a comunidade e a língua em geral, não constitui um todo uniforme, mas se subdivide em grupos variados, com necessidades, pressupostos e motivações também variados.

Com esta constatação, esses avanços científicos e tecnológicos precisam ser nomeados apropriadamente. As UCEs constituintes de uma área especializada refletem a estrutura conceptual dessa área e são a base da comunicação especializada. Tratando-se de níveis socioculturais divergentes, o produto terminográfico pode preencher a lacuna e facilitar a propagação dessas novas unidades léxicas forjadas pelas necessidades de seus usuários especializados, facilitando, assim, os intercâmbios econômicos e tecnológicos. Ainda de acordo com Aubert (1996, p. 25), observa-se, com efeito, uma crescente necessidade de maior precisão no trabalho terminológico, visto que as terminologias constituem a base: i. do ordenamento do conhecimento; ii. da transferência de conhecimentos; iii. da formulação e disseminação de informações especializadas; iv. da transferência de textos científicos para outros idiomas; v. da armazenagem e recuperação de informação especializada.

Portanto, a utilização de terminologias sistematizadas contribui para a eficácia da comunicação entre especialistas, que deve ser concisa, precisa e adequada.

Sistematizar terminologias significa identificar termos confiáveis de forma a facilitar a tarefa do tradutor, como também demonstrar que a língua portuguesa está apta para nomear conceitos técnicos e científicos, o que se tenta provar neste Projeto. Assim, à necessidade de natureza lingüística, soma-se outra de natureza política, uma vez que os fatos político-econômicos têm demonstrado a importância da integração no mundo atual, haja vista o surgimento de uma série de blocos econômicos existentes e que virão a existir e propostas de cooperação técnica e científica entre os mais diferentes países.

É justamente neste aspecto que se pode caracterizar a importância da Terminologia no mundo atual, ou seja, trata-se de criar e/ou adotar e difundir as linguagens especializadas. Neste sentido, cabe destacar que, com o advento das várias perspectivas da pesquisa terminológica, esta importância está relacionada à terminologia descritiva em oposição à terminologia normativa, pois apenas aquela possui métodos de trabalho capazes de dar conta do desafio que se apresenta: sistematizar terminologias com o intuito de facilitar a comunicação intra e interlínguas, ao mesmo tempo em que se preocupa em criar mecanismos que preservem e difundam a língua nacional.

Nestes aspectos, foram propostos como objetivos gerais inserir o projeto em um contexto de pesquisa nacional e internacional; inserir a pesquisa no Grupo de Pesquisa "Núcleo de pesquisa em léxico geral e especializado do português contemporâneo" do CNPq; inserir a pesquisa no Grupo de Pesquisa "Observatório de neologismos científicos e técnicos do português contemporâneo" do CNPq; integrar-se à rede nacional e internacional de Terminologia. Como objetivos específicos, foram propostos adquirir material bibliográfico para a constituição do primeiro banco de dados terminológicos em nanotecnologia; produzir o *Dicionário terminológico da nanociência e da nanotecnologia*; contribuir com as organizações de manufatura e serviços que utilizam esta terminologia; oportunizar a alunos interessados o trabalho com banco de dados terminológicos informatizados, aproveitando-se da infraestrutura existente.

Após três anos de vigência do Projeto, praticamente todos os objetivos foram alcançados. Em relação às inserções previstas, todas foram atingidas uma vez que, por meio da participação da coordenação no Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) e auxílio financeiro da Pró-Reitoria de Pós-Graduação em Pesquisa (PPG), foi possível comparecer a um evento internacional e sete eventos nacionais e regionais, em que sempre foram levadas informações acerca do desenvolvimento do projeto. Além disso, foi criado o Grupo de Pesquisa "Núcleo de pesquisa em léxico geral e especializado do português contemporâneo" do CNPq e continua a participação da coordenação no Grupo de Pesquisa "Observatório de neologismos científicos e técnicos do português contemporâneo" do CNPq que, inclusive, tem vários projetos de colaboração com o exterior, por meio da importância de sua coordenadora, Profa. Dra. Ieda Maria Alves da Universidade de São Paulo (USP).

Quanto aos objetivos específicos, foram adquiridas quatro obras sobre o tema, que passaram a constituir, após a sua digitalização, o *corpus* especializado da pesquisa. Além disso, foram adquiridas duas revistas e mais alguns artigos, que passaram a constituir o *corpus* de divulgação da

pesquisa. Dessa forma, pode-se afirmar que o banco de dados terminológicos em nanociência/nanotecnologia já está constituído com todas as obras informatizadas e servindo para o desenvolvimento da recolha e do aparato metodológico para a elaboração do dicionário. Este trabalho, inclusive, possibilitou a elaboração de cinco Projetos de Iniciação Científica (PICs) dos quais quatro já foram concluídos e um ainda se encontra em andamento. Foi agregado ainda ao Projeto o Prof. Dr. Odair Luis da Silva, que trabalha com a recolha das UCEs por meio do *Software Folio Builder 4.4* e o *Folio Views* que auxiliam na delimitação das UCEs.

O *Dicionário terminológico da nanociência e da nanotecnologia* tem sido elaborado de acordo com o cronograma aprovado, com todas as fases metodológicas sendo devidamente cumpridas. No entanto, ainda não se pode afirmar que ele esteja pronto ou que todas as 342 (trezentas e quarentas e duas) fichas terminológicas já tenham se transformado em verbetes. Este último procedimento também não se encontra para ser realizado no período compreendido por este relatório, de acordo com o cronograma aprovado, mas a preocupação é justificável, haja vista que será dessa forma que o produto será oferecido às organizações de manufatura e serviços que se utilizam desta terminologia.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa terminográfica divide-se em duas classes: quanto ao modo de tratamento e quanto às línguas utilizadas. Quanto ao tratamento, ela pode ser temática ou pontual. Em relação às línguas envolvidas, ela pode ser interna, se monolíngue, ou comparada, quando bilíngue ou plurilíngue.

A pesquisa terminográfica em pauta classifica-se, quanto ao modo de tratamento, em temática, ou seja, tem por finalidade estabelecer, de modo o mais exaustivamente possível, o conjunto de UCEs ligadas a uma área específica no interior da língua portuguesa. Dessa forma, é um dicionário monolíngue quanto às línguas utilizadas.

No âmbito dessa pesquisa temática, aborda-se o enfoque onomasiológico, que consiste em realizar uma recolha de UCEs em uma área dada a fim de explorá-las e defini-las a partir dos conceitos identificados.

Assim, como em toda pesquisa temática monolíngue, estão sendo percorridas as seguintes etapas:

1. escolha da área e da língua de trabalho;
2. coleta da documentação;
3. estabelecimento dos limites da pesquisa;

4. recolha das UCEs em obras significativas da área estudada, após consulta com especialistas;

5. apresentação dos dados terminográficos.

De todas estas etapas, apenas as duas últimas ainda não foram concretizadas, embora a etapa 4 esteja em um desenvolvimento significativo.

A área escolhida para este produto dicionarístico foi a nanociência/nanotecnologia e a língua de trabalho a língua portuguesa. Dessa forma, só foram eleitas, como fontes, obras editadas em língua portuguesa e no Brasil. Em relação às obras de especialistas estrangeiros, foi dada preferência àquelas que foram traduzidas e publicadas por editores brasileiros. Estas obras são as mais representativas dos especialistas mais reconhecidos da área pesquisada, de acordo com o colaborador especialista que atua no projeto, Prof. Dr. Edvani Curti Muniz, o que favoreceu sobremaneira a coleta das UCEs. Foram recolhidas, nestas obras especializadas, UCEs relacionadas à nanociência para os conceitos básicos e à nanotecnologia para os conceitos relacionados à prática específica.

A coleta dos dados está sendo realizada por meio da informatização das seguintes obras que compõem o *corpus* de divulgação e o *corpus* especializado e que forneceram as condições necessárias ao preenchimento das fichas terminológicas e à elaboração posterior dos verbetes. São elas:

Corpus de divulgação

BRUM, J. A.; MENEGHINI, R. **O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron**. 2002.

EDIÇÃO ESPECIAL SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL. **Nanotecnologia**: como o domínio das moléculas está reformulando o mundo. Duetto Editora, Especial 22 – Nanotecnologia.

EDIÇÃO VEJA ESPECIAL. **Tecnologia**: nanotecnologia, neurotecnologia, robótica. Editora Abril, Edição Especial nº 71, ano 39, julho de 2006.

GALEMBECK, F. et al. **Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia**. [Brasília, D. F.: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2003 ?]. Disponível em: <http://www.mct.gov.br> Acesso em 12 mai. 2005. Proposta do Grupo de Trabalho criado pela Portaria MCT nº 252 como subsídio ao Programa de Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia do PPA 2004 – 2007 de 16 mai. 2003.

LEVY, F. **Nanotecnologia**. [Campinas: Biblioteca LQES de Nanotecnologia, 2005, p. 1-12. Tradução de Maria Isolete P. M. Alves e Consultoria Científica

e Validação de Oswaldo Luiz Alves]. Disponível em: <http://www.iqm.unicamp.br> Acesso em 15 mar. 2005. Conferência proferida na Academie Interdisciplinaire des Sciences de Paris (AISP) em 24 abr. 2000.

MING, C. Nanotecnologia. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 30 maio 2004. **Caderno de Economia**, p. B2.

SILVEIRA, E. da. Nanotecnologia: realidade na escala dos átomos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 15 junho 2003. Caderno Geral-Ciência, p. A13.

Corpus especializado

DURAN, Nelson. **Nanotecnologia**: introdução, preparação e caracterização de nanomateriais e exemplos de aplicação. São Paulo: Artliber Editora, 2006.

GRUPO ETC. **Os riscos da tecnologia do futuro**. São Paulo: L&PM Editores, 2005.

REGIS, E. **Nano**: a ciência emergente da nanotecnologia. São Paulo: Rocco, 1997. Coleção Ciência Atual.

VALADARES, E. C.; ALVES, E. G.; CHAVES, A. **Aplicações da Física Quântica**: do transistor à Nano. São Paulo: Livraria da Física, 2005.

Todas estas obras e artigos foram informatizados com o auxílio dos *softwares* que serão descritos posteriormente e com a colaboração das diversas alunas de graduação dos cursos de Letras e Secretariado Executivo Trilíngue que propuseram Projetos de Iniciação Científica para fazê-lo.

A pesquisa apresenta-se, portanto, delimitada quando à língua utilizada, à área especializada e ao tipo de obras que compõem o *corpus* e que estão sendo utilizadas como fontes para a recolha e a sistematização das UCEs na estrutura conceitual.

No entanto, antes que estas obras tivessem sido escolhidas, foi realizada uma pesquisa bibliográfica necessária à fundamentação teórica da presente pesquisa que consistiu da leitura e análise de textos e obras em lingüística geral, terminologia geral e terminografia especializada que forneceram dados metodológicos para que se pudesse situar o objeto da pesquisa dentro da problemática a que pertence.

Também foram necessárias e importantes as leituras de obras relacionadas à nanociência, nanotecnologia aplicada e normalização terminológica para que, de um lado, fosse possível situar as utilizações das UCEs que contribuem para o desenvolvimento das pesquisas na área da língua de especialidade eleita e que, por outro, levassem à compreensão dos diversos conceitos e representações utilizados pelos especialistas.

Em relação à busca e organização dos dados, a recolha das UCEs foi realizada, em um primeiro momento, por meio da informatização das obras acima que serviram como *corpus* da pesquisa, utilizado o *Software Folio Builder 4.4* e o *Folio Views* que auxiliaram na delimitação das UCEs. Por meio de um *scanner*, foi possível copiar textos e/ou obras para o computador e, por meio desse *software* aludido, verificar a ocorrência das UCEs em seus contextos significativos, depois de realizada a correção dos mesmos no Programa *Omi Page 11.0*.

Para a estrutura da ficha terminológica, fase seguinte à informatização das obras, foi utilizado o seguinte procedimento metodológico: o preenchimento das fichas terminológicas, que servem como dossiês da mesma.

Há vários modelos de fichas terminológicas, mas se podem distinguir três tipos: as fichas terminológicas monolíngues, as fichas terminológicas monolíngues com equivalências e as fichas terminológicas bilíngues ou multilíngues. A que se mostrou pertinente para esta pesquisa foi a do primeiro tipo, ou seja, ficha terminológica monolíngue.

Mesmo em se tratando de tipologia monolíngue, há muitas variações, dependendo do tipo de trabalho a ser empreendido. No caso desta pesquisa, o modelo de ficha/pesquisa terminológica mais adequado ao trabalho baseou-se na sugestão da Profa. Dra. Ieda Maria Alves que preconiza sua apresentação em 18 (dezoito) campos e foi também informatizada por meio do gerenciador de banco de dados *MS-Access*, de ampla difusão, que se mostrou muito apropriado para esse tipo de tarefa, pois, além dos recursos habituais de um gerenciador de banco de dados, permitiu a conversão dos arquivos para o processador de textos *MS-Word*. É conveniente expor aqui, portanto, o protocolo de utilização para a explicitação dos conteúdos constantes de cada campo previsto na ficha terminológica: 1. Código; 2. Termo; 2.1. Sigla; 2.2. Variante; 3. Referências Gramaticais; 4. Contexto; 5. Referências do Contexto; 6. Observações Linguísticas; 7. Observações Enciclopédicas; 8. Definição; 9. Área; 10. Subárea; 11. Dados Fraseológicos; 12. Termos Relacionados; 13. Sinônimos; 14. Autor da Ficha; 15. Revisor; 16. Data do Registro.

Com base nesta ficha de pesquisa terminológica, está sendo elaborado o *Dicionário terminológico da nanociência e da nanotecnologia*. Cada verbete conterá informações sistemáticas (obrigatórias em todos) e não-sistemáticas (informações não-recorrentes). As informações sistemáticas comporão a seguinte microestrutura: UCE, referências gramaticais, definição, contexto, referências do contexto e remissivas. As não-sistemáticas comporão a seguinte microestrutura: sigla, variante, dados fraseológicos,

observações lingüísticas e enciclopédicas, que virão sob forma de nota, e sinônimos.

As UCEs recolhidas estarão classificadas em ordem alfabética, respeitando uma ordem sequencial. Esta ordem permite um acesso rápido e fácil às informações. Para facilitar ainda mais o acesso aos dados, o dicionário poderá estar subdividido em quantas partes forem necessárias, respeitando-se a estrutura conceptual da área. Se isto ocorrer e com o intuito de agilizar a consulta, o dicionário poderá trazer ainda um índice remissivo no início em que constará a UCE, a parte e a página em que ela se encontra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sala 108 do Bloco G 34 da Universidade Estadual de Maringá onde se desenvolve o projeto de pesquisa em pauta é espaçosa e já abriga um Projeto de Extensão denominado Setor de tradução e versão, e revisão de textos em Língua Portuguesa. Sua infraestrutura foi totalmente remodelada com os recursos oriundos do projeto e conta hoje com seis microcomputadores, ar-condicionado e três vistas, além dos equipamentos necessários e já adquiridos para o desenvolvimento deste projeto.

Neste sentido, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

Meta 1: Digitalização das obras, com início em 1º/8/2005 e término em 31/7/2008.

Esta meta consistiu em transformar as obras especializadas impressas em textos digitalizados que, após sofrerem o tratamento metodológico da terminologia, estão se transformando em verbetes que comporão o *Dicionário terminológico da nanociência e da nanotecnologia*, produto a ser retirado deste banco de dados. O procedimento consistiu em *scannear* página por página cada uma das obras já citadas. Depois de digitalizado, o texto foi enviado para o Programa *Omni Page 11.0*. Este abre o programa automaticamente para realizar a correção do mesmo. Após a correção, salva-se o arquivo em *MS-Word* na linguagem RTF. A seguir, compacta-se o arquivo, abrindo o Programa *Folio Builder* e *Folio Views*, que realiza a leitura do texto, procurando identificar as UCEs presentes no mesmo. Como o programa faz a leitura, após selecionar a UCE e/ou sintagma, exporta-se o mesmo, com seu contexto definitório, preferencialmente, para a ficha terminológica que se encontra no Programa *MS-Access*. A vantagem deste procedimento é que o pesquisador pode trabalhar com todos os programas para o preenchimento das fichas de pesquisa terminológica que, posteriormente, se transformarão em verbetes que constarão do dicionário aludido.

Os responsáveis pela Meta 1 e suas diversas etapas foram as diversas alunas que compuseram a equipe executora supervisionadas pelo coordenador. Foi estabelecido no projeto que esta meta teria como unidade de medida páginas, e hoje ela está encerrada com a quantidade de exatas 974 páginas digitalizadas, o que corresponde a 298.128 palavras/ocorrências, divididas em 177 páginas e 67.519 palavras para o *corpus* de divulgação, e 797 páginas e 230.609 palavras/ocorrências para o *corpus* especializado.

É possível se chegar a estes números com o auxílio dos Programas *Folio Builder* e *Folio Views* que são ferramentas importantes para o trabalho terminológico e apresentam os seguintes recursos: é um gerenciador de banco de dados; aceita uma alimentação dos dados em forma hierárquica, permitindo que as UCEs sejam organizadas em campos nocionais, subcampos, etc.; permite estabelecer elos (*links*) entre as UCEs, de forma que se pode inserir toda a sorte de informações sobre elas à medida que se vai coletando as mesmas das fontes selecionadas, como também estabelece vínculos entre elas, explicitando, assim, a rede nocional ou estrutura conceptual; possibilita um redesenho da estrutura conceptual, isto é, se a estrutura precisa ser alterada, o programa permite qualquer tipo de alteração sem que a base de dados seja prejudicada; ainda é compatível com um processador de textos (preferencialmente o *MS-Word*, que é o mais difundido) de forma que permite a impressão de qualquer parte da estrutura. Muitos pesquisadores brasileiros já utilizam o programa como um gerenciador de bases textuais, aplicação, aliás, para a qual ele foi idealizado e para a qual ele está sendo utilizado neste projeto de pesquisa. Enfim, como este programa realiza a leitura do texto, pode-se dizer, após a seleção da UCE e/ou sintagma, exporta-se o mesmo, com seu contexto definitório, preferencialmente, para a ficha de pesquisa terminológica.

Meta 2: Preenchimento das fichas terminológicas, com início em 1º/3/2006 e término em 30/11/2008.

Antes que a UCE se transforme em verbete do dicionário, o procedimento metodológico adotado é o preenchimento das fichas terminológicas, que servem como dossiês da mesma. Há vários modelos, mas optou-se pela ficha terminológica monolíngue. Apesar de haver muitas variações, o modelo de ficha/pesquisa terminológica mais adequado ao trabalho baseia-se na sugestão da Profa. Dra. Ieda Maria Alves que preconiza sua apresentação em 18 campos e também foi informatizada por meio do gerenciador de banco de dados *MS-Access*, de ampla difusão, que se mostrou muito apropriado para este tipo de tarefa, pois, além dos recursos habituais de um gerenciador, permite a conversão dos arquivos para o processador de textos *MS-Word*. É conveniente expor aqui, portanto, o protocolo de utilização para o detalhamento dos conteúdos constantes de cada campo que foi previsto para a ficha terminológica:

Campo 1. CÓDIGO: a ficha apresenta um número de identificação automático da UCE fornecido pelo gerenciador de banco de dados *MS-Access*;

- Campo 2.** UCE: a UCE está apresentada sob forma lematizada (forma nominal no masculino singular e verbo no infinitivo). As exceções implicam que a mesma é sempre utilizada no plural ou que seu conceito comporta vários elementos constituintes;
- Campo 2.1.** SIGLA: forma abreviada como a UCE também é conhecida;
- Campo 2.2.** VARIANTE: outra forma utilizada sem critérios, ou seja, discrepâncias ortográficas e/ou morfossintáticas. Priorizou-se a abertura de uma ficha para a UCE mais utilizada e foi incluído um contexto, na mesma ficha, com a outra menos conhecida;
- Campo 3.** REFERÊNCIAS GRAMATICAIIS: indicações morfológicas mínimas necessárias para a adequada utilização da UCE em um contexto;
- Campo 4.** CONTEXTO: transcrição do contexto, de caráter definitivo, preferencialmente, em que a UCE ocorreu na fonte, que visa a apresentá-la, colocada entre < >, no âmbito de seu funcionamento conceitual e morfossintático. É apresentado mais de um contexto apenas nos casos em que há variante, como explicitado acima, ou quando houve decisão deliberada do pesquisador;
- Campo 5.** REFERÊNCIAS DO CONTEXTO: indicações do autor (nome) e da fonte (do ano de publicação e da página), que remetem ao *corpus* da pesquisa;
- Campo 6.** OBSERVAÇÕES LINGUÍSTICAS: indicações de particularidades gramaticais e linguísticas da UCE, com a utilização da seguinte acrossemia: s (substantivo), adj (adjetivo), ar (artigo), v (verbo), p (preposição), cp (contração prepositiva), c (conjunção), n (numeral), pref (prefixo), suf (sufixo), pr (pronome) e adv (advérbio) e de um código dado para efeito de referência em relação à sua formação, além de outras informações pertinentes à exata compreensão da UCE em questão;
- Campo 7.** OBSERVAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: indicações de um número dado para efeito de referência relacionado à parte que constará como verbete no dicionário.
- Campo 8.** DEFINIÇÃO: indicações dos traços necessários à identificação do conceito, ou seja, um elemento genérico e suas características específicas que individualizam a UCE definida. É redigida de forma intencionalmente curta e com o objetivo de ser compreendida por leitores não-especializados, observando-se a mesma estrutura sintática na redação das UCEs relacionadas;

Campo 9. ÁREA: refere-se à nanociência.

Campo 10. SUBÁREA: refere-se a outras que venham a ser utilizadas por esses especialistas;

Campo 11. DADOS FRASEOLÓGICOS: eventuais UCEs que se juntam a uma outra não-sintagmática;

Campo 12. UCEs RELACIONADAS: denominadas de unitermos, são aquelas que estejam citadas na ficha terminológica da UCE, até um número máximo de três, tanto na definição quanto nas observações enciclopédicas, assim como aquelas que pertençam a uma classificação, sempre em ordem alfabética, e que façam parte do repertório;

Campo 13. SINÔNIMOS: indicações dos diferentes significantes da UCE, que possuem o mesmo significado, utilizados em contextos e fichas terminológicas próprias, com a mesma definição;

Campo 14. AUTOR DA FICHA: nome do pesquisador que preencheu a ficha;

Campo 15. REVISOR: nome do pesquisador que revisou a ficha após a colaboração do especialista da área;

Campo 16. DATA DO REGISTRO: data em que a ficha foi preenchida pela primeira vez, sem mencionar as revisões e as re-elaborações.

A seguir, um exemplo de ficha terminológica preenchida:

The image shows a screenshot of a web-based terminological record form. The form is titled 'Código' and contains the following fields and values:

- Código:** 208
- UCE:** Adsorção
- Variantes(s):** (empty)
- Sigla ou forma abreviada:** (empty)
- Referências gramaticais:** sf
- Contexto(s):** Sabe-se que a <adsorção> de quaisquer substâncias na interface ar/líquido leva a uma diminuição na tensão superficial do líquido.
- Referências do contexto:** DURAN, N., 2006: 37
- Definição:** Processo físico-químico que caracteriza a acumulação de partículas sobre uma superfície.
- Área:** Nanociência
- Subárea:** Química
- Observações linguísticas:** s.
- Observações enciclopédicas:** (empty)
- Dados fraseológicos:** (empty)
- Termos relacionados:** acumulação de partículas, camada.
- Sinónimos:** (empty)
- Equivalente:** (empty)
- Autor(a):** Sabine
- Revisor:** Manoel
- Data:** 16/01/2008
- Termo normalizado:** (checkbox checked)

Os responsáveis pela Meta 2 e suas diversas etapas foram as diversas alunas que compuseram a equipe executora supervisionadas pelo

coordenador, assim como o Prof. Dr. Odair L. N. da Silva, que se integrou ao projeto em 2007 e suas orientandas. Foi estabelecido no projeto que esta meta teria como unidade de medida fichas, e hoje ela se encontra em pleno desenvolvimento com a quantidade de exatas 342 fichas preenchidas mais 128 que foram desenvolvidas em um Projeto de Monografia de final de curso, o que corresponde a exatos 470 prováveis verbetes que constarão no dicionário aludido.

Meta 3: Estruturação do verbete, com início em 1º/8/2008 e término em 31/7/2009.

Esta meta consiste em estruturar os verbetes com base na ficha de pesquisa terminológica e acaba de ser inaugurada, não constando, portanto, do cronograma aprovado e objeto deste Relatório Trienal. No entanto, cada verbete conterá informações sistemáticas (obrigatórias em todos), com a seguinte microestrutura: termo, referências gramaticais, definição, contexto, referências do contexto e remissivas, e informações não-sistemáticas (informações não-recorrentes), com a seguinte microestrutura: sigla, variante, observações linguísticas e enciclopédicas, que virão sob forma de nota, e sinônimos.

Eles poderão se apresentar em um número menor de entradas, pois se devem considerar os sinônimos, que não são verbetes, mas constarão como entradas do dicionário. As UCEs recolhidas estarão classificadas em ordem alfabética, respeitando uma ordem sequencial que permitirá um acesso rápido e fácil às informações.

Meta 4: Apresentação do *Dicionário terminológico da nanociência e da nanotecnologia*, com início em 1º/7/2009 e término em 31/7/2009.

Neste dicionário, serão registradas UCEs da nanociência/nanotecnologia, coletadas sistematicamente em um número de obras especializadas e de divulgação relacionadas à área analisada. Por ser coletada em *corpus* especializado, a publicação pretende atingir leitores especialistas, mas não se olvida o fato de que atingirá também leitores não-especialistas, já que os mesmos estão inseridos no mercado de trabalho e têm necessidade de compreender os conceitos que serão apresentados. O trabalho pretende, assim, elucidar as UCEs da área que são utilizadas pelos especialistas no que concerne às duas dimensões já identificadas na estrutura conceptual, ou seja, a nanociência, como iniciadora dos conceitos a serem identificados, e a nanotecnologia específica dos produtos e aplicabilidades da área.

CONCLUSÕES

As conclusões são claras: o projeto vem cumprindo com o inicialmente projetado; ele tem conseguido atingir os objetivos inicialmente propostos; ele tem conseguido chamar a atenção de alunas da graduação, haja vista o encerramento de quatro Projetos de Iniciação Científica e mais

um em andamento; ele tem oportunizado a produção acadêmica; ele provavelmente terá que ser prorrogado devido a sua complexidade, mas chegará a bom termo. Nessa prorrogação, novas obras serão acrescentadas, uma vez que se chegou à conclusão que o *corpus* ainda não é significativo da área analisada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. M. B. **Teoria comunicativa da terminologia (TCT): uma aplicação**. 2000. 2 v. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) — Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2000.

ALVES, I. M. (Coord.) **Glossário de termos neológicos da Economia**. São Paulo: Humanitas: FFLCH (USP), 1998.

_____; SILVA, M. M. A.; ARAÚJO, M. **O léxico nas línguas especializadas**. In: HENRIQUES, C. C. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2003. p. 13-37.

_____. **Terminologia: um percurso histórico**. 2000. Disponível em: <<http://www.cvlnet.com.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2003.

ARNTZ, R.; PICHT, H. **Introducción a la terminología**. Trad. Amelia Irazazábal et al. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruiperez y Fundación y Ediciones Pirámide, 1995.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. **Terminologia - princípios e métodos - Harmonização de conceitos e termos: (NBR ISO DIS 860)**. Rio de Janeiro, 1996.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. **Terminologia - princípios e métodos - Preparação e apresentação de normas de terminologia: (NBR ISO 10.241)**. Rio de Janeiro, 1996.

AUBERT, F. H. Problemas e urgências na interrelação terminologia/tradução. **Alfa**, 36, p. 81-86, 1992.

_____. Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe. **Cadernos de Terminologia**, 2, p. 21-25, 1996.

_____. Língua como estrutura e como fato histórico-social: conseqüências para a terminologia. **Cadernos de Terminologia**, 1, p. 11-15, 1996.

BARBOSA, M. A. Proposta de uma metodologia de análise estrutural e funcional de glossários técnico-científicos. **Acta Semiotica et Lingvistica**, 3, p. 69-96, 1979.

_____. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: **Simpósio Latino-Americano de Terminologia**, 2, 1990, Brasília. *Anais...* Brasília: União Latina/CNPq, 1990. p. 182-189.

BESSÉ, B. La définition terminologique. In: CHAURAND, J.; MAZIERE, F. (Org.) **La définition**. Paris: Larousse, 1990.

BOUTIN-QUESNEL, R. et al. **Vocabulaire systématique de la terminologie**. Québec: Publications du Québec, 1985.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.

_____. **La terminología**: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CENTRE D'ÉTUDE DU LEXIQUE. **La définition terminologique**. Paris: Larousse Librairie, 1990. p. 252-259.

CENTRE INTERNATIONAL D'INFORMATION POUR LA TERMINOLOGIE. **Manuel de terminologie**. Paris: Organization des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture, 1987. p. 97-110/135-140.

CORREIA, M. M. F. Neologia e terminologia. In: MATEUS, M. H. M.; CORREIA, M. M. F. (Org). **Terminologia**: questões teóricas, métodos e projetos. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998. p. 59-74.

DESMET, I. Princípios teóricos da terminologia: especificidades da neonímia. **Terminologias**, Lisboa, 1, 1990. p. 14-26.

DUBUC, R. **Manuel pratique de terminologie**. Montréal: Linguatex: Conseil International de la Langue Française, 1978. cap. 1-6-9-10.

FAULSTICH, E. **Base metodológica para a pesquisa em socioterminologia**: termo e variação. Brasília: UnB, 1995.

_____. Planificação lingüística e problemas de normalização. **Alfa**, 42, (n. esp.), p. 247-268, 1998.

GOMES, H. E. Estudo científico da terminologia: tendências. **Tradterm**, 1, p. 97-106, 1994.

GUILBERT, L. La néologie scientifique et technique. **La Banque des Mots**, 1, p. 45-54, 1971.

_____. La spécificité du terme scientifique et technique. **Langue Française**, 17, p. 5-17, 1973.

INTERNATIONAL Organization for Standardization. **Terminologie - vocabulaire**: ISO 1087. Paris: Afnor, 1990.

KOCOUREK, R. **La langue française de la technique et de la science**: vers une linguistique de la langue savante. Wiesbaden: Oscar Brandstetter, 1991.

KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (Org). **Temas de terminologia**. Porto Alegre: Ed. Universidade (UFRGS); São Paulo: Humanitas, 2001.

LERAT, P. Terminologie et sémantique descriptive. **La Banque des Mots**, (n. esp.), p. 11-30, 1988.

_____. **Les langues spécialisées**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

LIMA, M. S.; RAMOS, P. C. (Org). **Terminologia e ensino de segunda língua**: Canadá e Brasil. Porto Alegre: Núcleo de Estudos

Canadenses (NEC): Instituto de Letras da UFRGS: Associação Brasileira de Estudos Canadenses (Abecan), 2001.

LINO, M. T. R. F. (Coord.) **Terminologias 1**. Lisboa: Associação de terminologia portuguesa (Termip), 1990b.

ORGANON (Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). **Terminologia e integração**, 12, n. 26, 1998.

PIRES DE OLIVEIRA, A. M.; ISQUERDO, A. N. (Org). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 1998.

POTTIER, B. La définition sémantique dans les dictionnaires. **Travaux de Linguistique et Littérature**, 3/1, p. 15-38, 1965.

QUEMADA, G. **Dictionnaire des termes nouveaux des sciences et des techniques**. Paris: Conseil International de la Langue Française, 1983.

REY, A. **La terminologie**: noms et notions. Paris: Presses Universitaires de France, 1979.

RONDEAU, G. La néologie terminologique (néonymie). In: RONDEAU, G. **Introduction à la terminologie**. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

SAGER, J. C. **Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993.

SILVA, M. M. A. Neônimos oriundos de tradução e suas formações morfológicas em língua de especialidade. **Revista Acta Scientiarum: Human and Social Sciences**, 22, n. 1, p. 33-40, 2000.

_____. **Dicionário terminológico da Gestão pela Qualidade Total em Serviços**. 2003. Tese (Doutorado em Letras: Filologia e Língua Portuguesa) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVA, O. L. **Das ciências do léxico ao léxico nas ciências**: uma proposta de dicionário português-espanhol de economia monetária.

2008. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2003.

TERMCAT. **Metodología del treball terminològic**. Barcelona: Departament de Cultura de la Generalitat de Catalunya, 1990.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.

DIVULGAÇÕES EM PERIÓDICOS E EVENTOS

SILVA, M. M. A. Dicionário terminológico da nanociência e da nanotecnologia: a constituição do corpus. XXIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL. **Caderno de Resumos**. Goiânia: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, 2008.

_____. Dicionário terminológico da nanotecnologia. XXI ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL. **Caderno de Programação**. São Paulo: PUC-SP, 2006. p. 23.

_____. A estrutura conceptual da nanociência e da nanotecnologia. X SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE TERMINOLOGIA. **Ponencias: resúmenes**. Montevideo: 2006. p. 12.

_____. A estrutura conceptual da nanociência e da nanotecnologia. 54º SEMINÁRIO DO GEL. **Caderno de Resumos**. Araraquara: Unesp, 2006. p. 105.

_____. et al. Relações de significado nas línguas de especialidade. 54º SEMINÁRIO DO GEL. **Caderno de Resumos**. Araraquara: Unesp, 2006. p. 104-105.

_____. Apresentação de uma obra terminográfica: a importância da estrutura conceptual. VI ENCONTRO INTERMEDIÁRIO DO GT DE LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA DA ANPOLL. **Anais...** Porto Alegre: Resumos expandidos, 2007.

____.; PINZON, H.; KINOSHITA, S. F. Procedimento metodológico para a elaboração do Dicionário terminológico da nanociência e da nanotecnologia. II CONGRESSO NACIONAL DE LINGUAGENS EM INTERAÇÃO. **Anais...** Maringá: Departamento de Letras Editora, 2008. p. 1.098 - 1.104.

____.; NASCIMENTO, A. P. M. Dicionário terminológico da nanotecnologia: nanoagricultura e nutrição nanométrica. II CONGRESSO NACIONAL DE LINGUAGENS EM INTERAÇÃO. **Anais...** Maringá: Departamento de Letras Editora, 2008. p. 1.078 - 1.085.

____.; MUNIZ, E. C. A estrutura conceptual da nanociência e da nanotecnologia. ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. (Org). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia, vol. IV. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. p. 501-518.

NEOLOGIA LACANIANA: PROPOSTA DE EQUIVALENTES

Patrícia Chittoni Ramos REUILLARD
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
patricia.ramos@ufrgs.br

RESUMO: Este artigo apresenta a análise e a classificação de 298 neologismos lacanianos – extraídos de um *corpus* formado pelos 25 Seminários de Jacques Lacan –, empreendidas em nossa tese de doutoramento, e também compartilha os primeiros resultados da proposta de equivalentes. Considerando que os neologismos criados por Lacan ainda não haviam recebido um tratamento sistematizado por parte da comunidade linguística ou psicanalítica brasileira, analisamos sua constituição e propusemos uma classificação de acordo com critérios formais e funcionais. Para tanto, buscamos fundamento nos estudos de neologia, tradução e psicanálise. As reflexões proporcionadas pela imbricação dessas áreas permitiram o estabelecimento de uma proposta de princípios de equivalência – a que chamamos de neologia tradutória lacaniana – que vêm sendo aplicados aos neologismos, dando continuidade à pesquisa iniciada naquele período. Neste momento, estão sendo propostos equivalentes para as 124 criações lexicais formadas por derivação, as quais são submetidas à validação por psicanalistas de orientação lacaniana, franceses e brasileiros. Pretende-se, ao final desta pesquisa, propor um glossário bilíngue francês-português de neologismos lacanianos.

PALAVRAS-CHAVE: Neologismos lacanianos; Equivalentes; Palavras derivadas.

INTRODUÇÃO

Jacques Lacan, considerado o maior intérprete da doutrina de S. Freud, promoveu uma releitura dos textos freudianos, reinterpretando conceitos e casos e acrescentando a esse novo aparato teórico outros conceitos, extraídos de distintas áreas do saber, tais como a Antropologia, a Linguística, a Matemática e a Filosofia. Seu ensino, ministrado de 1951 a 1980 em vinte e cinco seminários orais, deu origem a uma nova corrente de pensamento, o lacanismo, na filiação direta do freudismo.

Tais seminários foram gravados e transcritos por seus discípulos e originaram diversas versões, algumas das quais publicadas pela editora francesa Seuil e pela editora brasileira Jorge Zahar⁽¹⁾, com a autorização de Lacan ou de seu herdeiro testamentário Jacques-Alain Miller. Por seu

caráter inovador, os seminários apresentam certas peculiaridades que tornam difícil sua compreensão até hoje, em que pesem os conhecimentos dos profissionais que se debruçam sobre esses textos. Suas características mais marcantes são uma linguagem complexa – que foge frequentemente aos padrões da sintaxe tradicional da língua francesa, posto que busca mimetizar a linguagem do inconsciente – e uma abundante criação neológica.

NEOLOGIA LACANIANA

A Psicanálise constitui-se a partir da pressuposição da existência do inconsciente, cuja condição é a linguagem. É porque o ser humano é um ser falante que pode haver um pensamento inconsciente, que se revela na estrutura dessa linguagem “principalmente no nível do ‘duplo sentido’ das palavras, ou melhor, no nível da polissemia dos significantes” (CHEMAMA, 1998, p. 225).

Assim, o método psicanalítico interessa-se pelas formações do inconsciente – irrupções involuntárias no discurso, de acordo com processos lógicos e internos à linguagem, que permitem demarcar o desejo –, onde conflitos latentes se encontram representados. Esses conflitos são regulados pelo lapso, esquecimento, ato falho, chiste e sonho. Por essa razão, a Psicanálise debruça-se sobre a linguagem e seus elementos formais constitutivos, os significantes.

Na tentativa de apreender melhor a linguagem, Lacan vai buscar embasamento tanto na Linguística saussuriana, dela tomando principalmente os conceitos de significado e de significante, quanto nas formulações antropológicas de Lévi-Strauss, de onde empresta a noção de estrutura.

Entretanto, embora parta do signo saussuriano, Lacan desfaz sua unidade, suprimindo a elipse e invertendo a posição do significante e do significado. Ao modificar o conceito de significante, ele acentua sua autonomia. No sentido psicanalítico, o significante é separado do referente, mas definível além de qualquer articulação com o significado. O que o algoritmo lacaniano permite escrever é a existência de uma barra que afeta o sujeito humano devido à existência da linguagem e que faz com que, falando, ele não saiba o que diz. A própria possibilidade do inconsciente é então condicionada pelo fato de um significante poder insistir no discurso de um sujeito sem estar associado à significação (CHEMAMA, 1998, p. 396-397). Sendo assim, concebido como autônomo em relação à significação, o significante pode assumir uma função diferente daquela de significar, ou seja, pode representar o sujeito e determiná-lo. Para Lacan, “um significante é o que representa o sujeito para um outro significante”.

Atribuindo, portanto, uma importância capital à irrupção do inconsciente através do significante, Lacan se apropriará das possibilidades de formação de novas palavras em sua língua, recorrendo sem cessar aos processos neológicos a fim de sustentar seu aparato teórico. Embora a maioria dos neologismos criados se limite a uma única ocorrência, sua profusão e inventividade deixam uma marca indelével no discurso

psicanalítico e a certeza da comprovação da teoria em sua prática linguageira.

Essa prevalência dada ao significante e todas as demais características do texto lacaniano – o estilo “gongórico”, a extrema “manipulação sintática”, a concomitância de variados registros de língua, as incontáveis referências enciclopédicas, o empréstimo de conceitos de distintas áreas, as frases inconclusas, as inflexões, a pontuação instável, posto que sujeita à interpretação de seus ouvintes, o “delírio do significante”, a abundância neológica – acarretaram grandes dificuldades para o “estabelecimento” definitivo do texto na língua francesa, as quais originaram distintas versões dos Seminários e a ausência de consenso em relação a inúmeros conceitos e termos, além de levantarem inúmeros problemas de tradução.

As soluções propostas pelas traduções da edição brasileira – em que pese o trabalho inovador, corajoso e pioneiro dos primeiros tradutores – não alcançaram unanimidade. Por essa razão, grupos de psicanalistas e tradutores vêm se dedicando conjuntamente, nos últimos anos, a uma retomada das questões de tradução atinentes a essa obra, pois a transmissão da Psicanálise também passa pela tradução e, como afirma Peraldi (1982, p. 22), o tradutor que quiser levar a sério a concepção psicanalítica da fala deverá escutar o significante e, de uma maneira ou outra, conseguir fazê-lo efetuar esta travessia que se chama tradução.

CLASSIFICAÇÃO DOS NEOLOGISMOS

Para analisar os neologismos encontrados nos Seminários, inspiramo-nos nas propostas dos principais estudiosos de neologia (GUILBERT, 1975; BOULANGER, 1979; ALVES, 1994, 1999, 2001, 2006), que trabalham com *corpora* de língua geral e de línguas de especialidades e propõem uma classificação formal para esses itens lexicais. Por acreditar que essas propostas são abrangentes e acuradas, optamos por propor novas categorias apenas nos casos ainda não previstos na literatura, o que vem confirmar a inventividade neológica em Lacan.

A par da classificação formal, propomos igualmente uma tipologia funcional. Importa salientar que entendemos a função não como submissa a determinados padrões, mas como uma forma de criação com determinadas características.

CLASSIFICAÇÃO FORMAL

Esta classificação recupera os processos de criação lexical mais produtivos dos Seminários: derivação, palavras-valise, composição, criação por associação, empréstimo, decalque, neologia semântica e lexicalização de nome próprio. Vejamos alguns exemplos de cada um desses processos.

A derivação é o processo de criação que recorre ao acréscimo de um prefixo ou de um sufixo, ou ambos simultaneamente, a uma base

pertencente ao sistema morfológico da língua ou a sistemas estrangeiros antigos ou atuais. Segundo a maioria dos autores, no processo de derivação sufixal não há mudança de categoria gramatical, mas variação de sentido. O adjetivo neológico *éroticien* ilustra tal afirmação: formado pelo adjetivo *érotique* e pelo sufixo *-ique*, indicativo de agente, a substituição desse sufixo por *-ien* indica uma desterminologização do termo. Na derivação prefixal, ao contrário, o acréscimo de um prefixo provoca uma mudança de sentido, mas não de categoria gramatical, como em *déconnaissance*, formado pelo prefixo de negação *dé-* acrescentado ao substantivo *connaissance*, sinalizando uma falta de conhecimento; nesse item lexical, percebe-se também uma analogia com o substantivo *connerie* e com o verbo *déconner*. A derivação parassintética, em que ocorre a adição simultânea do sufixo e do prefixo à base, é bastante rara em Lacan; pode ser ilustrada pelo substantivo *inexteilhardement*, formado a partir do nome do jesuíta Teilhard de Chardin, do sufixo formador de advérbios de modo *-ment*, e do prefixo de negação *in-*.

Quanto ao processo de composição, trata-se de duas ou várias bases, oriundas da reunião de termos individuais preexistentes ou também novos na língua, cuja união constitui uma nova sequência lexical. A união desses termos funciona como uma unidade simples, expressando uma única realidade, uma única noção (BOULANGER, 1979, p. 68). Tal processo pode originar palavras compostas, como *dit-mansion*; sintagmas, como *sujet supposé savoir*; ou duas ou mais palavras constituindo uma única, caso do substantivo *êtrepenser*, formado pelos verbos *être* e *penser*.

As criações por associação são palavras provenientes de combinações inéditas na língua. Essas criações aproximam-se das criações *ex-nihilo*, também chamadas de neologismos fonológicos (ALVES, 1994), que são palavras oriundas de novas combinações, jamais encontradas anteriormente, de sons ou de letras; porém, diferentemente destas, desmotivadas no plano morfossemântico e neutralizadas nos planos gráfico e fonético nas principais línguas do mundo ocidental, a exemplo das marcas registradas Kodak e Lycra (BOULANGER, 1979, p. 82), as criações lacanianas por associação partem de locuções ou frases já existentes na língua e formam uma nova palavra, homófona à estrutura de partida. Em outras palavras, há uma associação entre a estrutura original e o novo item lexical, o que impede considerá-las “novidades formais absolutas” (BOULANGER, 1979, p. 82). Vejamos o verbo *diffâmer*: criado a partir da aglutinação de *on la dit femme*, nele se lê igualmente a palavra *âme*, formando uma estrutura homófona ao verbo *diffamer*. Neste verbo, intervêm simultaneamente as palavras *femme*, *âme*, *diffamer* e *différencier*, e se estabelece uma relação de associação direta entre *femme* e *infamie*.

A adoção de uma palavra pertencente a uma língua estrangeira ou ao acervo da própria língua constitui o empréstimo que, em Lacan, é interno ou externo. É interno aquele que se origina no acervo da própria língua, recorrendo a uma palavra arcaica, a variedades regionais ou dialetais, a gírias ou a línguas de especialidade (BOULANGER, 1979). O termo *sinthome*, forma arcaica da palavra *symptôme* e cuja origem é explicitada pelo próprio Lacan, ilustra bem este tipo de empréstimo. É considerado externo o empréstimo que recorre a uma língua estrangeira viva ou morta, como a palavra alemã *Trieb* [impulso] que, ao receber o sufixo verbal francês *-er*, *trieber*, é empregada para significar o impulso da morte.

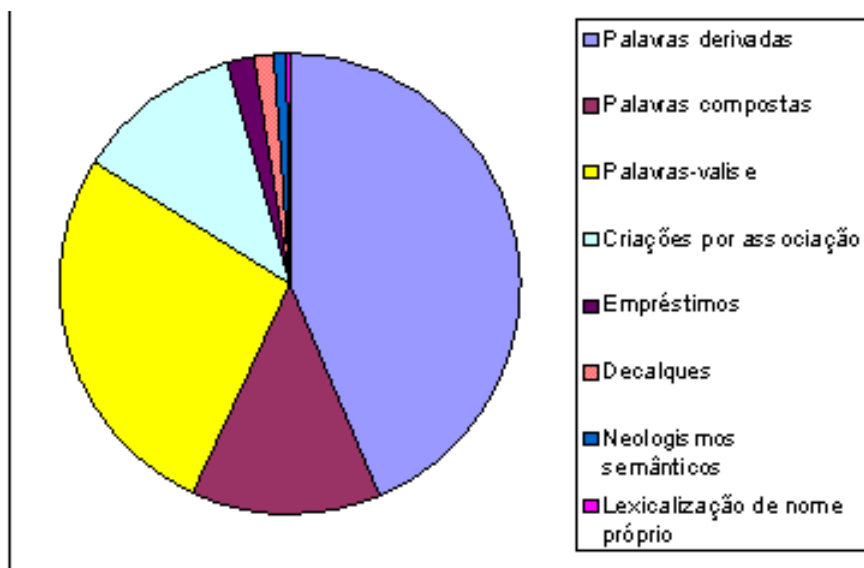
Observe-se, entretanto, que Lacan não só empresta a palavra estrangeira, mas também lhe acrescenta um traço da língua francesa, seja através de uma mudança ortográfica, seja através de um processo de derivação.

O decalque é a tradução literal, por meio de um ou de vários significantes, do significado de uma palavra estrangeira (ALVES, 1994, p. 79). Em Lacan, ele pode ser lexical ou fonológico. O decalque lexical define-se como a tradução literal, por meio de um ou vários significantes, do significado de uma palavra de outro sistema linguístico, como ocorre em *oddité*, que tem sua origem no substantivo inglês *oddy*, que significa singularidade, esquisitice. Já o decalque fonológico é uma “tradução” calcada no som da palavra original ao invés de sua tradução literal, como em *couinée*, que se origina na palavra grega *koinè*.

Na neologia semântica, um significante existente na língua recebe um novo significado: um termo da língua geral passa para uma língua de especialidade e vice-versa; um termo passa de uma língua de especialidade para outra; um termo pode tornar-se polissêmico em seu próprio campo de aplicação; um termo passa de uma categoria gramatical a outra (BOULANGER, 1979, p. 89-94). Em nosso *corpus* de trabalho, encontramos apenas dois neologismos semânticos: o adjetivo *secondé* e o verbo *panser*.

Por fim, temos a lexicalização de nome próprio, processo que toma um nome próprio e o transforma em nome comum, como a palavra *flacelière*, oriunda de R. Flacelière.

O levantamento final dos neologismos de acordo com a classificação formal pode ser visualizado no Quadro 1.



Quadro 1 – Classificação formal dos neologismos lacanianos

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Inspirando-nos nas funções propostas por Basílio (2004) e por Mendes (1991 apud BASTIANETTO, 1998), propusemos uma tipologia funcional a fim de estabelecer a função predominante de cada um dos processos neológicos em Lacan: função denominativa, estilística, de adequação, analógica, de terminologização e de desterminologização. Cabe salientar que essas funções podem se sobrepor em alguns casos e que as funções denominativa e estilística perpassam todas as demais funções.

A função denominativa responde à necessidade de preenchimento de uma lacuna vocabular, ou seja, não existindo na língua um significante para determinado conceito, ele é imediatamente criado. É a denominação por excelência. Tome-se *jouissade*, palavra formada a partir da base verbal *jouir*, seguida do sufixo *-ade* que, entre outras possibilidades, é empregado para constituir substantivos que exprimem uma noção de conjunto ou de elemento de um grupo, a exemplo de *décade*, *dyade*, *triade*. O substantivo *jouissance* significa a ação de *jouir* e o estado daquele que *jouit*, ao passo que o neologismo *jouissade* se refere a uma díade que tem como elementos o bebê e a mãe.

Na função estilística, a necessidade de criação é sobretudo estética, levada pela intenção de se demarcar do discurso científico psicanalítico usual. Pode ser ilustrada pela maioria das palavras-valise, como *dieu-lire*, cruzamento de *dieu* e *délire*, ou pela palavra *déconnaissance*, na qual Lacan estabelece uma analogia com o substantivo *connerie* e com o verbo *déconner*, subjacentes à negação do conhecimento. Além disso, os contextos parecem sugerir também uma atitude lúdica em relação à língua. No entanto, acreditamos que essa função não pode ser desvinculada de uma necessidade conceitual, pois a nova palavra nasce quase espontaneamente da necessidade de denominar um novo conceito.

A função de adequação preenche uma necessidade pontual de adequar uma palavra ao contexto discursivo e sintático: são os casos de nominalização, verbalização, adjetivação, etc., de palavras correntes da língua. É o caso do substantivo *vivotage*, criado a partir do verbo *vivoter*, que significa viver a duras penas, e do sufixo *-age*.

Entendendo a analogia como o processo em que um modelo preexistente interfere na criação de uma nova palavra, propomos a função analógica, isto é, a criação lexical parte de uma palavra existente. O símbolo matemático *mathème*, por exemplo, é criado a partir da analogia com os termos *phonème* e *mythème*.

Na função de terminologização, atribui-se um cunho terminológico a uma palavra da língua geral. É o caso do grupo de adjetivos e substantivos formado pelo sufixo *-ique*, cuja função indica, além do preenchimento de uma lacuna vocabular, a terminologização do novo item lexical, propiciada e acentuada pelo traço científico desse sufixo, como em *tychique*, formado a partir de *tuché*.

Na função de desterminologização, ao contrário da anterior, há uma intenção de eliminar um dos traços do item lexical, justamente aquele que o enquadraria na categoria de termo. Essa função pode ser ilustrada pelo adjetivo *masochien*, formado pela mesma base do termo psicanalítico

masochiste, mas diferenciando-se deste pelo sufixo menos marcado *-ien*, que indica origem.

PRINCÍPIOS DE NEOLOGIA TRADUTÓRIA LACANIANA

Na busca de estabelecer princípios que norteassem o trabalho de tradução dos neologismos lacanianos, dando-lhes coerência, retomamos, primeiramente, a concepção lacaniana da linguagem, que dá autonomia ao significante, como têm explicitado e reafirmado todos aqueles que se debruçam sobre a obra lacaniana. Sobre esta questão, diz Teixeira (1986, p. 25):

o significante é autônomo em relação ao significado e é por esse motivo que a língua tem a possibilidade de significar outra coisa além do que diz; é na cadeia significante, que se exprime por presenças e por ausências, que o sentido insiste; o que aparece na fala são os termos que vêm substituir os significantes enigmáticos que nos escondem de nós mesmos e dos outros, se bem que, em nos escondendo, nos revelam.

Assim, quando formula o célebre aforismo “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, Lacan indica que não devemos nos deter no significado, enviado sob a barra, mas no significante, que faz cadeia e remete sempre a um outro significante. É esta concepção da linguagem que fará com que ele procure fazer de sua elocução, em seus Seminários, artigos, conferências, entrevistas à Rádio e à Televisão, um equivalente mimético da linguagem do inconsciente.

Portanto, o tradutor da obra lacaniana deverá levar em conta essa concepção psicanalítica da fala e considerar,

no mínimo, além do significado (para o qual é treinado a responder com um outro significante), do valor (para o qual deve ler várias vezes os textos antes de traduzi-los) e da conotação (para a qual deve restabelecer os parâmetros situacionais da mensagem), [colocar-se] igualmente à escuta do significante e, de uma maneira ou outra, [conseguir] fazê-lo efetuar esta travessia que se chama tradução. (Peraldi, 1982, p. 22).

O próprio Lacan julgava importantes as questões de tradução e apontava para a necessidade de os analistas se familiarizarem com elas, mostrando como decisões terminológicas podem alterar a concepção teórica e clínica de um texto psicanalítico.

A partir dessas considerações e inspirando-nos nos princípios da neologia tradutória, propostos por Hermans & Vansteelandt (1999), e nas análises empreendidas dos neologismos lacanianos, estabelecemos quatro princípios da neologia tradutória lacaniana, explicitados a seguir.

PRIMEIRO PRINCÍPIO

Ao significante deve ser atribuída importância equivalente à do significado. Por conseguinte, o tradutor deverá não apenas restituir o significado – se a tradução incidir apenas sobre a cadeia significante, “perderá sua substância e se transformará numa transmutação surrealista”, lembra-nos Muni Toke (2004) –, mas também produzir um significante que considere a forma e a função do neologismo original. Para atingir tal objetivo, deverá recorrer às modalidades tradutórias⁽²⁾ (AUBERT, 1998; BASTIANETTO, 2002), dando preferência àquelas que possam responder melhor a essa exigência, tais como a tradução literal e a explicitação.

SEGUNDO PRINCÍPIO

Complemento do primeiro, estabelece que a busca dessa equivalência que considera também o significante não pode ignorar o significado. Em outras palavras, sem nunca perder de vista o primeiro princípio, o tradutor deverá buscar um equivalente que conserve o(s) significado(s) do original. Por exemplo, em se tratando de um neologismo em que co-ocorrem dois ou mais significados e no qual se percebem relações semânticas divergentes – como no substantivo *hainamoration*, em que se encontram concomitantemente as antíteses *haine* e *amour* –, tais significados deverão emergir através do recurso às modalidades tradutórias, como, por exemplo, a explicitação. Importa dizer, porém, que não se pode determinar, de antemão, a que modalidades recorrer, pois somente a análise detalhada do contexto e da função de cada criação lexical poderá indicar o melhor caminho.

TERCEIRO PRINCÍPIO

Recupera um dos princípios da neologia tradutória de Hermans e Vansteelandt (1999), e prega o respeito às matrizes terminogênicas da psicanálise lacaniana. Por exemplo, quando Lacan busca terminologizar uma palavra da língua geral, como *chose*, recorre ao sufixo *-ique*, empregado sobretudo em termos técnico-científicos. O tradutor deverá, então, atentar para as escolhas feitas pelo autor, que o orientarão na busca das matrizes equivalentes em sua língua.

QUARTO PRINCÍPIO

Refere-se à sintaxe do texto lacaniano. Um estudo aprofundado do tecido textual lacaniano poderia recuperar as regularidades dessa construção de modo a orientar seus leitores e tradutores ⁽⁴⁾.

APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS NA BUSCA DE EQUIVALENTES

Ilustremos a aplicação dos três primeiros princípios, aliados às modalidades tradutórias, com alguns dos neologismos⁽⁴⁾ de nosso *corpus*.

Nas palavras formadas por derivação, a escolha de determinado sufixo em detrimento de outro não é aleatória e pode cumprir outras funções, além da função denominativa, como se pode ver no exemplo a seguir. O sufixo *-itude*, formador de substantivos abstratos que designam qualidade ou estado expresso pela base, é empregado por Lacan para construir alguns substantivos, tais como *intactitude*, formado a partir do adjetivo *intact*:

Mais c'est pourquoi, s'il n'était pas soigneusement préservé de **l'intactitude**, l'intangibilité de cette propre image, ce qui surgirait de tout cela serait bel et bien l'angoisse et l'angoisse devant quoi? (Seminário Le Transfert, Lição 14/06/1961) (grifo nosso).

Ainda que tivesse à sua disposição as palavras francesas *intouchabilité*, *intangibilité* e *inaccessibilité*, o psicanalista buscou com esse sufixo marcar a diferença, o que configura uma função estilística. Em língua portuguesa, temos intangibilidade, intactilidade, intatilidade e intocabilidade, onde prevalece o sufixo *-(i)dade*; porém, respeitando os princípios da neologia tradutória lacaniana, propomos a criação do significante *intactitude* ou *intatitude* a partir de *intacto/intato* + *-(i)tude*.

O mesmo vai ocorrer com a palavra *dangéité*, formada pelo substantivo *danger* e pelo sufixo *-ité/-éité*, indicativo de qualidade:

Franchissant la caractéristique certaine, il y a là danger objectif, Gefahr, **dangéité**, Gefährdung, situation de danger, entrée du sujet dans le danger, ce qui, après tout, mériterait arrêt. Qu'est-ce qu'un danger? On va dire que la peur est de sa nature, adéquate, correspondante, entprechend ? l'objet d'où part le danger. (Seminário L'Angoisse, Lição 06/03/1963) (grifo nosso).

A língua francesa conta com o antecedente *dangérosité*, que indica o **caráter** perigoso de algo; a **situação** de perigo, porém, proposta pelo termo concorrente *dangéité*, configura um novo conceito, ainda não denominado linguisticamente. Em língua portuguesa, tem-se igualmente o

substantivo periculosidade, significando o conjunto de circunstâncias que indicam a possibilidade da prática de um crime, o que difere bastante do sentido proposto por Lacan. Daí a necessidade de uma criação neológica em língua portuguesa que atente tanto para aquele significante quanto para o novo significado. Propomos então, a partir do substantivo perigo e do sufixo -(i)dade, criar o neologismo *perigosidade*.

Passemos a um exemplo de palavras compostas que fazem intervir uma relação complexa de analogias: a trilogia formada pelos substantivos *père-version* e *père-vers* e pelo advérbio *père-versement*:

Dieu est père, tirit, vers (**père-vers**), c'est un fait rendu patent par le juif lui-même. Mais on finira bien par, - enfin! je peux pas dire que je l'espère! je dis - à remonter ce courant, on finira bien par inventer quelque chose de moins stéréotypé que la perversion. C'est même la seule raison pourquoi je m'intéresse à la psychanalyse [...]. (Seminário RSI, Lição 08/04/1975) (grifo nosso).

Un père n'a droit au respect, sinon à l'amour, que si le dit, le dit amour, le dit respect, est, vous n'allez pas en croire vos oreilles, **père-versement** orienté, c'est-à-dire fait d'une femme, objet petit a qui cause son désir. (Seminário RSI, Lição 21/01/1975) (grifo nosso).

L'imagination d'être le rédempteur, dans notre tradition au moins, est le prototype de ce que, ce n'est pas pour rien que je l'écrive: la **père-version**. C'est dans la mesure où il y a rapport de fils à père, et ceci depuis très longtemps, que a surgi cette idée loufoque du rédempteur. (Seminário Le Sinthome, Lição 10/02/1976) (grifo nosso).

As palavras subjacentes às três criações são *perversion* e *pervers*, mas ainda subjazem, em *père-vers* e *père-version*, *vers*, o verme, e *version*, a versão. Como transmitir esses significados concomitantes, ressaltando entre todos a palavra *père*?

père + vers = père-vers ↔ pervers

père-vers + -ment = père-versement ↔ perversement

père + version = père-version ↔ perversion

Imediatamente se percebe a dificuldade, em língua portuguesa, de propor uma criação neológica em que coocorram todos esses sentidos e analogias. Vejamos, em português, as palavras em jogo:

Pai + verme = ? ↔ paiverso ↔ perverso

paiverso + -mente = paiversamente ↔ perversamente

pai + versão = *paiversão* ↔ *perversão*

Em semelhante situação, diante da impossibilidade de marcar a coocorrência de todos os significados em uma única palavra, acreditamos que o recurso à combinação de modalidades – tradução literal e explicitação – e o jogo analógico podem auxiliar o leitor a perceber todos os jogos de sentidos presentes. Assim, teríamos *paiverso*, *paiversamente* e *paiversão*, acompanhadas de uma nota explicativa.

Lembremos ainda que a solução dada ao neologismo *père-version*, matriz do adjetivo francês *apéritif*, norteará a escolha de um equivalente para essa criação por associação. Ou seja, da coerência nas escolhas do tradutor dependerá a coerência do texto em sua totalidade.

Aqui se levanta a questão da impossibilidade, muitas vezes encontrada neste tipo de trabalho, de fazer intervirem todas as possibilidades de sentido e todas as analogias presentes em uma única palavra. No entanto, trazer para a tradução o impossível como categoria lógica afasta de uma tradução que, diante do real da letra, trabalha no luto ou na impotência.

Nas criações por associação, vários significados concomitantes devem ser retomados, seja sob a forma de um único significante que encerre todos os outros, seja sob a forma de um novo significante acompanhado de uma explicitação. Por exemplo, no neologismo *s'oupirer*, em que intervêm o verbo *soupirer*, a locução *ou pire*, acrescidos do sufixo verbal *-er*, os três significados se encaixam à perfeição. Ademais, o apóstrofo tem precisamente a função de marcar a cesura e levar o leitor a “perceber” todos os significados presentes:

L'année dernière, j'ai intitulé ce que je croyais pouvoir vous dire - ... ou pire, puis - Ça **s'oupire**. Ça n'a rien à faire avec je ou tu - je ne **t'oupire** pas, ni tu ne **m'oupires**. Notre chemin, celui du discours analytique, ne progresse que de cette limite étroite, de ce tranchant du couteau, qui fait qu'ailleurs ça ne peut que **s'oupirer**. (Seminário Encore, Lição 21/11/1972) (grifo nosso).

Tendo, então, *soupirer* + *ou pire* + *-er*, em analogia com o verbo *soupirer*, acreditamos ser possível a criação de um neologismo em língua portuguesa a partir de um encaixe das palavras presentes, sem a necessidade de apelar para uma explicitação a fim de complementar o sentido. Assim, de suspirar + ou pior + *-ar*, teremos *suspiorar*, neologismo no qual são igualmente visíveis em língua portuguesa as palavras subjacentes.

No que tange aos empréstimos externos – entre outros, os verbos *striger* a partir do latim, *splitter* do inglês e *trieber* do alemão –, ressaltamos que em francês nem todas essas criações são transparentes para o leitor. Essa é a razão pela qual o próprio Lacan vê a necessidade, muitas vezes, de explicitar o processo de criação de uma nova palavra:

Comment [...] cette coupure vient-elle serrer, **striger**, sectionner la portée ? (Seminário Problèmes Cruciaux pour la Psychanalyse, Lição 09/12/1964) (grifo nosso).

[...] c'est-à-dire de la question du signifié justement de cette addition de lui-même à son propre nom, c'est immédiatement de **splitter**, de diviser en deux, de faire qu'il ne reste qu'une moitié de, littéralement de ce qu'il y avait en présence. (Seminário L'Identification, Lição 10/01/1962) (grifo nosso).

Ce que Freud souligne de cette mort, si je puis m'exprimer ainsi, la **trieber** ; d'en faire un Trieb. Ce qu'on a traduit en français par, je ne sais pas pourquoi, la pulsion ou la pulsion de mort, on n'a pas trouvé une meilleure traduction alors qu'il y avait le mot dérivé. (Seminário Le Sinthome, Lição 16/03/1976) (grifo nosso).

Além disso, Lacan não toma simplesmente palavras estrangeiras e as emprega tais quais; elas passam por um afrancesamento, por meio sobretudo dos processos de derivação. Deste modo, acreditamos que o tradutor também poderá criar neologismos na língua alvo, servindo-se da modalidade de tradução literal; caberá ao leitor valer-se do contexto para recuperar o significado original. Seguindo-se as regras de formação da língua portuguesa e adicionando-lhes neste caso o sufixo verbal -ar, pode-se criar os verbos *triebar*, *splittar* e *strigar*.

O único caso elencado de empréstimo interno – *sinthome* – é bastante complexo, pois comporta muitas palavras simultaneamente: *sin* [pecado, em inglês], *homme* ou *home*, *saint Thomas*, além da antiga grafia de *symptôme*:

J'ai annoncé sur l'affiche LE **SINTHOME**. C'est une façon ancienne d'écrire ce qui a été, ultérieurement, écrit 'symptôme'. [...] La faute dont c'est l'avantage de mon **sinthome** de commencer par là. Sin, en anglais, veut dire ça, le péché, la première faute. (Seminário Le Sinthome, Lição 18/11/1975) (grifo nosso).

Rio Teixeira (2005) refere-se a este tipo de criação como uma "subcategoria", afirmando que

Sua característica principal é produzir homofonias perfeitas em relação a outros termos, dos quais (sic) são impossíveis de serem distinguidas pela escuta. Essas expressões só podem ser percebidas, só podem "surgir" a partir da leitura. Elas foram criadas portanto preferencialmente para a escrita, em vez da fala. Sem forçar muito a memória, me ocorrem dois exemplos: *sinthome* e *hommossexuel*, cujos pares homófonos, é claro, são *symptôme* e *homossexuel*. A minha opinião é que, tratando-se de palavras que só se distinguem na escrita, sua tradução deveria privilegiar igualmente o jogo da escritura e da letra, ao invés de buscar uma diferença pela sonoridade. É por isso que para traduzir *sinthome* me parece mais justo acrescentar simplesmente a letra "h" (*sinthoma*), abandonando alternativas mais complicadas como *sinthomem*, que privilegiam o significado e não o significante.

Tal afirmação pode ser contestada, posto que a homofonia entre *symptôme* e *sinthome* e entre *homossexuel* e *hommosexuel* não é perfeita, mas aproximada. Além disso, a solução proposta torna opacos os outros significados presentes, pois o que se pode ler/ouvir em *sinthoma* senão sintoma? Onde estão 'homem', 'home', São Tomas', 'santo homem'?

symptôme → *sinthome* = *sin* + *homme* + *home* + *saint thomas* + *saint homme*

Respeitando os princípios da neologia tradutória lacaniana, pensamos que o novo significante deve fazer intervir pelo menos dois dos significados presentes, o restante sendo complementado através de uma explicitação. É o que faz o psicanalista Roberto Harari ao propor em espanhol o neologismo *sinthombre* e que é retomado na tradução brasileira, conforme nos informa Aurélio Sousa, no Prefácio à Edição Brasileira da obra *Como se chama James Joyce?*:

A tradução *sinthomem*, adotada neste volume, mantém a opção do autor por *sinthombre*, embora não corresponda às opções comumente utilizadas pelos editores brasileiros. A Cia de Freud prefere manter o conceito no original; Ágalma utiliza nas suas traduções *sinthoma*. [...] Logo no início de seu livro Roberto Harari revela uma intimidade com nossa língua. Ele o faz, justificando a transliteração para o castelhano "sinthombre", do significante "sinthomem", que corresponde a uma das traduções sugeridas aqui no Brasil para "sinthome".

No caso dos decalques lexicais ou fonológicos, acreditamos na possibilidade de criação de um novo significante a partir do mesmo jogo produzido por Lacan. Por exemplo, o grego *koinè*, que origina o decalque fonológico *couinée* – superposição do nome dado à língua falada pelos gregos nos períodos helenístico e romano e do som produzido por certos animais – pode levar à criação de *coicho*, substantivo que retoma o sentido de grunhido animal e lembra parcialmente o som da palavra grega.

Ce langage, déjà les Anciens, les Grecs, l'avaient appelé dans leur langue la *koinè*. On peut tout de suite traduire ça en français - la **couinée**. Ça couine. Je ne méprise pas du tout la *koinè*. Simplement, je crois qu'elle n'est pas défavorable à ce qu'on y produise quelques effets de précipitation, à introduire justement le discours le plus abrupt qu'il soit. (Seminário L'Envers de la Psychanalyse, Lição 09/04/1970) (grifo nosso).

O decalque lexical *hommelle*, do inglês *she-man*, pode dar lugar, por exemplo, a *homela/elhomem*, conjugação de 'homem' e 'ela'.

[...] si j'ai introduit tout à l'heure, pour vous, le he-man, me voilà... - et d'ailleurs, d'une façon très conforme au génie de la langue anglaise, qui appelle la femme *woman* et Dieu sait si la littérature a fait des gorges chaudes sur ce *wo*, qui

n'indique rien de bon (rires) - je l'appellerai: she-man, ou encore, en langue française, de ce mot - qui va prêter, à partir du moment où je l'introduis, à quelque gorges chaudes et, je suppose, à énormément de malentendus: l'homme-elle. J'introduis ici **l'hommelle**. (Seminário La Logique du Fantasma, Lição 12/04/1967) (grifo nosso).

O decalque lexical *oddité*, do inglês *oddity*, pode originar *odidade*, raiz formada pela palavra inglesa e pelo um sufixo (i)dade da língua portuguesa.

C'est bien pour cela d'ailleurs que cette leçon, cet exposé a pour véritable titre, le sujet de la science, mais comme il doit être mis en vente, la loi d'un objet vendable c'est que l'étiquette couvre, ce que j'appellerai la marchandise et comme il s'agit de la science et de la vérité, à condition que vous mettiez le " et " dans la parenthèse qu'il mérite, à savoir que c'est un terme qui n'a pas du tout un sens univoque, qu'il peut aussi bien inclure la dissymétrie, l'**oddité** dont je parlais tout à l'heure [...]. (Seminário L'Objet de la Psychanalyse, Lição 08/12/1965) (grifo nosso).

No grupo das palavras-valise, segundo mais produtivo nos Seminários, registram-se criações neológicas extremamente criativas que vão desde a simples redução de duas palavras a uma só, sinalizando uma relação de sinonímia, caso de *anifíciel*, em que coocorrem *anus* e *orifíciel*:

Ce n'est rien d'autre que j'ai visé tout à l'heure en vous faisant ce bref parcours de l'objet (depuis ses formes archaïques jusqu'à son horizon de destruction), de l'objet orifíciel, de l'objet **anifíciel**, si j'ose m'exprimer ainsi, du passé infantile à l'objet de la visée foncièrement ambivalente qui reste jusqu'au terme celle du désir. (Seminário Le transfert, Lição 28/06/1961) (grifo nosso)

Até à redução que faz intervir relações semânticas complexas. A palavra *extimité*, formada a partir da truncação de *extériorité* e de *intimité*, na qual coexistem os sentidos opostos *extérite/intimité* ilustra esse tipo de criação:

En fin de compte, si nous partons de ce que nous décrivons comme ce lieu central, cette extériorité intime, cette **extimité** qui est la Chose, peut-être ceci éclairera-t-il pour nous ce qui reste encore une question... (Seminário L'Éthique de la Psychanalyse, Lição 10/02/1960) (grifo nosso).

passando pelos casos em que há mais de uma relação semântica em jogo, como acontece com a palavra *hainamoration*, onde se encontram relações de antonímia e analogia:

Je ne pense pas, malgré tout ce qu'on a pu raconter par exemple de Lénine, que la haine ni l'amour, que l'**hainamorasion**, en ait vraiment étouffé aucun. (Seminário Encore, Lição 20/03/1973) (grifo nosso).

Para respeitar os princípios da neologia tradutória lacaniana, é preciso valorizar o significante e o(s) significado(s) simultaneamente. Muitas vezes, o processo de truncação em si por que passam as palavras-valise não é o mais difícil de reproduzir, como demonstram tanto as possibilidades para *extimité* e *anificial* – extimidade e anificial – quanto alguns equivalentes já consagrados no domínio da psicanálise brasileira tais como o neologismo *amódio*. Composto pelos substantivos *haine* e *amour*, este neologismo coloca em jogo uma relação semântica de antonímia e uma relação de analogia com *énamoration/énamourment*. Portanto, além da preservação dos sentidos opostos de ódio e amor, também o ato ou o resultado de se enamorar deve ser mantido. Embora a solução em língua portuguesa tenha êxito na união dos dois sentidos, a analogia não é contemplada e um dos significados do original se perde nesta travessia. Como transpor, então, esse significante e esses significados simultaneamente? Na impossibilidade de fazê-lo por meio de um único significante, o tradutor deve recorrer, em nossa opinião, a uma combinação de modalidades. A informação ausente poderá ser transmitida através da modalidade de explicitação, na forma de uma inclusão no texto ou nota de rodapé. Outra possibilidade é uma formação neológica que receba o acréscimo de um sufixo indicando ato ou resultado, tal como -mento ou -ção: *amodiamento* ou *amodição*.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos neologismos produzidos por Jacques Lacan nos Seminários demonstrou que, embora haja uma predominância da função denominativa nessas criações, o que subjaz a essa produtividade neológica é uma intenção de provocar um efeito no interlocutor e distanciar-se do discurso científico corrente. Do mesmo modo, a primazia dada ao significante na teoria lacaniana da linguagem materializa-se nessa inventividade.

Cabe então ao tradutor buscar o(s) significado(s) desse significante neológico que irrompe no discurso do mestre e propor-lhe, fazendo uso de todos os recursos possíveis, um equivalente na língua de chegada que leve em conta todas as suas possibilidades.

Os princípios da neologia tradutória lacaniana que ora propomos ainda não foram testados em todos os neologismos levantados no *corpus* dos Seminários; acreditamos, contudo, que a consideração do significante e do significado – respeitando a concepção lacaniana da linguagem –, aliada ao emprego, individual ou combinado, das modalidades tradutórias propicia ao tradutor recursos confiáveis para propor equivalentes para as criações neológicas lacanianas. Tais princípios permitem igualmente que as soluções

oferecidas apresentem um nível de coerência global, ou seja, para problemas semelhantes, soluções semelhantes.

NOTAS

(1) Foram publicados no Brasil 10 *Seminários*: LACAN, Jacques. *O Seminário*: livro 1: Os escritos técnicos de Freud (1953-1954). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986; LACAN, Jacques. *O Seminário*: livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985; LACAN, Jacques. *O Seminário*: livro 3: As psicoses (1955-1956). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985; LACAN, Jacques. *O Seminário*: livro 4: A relação de objeto (1956-1957). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995; LACAN, Jacques. *O Seminário*: livro 5: As formações do inconsciente (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999; LACAN, Jacques. *O Seminário*: livro 7: A ética da psicanálise (1959-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988; LACAN, Jacques. *O Seminário*: livro 8: A transferência (1960-1961). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992; LACAN, Jacques. *O Seminário*: livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; LACAN, Jacques. *O Seminário*: livro 17: o avesso da psicanálise (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992; LACAN, Jacques. *O Seminário*: livro 20: Mais, ainda / Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

(2) Aubert (1998) propôs uma adaptação do modelo dos procedimentos técnicos de tradução, proposto por Vinay e Darbelnet em 1958, a fim de descrever o 'grau de diferenciação' entre um texto e suas traduções. No novo modelo, criou uma escala de diferenciação representada por treze modalidades: omissão, transcrição, empréstimo, decalque, tradução literal, transposição, explicitação/implicitação, modulação, adaptação, Tradução intersemiótica, erro, correção e acréscimo. Partindo de Aubert (1998), Bastianetto (2002) analisa a tradução dos neologismos literários de Guimarães Rosa para o italiano "pela modalidade tradutória da tradução literal com a criação de nova formação lexical, que respeite as características formais da Língua de Tradução (LT)." (BASTIANETTO, 2002, p. 100).

(3) Esse aspecto, que escapa ao estudo que fizemos, centrado no léxico, poderá engendrar uma nova pesquisa.

(4) Neste momento da pesquisa, a aplicação dos princípios de neologia tradutória lacaniana e a consequente busca de equivalentes atém-se aos neologismos formados por derivação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. **Neologismo. Criação lexical.** São Paulo: Ática, 1994.

_____. Aspectos criativos da linguagem: a neologia lexical. In: VALENTE, A. (Org.) **Aulas de Português: perspectivas inovadoras.** Petrópolis: Vozes, 1999. p. 159-167.

_____. Terminologia e Neologia. **TradTerm**, 7, p. 53-70, 2001.

_____. A observação sistemática da neologia lexical: subsídios para o Estudo do Léxico. **Alfa**, 50, n. 2, p. 131-144, 2006.

AUBERT, F. H. Modalidades de Tradução. **TradTerm**, 5, 1998.

BASÍLIO, M. **Teoria lexical.** São Paulo: Ática, 2004.

BASTIANETTO, P. C. **A tradução dos neologismos rosianos na versão italiana de "Grande Sertão: veredas", de João Guimarães Rosa.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 1998.

_____. Reflexões acerca de uma composição de modalidades tradutórias para verter neologismos: literalidade com criação lexical. **TradTerm**, 8, p. 99-120, 2002.

BOULANGER, J.-C. Néologie et terminologie. **Néologie en Marche**, 4, 1979.

CHEMAMA, R.; VANDERMERSCH, B. **Dictionnaire de la Psychanalyse.** Paris: Larousse-Bordas, 1998.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale.** Paris: Larousse, 1975.

HERMANS, A.; VANSTEELANDT, A. Néologie traductive, nouveaux outils pour la néologie. **Terminologies Nouvelles**, 20, p. 37-43, 1999.

LACAN, J. **L'ethique de la Psychanalyse: Séminaire 1959-1960.** Publication hors commerce. Document interne à l'Association freudienne internationale et destiné à ses membres.

_____. **Le transfert: 1960-1961.** Stécriture Version "Stecriture" Ecole Lacanienne de psychanalyse.

_____. **L'identification:** Séminaire 1961-1962. Publication hors commerce. Document interne à l'Association freudienne internationale et destiné à ses membres.

_____. **L'angoisse:** Séminaire 1962-1963. Troisième édition corrigée. Publication hors commerce. Document interne à l'Association freudienne internationale et destiné à ses membres.

_____. **Les problèmes cruciaux pour la Psychanalyse:** Séminaire 1964-1965. Publication hors commerce. Document interne à l'Association freudienne internationale et destiné à ses membres.

_____. **L'objet de La Psychanalyse:** Séminaire 1965-1966. Publication hors commerce. Document interne à l'Association freudienne internationale et destiné à ses membres.

_____. **La logique du fantasme:** 1966-1967. Polycopié, version d'origine non identifiée.

_____. **L'envers de la Psychanalyse:** 1969-1970. Texte établi par Jacques-Alain Miller. Éditions du Seuil, 1991.

_____. **Le savoir du psychanalyste:** entretiens de Sainte Anne. 1971-1972. Version polycopiée, identique à la version AFI.

_____. **Encore 1972-1973.** Paris: Éditions du Seuil, 1999.

_____. **R S I:** Séminaire 1974-1975. Version AFI.

LE SINTHOME. Séminaire 1975 – 1976. Publication hors commerce. Document interne à l'Association Freudienne.

MUNI TOKE, V. Traduire l'inconscient dans la langue: signifiant et intentionnalité. L'exemple de *l'umheimlich* freudien. **Marges linguistiques**, 8, nov. 2004.

PERALDI, F. Psychanalyse et traduction. **META**, 27, n. 1, mars 1982.

RIO TEIXEIRA, M. **Elogio da tradução.** Freud-Lacan. Association Lacanienne Internationale, Paris, 2005. Disponível em: <<http://www.freud-lacan.com/brasil/traducao.php>> Acesso em: 2 ago. 2007.

SOUSA, A. **Prefácio à edição brasileira de** Como se chama James Joyce? — A partir do Seminário 'Le Sinthome' de J. Lacan, de Roberto Harari. Salvador: Ágalma, 2003.

TEIXEIRA, T. M. L. **A lei do homem é a lei da linguagem**. Porto Alegre: 1986 (trabalho monográfico).

ESTUDO DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO MORFOLÓGICA E DAS RELAÇÕES DE SIGNIFICAÇÃO NA TERMINOLOGIA DA ECONOMIA INTERNACIONAL

Thaís Lobrigate PINTO
Universidade de São Paulo (Mestranda)
lobrigatethais@uol.com.br

RESUMO: Esta pesquisa está centrada no estudo dos aspectos morfológicos da terminologia da Economia Internacional e das principais relações semânticas encontradas entre os termos, discutindo as principais características e exemplificando. Para tanto, nos debruçaremos sobre termos retirados de um *corpus* especializado composto por manuais de economia utilizados na FEA-USP e integrantes do Projeto TermNeo (Observatório de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo). Justificamos a importância do estudo, pois, primeiramente, é pertinente analisarmos os processos de formação mais recorrentes na área. Além disso, por muito tempo, a presença de variação, sinonímia ou polissemia foi considerada um problema nos discursos especializados. Hoje, os discursos especializados são tratados como parte da língua comum, sendo passíveis de todos os fenômenos a que esta está sujeita e, portanto, todas as relações de sentido. Como demonstraremos, a presença da variação, principalmente a denominativa (sinonímia) é incontestável nas línguas de especialidade. Entretanto, em decorrência das restrições do domínio, é normal que o termo tenda à monossemita, fazendo com que a polissemia e a homonímia não sejam facilmente encontradas.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia; Formação dos termos; Sinonímia.

A PESQUISA

Nossa pesquisa está centrada no estudo dos aspectos morfológicos da terminologia da Economia Internacional e das principais relações semânticas encontradas entre os termos.

Para tanto, nos debruçamos sobre termos retirados de um *corpus* especializado composto por manuais de economia utilizados na FEA-USP e integrantes do Projeto TermNeo (*Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Brasileiro Contemporâneo*).

JUSTIFICATIVA

Justificamos a necessidade deste trabalho por constatarmos que o estudo da terminologia da Economia apresenta considerável importância dado as características do contexto econômico atual, que sofre constantes mudanças e que, conseqüentemente, recorre à constante criação de novos termos.

FORMAÇÃO DOS TERMOS

Faz-se pertinente analisarmos os processos de formação mais recorrentes na área em estudo. Na verdade, as formações neológicas nas línguas de especialidade seguem os mesmos processos de formação que presidem à criação de unidades lexicais da língua geral, não-especializadas. No entanto, os terminólogos reconhecem que alguns processos, como a formação acronímica e as formações sintagmáticas, são bastante freqüentes nos textos das áreas de especialidade.

Nossas pesquisas têm demonstrado que o processo de formação mais produtivo em Economia Internacional é a formação sintagmática. Esse tipo de criação de termos, condicionado pela perspectiva onomasiológica da formação - que ocorre nos casos em que o cientista passa da criação do conceito à criação do termo - determina formações em que a um termo genérico segue-se uma expansão, freqüentemente de caráter adjetival ou preposicional.

Por serem, em geral, a combinação de itens léxicos já existentes na linguagem comum que formam uma nova unidade léxica para designar um conceito, os sintagmas lexicais nas linguagens técnico-científicas podem ser considerados um reflexo do caráter econômico da língua.

A formação sintagmática caracteriza também a expansão de um termo genérico a fim de obedecer às exigências de especialização nos diferentes domínios do mundo moderno. Por isso, os termos sintagmáticos, em geral, apresentam um significado transparente.

Devemos também ressaltar que os termos de nossa Base constituem, na sua maioria, sintagmas nominais que classificamos como substantivos, uma vez que eles se cristalizaram encerrando-se em um único conceito.

RELAÇÕES SEMÂNTICAS E TERMINOLOGIA

Os principais tipos de relações léxico-semânticas são: sinonímia, parassinonímia ou quase-sinonímia, monossemia, polissemia e homonímia.

Por muito tempo, a variedade denotativa e conceitual foi considerada um problema nos discursos especializados. Segundo Wüster, considerado o pai da Terminologia, e criador da *Teoria Geral da Terminologia (TGT)* – de viés normativo, a Terminologia se voltaria para a normalização dos termos de especialidades, com a finalidade de assegurar a univocidade da comunicação profissional. Para o engenheiro, cada termo deveria ser atribuído a um único conceito e vice-versa, garantindo, assim, a univocidade da comunicação profissional. Logo, segundo sua visão, as unidades lexicais especializadas não comportam diversidades conceituais, estando isentas de polissemia e sinonímia.

Mais recentemente, os lingüistas passaram a integrar o estudo da Terminologia e revolucionaram tais concepções. As correntes terminológicas mais recentes – a Sócio-Terminologia, de François Gaudin; a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), proposta por Maria Teresa Cabré e Terminologia Sociocognitiva, de Rita Temmerman – reconhecem e admitem a variação terminológica nas comunicações especializada, considerando a existência da polissemia e da sinonímia.

Assim, os discursos especializados, antes tomados como artificiais, no que diz respeito à sua constituição e à formação de seus termos, são tratados hoje como parte dos discursos da língua comum, sendo, portanto, passíveis de todos os fenômenos a que esta está sujeita.

AS RELAÇÕES SEMÂNTICAS NA ECONOMIA INTERNACIONAL

De fato, embora tenha sido vista como um fenômeno indesejado nas terminologias, os trabalhos terminológicos realizados pelos grandes grupos de pesquisa mostram que a presença da variação, principalmente a denominativa (sinonímia) é incontestável.

Desenvolvemos um breve estudo sobre a presença de sinonímia, polissemia e homonímia, as principais relações de significação, em nosso *corpus* no âmbito da Economia Internacional.

Nos dados que temos em mãos, não foi encontrado nenhum caso de polissemia ou homonímia, talvez por conta das restrições do domínio que faz com que os termos tendam à monossemia. Por outro lado, vários termos apresentam entre si relação sinonímia, comprovando a vasta presença da sinonímia nos textos especializados que versam sobre a

Economia Internacional. A seguir, apresentamos alguns exemplos que comprovam esta relação.

Nos dados que temos em mãos, não foi encontrado nenhum caso de polissemia ou homonímia, talvez por conta das restrições do domínio que faz com que os termos tendam à monossemita. Por outro lado, vários termos apresentam entre si relação sinonímia, comprovando a vasta presença da sinonímia nos textos especializados que versam sobre a Economia Internacional. A seguir, apresentamos alguns exemplos que comprovam esta relação.

Por exemplo, o termo hot money apresenta outros quatro sinônimos, como se pode observar abaixo:

hot money sm

Capital empregado a curto prazo, movimentado pelo investidor em virtude de especulação financeira.

*A **entrada e a saída de capitais** deveriam ser totalmente livres. Os países poderiam fazer restrições somente à movimentação do <hot money>. O <hot money> (dinheiro quente) é aquele que não cria raízes no país e emigra ou imigra de acordo com as conveniências dos especuladores. (Maia, 2006, p. 145)*

Sin. **dinheiro quente, capital de curto prazo, capital volátil, dinheiro de motel**

dinheiro quente sm

A **entrada e a saída de capitais** deveriam ser totalmente livres. Os países poderiam fazer restrições somente à movimentação do hot money. O hot money (<dinheiro quente>) é aquele que não cria raízes no país e emigra ou imigra de acordo com as conveniências dos especuladores. (Maia, 2006, p. 145)

capital de curto prazo sm

A movimentação de capitais pode ocorrer sob as seguintes formas: investimentos, reinvestimentos, financiamentos, amortizações, empréstimos e hot money (<capital de curto prazo>). [...]

O valor dos capitais movimentados diariamente ultrapassa a cifra de trilhões de dólares e o mais instável é o capital de curto prazo que ganhou o nome **hot money** (dinheiro que não fica nas mãos por muito tempo). Esse fato levou o senador Espiridião Amin a denominar o capital de curto prazo de "**dinheiro de motel**", que entra em busca de lucro rápido e fácil e foge quando se sacia. (Maia, 2006, p. 70)

capital volátil sm

Achamos que houve um ponto omissivo: os países necessitam também de reserva de segurança para o hot money (<capital volátil>). Essa reserva deverá ser um percentual sobre o montante desse capital, que deverá variar de acordo com a situação do momento. Como exemplo semelhante, citamos o encaixe bancário para enfrentar os saques diários nos guichês dos bancos; ele se altera conforme for o comportamento do mercado, isto é, quando o mercado está mais calmo, é baixo; mais tranqüilo, é alto. (Maia, 2006, p. 93)

dinheiro de motel sm

A movimentação de capitais pode ocorrer sob as seguintes formas: investimentos, reinvestimentos, financiamentos, amortizações, empréstimos e hot money (capital de curto prazo). [...]

O valor dos capitais movimentados diariamente ultrapassa a cifra de trilhões de dólares e o mais instável é o capital de curto prazo que ganhou o nome **hot money** (dinheiro que não fica nas mãos por muito tempo). Esse fato levou o senador Espiridião Amin a denominar o capital de curto prazo de "<**dinheiro de motel**>", que entra em busca de lucro rápido e fácil e foge quando se sacia. (Maia, 2006, p. 70)

Vale ressaltar que essa tendência à monossêmia devido restrições de domínio não implica a inexistência de termos polissêmicos e homônimos nas línguas de especialidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. **Neologismo Criação lexical**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Ed. Antártica/ Empúries, 1993.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.

GAUDIN, F.; ASSAL, A. Terminologie et Sociolinguistique. **Cahiers de Linguistique Sociale**, 18, 1991.

GAUDIN, F. **Pour une socioterminologie. Des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles**. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 1993.

KOCOUREK, R. **La langue française de la technique et de la science**. 2 éd. Wiesbaden: Brandstetter, 1991.

TEMMERMAN, R. **Towards new ways of terminology description: the sociocognitive-approach**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Barcelona : Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2003.

DICIONÁRIOS DE LÍNGUAS BRASILEIRAS EM FORMA DE DISSERTAÇÕES E TESES

Vitória Regina Spanghero FERREIRA
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
vspanghero@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar algumas características das obras lexicográficas sobre as línguas indígenas brasileiras, apresentadas em forma de dissertações e teses. Geralmente, trata-se de dicionários bilíngues: língua indígena - língua portuguesa. Com relação à estruturação dos dicionários, analisamos os seguintes aspectos: macro- e microestrutura, sistemas de remissivas e questões relacionadas à tradução. Para tanto, como suporte teórico utilizamos autores como Nida (1964), Zgusta (1971), Welker (2004), entre outros. Esses dicionários, tal como se apresentam, são registros de línguas indígenas que, em alguns casos, correm o risco de desaparecer, devido ao seu baixo número de falantes. Verificamos, entre outros aspectos, uma sistematicidade linguística presente nos verbetes. As poucas variantes encontradas decorrem, em parte, da sua finalidade. Se a proposta é a de ensinar a língua portuguesa ao indígena e a língua indígena aos falantes do português, ou a de preservar a língua indígena, o dicionário apresenta verbetes menos elaborados, com menos explicações sobre as palavras. Se a intenção do autor for a de descrever a língua, o que ocorre na maioria dos casos, ele será confeccionado com a preocupação de apresentar o máximo de informação ao leitor. Tais obras apresentam características bastante semelhantes, as quais apontaremos no decorrer do nosso trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia; Dicionários bilíngues; Línguas indígenas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de algumas características das obras lexicográficas existentes sobre as línguas indígenas brasileiras, confeccionadas em forma de dissertações e teses. Ele faz parte de uma pesquisa maior de análise e descrição dos dicionários indígenas (LI-LP) publicados no Brasil (Ferreira, 2007). Para nossa análise utilizamos os seguintes autores: Nida (1964), Zgusta (1971), Landau (1989), Dapena (2002) e Welker (2004).

Vários dicionários bilíngues de línguas indígenas brasileiras têm sido publicados. No entanto, não há trabalhos que reúnam um estudo sobre suas características. O trabalho de análise desses dicionários carece de tradição

no Brasil. Encontramos um artigo de Netto (1993), no qual o autor faz um rápido levantamento dos dicionários de línguas indígenas publicados no Brasil, a partir do aparecimento da Enciclopédia Bororo, em 1962, a qual considera um verdadeiro marco na lexicografia dessas línguas. Outra obra, mais recente, de Nunes (2006), analisa um conjunto de dicionários produzidos ou utilizados no Brasil do século XVI ao XIX, mas não trata especificamente só dos dicionários indígenas. Recentemente, encontramos o trabalho de Ferreira (2007), sobre as obras lexicográficas produzidas no Brasil, cujo objetivo foi, a partir de um conjunto limitado de obras, analisar as características dos dicionários de línguas indígenas publicados no país. Acreditamos, assim, que estudar o léxico das línguas brasileiras, confeccionar dicionários de tais línguas, bem como realizar um estudo dessas obras lexicográficas, contribui para o seu conhecimento científico.

Recentemente, no Brasil, estão sendo produzidos dicionários em LI-LP em forma de dissertações e teses, com fins acadêmicos. Neste trabalho foram analisados dicionários com tais características: Weiss (1998), Silva (2003), Alves (2004) e Ferreira (2005). Para fins comparativos, utilizamos, ainda, o trabalho de Aikhenvald (2001).

CLASSIFICAÇÃO DE DICIONÁRIOS

Para a análise dos dicionários seguimos as seguintes classificações: a) variedade, perspectiva e apresentação. Segundo Landau (1989), os dicionários podem ser classificados por muitos critérios. Porém, não há um padrão sobre a taxonomia de dicionários. Eles podem ser diferenciados por três categorias: variedade, perspectiva e apresentação. A *variedade* refere-se ao tamanho e ao escopo do dicionário: trata-se de cobrir ou não todo o léxico. Quando se trata de um dicionário que abrange todo o léxico de uma língua é impossível estabelecer a variedade, pois não há como saber a extensão total desse léxico. Porém, quando o léxico é limitado a um trabalho específico, de parte do léxico da língua, como da flora, por exemplo, a variedade pode ser estabelecida. Outro aspecto da variedade é o número de línguas compreendidas: ele pode ser monolíngue, bilíngue, trlíngue ou multlíngue (mais que duas línguas, às vezes chamado plurlíngue). Um terceiro aspecto da variedade é a extensão da concentração nos dados lexicais, ou seja, se ele é caracteristicamente enciclopédico.

A *perspectiva* é baseada em como o compilador vê o trabalho e o que aproximadamente ele faz. Primeiro, se o trabalho é diacrônico ou sincrônico. Segundo, como ele é organizado: alfabeticamente, ou por conceitos. A *apresentação* significa como o material de uma dada perspectiva é exposto, em especial, como são as definições. Os dicionários monolíngues tendem a ter definições mais amplas do que os bilíngues. Em segundo lugar, verifica-se qual a forma dos verbos que é empregada, e se são incluídas ilustrações. Os possíveis traços presentes nos dicionários indígenas também são investigados: abreviaturas, prefixos, sufixos, notação, divisão silábica, pronúncia, ilustrações e possíveis informações gramaticais, semânticas e pragmáticas a respeito da palavra. b) tipos de dicionários bilíngues. Com relação aos tipos de dicionários bilíngues

verificamos sua direção: unidirecionais (monodirecionais) ou bidirecionais. Há, também, dicionários em que as palavras são traduzidas em duas outras línguas (dicionários trilíngues) ou em mais que duas outras línguas (multilíngues). De acordo com o autor, muitos lexicógrafos têm observado que, em vários casos, é impossível construir um dicionário bilíngue unidirecional, pois não será satisfatório para o consulente de nenhuma das línguas. Isso se dá porque, de acordo com o autor, frequentemente não há equivalências na língua alvo para as palavras na língua fonte, não somente nas palavras óbvias de fauna e flora, as palavras relativas à fauna e flora, mas também em relação a muitas outras. Muitas delas são específicas (ou culturais), como os termos sociais (de relacionamentos familiares), ou palavras da culinária, da política ou da religião. Assim, tais palavras requerem traduções aproximadas. A perda de equivalência é particularmente forte quando as duas línguas são usadas em culturas que diferem muito em sua bagagem cultural, mas também ocorre, ainda que esse fato nos surpreenda, frequentemente em culturas semelhantes. Tal perda afetará o dicionário bilíngue. c) diferentes propostas de dicionários e autores. Com relação às propostas e autores dos dicionários verificamos: a intenção do lexicógrafo em compilar o dicionário como uma ajuda na compreensão da língua fonte, em descrever a língua fonte ou como uma ajuda para gerar textos na língua alvo ('Production Dictionary'), ou, ainda, como instrumentos para a comunicação; quem são os autores dos dicionários. Vários dicionários indígenas foram escritos por não-indígenas, porém, algumas vezes com o auxílio de um indígena. Em outros casos, alguns foram elaborados pelos próprios membros do grupo, aqueles que já foram alfabetizados em português. d) análise da macro- e microestrutura e do sistema de remissivas. A macroestrutura compreende a organização das palavras no dicionário, abrangendo: a sua escolha; a escolha do conteúdo: língua padrão, especializada; a ordenação das palavras: alfabética, inversa, por campos semânticos ou conceitos; as relações de significado: polissemia, homonímia, sinonímia, antonímia, monossemeia, hiperonímia, hiponímia, co-hiponímia e paronímia. A microestrutura é constituída pelos conjuntos de informações que se seguem às palavras, como fatores fonológicos, morfológicos, semânticos e pragmáticos, que consistem de definição do significado da palavra (explicações, perífrases ou equivalentes); tratamento da polissemia, dando os vários significados da palavra; categoria gramatical de cada significado; frase ilustrativa mostrando o significado através do uso do lexema num contexto apropriado; tratamento dos hiperônimos, hipônimos, neologias, empréstimos; variações dialetais da língua; campos semânticos; remissivas de sinonímia, parassinomímia, antonímia e co-hiponímia. As remissivas visam a construir ou reconstruir o perfil semântico da unidade lexical e situá-la na rede de significação. Os sinônimos e os parassinônimos remetem o usuário a outras palavras com significado igual ou quase igual, e os antônimos apontam os opostos, enquanto os hiperônimos, hipônimos e co-hipônimos mostram a super- e supraordenação. Todos estes aspectos foram privilegiados em nossa análise.

CARACTERÍSTICAS DOS DICIONÁRIOS LP-LI

Os seguintes dicionários foram analisados: Ferreira, Vitória Regina Spanghero. "Estudo lexical da língua matis-subsídios para um dicionário bilíngue". Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005. Weiss, Helga E. "Para um dicionário da língua kayabí". Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998. Alves, Poliana Maria. "O Léxico do Tuparí". Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2004. Silva, Gino. F. "Construindo um Dicionário Parakanã-Português". Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2004.

Para fins comparativos, colocamos na tabela abaixo exemplos de verbetes de cinco dicionários. Incluímos, ainda, o Dicionário Tariana, de Aikhenvald (2001). Embora não seja publicado em forma de dissertação ou tese, também possui objetivos acadêmicos. Além disso, colabora com nossa análise comparativa, pois se distingue dos demais na forma como os verbetes são apresentados, dividido por tópicos.

LÍNGUA	EXEMPLOS
Kayabi	-afã s.B. 1) ponta. U"ywa rafã . Ponta da flecha. 2) lábio superior, focinho. Cf.: -si, -juru . [34]
Matis	atxu s. Guariba. Lat. <i>Alouatt seniculus</i> . Nome doméstico, utilizado somente como vocativo. Cf. du.
Parakanã	amakyg N Classe II a. <i>Ílio</i> (osso da bacia). Hahyete Tereza ramakyga . O Ílio da Tereza dói muito. Veja: kyg, ywykyg, poikyg
Tupari	ane"to s.2. ombro. o"kio ane"to-t ta"ra . O ombro do homem é largo.→ (o"kio, ta"ra)
Tariana	dic. semântico: "Natureza" D dé:pite kéri "lua" de:pite ke:ri diyamika "eclipse da lua". dic. alfabético: dé:pite ke:ri "lua"

Tabela 01: exemplos de entradas

Podemos verificar, de acordo com as amostras da tabela acima, que os cinco dicionários seguem praticamente o mesmo padrão para as entradas. Todos, com exceção do dicionário tariana, fornecem a palavra na língua fonte, a classe gramatical, a tradução em português e uma ou mais frases exemplificando o uso da palavra. Os dicionários kayabi, parakanã, tupari e matis fazem remissivas a outras palavras da língua. Já o dicionário tariana não dá a classe gramatical. Este, dividido em semântico e alfabético, apresenta características diferentes dos outros. Na primeira parte, cada entrada acompanha, na maioria das vezes, um número grande de exemplos, se comparado aos outros dicionários. Exemplo: *kholó* "balançar" apresenta cinco frases explicativas (Aikhenvald, 2001, p. 149):

<i>itawhya kholo-ma-ka</i>	"A canoa está balançando demais"
<i>kholo di-eku dia</i>	"(A canoa) ficou balançando"
<i>tiyane uni paru pa:pe uni taraka-ka</i>	"Se tira água da canoa com cuia, se a correnteza está forte e a canoa está balançando"
<i>itawhya koloma-ka</i>	" A canoa está balançando"
<i>ita-whyha kholoma-naka</i>	"O meu avião não balança"
<i>ne nhua karakawhya kholo-kade-na</i>	

Algumas palavras não são exemplificadas, como é o caso, por exemplo, das palavras *di* "banco" e *di-dúpe* "lixo". No dicionário alfabético não há informações gramaticais, somente a palavra na língua fonte e a tradução na língua alvo.

Outra característica comum a esses dicionários é que em nenhum deles foi feita a glosa das palavras, o que torna a consulta um pouco mais trabalhosa. Apresentando os exemplos sem a glosa fica mais difícil entender a língua, pois não é apresentado o significado de todas as palavras da frase explicativa. Fazendo a glosa, o compilador permite ao consulente "juntar as partes" para compreender o todo. Isso se aplica também aos afixos, que poderiam vir glosados.

Por outro lado, se pensarmos em um dicionário exaustivo, glosando todas as palavras, a entrada se tornaria bastante "carregada" de informações, o que tornaria a leitura cansativa. Para solucionar, pelo menos em parte este problema, as informações gramaticais adicionais podem ser encontradas nos capítulos sobre a gramática da língua de cada dicionário.

Outra alternativa que facilita a consulta é dividir as palavras em morfemas, através do hífen (-). Nas frases explicativas, os dicionários tupari e tariana apresentam essa característica. Dessa forma, o consulente visualiza as partes que compõem as palavras. Exemplo em tariana: a palavra *nu-keci-pe* "meus parentes" é constituída de três morfemas: o prefixo *nu-* "meu", a raiz *-keci* "parente" e o sufixo *-pe* "plural" (Aikhenvald, 2001, p. 25). Na tabela abaixo apresentamos os autores, objetivos e direção nos dicionários estudados.

	Kayabi	Parakanã	Tupari	Matis	Tariana
Autores	autora/ nativos	autora/ nativos	autora/ nativos	autora/ nativos	autora/ nativos
Objetivo	descrever a língua fonte	descrever a língua fonte	descrever a língua fonte	descrever a língua fonte	instrumento para os índios reaprende- rem a sua língua
Direção	Unidire- cional	Unidire- cional	Unidire- cional	Unidire- cional	bidirecional

Tabela 02

Por meio da tabela 2, verifica-se que os cinco dicionários apresentam características semelhantes. Tiveram a participação, em sua confecção, dos autores e dos falantes nativos e o objetivo da maioria deles foi o de descrever a língua indígena. A finalidade principal do dicionário tariana é outra, embora ele também descreva a língua. Lê-se na apresentação: "A finalidade principal deste dicionário é cumprir com uma solicitação dos próprios índios de poderem estudar e re-aprender a sua língua" (Aikhenvald, 2001, p. 3).

A direção, na maioria dos casos, foi da língua fonte para a língua alvo, com exceção do dicionário tariana: provavelmente essa escolha se deu pela própria proposta da autora, que foi a de possibilitar tanto aos Tariana quanto à comunidade em geral o conhecimento da língua. Sendo bidirecional, a consulta desse dicionário se torna mais fácil. Embora seja discutido por alguns lexicógrafos que um dicionário bidirecional seja mais satisfatório, no caso dos dicionários indígenas, em que o objetivo principal é o de descrever a língua, verificamos que são caracteristicamente unidirecionais ⁽¹⁾. Observamos, a seguir, na próxima tabela, a variedade, perspectiva e apresentação dos dicionários:

Categories	Características	Kayabi	Parakanã	Tupari	Matis	Tariana
Variedade	tamanho/escopo	totalidade da língua	totalidade da língua	totalidade da língua	totalidade da língua	totalidade da língua
	nº de línguas	bilíngue	bilíngue	bilíngue	bilíngue	bilíngue
	Extensão da concentração	não enciclopédico	não enciclopédico	não enciclopédico	não enciclopédico	não enciclopédico
Perspectiva	diacrônico	-	-	-	-	-
	Sincrônico	+	+	+	+	+
	organização	alfabético	alfabético	alfabético	alfabético	campos semânticos e alfabético
Apresentação	definições	não-amplos	não amplos	não amplos	não amplos	não amplos
	forma dos verbos nas entradas	infinitivo	infinitivo	forma com a vogal temática -a, forma na negativa e a raiz do verbo propriamente	infinitivo	Infinitivo

				dita		
	ilustrações	-	-	+	-	+

Tabela 03

Por meio da tabela 3, podemos verificar que as características dos dicionários apontados são as mesmas segundo os seguintes critérios: todos cobrem o léxico da língua fonte, são bilíngues, não têm características enciclopédicas, descrevem a língua sincronicamente e não têm definições amplas. A sua organização é por ordem alfabética, com exceção do dicionário tariana: na primeira parte ele é organizado por campos semânticos e na segunda por ordem alfabética. Os verbos estão no infinitivo, com exceção do dicionário tupari. Neste último, nas entradas, são apresentadas três formas: com vogal temática -a, forma na negativa e a raiz do verbo propriamente dita. Somente os dicionários tupari e tariana apresentam ilustrações.

A seguir, apresentamos alguns traços dos dicionários:

Traços	Kayabi	Parakanã	Tupari	Matis	Tariana
Abreviatura	+	+	+	+	+
Prefixo	+	+	+	+	+
Sufixo	+	+	+	+	+
Pronúncia	-	-	-	-	+/-
Silábico	-	-	-	-	-
Ortográfico	+	+	-	-	+
Remissivas	+	+	+	+	-

Tabela 04

Quanto aos traços, todos os dicionários também seguem praticamente o mesmo padrão: possuem abreviaturas, prefixos, sufixos e possuem notação ortográfica, com exceção dos dicionários tupari e matis, cuja notação é fonológica. Não são silábicos (não apontam a divisão de sílabas nas palavras) e não trazem a pronúncia da palavra. Porém, o dicionário tariana traz algumas variações de pronúncia. Como essa língua é falada por representantes de várias gerações, existe uma variação de pronúncia. Assim, as variações que foram anotadas acompanham cada verbete. Exemplo: a palavra "pau, árvore" pronuncia-se como *haiku* pelos mais velhos e como *keku* pelos mais jovens (Aikhenvald, 2001, p. 26).

As remissivas são apresentadas somente nos dicionários kayabi, parakanã, matis e tupari, com a particularidade que, neste último, são indicadas todas as palavras que aparecem nas frases explicativas. A seguir, apresentamos as informações gramaticais e semânticas

Língua	Informações gramaticais	Informações semânticas
Kayabi	+	+
Parakanã	+	+

Tupari	+	+
Matis	+	+
Tariana	+ ⁽²⁾ (dic. semântico)	+ (dic. semântico e alfabético)

Tabela 05

Na tabela 5, verificamos que todos os dicionários trazem as informações gramaticais e semânticas das palavras. O dicionário tariana traz informações gramaticais somente na primeira parte. Como é dividido por campos semânticos, no início de cada campo há um título para cada grupo de entrada que é apresentado (substantivos, adjetivos, verbos), seguido, em alguns casos, de algumas explicações gramaticais, como nos termos de parentesco. Na segunda parte do dicionário alfabético tariana-português e português-tariana não há qualquer tipo de informação gramatical, somente a palavra na língua fonte e a sua respectiva tradução em português, e vice-versa. Para obter mais informações das palavras, como a transitividade de um verbo, por exemplo, o consulente deverá consultar a seção das "características gramaticais da língua tariana", apresentada antes do dicionário semântico, o que dificulta um pouco a consulta, pois não se oferece as informações nas próprias entradas, o que vai requer do consulente buscá-las em outras partes sempre que necessitar.

CONCLUSÃO

Verificamos que, geralmente, esses dicionários indígenas apresentam características bastante semelhantes e seguem alguns princípios teóricos apontados no decorrer deste trabalho. Como o objetivo desse tipo de dicionário é apresentar o léxico da língua indígena ao leitor, traduzindo uma língua para a outra, ele apresenta uma maior parte do léxico e não apenas alguns campos semânticos, como fauna, por exemplo. Assim, ajuda o falante de outra língua (ou o próprio indígena) a entender a língua indígena. Dessa forma, apresenta o léxico da língua fonte e a tradução na língua alvo. Muitas vezes ele serve para o indígena aprender o português e para o falante do português conhecer uma língua indígena. Na maioria das vezes é unidirecional, porém, em alguns casos, como o dicionário tariana, apresenta as duas direções.

Quanto à macro- e microestruturas, verificamos que os verbetes desses dicionários são bem elaborados. As relações de significado são bem trabalhadas em todos eles, principalmente a homonímia e a polissemia. Há a preocupação em fornecer maiores informações a respeito das palavras. Além da classe gramatical, são fornecidas explicações fonológicas, semânticas e pragmáticas que permitem ao leitor entender melhor o significado da palavra. Além disso, as frases ilustrativas auxiliam no entendimento do funcionamento da palavra nos contextos apropriados. Há indicações, ainda, de neologismos, compostos e empréstimos. Alguns termos científicos são adicionados para palavras da fauna e da flora. O sistema de remissivas nesses dicionários é bem elaborado, permitindo ao

leitor conhecer palavras relacionadas, como os sinônimos e antônimos. Ressaltam-se, aqui, as remissivas do dicionário tupari, que indicam cada palavra da frase ilustrativa.

Esses dicionários, tal como se apresentam, fornecem ao leitor informações importantes sobre as línguas neles descritas. São importantes registros de línguas indígenas que, em alguns casos, infelizmente, correm o risco de desaparecer, devido ao seu baixo número de falantes. Há outros que poderiam ter sido citados, porém, nosso objetivo foi fazer uma amostra para verificarmos como está sendo apresentado o léxico das línguas indígenas para o leitor, de acordo com alguns princípios lexicográficos apontados pelos autores supracitados.

NOTAS

⁽¹⁾ Outros dicionários bilíngues indígenas apresentam as duas direções, como, por exemplo, o "Dicionário Parecis-Português, Português-Parecis", (Rowan & Rowan, 1978).

⁽²⁾ As informações gramaticais estão presentes no dicionário semântico, mas não no alfabético.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIKHENVALD, S. Y. Dicionário Tariana-Português e Português-Tariana. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi I: Antropologia**, Belém, n.1, jul 2001. p. 5-433.

ALVES, P. M. **O léxico do Tupari**. Araraquara, 2004. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita.

CATFORD, J. C. **A linguistic theory of translation: an essay in applied linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1965.

DAPENA, J. P. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: ARCO/LIBROS, 2002.

FERREIRA, V. R. S. **Estudo lexical da língua matis: subsídios para um dicionário bilíngüe**. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

_____. **Estudo de trabalhos lexicográficos de línguas indígenas brasileiras.** Brasília: CNPq, 2007. Relatório técnico.

LANDAU, S. I. **Dictionaries:** the art and craft of Lexicography. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NETTO, W. F. Lexicografia e Documentação de Línguas Indígenas no Brasil. Seminários do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 22, 1993, Ribeirão Preto. **Anais do XXII Seminário do GEL.** Ribeirão Preto: Universidade Moura Lacerda, 1993. p.297-304.

NIDA, E. A. **Language structure and translation.** Stanford: Stanford University Press, 1982.

_____. **Toward a science of translating.** Netherlands: E. J. Brill, 1964.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil:** análise e história. Campinas: Pontes Editores/São Paulo: Fapesp/São José do Rio Preto: faperp, 2006.

ROWAN, O & ROWAN, P. **Dicionário Parecis-Português Português-Parecis.** Brasília: SIL, 1978.

SILVA, G. F. **Construindo um Dicionário Parakanã-Português.** Belém, 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Pará.

SVENSEN, B. **Practical Lexicography:** principles and methods of dictionary making. Oxford: Oxford University Press, 1993.

WEISS, H. E. **Para um Dicionário da Língua Kayabí.** São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

WELKER, H. A. **Dicionários:** uma pequena introdução à Lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

ZGUSTA. **Manual of Lexicography.** Paris: Mouton, 1971.